

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**DISPOSITIVO DA MATERNIDADE:  
mídia e produção agonística de experiência**

Dissertação de Mestrado apresentada  
como requisito parcial para a obtenção do  
grau de Mestre em Educação

**Orientadora: Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Rosa Maria Bueno Fischer**

**FABIANA DE AMORIM MARCELLO**

Porto Alegre, março de 2003.

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO**  
**BIBLIOTECA SETORIAL DE EDUCAÇÃO da UFRGS, Porto Alegre. BR-RS**

M314d Marcello, Fabiana de Amorim  
Dispositivo da maternidade : mídia e produção agonística de  
experiência / Fabiana de Amorim Marcello. - Porto Alegre :  
UFRGS,  
2003.  
180 f.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do  
Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em  
Educação,  
Porto Alegre, BR-RS, 2003. Fischer, Rosa Maria Bueno, orient.

Rosa  
1. Maternidade - Mídia. 2. Subjetivação - Mulher. I. Fischer,  
Maria Bueno. II. Título.

055.2 \_\_\_\_\_ CDU: 659.3-055.52-

Bibliotecária: Jacira Gil Bernardes - CRB-10/463

Para Eracy,  
porque, por acaso, somos dois

O ponto mais intenso das vidas, aquele em que se concentra a sua energia, encontra-se efetivamente onde elas se confrontam com o poder, se batem com ele, tentam utilizar-lhe as forças ou escapar-lhes às armadilhas. Nas palavras breves e estridentes que vão e que vêm entre o poder e as existências mais inessenciais, é sem dúvida aí que estas últimas encontram o único momento que alguma vez lhes foi concedido; é o que lhes dá, para atravessarem o tempo, o pouco de fulgor, o breve clarão que as traz até nós.

**Michel Foucault**

## Relicário

Esta Dissertação é o resultado de um longo trabalho, que tem uma história e que, certamente, também pode contar outras. São histórias que narram momentos de amizade, gratidão, afeto, companheirismo, amor e saudade. Por este motivo, há um grupo de pessoas que gostaria aqui de agradecer:

A **Rosa**, pela orientação rigorosa, exigente e sensível e pela presença decisiva em minha vida profissional: *verdadeira educadora*. Agradeço por sua paciência, seu incentivo, sua confiança e, principalmente, por ter me ensinado o prazer em fazer pesquisa. Além disso, agradeço também pela grande amizade que, por caminhos que a gente desconhece, permitiram-me conviver contigo durante estes últimos anos, para mim muito especiais.

Às professoras **Céli Regina Jardim Pinto**, **Dagmar Estermann Meyer** e **Sandra Mara Corazza**, pelas contribuições feitas ao meu trabalho (seja pelos pareceres individuais na avaliação do Projeto, seja pelas indicações bibliográficas preciosas ou mesmo pelos divertidos cafés no Bar da Faculdade). Agradeço também pela disposição em ler e avaliar esta Dissertação em tão curto espaço de tempo.

Ao **Eracy**, pelo apoio, pela sensibilidade e pelo seu suporte afetivo. A paciência, o cuidado que tem comigo e o incansável estímulo a este trabalho certamente fizeram de nossa relação algo ainda mais intenso e, da mesma forma, tornaram nosso amor aquilo que dá sentido a minha vida.

Ao meus pais, **Enio** e **Adelice**, por até hoje conseguirem me surpreender com seu amor. O apoio e o sentimento de orgulho que têm por mim – e que é expressado a cada encontro, a cada conversa – me emocionam, me sensibilizam e, posso dizer, é o que me faz ser uma pessoa tão feliz.

Ao **Enio**, **Eduardo** e **Fábio**, pela preciosidade e raridade de um amor singular, que somente poderia nascer da relação e da convivência entre irmãos. Ao meu sobrinho amado, Enzo, cuja proximidade nos últimos meses de escrita da Dissertação fizeram deste trabalho algo menos extenuante.

**Ruth**, amiga querida, pela presença e disponibilidade nos últimos meses de escrita deste trabalho, as quais foram indispensáveis para que ele

pudesse ser entregue na data prevista. Agradeço por sua amizade fraterna, por estar sempre pronta a dar uma palavra de conforto e estímulo em momentos difíceis (e também alegres) da escrita da Dissertação.

Ao **Tomaz**, pela paciência e pela generosidade em me auxiliar, em responder minhas dúvidas e meus *emails* e emprestar-me textos preciosos e decisivos para este trabalho. Nossas divertidas (e produtivas) aulas de inglês foram momentos muito especiais neste último ano.

Ao **Eduardo Amorim** pela incansável disposição em procurar os livros e materiais que eu solicitava e, principalmente, pelo afeto e pelo carinho de nossa relação.

Aos meus queridos amigos, casualmente, colegas de orientação: **Celso**, pelo afeto e pelos divertidíssimos telefonemas e encontros; **Suzana**, pelo carinho *fraterno* e pela amizade estimulante que, a cada ano, nos aproximam mais, mais, mais e mais...; **Paola**, minha amiga “mais do bem”, por sua generosidade e disponibilidade em ler os meus textos e também pelos encontros deliciosos ao lado de sua família; **Luciana**, pelas muitas conversas, discussões e confidências *online*, que nos permitiram estar diariamente juntas; **Carla**, por sua amizade e constante preocupação comigo; **Fabiana**, pelas incontáveis ajudas na hora dos “apertos” e **Celina**, pelo seu sorriso largo e receptivo.

A **Sarái** e **Luís Henrique**, amigos maravilhosos, cuja presença afetiva marcante me permitem guardar na lembrança nossos memoráveis e imprescindíveis encontros na famosa residência de Novo Hamburgo.

Ao **Luís Fernando**, cujos divertidos *emails* acabaram se tornando momentos singulares de descontração.

Aos queridíssimos amigos da Central de Produções, especialmente, **Aldanei, Sandra, Flávio, Vera, Aldo** e **Zeca**. De modo muitíssimo particular, agradeço a **Paula**, pela presença constante em minha vida e pela amizade tão sincera que nos une.

Registro também o meu agradecimento e meu profundo carinho a outros amigos igualmente muito especiais: **Leila, Cristiano, Gil, Valdinei, Marcinha, Madalena, Márcia Silveira, Luciane, Cristine, Richard**.

## SUMÁRIO

<b>Resumo</b>	8
<b>Abstract</b>	9
<b>1. Abrir o exame: o que fazer quando o resultado é “positivo”</b>	10
<b>2. Ecografia da maternidade</b>	15
<b>3. Indução do parto: urgência do nascimento do sujeito-mãe</b>	39
3.1 Feto	40
3.2 Recém-nascido	51
<b>4. Dispositivo da maternidade: produção agonística de experiência</b>	60
4.1 Maternidade e agonismo: o primado da relação	65
4.2 Dispositivo da maternidade	76
4.2.1 Curvas de visibilidade, regimes de enunciabilidade	78
4.2.2 Linhas de força	84
4.2.3 Linhas de subjetividade	92
4.2.4 Linhas de fratura, de ruptura	97
<b>5. Exames</b>	100
5.1 Fecundidade dos saberes	100
5.2 Gestação da normatividade	125
5.3 Concepção dos modos de subjetivação	149
<b>6. Experiência adotada</b>	168
<b>Referências bibliográficas</b>	174

## RESUMO

### **Dispositivo da maternidade: mídia e produção agonística de experiência**

Esta pesquisa parte da constatação de que, ao final do século XVII, um dispositivo da maternidade foi organizado para responder a uma urgência – ligada principalmente à formação dos Estados Nacionais no âmbito europeu. A partir desse ponto, o objetivo principal foi o de caracterizar as formas pelas quais o dispositivo em questão é operacionalizado na mídia contemporânea para a constituição de uma *experiência materna* – a qual, no sentido dado por Michel Foucault, refere-se a uma articulação entre campos de saber, formas de normatividade e modos de subjetivação. Pretendeu-se identificar: a) a constituição de uma rede de sentidos criada em função de objetivações tanto dos sujeitos-mãe como de diferentes modalidades maternas – rede que institui, reforça e contribui a produção *agonística* de *práticas de maternização*; b) a instauração de relações de poder (bem como de pontos de resistência) a partir da relação desigual entre o sujeito-mãe e sujeito-pai e, igualmente, entre as modalidades maternas (mães-homossexuais, mães-adolescentes, mães-solteiras etc.) objetivadas pelo dispositivo da maternidade; c) a organização de *tecnologias do eu* preponderantemente direcionadas ao apelo e veiculação de procedimentos voltados para a relação dos indivíduos-mãe consigo mesmos, estabelecendo, com isso, modos de subjetivação feminina precisos. Para tanto, dois conjuntos de materiais compõem o *corpus* de análise desta pesquisa. O primeiro conjunto é constituído por narrativas midiáticas, retiradas de reportagens das revistas *Veja* e *Caras*, sobre certas personagens mães-famosas: Cássia Eller, Luciana Gimenez, Vera Fischer e Xuxa. O segundo conjunto é composto por uma gama de matérias extraídas da revista *Crescer*, do período de janeiro de 2001 a julho de 2002. Concluo argumentando que a experiência materna produzida por este dispositivo está alicerçada em três grandes práticas: na fixação de sentidos entre sujeito-mãe e sujeito-mulher; na relação agonística entre diferentes modalidades maternas as quais aqui são tornadas objetos discursivos para a instauração de uma normatividade materna; na evidência de que, no dispositivo da maternidade e para o sujeito-mãe, cuidar de si é cuidar do outro (de seu/sua filho/a).

**Palavras-chave:** dispositivo, maternidade, mídia, experiência.

## ABSTRACT

### **Motherhood dispositif: media and agonistic production of experience**

The starting point of this research was the evidence that, by the end of the XVII century, a motherhood dispositif was organized to answer an historical urgency – primarily connected to the formation of the States in Europe. Taking this observation into consideration, the main purpose was then to point out in which ways this dispositif is made operational through the contemporary media to constitute a *motherhood experience*. This motherhood experience, in the sense made by Michel Foucault, is referred to an articulation between knowledge fields, normalization forms and ways of subjection. Therefore, the intent was to identify: a) construction of a net of senses, created according to the objectivation from both mother-subject and different motherhood modalities; b) installation of power relations (as well as resistance points) derived from the uneven relationship between mother-subject and father-subject, and in the same way, between other motherhood modalities (homosexual mothers, teenage mothers, single mothers, etc.) targeted by the motherhood dispositif; c) organization of technologies of self, preponderantly directed to call and issue of procedures towards the relationship between the mother-individuals with themselves, establishing, in this way, defined feminine subjection modes. Two sets of materials compose the body of analysis of this research. The first set is composed by narratives from media about a group of famous mothers taken from articles from *Veja* and *Caras* magazines: Cassia Eller, Luciana Gimenez, Vera Fischer and Xuxa. The second set is composed by a range of articles extracted from *Crescer* magazine, issues from January 2001 to July 2002. It concludes with the argument that the motherhood experience produced by this dispositif is based on three practices: fixation of senses between women-subject and mother-subject; agonistic relationship between different motherhood modalities, which in this study became discursive objects to the instauration of a motherhood normalization; evidence that, in the motherhood dispositif and to the mother-subject, care of the self is, therefore, care for the other (his/hers son/daughter).

Keywords: **dispositif, motherhood, media, experience.**

## **1. Abrir o exame: o que fazer quando o resultado é “positivo”**

Este trabalho insere-se em um campo de discussão que relaciona Educação e Mídia. A importância de discutir e problematizar as formas pelas quais a maternidade vem sendo enunciada midiaticamente dá-se pelo entendimento de que o próprio conceito de Educação deve ser ampliado, já que os processos educacionais e formativos estão, cada vez mais, sendo exercidos também em outros espaços da cultura.

Nos trabalhos que vem desenvolvendo nos últimos anos, Rosa Fischer aponta para o caráter nitidamente pedagógico que a mídia vem assumindo. A autora afirma que a mídia não apenas pode ser encarada como meio veiculador de informações, mas também como “produtora de saberes e formas especializadas de comunicar e de produzir sujeitos” (Fischer, 2000, p. 61). No que se refere a este trabalho, evidencio que, em torno da noção da maternidade, uma série de práticas discursivas são acionadas, produzidas e reforçadas pela mídia, permitindo, com isso, serem (re)significadas na medida em que operam em direção à constituição dos sujeitos.

Sendo assim, o objetivo desta pesquisa é analisar de que maneira um dispositivo da maternidade é operacionalizado no espaço midiático para a constituição agonística de uma experiência materna. Busco mostrar como a mídia, ao produzir contínuas formas de objetivação dos sujeitos-mãe e de diferentes modalidades maternas, possibilita que elas se relacionem para a produção de sentidos diversos e elásticos sobre a maternidade.

Para promover esta discussão, utilizo-me principalmente da obra do filósofo francês Michel Foucault e suas produções acerca do conceito de saber, relações de poder e modos de subjetivação. O próprio conceito de dispositivo que utilizo para problematizar a temática da maternidade é tipicamente

foucaultiano. Mais do que isso, é o conceito através do qual Foucault articulou os três eixos principais de sua obra anteriormente referidos.

Primeiramente, na seção intitulada *Ecografia da maternidade*, apresento e discuto alguns trabalhos que igualmente têm a maternidade como tema principal. Tal fato torna-se importante pois permite, de algum modo, que minha pesquisa dialogue com outros estudos, no sentido de relativizá-la ou mesmo de ampliar as discussões que busquei desenvolver. Esses estudos são todos articulados a enunciações que a própria mídia promove sobre a questão da maternidade ou sobre a relação da maternidade com a escola. Após esse apanhado bibliográfico e midiático, apresento detalhadamente os objetivos da pesquisa, bem como a justificativa da escolha dessa temática e os materiais que compõem o *corpus* de análise selecionado. Faço esta apresentação aqui pois isso me permite mostrar quais foram os desdobramentos e também as diferenças de minha investigação para com relação a outras pesquisas desenvolvidas nos campos da Educação, dos Estudos de Gênero e da Comunicação.

Todas as análises foram realizadas a partir de dois grupos de produtos midiáticos impressos. O primeiro grupo de materiais é composto por reportagens publicadas pela revista *Veja* e pela revista *Caras* sobre a vida e a história de quatro mães-famosas: Cássia Eller, Luciana Gimenez, Vera Fischer e Xuxa. Analiso a forma como a mídia constrói certas narrativas principalmente no que diz respeito à prática materna dessas mulheres. A escolha de operar com tais narrativas midiáticas (e a escolha destas mães em especial) justifica-se pelo objetivo de caracterizar a atribuição diferenciada de sentidos que é dada a tais mulheres, na medida em que elas exercem práticas maternas distintas.

O segundo grupo de materiais é formado por uma série de matérias extraídas da revista *Crescer*, veiculadas entre janeiro e dezembro de 2001. A escolha de determinadas reportagens foi realizada a partir do estudo minucioso de um conjunto ainda maior de produtos da mídia. Selecionei certas fragmentos da revista em questão com base na análise de que havia ali o privilégio de interpelar as mães de maneira diferenciada. Compreendo que uma forma peculiar de comunicação era articulada, na medida em que se privilegiava falar sobre as mães e para as mães, separando-as, detalhando-as. As matérias da revista *Crescer* analisadas foram aquelas que se mostravam

interessadas em criar e operacionalizar modalidades maternas distintas, a partir de exemplos individuais de mães.

Não realizei uma análise das revistas propriamente ditas (*Veja*, *Caras* ou *Crescer*), mas sim de um conjunto de cerca de noventa reportagens que pude delas extrair. Tanto no caso das narrativas midiáticas de mães-famosas, como no caso das mães-anônimas, busquei privilegiar, no processo de análise, elementos que evidenciavam a construção diferenciada e, ao mesmo tempo, múltipla de fazer com que mães e práticas maternas se tornassem objetos discursivos.

Na seção intitulada *Indução do parto: a urgência do nascimento do sujeito-mãe*, discuto historicamente a questão da maternidade: não no sentido de buscar sua origem, sua gênese incontestável, mas de compreender como e a partir de quais momentos estratégicos uma certa noção de maternidade pôde manifestar-se e adquirir existência. Caracterizo, portanto, um conjunto articulado de condições de possibilidade para a produção dessa noção. Esta breve incursão histórica permite-me também destacar um importante ponto da caracterização de um dispositivo: o de sua capacidade de responder a uma urgência histórica.

Tal tarefa é importante pois o fato de afirmar que um dispositivo da maternidade é operacionalizado na mídia requer que eu reúna, pelo menos, algumas considerações sobre o próprio conceito de dispositivo, tal como utilizado por Foucault. Neste trabalho, não busco caracterizar o dispositivo da maternidade em toda a sua amplitude, em determinado contexto social, mas, antes, interessa-me compreender como a mídia se utiliza deste dispositivo para produzir maternidades e sujeitos-mãe (e de forma isso constitui-se igualmente como um elemento mesmo do dispositivo). Considerações históricas mais amplas permitem afirmar a legitimidade de meu trabalho. Na medida em que posso, mesmo que brevemente, argumentar em favor da historicidade do dispositivo da maternidade, encontro formas de justificar minha análise acerca do modo como este dispositivo é, atualmente, operacionalizado, produzido e atualizado em um espaço como a mídia.

Na terceira seção, exponho as ferramentas e movimentos teóricos que me permitiram entender e descrever de que maneira e com que elementos o dispositivo da maternidade é articulado. Fundamentada nos estudos de Michel Foucault, busquei compreender a complexidade do conceito e imaginar as

maneiras pelas quais poderia evidenciá-lo na mídia e, em especial, na seleção de materiais. Para tanto, efetuei um estudo aprofundado dos elementos que compõem este dispositivo, quais sejam: *curvas de visibilidade e regimes de enunciabilidade* que vêm compor os saberes deste dispositivo; *linhas de força* que articulam a normatividade na relação entre as práticas maternas; *linhas de subjetivação* as quais, instituindo certas *tecnologias do eu* ao indivíduo-mãe, permitem que se produza o sujeito-mãe e fazem com que ele encontre condições de enunciar-se e ser enunciado pelo discurso e pelas relações saber-poder que lhe são correlatos; *linhas de ruptura*, que assinalam o caráter de resistência imanente a qualquer dispositivo.

Destaco ainda o movimento que diz respeito à retomada e avaliação de procedimentos teóricos do projeto de pesquisa para a dissertação. Mais do que isso, mostro o quanto o conceito de *significante vazio*, desenvolvido por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, foi-me extremamente profícuo para compreender o caráter móvel do dispositivo e para pensar as estratégias *agonísticas* de construção de *práticas de maternização*. Ou seja, se anteriormente buscava realizar uma análise a partir da instauração de um ponto antagônico (que supostamente viria romper uma cadeia quase infinita de significados sobre a maternidade), passo agora a demonstrar que o dispositivo em questão tem como característica principal a estratégia *agonística* de produção de objetos discursivos. O conceito de *agonismo*, portanto, é introduzido na discussão acerca do dispositivo da maternidade, não como elemento paralelo ou externo às linhas citadas, mas como efeito da articulação entre elas, como projeção das tensões que exercem entre si.

Na quarta seção, apresento as análises realizadas neste trabalho. Na primeira subseção analítica, intitulada *Fecundidade dos saberes*, especifico de que maneira é constituído um conjunto de saberes sobre a maternidade. Mais do que isso, sobre o quê, neste dispositivo, interessa saber, sobre o quê interessa dar visibilidade e enunciabilidade. Assim, mostro que grande parte dos saberes que constitui esta experiência materna é advinda de um perfil do sujeito-mulher, bem como da relação que ela mantém com seu corpo e/ou com seu/a parceiro/a e de sua proximidade com o universo infantil. Tais fatores permitem que o sujeito-mãe e determinadas modalidades maternas possam ser efetivamente colocadas na ordem do discurso.

Na segunda subseção, *Gestação da normatividade*, discuto o entrelaçamento das curvas de visibilidade e dos regimes de enunciabilidade com as linhas de força concernentes à produção de uma prática materna normativa. Exponho que esta normatividade é composta, principalmente, a partir da relação agonística que as modalidades maternas – tornadas objetos discursivos – estabelecem entre si e, da mesma forma, o modo como os sujeitos-mãe deste dispositivo relacionam-se com os sujeitos-pai.

Em *Concepção dos modos de subjetivação*, evidencio como as linhas de subjetividade estão organizadas no dispositivo da maternidade, de forma a evidenciar a necessidade de o sujeito-mãe exercer sobre si mesmo certas *técnicas de si*. Nesse sentido, procedimentos realizados pelo sujeito-mãe como *controlar-se*, *organizar-se* e *enunciar-se* são constantemente invocados, constituindo modos pelos quais o indivíduo-mãe torna-se sujeito de um dispositivo que materniza. A partir de tais técnicas, os sujeitos-mãe têm a oportunidade de voltarem para si mesmos, de maneira a concluir, primeiro, o quanto o cuidado de si está relacionado ao cuidado do outro (no caso, o/a filho/a) e, segundo, o quanto, a partir desses procedimentos, os sujeitos tornam-se visíveis a si mesmos e podem enunciar-se como sujeitos transformados, amadurecidos e “melhorados” pela prática materna.

A análise de como tais linhas do dispositivo encontram-se em funcionamento foi realizada separadamente. De maneira nenhuma, quero com isso afirmar que elas são constituídas e se compõem em separado, isoladas. Há um entrecruzamento, uma disposição estratégica entre elas – é isso que permite sua constituição e sua sustentação mútua. Optei por esta separação por uma questão meramente didática e de organização do texto. Justamente por acreditar que tais linhas se compõem em articulação recíproca, em algumas passagens do texto busco enfatizar tal complementaridade.

Por fim, em *Experiência adotada*, retomo algumas das discussões desenvolvidas neste trabalho a fim de caracterizar a *experiência materna* produzida pelo dispositivo da maternidade. Realizei, principalmente, uma síntese dos três desdobramentos da análise desenvolvida: a produção de saberes acerca da maternidade e do sujeito-mãe; a instituição de uma normatividade materna; os modos específicos de subjetivação propostos por este dispositivo. Trata-se, pois, da problematização de uma certa experiência a

qual é produzida agonisticamente por um dispositivo que, antes de mais nada, caracteriza-se por sua *vontade de maternidade*.

## 2. Ecografia da maternidade

O Dia Internacional da Mulher foi o mais temido e esperado pela psicóloga e professora Kátia Pedone, 38 anos, nos últimos cinco meses. No calendário, o dia 8 de março estava assinalado o momento de se despedir da licença-maternidade, deixar o bebê na creche e regressar ao trabalho. Começa agora a maratona de adaptação e ansiedade. Vão entender quando o chorinho do bebê é de fome ou de sono?”

“Acho que a minha filha ficará orgulhosa de ver a mãe trabalhando e cuidando dela. Como a vida deve ser<sup>1</sup>.

Como professora de Educação Infantil percebo o quanto falas como estas estão entranhadas no cotidiano de escolas que atendem crianças de zero a seis anos. “Adaptação”, “ansiedade”, “destino” (“como a vida deve ser”) são palavras presentes em enunciados de um discurso que coloca a mãe como principal responsável pelo cuidado dos filhos, devido ao amor sem igual que, supostamente, a eles dedica (ou deve dedicar). Aliado a isso, nós, professoras, agimos de forma a julgar, cobrar e responsabilizar as mães por muitas atitudes de cuidado infantil que, pretensamente, elas (as mães) deveriam

---

<sup>1</sup> Frases retiradas da matéria “Com o coração dividido” (2002, p. 12) que discute a preocupação das mulheres que devem voltar a seus trabalhos com o término do período de licença-maternidade.

cumprir. As mais prosaicas frases – “mas ‘essa’ mãe nunca arruma a mochila<sup>2</sup> desta criança direito”; “a mãe dessa criança não faz nada à tarde, mas deixa ela aqui na creche o dia inteiro”; “nem adianta comunicar, pois essa mãe nunca vem às reuniões de pais mesmo...” – por mais que pareçam tolas, ilustram o quanto em espaços educacionais *stricto sensu* um dispositivo da maternidade é acionado e utilizado para comprovar (ou valer-se de) a idéia de que a mãe é a principal responsável pela criação de seus filhos.

Quando aluna do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, não era raro deparar-me com teorizações pedagógicas que apontavam para um semblante materno que nós, professoras, deveríamos assumir. Na graduação, aprendíamos, por exemplo, que nos momentos de troca de fraldas ou naqueles de dar banho nos alunos – práticas comuns em se tratando de Educação Infantil – era necessário também conversar, cantar e acariciar as crianças, pois assim elas perceberiam que fazíamos aqueles gestos com amor e dedicação. Beijar e abraçar a criança na chegada à creche também seriam atos importantes, pois poderíamos favorecer a relação afetiva que nós (professora e criança) deveríamos manter (Marcello, 1999).

Uma pesquisa desenvolvida por Marília Pinto de Carvalho e Cláudia Pereira Vianna aborda questões pertinentes sobre a relação entre mães e educadoras no espaço escolar. As autoras discutem aspectos da indefinição dos diversos papéis exercidos pelas educadoras, bem como a influência mútua de uns sobre os outros. De algum modo, tais papéis evidenciam uma “imbricação entre trabalho doméstico, maternagem e trabalho assalariado” (Carvalho e Vianna, 1994, p. 134). Atuando como responsáveis pela educação de crianças, as professoras “compartilham tarefas, modelos ideais de cuidados e maternagem, características e saberes culturalmente atribuídos a uma natureza feminina” (Idem, p. 138). As autoras enfatizam o caráter político da relação entre maternagem e atuação profissional, mostrando o quanto os limites da responsabilidade das educadoras escolares podem ainda estar indefinidos e móveis.

Como aluna da graduação, aprendia também sobre teorias pedagógicas baseadas na Psicologia Evolutiva, que buscam promover a formação de uma criança autônoma, independente, responsável,

---

<sup>2</sup> A “mochila” é um objeto de suma importância, pois ela, geralmente, deve conter os materiais dos quais a criança faz uso durante um dia inteiro na escola infantil: roupas, fraldas, toalhas,

cognitivamente competente, portanto, bem educada. Trata-se de teorias que enfatizam a importância da participação da mãe para o desenvolvimento (sic) destas crianças. Baseadas em uma descrição do que consideram como natural (por exemplo, a sincronia entre mãe e filho), algumas destas teorias pedagógicas manifestam que a tarefa das mães está relacionada com uma forma de educação “indireta e de diligência no que se refere à criação de circunstâncias (emocionais e físicas) que estimulem a aprendizagem de seus filhos e a aquisição de certas características” (Woollett e Phoenix, 1999, p. 89). Ao mesmo tempo, este discurso é apreendido pelas instituições escolares de forma a considerar que as mães constituem-se, muitas vezes, como “origem dos problemas evolutivos” (Idem, p. 87), conduzindo, assim, a uma fácil culpabilização da mãe, no caso de a evolução de seu filho não se ajustar àqueles níveis referidos.

É interessante discutir como esta posição da mãe (frente à escola e à educação de seus filhos) é absorvida e enunciada por outras instâncias, parecendo-nos natural. Em artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, o então Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, relatava o projeto Bolsa-Escola, no qual é dada a possibilidade de cada aluno ganhar quinze reais ao manter sua frequência escolar. Dizia o ministro: “Com ele [o cartão do bolsa-escola] nas mãos, *basta que a mãe*<sup>3</sup> se dirija a qualquer agência, casas lotéricas ou outros agentes credenciados pela Caixa Econômica Federal para sacar o benefício”. Ele enfatizava: “são milhões de mães pobres que hoje exibem com orgulho seu cartão eletrônico, até mesmo como símbolo de cidadania” (Souza, 2002, p. 3). Não me atenho à discussão deste Programa em si, destaco, porém, a maneira pela qual se atribui à figura da mãe um conjunto de responsabilidades não pelo fato de sacar o dinheiro, mas por torná-la alvo e sujeito de um discurso que a coloca próxima, íntima das questões escolares de seus filhos, ou mesmo como responsável pelos avanços da educação do país. Ao referendá-la, ao interpelá-la, Paulo Renato de Souza atribui à mãe uma função social específica em detrimento da função do pai, que sequer é mencionado.

Carin Klein (2001), em sua Dissertação de Mestrado, analisa tal programa governamental e busca evidenciar de que maneira o Bolsa-Escola produz certas representações de maternidade a partir de concretas relações de

---

remédios etc.

poder e de saber que sustenta. Considerado pela autora como um “sistema de representação que atua na produção e veiculação de determinadas identidades sociais” (Klein, 2001, p. 17), o programa utiliza-se de um emaranhado de discursos (providos de diferentes campos de conhecimento como, por exemplo, a Psicologia do Desenvolvimento) para marcar a prática materna como uma tarefa insubstituível no que se refere ao cuidado e à educação dos/as filhos/as (Idem, p. 29). Interessa para a autora tratar a maternidade como uma “marca de gênero” (Idem, p. 21); como uma problemática freqüentemente posicionada em relação a questões como a miséria, a violência, o trabalho infantil e o fracasso escolar. De algum modo, a partir desta articulação, programas assistenciais como o Bolsa-Escola podem até mesmo culpabilizar a mãe ou atribuir a um suposto descaso materno eventuais fracassos sociais.

Diferentes espaços fazem da maternidade alvo de uma série de investimentos discursivos e, com isso, acabam igualmente produzindo um conjunto preciso e hierárquico de sentidos sobre ela. Dagmar Meyer (2000) desenvolve uma pesquisa em que analisa materiais produzidos pelo Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno (PNIAM). Em tal trabalho, a autora relaciona “os saberes e as práticas que atravessam e conformam o ser mãe e o exercício da amamentação” (Meyer, 2000, p. 119). A partir de materiais como estes, instaura-se, atualmente, um processo histórico que promove uma “nova politização da maternidade e do aleitamento materno” (Idem). Trata-se de um estudo que verifica a maneira pela qual determinadas identidades e posições de sujeitos maternos são constituídas, a partir de verdades científicas relacionadas à nutrição e à medicina, em torno de uma prática unânime e insubstituível (Idem, 2000).

Além disso, Meyer problematiza a idéia de que esse imperativo do aleitamento sequer aponta para as condições sociais, emocionais e culturais, que muitas vezes grande parte das mulheres enfrentam e que podem dificultar ou mesmo impedir a realização da amamentação. Tal imperativo estaria ligado a uma racionalidade neoliberal, pela qual “quase todas as situações são contornáveis desde que haja empenho e vontade da mãe” (Meyer, 2002, p. 14). Destaca a autora que “mais importante, no entanto, é a rede de regulação e

---

<sup>3</sup> Grifo meu.

controle que parece fechar-se em torno desses corpos, constituindo a mulher-mãe que não amamenta como um sujeito social desviante” (Idem, p. 17).

Os estudos referidos mostram também uma dimensão da maternidade que está inserida em intervenções do Estado (seja nas políticas educacionais, seja nas políticas de saúde) que mostram uma certa preocupação com as famílias tidas como “incapazes de bem formar os seus filhos” (Carvalho e Vianna, 1994, p. 133). Interpelando principalmente as mães, tais políticas intervêm nas famílias de modo a garantir saúde, educação, higiene para as crianças.

A prática da amamentação é uma das temáticas maternas mais recorrentes na mídia. O imperativo de que fala Dagmar Meyer permite até mesmo que práticas históricas possam ser renovadas e, com isso, ampliadas, ganhando novas roupagens. Recentemente, a dançarina Carla Perez, mãe de Camilly Victória, demonstrou ser mesmo “uma amiga do peito” (Ela é mesmo..., 2002, p. 14). Num gesto de total “desprendimento e solidariedade” (Idem), Carla Perez foi manchete de uma revista por apresentar-se como “ama-de-leite” ao filho de uma de suas primas: “consciente da importância da amamentação, assim que soube que a prima não poderia alimentar seu pimpolho porque o leite havia secado, Carla ofereceu-se para ajudá-la” (Idem). A dançarina é descrita como “uma privilegiada pela natureza por ter fartura de leite” (Idem). No papel de ama-de-leite, enfatiza-se que “sempre que está em Salvador, [ela] encontra tempo para dar um pulo da casa de Ítalo e cumprir seu papel de mãe de leite, dedicando ao bebê o mesmo carinho que tem com a filha” (Idem). Facilmente compreendemos o quanto o fato de uma não-amamentação pode ser discursivamente assinalado como prejudicial ao bebê: “o desenvolvimento rápido de Camilly mostra o quanto seu leite é forte [de Carla Perez], pois com sete meses a menina já aprendeu até a dar tchau. Em breve, deverá ser a vez de Ítalo [o menino que agora é amamentado]” (Idem). A ama-de-leite garante assim o desenvolvimento da criança que lhe é confiada.

Mais um exemplo de práticas históricas atualizadas é a notícia divulgada, pelo jornal *Folha de S. Paulo*, em junho de 2002, sobre a volta da Roda dos Expostos<sup>4</sup> na Alemanha. “A chamada *babyklappe* é a portinhola de uma caixa metálica, instalada na parede de uma das salas de um hospital”

---

<sup>4</sup> Esta discussão sobre a Roda dos Expostos será ampliada na seção *Indução do parto: urgência do nascimento do sujeito-mãe*.

(Berlim ..., 2002, p. A19). Antes, a mãe ia até o hospital deixar seu filho na calada da noite e acionava uma sineta para avisar que um enjeitado ali chegara, o que causava furor entre os vizinhos. Agora, a pequena caixa conta com um sistema de alarme que é acionado “dois minutos depois (...), para dar tempo à mãe de deixar o local” (Idem). Em troca dos vãos úmidos e escuros das Rodas do século XIX, a *babyklappe* é projetada com “uma pequena lâmpada acesa e um sistema de aquecimento que garantem luz e calor ao recém-nascido” (Idem). Esses artefatos estão aos poucos sendo instalados em hospitais alemães “com o objetivo de salvar a vida de bebês que correriam o risco de serem abandonados ou mesmo mortos por mães desesperadas” (Idem).

Estas portinholas talvez venham salvar crianças de mães desesperadas, como a americana Andrea Yates, que afogou seus cinco filhos um a um (sic) na banheira de sua casa, nos Estados Unidos, em 2001. A morte das crianças (cuja idade variava entre seis meses e sete anos) é descrita pela revista *Veja* como “uma dessas tragédias que desafiam a compreensão” (Mortos..., 2001, p. 54). Contraditoriamente, a matéria presta-se a explicar o motivo do assassinato: “Andrea, de 36 anos, era uma mãe dedicada e paciente. A hipótese provável é que o crime seja consequência de depressão pós-parto” (Ela é mesmo..., 2002, p. 14). Busca-se assinalar que “em casos leves, [a depressão pós-parto] provoca apenas sonolência e acessos de choro. Em crises extremas e raras, leva ao desatino de rejeitar ou matar o filho” (Idem). *Veja* inicia a matéria com a seguinte frase: “De todos os crimes, nenhum parece contrariar mais a natureza que o da mãe que mata o filho” (Idem). Em seu depoimento à polícia, a americana afirmou que era uma mãe má e que seus filhos estavam estragados (sic), por isso, os teria matado.

Slavoj Žižek, em um artigo sobre o gesto de “violência emancipadora” da americana Andrea Yates, discute uma das grandes formas de sujeição feminina nos dias atuais, aquela relativa ao imperativo ideológico que afirma que a maternidade deve ser a felicidade maior da vida de uma mulher. Nas palavras de Žižek, a injunção seria a seguinte: “seja feliz e encontre sua realização dentro do inferno de sua casa, onde seus filhos a bombardeiam com exigências impossíveis de serem satisfeitas e onde todas as suas esperanças são frustradas” (Žižek, 2001, p. 14). O gesto de matar os cinco filhos estaria relacionado à possibilidade de Andrea “libertar-se da prisão da ideologia

hegemônica”, pois fazer isso necessariamente “envolve um esforço violento do sujeito, nunca uma questão de argumentação formal” (Idem).

Com efeito, gostaria apenas de apontar que os aspectos relacionados à maternagem não podem ser dimensionados apenas a partir da relação biológica entre uma mulher e seu/a filho/a. Em sua pesquisa de Mestrado, Paola Basso Menna Barreto Gomes analisa o lado maternal das princesas clássicas *Disney*. Embora nenhuma delas seja efetivamente mãe, apresentam-se compondo um “feminino representado em função de tarefas que envolvem a manutenção de uma estrutura que acolhe e conforta” (Gomes, 2000, p. 189). Seja no cuidado com o outro, seja no zelo pela administração do lar, a característica da maternagem é considerada pela autora como um ponto fundamental da constituição da subjetividade feminina proposta por estes produtos midiáticos. A partir das imagens de Branca de Neve (“que lava, passa, limpa a casa, faz tortas e pudins”<sup>5</sup>), de Cinderela em seu trabalho abnegado (com as irmãs e até mesmo com os bichinhos da floresta) ou na

---

<sup>5</sup> Fragmento do diálogo do filme retirados da Dissertação de Mestrado da autora referida (Gomes, 2000, p. 189).

figura das três boas fadas, do filme *A Bela Adormecida* (que concedem dons e se interessam pelo cuidado com os outros), tais narrativas “subsidiaram o discurso que imperou até meados deste século: de que a mulher só se realiza como mãe” (Gomes, 2000, p. 192).

As questões abordadas pela autora evidenciam uma importante consideração a respeito do conceito de maternagem. Trata-se de uma relação que não se restringe à relação biológica entre uma mulher e seu filho, mas estende-se ou não se limita a esta relação e que, de certa forma, constitui os indivíduos, sejam eles efetivamente mães ou não. Assim, posso ocupar temporariamente o papel de mãe de uma amiga, na medida em que cotidianamente ouço seus problemas e tenho um certo cuidado/responsabilidade em relação a ela; um pai pode assumir o papel de mãe quando, na ausência ou na impossibilidade dessa, ele provê a casa e os filhos; a professora de uma creche pode ser considerada a segunda mãe de uma criança, na medida em que passam juntas a maior parte do dia e é ela (a professora) quem a alimenta, lhe dá carinho e atenção. A singela cena da menina que brinca de casinha e dá comida a suas filhas-bonecas pode referir-se também a uma relação de maternagem, já que permite a ela, naquele espaço, naquela ação lúdica, reproduzir uma série de práticas que se aproximam da idéia de mãe e de maternagem.

Nancy Chodorow foi uma das primeiras teóricas feministas a discutir o caráter de maternagem – ou *maternação* – que a mulher é culturalmente chamada a desempenhar. No final dos anos 70, a autora já questionava que, em relação à mulher, era pequena a distinção que se fazia entre o ato de cuidar de crianças e o de ter a possibilidade de parir-las. Teorias reprodutivas, baseadas na diferenciação fisiológica entre a mulher e o homem, viriam estender tal diferenciação ao desempenho dos cuidados com a infância e à educação das crianças. Essas explicações entendem que o processo de divisão de trabalho (a mulher responsável pela prole e o homem pela manutenção financeira do lar) pode ser fisiologicamente comprovado. Utilizando-se de pesquisas de diversas áreas (como a Psicanálise, a Biologia-Evolucionista e a Veterinária), Nancy Chodorow introduz uma discussão sobre maternação e instinto maternal, que vem comprovar que nem os hormônios, nem o corpo potencialmente materno da mulher são suficientes para gerar capacidades maternizantes ou mesmo causar a maternação (Chodorow, 1978).

Características e procedimentos maternos certamente nos remetem às esferas específicas de cuidado com outrem. As mais diversas publicações e muitos programas de TV cotidianamente confirmam que a tarefa de cuidar dos filhos cabe às mães. Considerando que “o ato de cuidar implica algum tipo de responsabilidade e compromisso contínuos” (Tronto, 1997, p. 187), creio ser importante ampliar esta discussão, a partir do que Joan Tronto enfatiza acerca dos sentidos que atribuímos e empregamos à palavra “cuidado”.

Tronto oferece uma interessante diferenciação entre as expressões “cuidado com” e “cuidar de”, partindo da idéia de que esta distinção se ajusta aos modos pelos quais definimos os cuidados de acordo com o gênero em nossa sociedade. “Cuidado com’ refere-se a objetos menos concretos, caracteriza-se como uma forma mais geral de compromisso”, ao passo que “cuidar de’ envolve responder às necessidades particulares, concretas, físicas, espirituais, intelectuais, psíquicas e emocionais dos outros” (Idem, p. 188). Geralmente, as questões ligadas ao “cuidado de” estão, preferencialmente, vinculadas às estruturas relacionadas à família ou àquelas que lhe servem como apoio/substituto. Desta forma, “presumimos normalmente que as mães *cuidem de* seus filhos, que as enfermeiras *cuidem de* seus pacientes, que os professores *cuidem dos* alunos, que os assistentes sociais *cuidem de* seus assistidos” (Idem, p. 187, grifos meus). Em nossa sociedade, os papéis de gênero são distinguidos de tal forma que cabe às mulheres o “cuidado de” e aos homens o “cuidado com”.

Há, contudo, relações mais complexas sobre o “cuidado de” e a maternagem importantes de serem exploradas. Cláudia Fonseca, com base em pesquisas etnográficas realizadas nos anos 80 e 90, em dois bairros da periferia de Porto Alegre (Vila do Cachorro Sentado e Vila São João), evidencia o caráter dinâmico e móvel do conceito de maternidade. Em classes populares, a “circulação de crianças” (Fonseca, 2000, p. 58) é bastante comum, tendo em vista que as mães geralmente entregam seus filhos aos cuidados de vizinhas, parentes ou mesmo de seus outros filhos. Este fato não significa que tais mães deixem de se considerar como efetivamente mães destas crianças. Pelo contrário, essas mulheres mantêm os laços afetivos com os seus filhos e, em grande parte das vezes, exigem direitos parentais de forma legítima. A maternidade é vista como motivo de orgulho para as mulheres de classes

populares, tanto que “quando uma mulher quer criticar a outra, é nessa área que atacará” (Fonseca, 2000, p. 31).

Mesmo com todas as mudanças históricas, culturais e econômicas, parece que o discurso religioso, representado pela figura de Maria – mito, representação cultural materna principal da religião cristã, específica do Catolicismo –, ainda é, em grande parte, constituidor de uma maternidade normativa. Analiso revistas, jornais, assisto a diferentes programas e evidencio que este discurso não é exclusivo da Igreja Católica. Pelo contrário, expande-se e é absorvido por outras instituições e instâncias. Frases como “casai e tende filhos” ganha ênfase (O direito ..., 2001, p. 51) não só na Bíblia, mas também nas páginas de uma revista que traz uma reportagem sobre a dor dos casais que não conseguem ter filhos. Da mesma forma, o mito de Maria, em sua forma santificada, isenta de uma sexualidade aparente, enfatiza certamente o caráter (sobre)natural da figura da mãe. O modo como este mito é enunciado nada mais faz do que oferecer “lentes que podem ser usadas para olhar a identidade humana em seu contexto cultural e social” (Woodward, 1995, p. 248). Estes documentos (reportagens de revistas, por exemplo), quando dignificam e santificam a função materna, tratam de carregar consigo conceitos normativos, classificatórios do que seria ou não uma boa mãe. Ao atualizar os mitos, tais materiais claramente o ressignificam como produtor de sentidos (Idem).

O fato biológico de dar à luz, por exemplo, é usado para sugerir que a mulher faz algo instintivo e, portanto, sabe como ser mãe, ou melhor, como exercer uma certa maternagem. Contraditoriamente, as mesmas mães (e todas nós) são (somos) inundadas de reportagens que não apenas ensinam como devem cuidar dos filhos, mas que também buscam atentar para certos requisitos indispensáveis para que elas se tornem boas mães. O que faz uma cultura, paradoxalmente, considerar que algo “natural” há que ser explanado, detalhado, objetivado, ensinado? Como se estabeleceu um determinado campo de racionalidade de forma a descobriremos e desvendarmos a “verdade” sobre este aspecto feminino que se tornou objeto de conhecimento? Tudo indica que a figura da mãe torna-se, cada vez mais, passível de compreensão, dotada de valor e constituída a partir daquilo que se tornou um campo de conhecimento.

Esta figura torna-se merecedora de toda uma “ortopedia discursiva”<sup>6</sup> que a ensina, a instrui, dizendo-lhe como melhor cuidar e tratar de seu filho (sem deixar de lado o corpo, a casa, o marido, as relações afetivas e o trabalho). Assim, estabelecem-se, diariamente, procedimentos e cuidados corretos e importantes, elegendo-se, simultaneamente, quais os procedimentos indesejáveis, negativos, proibidos.

Pergunto: de que forma, especialmente nos produtos da mídia é possível falar e fazer falar as mães, ensinando-lhes, oferecendo-lhes perguntas e respostas, senão a partir do pressuposto de que há um sujeito a ser constantemente ensinado (a mulher)? Ao mencionar estes materiais midiáticos, refiro-me à sua economia discursiva: “sua tecnologia intrínseca, as necessidades de seu funcionamento, as táticas que instauram, os efeitos de poder que os sustentam e que veiculam” (Foucault, 1999, p. 67). Trata-se de um discurso que é tecido conjuntamente àquele relacionado a padrões de beleza que “associam a constituição da mulher como ‘mulher para o homem’” (Fischer, 1996, p. 219). Um primeiro olhar para estes produtos da mídia aponta para a construção de um dispositivo que constitui o sujeito feminino relacionando a palavra mulher à idéia de plenitude. As mulheres, quando não têm filhos são geralmente apresentadas nos produtos midiáticos como seres em falta. Os filhos, neste contexto, funcionam como uma espécie de presença que viria exatamente suprir esta falta: ter um filho, portanto, significa estar/ser completa.

Na medida em que cotidianamente discursos e sentidos são operacionalizados para explicar, detalhar, objetivar, tornar visíveis e enunciáveis determinadas formas de experienciar a maternidade, é possível dizer que se constituem, a partir daí, *práticas* bastante concretas. Ao afirmar que “a sociedade é um vasto tecido argumentativo” (Laclau, 1991, p. 146), Ernesto Laclau refere-se a esta positividade dos atos de linguagem, uma vez que eles efetuam, promovem e instituem sentidos no social, os quais se relacionam à construção da “própria realidade” (Idem). Este processo não se articula de maneira homogênea ou mesmo sem manifestação de formas de resistência. Em torno desta incessante produção discursiva sobre a figura da mãe, sentidos e enunciações entram em tensão, resistem e defrontam-se também com configurações e relações de poder que, mais do que barrá-los,

---

<sup>6</sup> Tal expressão foi cunhada por Michel Foucault, ao referir-se à proliferação de discursos sobre

fazem-nos produzir outros e novos sentidos e práticas discursivas. A questão que motivou este trabalho está alicerçada nessas constatações e pressupostos: o problema pode ser localizado na medida em que consideramos o que tais práticas discursivas efetivamente produzem (ou deixam de produzir), as formas com que elas orientam, nomeiam, valorizam, julgam, evocam, reforçam, (des)qualificam, hierarquizam, convencionam, enunciam, visibilizam, objetivam, excluem, incluem os sujeitos-mãe, no interior de um dispositivo que promove modos claros e específicos de subjetivação feminino-materna.

Em sua pesquisa sobre revistas americanas e anglo-saxãs dedicadas aos cuidados infantis, Carmen Luke (1999) constata uma certa coerência histórica de valorização diferencial de gênero e poder em relação ao papel que deve desempenhar a mãe. A autora aponta que tais materiais atuam como espaços de perpetuação de experiências conservadoras de maternidade, de feminilidade e de família, constituindo-se como “poderosa disciplina normalizadora com e contra constructos alternativos e feministas” (Idem, p. 177).

Afirmo, baseada em minhas discussões e análises sobre materiais semelhantes (editados e veiculados no Brasil), que parte das constatações desta autora alicerçam-se em uma discursividade médica/psicológica que elege, de forma privilegiada, alguns assuntos a serem discutidos e pormenorizados. As temáticas são infinitas, tais como: a necessidade de saber, antecipadamente, o sexo do bebê; a importância de explicar, com detalhes, os sentimentos das mulheres com a chegada de um filho/a; a depressão pós-parto e seus riscos; a prevenção de doenças que as mães podem vir a ter na gravidez; os partos prematuros; a validade de a mãe aprender como dar a notícia ao futuro papai, às vovós e aos vovôs, aos amigos/as, aos outros/as filhos/as; o mérito em conhecer (para prever) os diferentes tipos de parto; o cuidado com uma alimentação nutritiva e saudável antes, durante e após a gravidez; o puerpério; a eclâmpsia; a necessidade dos exames pré-natal; a importância da amamentação etc.

À mulher, cabe conhecer seu corpo desde o momento em que ela tem a notícia de que está grávida. É importante que ela aprenda, sobretudo, a “decodificar, incessantemente, as linguagens de seu organismo, mantendo-se

---

a sexualidade no século XVIII (Foucault, 1999, p. 31).

constantemente em comunicação com cada uma de suas partes” (Sant’Anna, 2000, p. 54). Ela precisa saber sobre sua pressão arterial, sobre sua pele, sobre o aumento dos seios, dos quadris, do peso. Todo esse conhecimento passa a ser inevitável. Nas revistas dedicadas às futuras mães<sup>7</sup>, ocupam um espaço relativamente extenso os apelos para conhecer as primeiras mudanças corporais com a gravidez ou aquelas ocorridas no período pós-parto, o que pode ser corrigido (e, claro, como fazê-lo) e o que não pode.

Estas revistas criam mais e mais alternativas, soluções, novas estratégias de controle do corpo, do tempo e da distribuição organizacional das atividades das mulheres-mães. Agora, ao invés de as mães se preocuparem com a comida e/ou com os cuidados com a casa (como era comum há vinte anos, por exemplo), a ocupação deve ser com a escolha de uma *baby-sitter*, o dia em que a acaba a licença-maternidade, as formas de melhor aproveitar o tempo junto à criança, os cuidados com a alimentação do bebê quando a mãe volta a trabalhar etc.

Tais discursividades, como analisa Silvana Gollner, não são novas ou características desta década ou mesmo do final do século XX. Ao analisar o primeiro periódico de Educação Física publicado no Brasil – intitulado *Educação Physica* –, a autora nos mostra que, dentre a criação de padrões de estética e comportamentos femininos, havia também a necessidade de se promover uma discursividade específica em relação à maternidade. No período de 1932 a 1935, promoviam-se discursos que punham em evidência a necessidade de a mulher, mãe em potencial, “ter um caráter virtuoso, moldado pela valorização de qualidades como a benevolência, a generosidade, o recato e abnegação” (Gollner, 2000, p. 85). Devido às transformações políticas, sociais e culturais pelas quais o país passava, o periódico propunha-se a produzir um ideal de mulher-mãe e mãe-cívica. Por um lado, “a representação da mulher-mãe esta[va] voltada para o fortalecimento da raça no que diz respeito à saúde, ao vigor físico e à eficiência dos indivíduos frente aos obstáculos reservados pela vida” (Idem, p. 86); por outro, a mãe-cívica incorpora[va] e defende[ia] o discurso oficial da preservação da soberania e da honra nacional” (Idem).

Juntamente a discussões acerca da produção do corpo materno, cada vez mais os debates sobre as novas tecnologias reprodutivas ganham espaço

---

<sup>7</sup> Refiro-me, especialmente, às revistas *Crescer e Pais & Filhos*; publicações mensais da Editora Globo e da Editora Três, respectivamente, que se destinam ao compilação de assuntos e

na mídia. No entanto, tais tecnologias apresentam inúmeros riscos, alto custo financeiro e baixa resolutividade, muito pouco mencionados, principalmente nos aparatos midiáticos (Barbosa, 2000). As mulheres que se utilizam dessas tecnologias costumam descrever a experiência em termos de “desconforto físico, dores, ansiedade e desgaste psicológico” (Idem, p. 227). Em uma ampla reportagem sobre o assunto, a revista *Veja* entrevista uma mulher que se submeteu à fertilização *in vitro*. Ela afirma: “o importante é que meu bebê seja perfeito, não o método de concepção” (Tudo por..., 2001, p. 114). Paradoxalmente, todos os avanços da Medicina nessa área vêm justamente comprovar que a perfeição está ligada ao fato de que “natural é ter filhos concebidos em casa, não nos ambientes frios e calculistas de uma clínica” (Idem). Para Rosana Barbosa, tais discussões sobre as tecnologias reprodutivas contribuem para “reforçar a visão da reprodução como função inerente da mulher, como uma característica determinante do seu ser, prejudicando os avanços sociais conseguidos por meio de um longo processo de questionamento da relação mulher-natureza” (Barbosa, 2000, p. 212).

Os avanços da Medicina e as novas configurações dos laços sociais foram também alterados pela popularização dos testes de DNA. Cláudia Fonseca analisa as questões e os debates que envolvem esta discussão. Ela mostra que, diferente do que se pode à primeira vista pensar, não são somente as mães que recorrem a estes testes e, quando o fazem, não é apenas uma questão financeira que está aí envolvida. Argumentos como o de “ganhar a afeição de um homem” ou de “garantir a identidade da criança segundo a norma da bifiliação” (Fonseca, 2002, p. 282) podem ser identificados como motivos pelos quais as mulheres recorrem a estes testes para comprovar a paternidade de seu filho. Muitas vezes são também estas crianças – ou adolescentes – que solicitam os testes, como uma maneira de “reencontrar suas origens” (Idem).

A importante discussão que a autora traz sobre esta questão é a de que através destes testes, a biologia de algum modo define e torna legítimos (ou não) certos laços entre pais e filhos. Trata-se de uma polêmica que envolve não apenas a possibilidade de construir novos laços filiais, mas também de rompê-los. Legalmente utilizado, o teste de DNA permite que um homem, por exemplo, venha a contestar a paternidade de seu suposto filho, independente

---

temas relacionados à maternidade, ao cuidado/educação dos filhos, à gestação etc.

de quantos anos ele tenha vivido com sua companheira. Mesmo outras pessoas – alheias à família – podem ser judicialmente autorizadas a solicitar a comprovação de paternidade (ou de maternidade) de uma criança. “A opinião que prevalece neste momento parece implicar que uma criança não poderia, em nenhuma circunstância, ser feliz convivendo com uma ‘mentira’” (Fonseca, 2002, p. 285). Utilizando-se de estudos como de Laborde-Barbanègre, Cláudia Fonseca discute que, com esta nova estratégia biogenética, a filiação passa a não ser mais considerada como um resultado de uma relação institucional (casamento) ou de um ato jurídico (certidão de nascimento), mas tornou-se um fato “demonstrável da realidade” (Idem).

De forma semelhante, no midiaticamente alardeado “caso Pedrinho”<sup>8</sup>, os pais biológicos do menino Pedro Tapajós afirmaram que uma criança não poderia conviver com a mentira. Tal caso envolve não uma garantia da guarda judicial, mas a legitimidade, principalmente, acerca da maternidade.. O irônico dessa situação – se é que assim podemos dizer – é que o teste de DNA, geralmente realizado para descobrir uma suposta paternidade, é aqui utilizado em favor da comprovação da maternidade. Mãe biológica e mãe de criação estão em pólos opostos. Este caso envolve inúmeras controvérsias, as quais não tenho a pretensão de discutir e problematizar em sua totalidade. Primeiramente, destaco o fato complexo de uma mulher ter seqüestrado um recém-nascido para que, garantida ilicitamente a maternidade, ela pudesse sustentar uma relação amorosa. Distingo, também, o quanto o ato de ter retirado o bebê dos braços de uma outra mãe, em pleno hospital, provocou grande comoção nacional. Uma comoção que certamente foi ampliada com a apresentação, pela mãe biológica, do enxoval do menino (guardado por 16 anos) e do diário em que ela escrevia sistematicamente recados e mensagens para seu filho desaparecido. Tais mensagens, apresentadas pela mídia, vão

---

<sup>8</sup> O chamado “caso Pedrinho” refere-se ao fato de Vilma Martins Costa ser acusada de ter seqüestrado o garoto Pedrinho, registrado por ela com o nome de Osvaldo Martins Borges Júnior, da maternidade Santa Lúcia, em Brasília, há 17 anos. Em 1986, ano de nascimento do garoto, o caso ficou conhecido nacionalmente devido às buscas protagonizadas pelos pais biológicos, Jayro e Maria Auxiliadora Tapajós. Dezesesseis anos depois, uma menina de 19 anos, neta do pai adotivo de Pedrinho, associou a imagem do garoto, ainda recém-nascido, em um *site* chamado “SOS criança” à foto de Jayro Tapajós, também veiculada pelo *site*. A tal menina, orientada pela equipe da instituição SOS Criança, recolheu um fio de cabelo de Pedrinho para realização do exame de DNA. O teste comprovou que o garoto era filho de Jayro e Maria. Além do exame de DNA, Maria Auxiliadora também reconheceu Vilma Costa como sendo a mulher que havia seqüestrado Pedrinho. No entanto, Vilma não pôde ser processada pelo seqüestro porque o crime prescreveu em 1994.

desde a lembrança do dia em que o Pedrinho foi seqüestrado no hospital, até à descrição de sentimentos em datas como a virada do ano de 2000 para 2001:

Eu tentava adormecer quando uma mulher entrou no quarto. Morena clara, olhos castanhos e escuros, cabelos compridos, na altura dos ombros. Trajava saia e blusa, calçava meias finas e sapatos de salto. Era bonita e simpática, envolvente na maquiagem talvez excessiva. Apresentou-se como assistente social da Casa de Saúde. Viera para uma 'visita rotineira' a mim e ao nenê. (...) Retirou o pequeno do berço, onde dormia tranqüilamente. Sinto arrepios e digo para mim: 'Não quero que você leve meu filho'. Penso mas não falo nada, Deus estava comigo... Olhei-o no colo da bandida e perguntei : 'Filhinho, você não vai dar um beijo na mamãe?' Ela responde imitando voz infantil: 'Não fique triste, mamãe, eu volto logo...' Foi a última vez que o vi.

Querido Pedrinho, Feliz Ano 2001. Começo de um novo século. Pode ser que nos encontremos neste próximo ano. (...) Talvez eu morra sem te ver de novo e então nada fará mesmo sentido. Beijos.

A discussão entre mãe biológica e mãe adotiva é constantemente invocada. A legitimidade da mulher que cria o filho, neste caso, foi quase completamente obstruída, tendo em vista que tal adoção foi proporcionada por vias ilícitas. É exatamente isso que faz com que a legitimidade da mãe biológica possa ser restaurada. Essa legitimidade é ampliada devido a atitude de amor incondicional da mãe biológica. Em entrevistas que concedia a programas de televisão, Maria Auxiliadora Tapajós (mãe biológica de Pedrinho) muitas vezes direcionava a fala a seu filho: “o fato de te encontrar, de saber que você está bem, transformou minha vida. Estou tranqüila. Tenho você concreto em minha cabeça (Mãe biológica ..., 2002, p. C1). Ou, ainda: “espalhei fotos pela casa. Estou te esperando, mas sinta-se livre, não se sinta pressionado. Só de te ver bem estou muito feliz. Te amei de forma incondicional. Da forma que você quiser, estarei pronta” (Idem). Em uma outra matéria em que fala sobre o assunto, a mãe biológica ainda afirma: “a única família verdadeira dele somos nós” (Idem).

É importante problematizar a partir de relatos como estes que venho fazendo desde o início da seção, que nos espaços midiáticos não se fala de uma maternidade, mas de várias, provindas de diferentes “lugares”, enunciadas por diferentes sujeitos. Trata-se de múltiplas enunciações dispostas a adquirir diferentes *status* e valor de “verdade” e narrar de forma distinta o sujeito-mãe: mãe-biológica, mãe-de-criação, mãe-adolescente, mãe-

pobre, mãe-assassina. Nesses espaços, há mulheres que, em sua condição de mãe, são convidadas a falar minuciosamente sobre si mesmas, como se nos trouxessem não só seus testemunhos ou (contra)exemplos de vida, mas também doses de harmonia ou desespero provindos de um amor ou de um descontrole infinito.

Falar destas múltiplas modalidades maternas significa também apontar para as novas configurações que a mídia vem assumindo atualmente. Trata-se da necessidade comercial de atingir universal e individualmente o maior número de pessoas; de fazer com que o maior número de pessoas possível tenham e encontrem seus espaços ou posições a serem ocupados. Este tipo de estratégia tem a ver com as afirmações que se faz daquilo que a mídia faz para nós; daquilo que dos nossos sentimentos é capturado pelas e através dos ditos e também das imagens. Neste sentido, a mídia imagina aquilo que gostaríamos de consumir, imagina os sonhos que podemos ter, imagina o homem/a mulher ideal que tanto ensejamos e igualmente imagina uma maternidade normativa. O que seria esta “dificuldade de pensar a nós mesmos”, de que fala Kristeva, senão a explosão e inflação de sentidos que assola nossa intimidade? (Kristeva *apud* Fischer, 2001).

É também a partir da caracterização da rede discursiva que se instaura sobre este objeto – a prática materna – que se torna possível afirmar a existência de um dispositivo da maternidade ligado à produção de discurso, relações de poder e modos de subjetivação<sup>9</sup>. Este trabalho, na medida em que busca também mostrar de que forma a maternidade tornou-se um objeto de saber-poder, empenha-se em identificar, nas descontinuidades discursivas sobre o sujeito-mãe (e sobre a própria maternidade), aquilo que a nomeou, que a tornou descritível, passível de regras e leis que a normatizam. Trata-se de buscar, na mídia contemporânea, as “superfícies de emergência” (Foucault, 2000) de diferentes discursos midiáticos que constituem cotidianamente não só a noção de maternidade, mas também as relações de poder envolvidas na construção de significados, bem como a formação de sujeitos que derivam justamente destas relações.

Trata-se, portanto, de buscar compreender de que lugares é possível falar sobre a maternidade, como alguns sujeitos a enunciam e como outros

---

<sup>9</sup> Estes processos serão explicados detalhadamente na seção três – *Dispositivo da maternidade: produção agonística de experiência*.

(muitas vezes os mesmos) são chamados a reconhecer-se como mães e de que modo seus discursos podem relacionar-se para a produção, reforço, aceitação, propagação de um dispositivo. No âmbito deste processo complexo cotidianamente operacionalizado na/pela mídia, trata-se de verificar como se cruzam discursos médicos, religiosos provindos de figuras anônimas ou astros de telenovelas ou apresentadores, para ensinar, para enriquecer o banco de informações desta que vem sendo uma das formas de maior visibilidade e enunciabilidade de subjetivação feminina.

### **Pesquisa em questão**

A partir do contato com as discussões entre trabalhos que tratam sobre a temática da maternidade e de um amplo conjunto de materiais da mídia que venho, desde 2000, efetuando re-leituras e re-escritas, compreendo que a idéia de maternidade que ganha visibilidade é parte de um discurso e de uma articulação de sentidos muito maior. A maternidade adquire cada vez mais sentidos quando articulada e apoiada por diferentes redes de saberes que são construídos em múltiplos espaços (educacionais, governamentais etc.), os quais, de alguma forma, acabam sendo replicados em campos como a mídia. São, pois, discursos que dizem respeito não só à produção de posições discursivas, mas também de sentidos outros, relacionados à família, à mulher (e ao seu corpo), à criança etc. A problemática de que trata este trabalho não consiste somente em discutir as afirmações enunciadas sobre (ou para) o sujeito-mãe ou o modo como ele é exposto, mas principalmente em objetivar as formas pelas quais este mesmo sujeito é levado a reconhecer-se como mãe dentro de certas discursividades maternas específicas, as quais são constantemente promovidas por um dispositivo. Neste sentido, afirmo que uma série de processos entrecruza-se, engendra-se e sobrepõe-se para a existência do dispositivo da maternidade e que a ele cabe certos questionamentos: a mulher como ser cuidadoso, zeloso; a criança como merecedora e carente de cuidados; a mídia como constituidora de sentidos e de sujeitos sociais etc.

Compreendo que o dispositivo da maternidade está intimamente relacionado a outros dispositivos importantes de nossa época: ao da sexualidade, ao da infantilidade e ao dispositivo pedagógico da mídia.

Em relação ao dispositivo da sexualidade, a ligação se dá justamente a partir da consideração de que ele (tal como evidenciado por Foucault) atua, basicamente, sobre os corpos, objetivando-os e descobrindo-os incessantemente. Ele promove tarefas que não estão ligadas somente ao exercício de nomear anomalias e desvios nos corpos, mas à prática contínua de fazê-los falar e produzir neles, e a partir deles, uma série de conhecimentos. Ultrapassando e aperfeiçoando o dispositivo da aliança, o dispositivo da sexualidade vem reorganizar a família, tornar seus laços mais estreitos, fazer dos médicos seus agentes fiéis. Em seu exterior, a família se vê outorgada, sancionada por especialistas e, em seu interior, trata de psicologizar suas relações (Foucault, 1999, p. 104). “Aparecem então, estas personagens novas: a mulher nervosa, a esposa frígida, a mãe indiferente, ou assediada por obsessões homicidas, ...” (Idem). Ao instituir a família como fator capital de sexualização e como imersa na demanda capitalista de “fabricação regulada de filhos” (Idem, p. 107), o dispositivo da sexualidade apela para a produção de um casal malthusiano (que pudesse controlar devidamente o número de filhos aptos a criar). Na medida em que intrincados, o dispositivo da sexualidade e o dispositivo da maternidade dão visibilidade aos corpos femininos, às suas formas de pensar e agir e, enquanto tal, privilegiam certas maneiras de desenvolver o exercício da maternidade. O dispositivo da maternidade, em associação com o dispositivo da sexualidade (e valendo-se dele), promove um conjunto encadeado de práticas médicas, psicológicas, assistenciais etc. que visam, cada vez mais, regulamentar a sexualidade, a moralidade e a maternidade das mães.

Nos dias atuais, percebemos, não sem desassossego, que “a infância não anda bem, vai mal, não funciona, não se passa direito, não anda como deveria andar. É um desastre, um fracasso, uma inadequação”<sup>10</sup> (Corazza, 2001, p. 68); anunciamos, o “fim-da-infância” (Idem). O dispositivo da infantilidade deveria trabalhar no salvamento desta infância (que ele mesmo criou e pôs a operar) para a produção de uma “infância-sem-fim” (Idem). Ora,

---

<sup>10</sup> Gostaria de manter aqui o tom sutilmente irônico desta afirmação, tal como no texto da autora.

quem é o sujeito-mãe senão um dos fortes aliados (ou melhor, agentes) de produção e restauração deste aspecto da infância e, portanto, parte importante da constituição do dispositivo da infantilidade? O dispositivo da maternidade é construído também por ideais de cuidado, de zelo, de amor etc., os quais atuam de modo a fazer com que este “inocente” infantil mantenha-se assim (infantil e cada vez mais merecedor de cuidados, de preservação, de amor infinito). Lembrando Rousseau (1999), a mãe ainda é o sujeito do âmbito familiar que mais responsabilidades tem sobre a criança, sobre seu desenvolvimento, afinal, sobre o que ela vai ser quando crescer.

Acredito que a formação deste agente (mãe) do dispositivo da infantilidade é constituída, em grande parte, através das grandes instâncias culturais e educadoras de nossa sociedade e, de modo especial, através das complexas redes de significação que são construídas pela mídia. Assim, esta pesquisa busca caracterizar o dispositivo da maternidade dentro dos espaços dos meios de comunicação e, para isso, operar com uma especificidade em relação ao conceito de “dispositivo pedagógico da mídia” (Fischer, 2000). Desta maneira, aproprio-me, então, da pergunta “que relação haveria entre a complexidade de elementos de linguagem que concorrem para a construção de um material audiovisual veiculado pela TV e a produção de sujeitos?” (Idem, p. 5) articulando-a no sentido de referir-se à produção de determinados sujeitos (quais sejam, as mulheres-mães).

Pergunto: como, na heterogeneidade que lhes é própria, estes dispositivos (o da sexualidade, o da infantilidade e o pedagógico da mídia) funcionariam entre si e se sustentariam? Como estabelecem este cruzamento, complementando-se e engendrando-se dentro de um campo específico (como a mídia) para a produção e visibilidade de determinados aspectos da maternidade? De que forma estes dispositivos nos interpelam de maneira a participarmos na produção/aceitação/construção de um conjunto de características próprias de uma determinada configuração materna? Como na sobreposição/junção/correlação entre estes dispositivos uma figura (a mãe) pode ser colocada como protagonista, de maneira que facilmente possamos reconhecer seus atos como bons, ruins, desejáveis ou não? O que isso nos sugere sobre a constituição de formas específicas de controle e subjetivação femininas?

Parto do argumento de que, ao final do século XVII, um dispositivo da maternidade foi organizado para responder a uma urgência – ligada principalmente à formação dos Estados Nacionais no âmbito europeu<sup>11</sup>. Meu objetivo principal é o de evidenciar e caracterizar as formas pelas quais esse dispositivo é operacionalizado e posto a funcionar na mídia contemporânea para a constituição de uma difusa e dilatada *experiência materna*. Experiência, no sentido dado por Foucault, como uma “correlação, (...), entre campo de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade” (Foucault, 1998, p. 10).

Deste modo, interessa-me identificar:

a) a constituição de uma complexa rede de sentidos criada e/ou operacionalizada para a promoção de objetivações tanto dos sujeitos-mãe como de diferentes modalidades maternas. Rede que institui, reforça e contribui para a produção contínua de *práticas de maternização*, característica deste dispositivo;

b) a instauração de relações de poder (bem como de pontos de resistência) a partir não só da relação desigual entre o sujeito-mãe e o sujeito-pai, mas, igualmente, entre as modalidades maternas objetivadas por este dispositivo. Busco também assinalar a articulação dessas relações de poder com saberes e verdades produzidos pelos discursos para a criação de uma *normatividade materna*;

c) a organização de *tecnologias do eu* preponderantemente direcionadas ao constante apelo e veiculação de procedimentos voltados para a relação dos indivíduos-mãe consigo mesmos, estabelecendo, com isso, modos de subjetivação feminina ao ligar o cuidado de si (do sujeito-mãe) ao cuidado do outro – do/a filho/a.

Estes objetivos estão correlacionados e interligados na medida em que o dispositivo da maternidade está articulado na mídia para a promoção de um processo de produção *agonístico de práticas de maternização*, ou seja, para a promoção de um processo que envolve a dimensão de lutas, de combates, de criação e de subversão de sentidos sobre a maternidade. Este processo agonístico está intimamente relacionado à dimensão do poder: poder de

---

<sup>11</sup> A urgência de que falo será tratada na seção *Indução do parto: urgência do nascimento do sujeito-mãe*.

produzir sujeitos, de dar visibilidade e enunciação a eles, bem como de sistematizar modos de as mulheres se relacionarem consigo mesmas.

Dois conjuntos de materiais compõem o *corpus* de análise desta pesquisa. O primeiro conjunto de materiais é constituído por narrativas midiáticas sobre certas personagens maternas famosas. Selecionei quatro mulheres-mães e, a partir daí, coletei reportagens, matérias e artigos que pudessem me sugerir maneiras pelas quais sentidos e discursos são articulados em torno destas figuras, em sua condição de mãe. As estrelas escolhidas foram: Cássia Eller, Luciana Gimenez, Vera Fischer e Xuxa. Busquei, então, artefatos da mídia em que pudesse encontrar reportagens sobre estas mães, tanto com caráter informativo, quanto com característica de sensacionalismo. Assim, selecionei, como fonte, a revista *Veja*<sup>12</sup> e a revista *Caras*<sup>13</sup>.

Neste primeiro conjunto, não estabeleço um período comum de coleta de materiais. Pelo contrário, as reportagens foram extraídas a partir do momento em que cada uma destas mulheres tornou-se visível como mãe. No caso de Xuxa, as matérias foram selecionadas a partir de 1998; de Vera Fischer, 1992; de Cássia Eller, 1994 e de Luciana Gimenez, 1999. Tentei privilegiar determinados momentos da vida dessas mães (aqueles mesmos em que a mídia produz uma visibilidade maior – para citar um exemplo, a constante luta de Vera Fischer em torno da recuperação da guarda de seu filho, Gabriel).

O principal motivo da escolha destas mães-famosas foi a evidência de suas massivas aparições nos espaços midiáticos. Cada uma a seu modo, estas narrativas parecem articular importantes e significativas “verdades” sobre a maternidade. Por exemplo, desde que Sasha nasceu, as revistas e programas televisivos não se cansam de mostrar o cotidiano de Xuxa, uma mãe sozinha que, mesmo sendo famosa, não hesita em afirmar (seja por seus atos, seja por palavras) o quanto é uma mãe normal (mãe que chora ao ver a própria filha chorando de cólicas, mãe que leva e acompanha a criança no primeiro dia de

---

<sup>12</sup> Revista semanal, publicada pela Editora Abril, que aborda assuntos variados – desde notícias políticas (do país e do exterior), entrevistas com personalidades das mais diversas áreas (medicina, psicologia, literatura, comunicação, direito etc.), destaques de eventos sociais, polêmicas atuais e até mesmo indicações de livros, de peças teatrais e de filmes cinematográficos. A revista *Veja* é uma das mais tradicionais do país, estando no mercado há 35 anos.

<sup>13</sup> Revista semanal, publicada pela Editora Abril, teve sua primeira publicação em 1990. Destina-se a relatar a vida, preferencialmente íntima, de artistas e pessoas famosas.

aula, mãe que se sente mais feliz ao saber que a filha também está feliz). Da mesma forma, participamos cotidianamente da constante e problemática luta de Vera Fischer, tanto para livrar-se da dependência química do álcool e das drogas, como para vencer a disputa judicial pela guarda de seu filho, Gabriel. Na figura de Luciana Gimenez, vemos a maternidade como “negócio”, tensionada pelas enunciações da apresentadora, de amor incondicional que ela dedica ao filho que teve com o cantor inglês Mick Jagger, Lucas. Por último, após a trágica morte da cantora Cássia Eller, a mídia nos narra esta outra forma de maternidade, a da mãe-homossexual.

A intenção de trabalhar com histórias de mães famosas – a partir de um conjunto de textos que descrevem fatos de suas vidas em relação a seus filhos –, relaciona-se com a possibilidade de analisar e objetivar as lógicas que organizam enunciados de múltiplos discursos sobre maternidade. No propósito de eleger fatos, cenários, pessoas e situações bastante específicos e encadeá-los em uma história, as narrativas constroem não apenas sentidos (embora isso não seja pouco), mas também inscrevem força e valor a eles, qualificando-os, desmerecendo-os, tornando-os importantes ou não. Como forma cultural de organizar sentidos, estas narrativas, menos do que falarem sobre determinada pessoa ou sobre um acontecimento qualquer, produzem, reforçam, fazem circular, instituem, enfraquecem discursos sobre a maternidade, tornando-se assim ação efetivamente política.

O segundo conjunto de materiais é composto por uma gama de matérias retiradas de uma revista que se propõe ensinar e aperfeiçoar os cuidados e a atenção sobre a prática da maternidade. Selecionei a revista *Crescer*<sup>14</sup>, publicada no período de janeiro de 2001 a julho de 2002. Aqui, a tarefa foi a de privilegiar as matérias que tratavam de delimitar e instituir uma diferenciação entre práticas maternas, tendo em vista que este procedimento estava ligado aos objetivos a que se prestou esta pesquisa.

Acho importante destacar o fato de que chegar até esse *corpus* foi um longo trabalho. Realizei um exaustivo apanhado de diversos produtos da mídia que tinham como temática principal a maternidade. Cerca de 229 produtos foram selecionados para este primeiro apanhado: 17 exemplares do programa televisivo *Mãe & Cia*, veiculados no período entre janeiro a dezembro de 2001;

---

<sup>14</sup> Publicada pela Editora Globo mensalmente desde 1990. Dentre todas as publicações destinadas ao cuidado do infantil, a revista *Crescer* é a de maior vendagem no país.

12 publicações da revista *Crescer*; 12 exemplares da revista *Pais & Filhos*; 30 exemplares da coluna dominical intitulada “Nove Meses”, publicada pelo *Jornal Zero Hora* junho de 2001 a fevereiro de 2002; cerca de 100 exemplares da revista *Veja* e, por fim, cerca de 60 publicações da revista *Caras*. Efetuei uma seleção rigorosa destes materiais com base no referencial teórico assumido e, conseqüentemente, nos objetivos desta pesquisa.

Definitivamente selecionado o *corpus* da investigação, não efetuei um estudo das revistas (*Crescer*, *Veja* e *Caras*) em si mesmas. Não me propus a examinar a totalidade de matérias ou seções que elas apresentam semanal ou mensalmente. A proposta deste trabalho foi analisar um conjunto de cerca de noventa reportagens extraídas de tais revistas. Tanto no caso das narrativas midiáticas de mães-famosas, como no caso das mães anônimas, busquei privilegiar, no processo de análise, elementos que evidenciavam a construção diferenciada e, ao mesmo tempo, múltipla de sujeitos-mãe e práticas maternas; elementos que favoreciam com que eles (sujeitos e práticas) se tornassem objetos discursivos.

Considerando a presença constante que as mães (famosas ou não), de modo geral, ocupam nos espaços televisivos, cabe perguntar não apenas sobre os sentidos que são atribuídos à maternidade, mas também de que forma uma maternidade normativa pode ser comparativamente evidenciada. Assim, questionar como se efetiva um processo de fixar e atribuir determinados “lugares” aos sujeitos-mãe é tarefa importante neste trabalho. Principalmente nas figuras de Vera Fischer e Cássia Eller e das mães-adolescentes, cabe destacar e problematizar as formas pelas quais se demarca o “outro”, o “anormal” – sem qualquer tentativa de excluí-lo, mas de colocá-lo em discurso para, assim, poder melhor entendê-lo, hierarquizá-lo e enunciá-lo.

Acho importante também considerar o modo como direciono a discussão sobre o conceito de *diferença* entre objetivações maternas e da sua produtividade para o entendimento do dispositivo da maternidade. Para tanto, minha abordagem está alicerçada em problematizações ligadas a uma *política da diferença*<sup>15</sup>, tal como estudada por autores como Skliar (1999, 2001), Veiga-Neto (2001, 2002), entre outros. Tais autores e seu modo de discutir a

---

<sup>15</sup> Não estou, portanto, utilizando as discussões sobre a *Filosofia da Diferença* desenvolvida por autores como Gilles Deleuze e Félix Guattari e, no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, por pesquisadores como Tomaz Tadeu da Silva, Sandra Mara Corazza, Paola Basso

política da diferença articulam e problematizam a questão da diferença como relacionada a processos de enunciação da cultura. Encaradas como marcas sociais, históricas e políticas, as diferenças são sempre, pois, constituídas discursivamente. Busco, portanto, problematizar a maneira pela qual a diferença neste dispositivo da maternidade é vista como uma espécie de “diversidade”, “como uma variante aceitável e respeitável do projeto hegemônico da normalidade” (Skliar, 1999, p. 21).

Embora tenha escolhido dois tipos diferentes de materiais para compor o *corpus* de análise desta pesquisa, acredito que eles estão profundamente imbricados. Estas narrativas só podem ser efetivadas, só podem ser construídas da forma como o são, porque há um murmúrio promovido por este dispositivo, que propõe insistentemente que as mães sejam enunciadas de forma diferenciada. No caso das reportagens retiradas da revista *Crescer*, tal fato pode ser igualmente evidenciado e, mais do que isso, constantemente reiterado. De maneira alguma pretendo apontar para uma relação de causa e consequência, mas sim para o caráter de complementaridade, de envolvimento mútuo, de dependência recíproca que estas narrativas e outras reportagens sobre o cuidado e a prática maternas estabelecem entre si, na medida em que se encontram imersas no espaço de um dispositivo.

---

Menna Barreto Gomes, Ada Beatriz Kroeff, entre outros/as, embora entenda que muitas relações pudessem aí ser estabelecidas.

### **3. Indução do parto: urgência do nascimento do sujeito-mãe**

Nesta seção, discuto alguns referenciais históricos que marcam e consolidam o conceito de dispositivo da maternidade, bem como constroem e engendram sentidos específicos ao sujeito-mãe. Com base nestes referenciais, ratifico a idéia de que tanto a maternidade como o sujeito-mãe são efeitos de discursos e de contingências sociais, culturais e econômicas específicas – princípio crucial para esta pesquisa. Mais propriamente, argumento em favor de dois fatores importantes para a discussão sobre o dispositivo da maternidade.

O primeiro deles diz respeito à urgência histórica da instituição do dispositivo. Ressalto certos elementos que, articulados, deram condição de possibilidade e de existência a ele. Mais do que isso, trata-se de elementos que,

quando combinados, fizeram do dispositivo da maternidade uma urgência; fizeram com que ele *respondesse* a uma urgência.

O segundo fator importante dessa breve discussão histórica diz respeito à idéia de que a urgência só pôde efetivar uma certa operacionalidade na medida em que a produção de uma discursividade punha em ação o conceito de sujeito-mãe ligado à idéia de maternagem. Mostro que, desde seu surgimento, o dispositivo da maternidade esteve apoiado no dispositivo da sexualidade e no da infantilidade. Em sua conjugação, os três garantiram o controle, a educação, a instrução, a narração e a medicalização do corpo e da “alma” da mulher. Foi, portanto, deste modo, culturalmente construída, que a ligação entre sujeito-mulher e sujeito-mãe foi exigida.

A partir da instauração de uma lógica mãe-mulher, o sujeito-mãe pode ser discursivamente produzido como vital para as estratégias do biopoder e da biopolítica desde o final do século XVII. Assim, discuto as relações estabelecidas entre sujeito-mulher e sujeito-mãe; as disposições sociais, políticas e econômicas de certos períodos históricos para a promoção de tais relações e, principalmente, as formas pelas quais estas organizações passaram a produzir outros e novos sujeitos (tanto maternos, como infantis). Pergunto, ao final, o que estas proposições nos sugerem sobre a construção histórica de uma maternidade normativa.

Empenhar-se neste entendimento acerca do conceito de maternidade (como um conceito contingente) significa apontar, por um lado, para a urgência histórica do dispositivo da maternidade e, por outro, para o seu caráter histórico também na perspectiva de uma prática formadora de outras práticas – igualmente históricas (Veiga Neto, 1998). No caso desta segunda afirmação, evidencio que foi a partir da constituição de uma maternidade normativa pelo dispositivo em questão que a idéia da mulher como sujeito cuidadoso, amoroso por natureza e como sujeito a ser ensinado, domesticado e analisado pôde ser reforçada. Desta maneira, assim como posso, de algum modo, “localizar” a urgência do nascimento do sujeito-mãe, posso igualmente problematizar o fato de que com ele também nasceram (ou pelo menos foram reforçados) outros pressupostos sobre a mulher. É a partir destes dois caminhos que compreendo a importância de entender e desconstruir o caráter fixo e imutável de uma característica presente e considerada determinante da condição feminina.

### 3.1 Feto

Nesta história da maternidade, duas práticas bastante comuns nos séculos XVI, XVII, XVIII e início do século XIX atentam para a constituição do amor materno (tal como o entendemos hoje) como uma espécie de sentimento não-natural e relativamente recente: o envio de bebês às amas-de-leite ou a entrega dos mesmos à Roda dos Expostos.

A atitude de encaminhar os filhos para serem alimentados por amas-de-leite foi adotada para atender principalmente as famílias da aristocracia. Contudo, nos séculos XVI e XVII esta prática estendeu-se para as demais classes da sociedade. Tornava-se cada vez mais comum, após o nascimento, retirar a criança dos braços da mãe para ser enviada a estas mulheres e lá permanecer, geralmente, até os seis anos. Um dos motivos para isso, estava associado ao fato de que sairia mais econômico a uma família enviar um filho à ama (graças às baixas quantias que era preciso pagar a ela) do que, por exemplo, a esposa de um comerciante ter de se afastar do seu trabalho para cuidar dos filhos. Em grande parte, estas amas eram pessoas miseráveis, que deixavam de amamentar seus filhos em troca de ínfimas quantias recebidas para alimentar, às vezes, ao mesmo tempo, seis, sete crianças de outras famílias. Devido a isso, estas mulheres viviam em condições extremamente precárias, colocando em risco não só sua saúde, mas também a dos bebês que lhe eram confiados.

Quanto à Roda dos Expostos, esta consistia em um mecanismo giratório que continha um vão ligeiramente estreito junto à parede frontal de um hospital ou casa de saúde. Neste pequeno espaço, tornava-se possível deixar uma criança para que fosse criada geralmente por freiras e religiosas que trabalhavam nestes hospitais ou nestas casas de saúde. O detalhe deste mecanismo (e talvez a causa de seu uso corrente no século XVII na Europa e também no Brasil no século XIX) consistia no anonimato proporcionado por sua arquitetura, pois, aquele que ia entregar um bebê à Roda não era visto pelas pessoas que estavam dentro da instituição.

A “Roda”, como era chamada, teria funcionado como solução para os abortos e infanticídios – muito comuns naquela época devido à própria prática de envio às amas e, ao mesmo tempo, bastante reprimidos em uma sociedade cristã. Era muitas vezes preferível expor os recém-nascidos, do que mantê-los

com uma ama ou mesmo matá-los. As mulheres que não podiam criar seus filhos – pois, não raro, eram crianças nascidas de relações proibidas – utilizavam esta prática também como método de controle da natalidade (no sentido de a família poder manejar, desta forma, o número de filhos que pretendia/poderia criar) (Corazza, 1997; 2000 e Venâncio, 1997). A falta de dinheiro, juntamente com a idéia de que a criança era um ser plenamente substituível favoreciam a exposição do recém-nascido na Roda.

Motivos como a falta de higiene dos hospitais, a falta de recursos econômicos destas instituições para manter seus abrigados, a própria condição em que as crianças chegavam até lá (muitas vezes, semimortas) e, principalmente o uso intermitente da Roda, provocavam altos índices de mortalidade infantil. As amas-de-leite também não tinham qualquer condição de administrar o devido cuidado àqueles que lhe eram confiados, afinal viviam em situação bastante precária (em termos de higiene, inclusive), recebendo pouco pelo seu trabalho e, geralmente, cuidando de vários bebês ao mesmo tempo. Estes fatos, indicadores de que as crianças morriam em grande número, demonstram também uma relação de indiferença extrema para com elas<sup>16</sup>.

Aliada a estas condições do infantil, há que se considerar uma série de outras características da época que faziam do envio das crianças para amas-de-leite, bem como de sua exposição na Roda, práticas comuns e não condenáveis. Um bom exemplo disso é o próprio contexto em que o corpo não tinha semelhante valor de mercado, tal como concebido na época industrial. O corpo, assim como a morte, era visto com desprezo; um desprezo relacionado “tanto aos valores próprios ao cristianismo quanto a uma situação demográfica e de certo modo biológica: as devastações da doença e da fome, os morticínios periódicos pelas epidemias, a enorme mortalidade infantil, a precariedade dos equilíbrios bioeconômicos” (Foucault, 2000g, p. 47). Evidencia-se que “tudo isso tornava a morte familiar” (Idem).

O envio de crianças às amas-de-leite ou mesmo sua permanência junto a elas não deve ser entendido como o descuido ou a falta de amor propriamente ditos. Contudo, não significava também um ato de zelo supondo-se que as famílias que solicitavam este serviço acreditavam que as mulheres (amas) que viviam no interior tinham possibilidade de melhor alimentar os bebês graças à

sua dieta saudável, ou pensavam que a cidade era um espaço maléfico para o bebê, pois era carregada de doenças. Os valores de amor e cuidado tal como os entendemos hoje não faziam parte, de maneira alguma, dos valores tradicionais de então. Certamente, se assim procedêssemos, cairíamos em um anacronismo, na busca de analisar a sociedade da época, com os olhos de hoje.

Estamos falando de um tempo regido pela moral eclesiástica, que ressaltava a subordinação da mulher ao marido, em que o princípio de autoridade do homem era extremamente superior, já que era muito mais fácil a mulher livrar-se da criança, do que de seu marido. Em uma sociedade que – tal como hoje – valorizava o homem, era plenamente aceitável e normal que a família (e a mãe) priorizasse o marido em detrimento dos filhos.

Mas o que faz, então, a atitude da mulher em relação aos seus filhos ser radicalmente modificada? Que rupturas poderiam ser aqui indicadas? Afirmo que a maternidade funciona como um dispositivo e, como tal, “em um determinado momento, teve como função principal responder a uma urgência” (Foucault, 2000f, p. 244). Seu despontar por motivos políticos, econômicos, filosóficos e sociais teve “uma função estratégica dominante” (Idem). Para que melhor possamos compreender este processo, é válido destacar certos fatores que permitiram que a maternidade (ou um certo ideal de maternidade) fosse considerada, então, uma urgência.

Naquele momento, com a formação e consolidação dos Estados Nacionais, era necessário que as grandes cidades se constituíssem como unidades, tornando possível a organização do corpo urbano de modo coerente, homogêneo, que dependesse “de um poder único e bem regulado” (Foucault, 2000c, p. 86). Com isso, o Ocidente promoveu uma profunda mudança nos mecanismos de poder: ao invés de um poder que se apropria da vida para suprimi-la, trata-se de *exercer* um poder positivo sobre ela, empreendendo mecanismos capazes de gerar, multiplicar, ordenar a vida e regular seu conjunto. Com isso, configurou-se um poder comprometido “a produzir forças, a fazê-las crescer mais do que a barrá-las, dobrá-las ou destruí-las” (Foucault, 1999, p. 128). É certo que estes novos procedimentos de gerência sobre as populações foram se desenvolvendo desde o século XVII – com os mecanismos de adestramento, ampliação de aptidões, extração de forças e produção de um corpo-máquina útil e dócil (Foucault, 2000g) – , a partir da segunda metade do

---

<sup>16</sup> Para este fenômeno, vide Bandinter (1985); Knibiheler (1996); Yalom (1997).

século XVIII que eles foram fortalecidos como tecnologias de controle do corpo social.

Assim, ao final do século XVIII, no âmbito ocidental, era essencial que se criassem, se fizessem produzir cidadãos que seriam a riqueza do Estado. Garantir a sobrevivência das crianças constituía-se em um novo valor, em oposição ao do Antigo Regime, no qual – como já referido – milhões de crianças morriam nas mãos das amas-de-leite e pela exposição à Roda. Iniciava-se, então, um processo de incentivo às famílias (e, em especial, às mães) para o cuidado desta fase que se tornara um problema: a infância. Há que se conceber que esta condição de possibilidade da maternidade não existiu sozinha senão em relação interdependente com a noção de cuidado da infância.

Para operar o salvamento daqueles recém descobertos sujeitos-infantis, era preciso convencer cada vez mais as mães a se aplicarem naquelas tarefas até então esquecidas ou afastadas de seu cotidiano. Tornava-se fundamental o entendimento e a proliferação de discursos que punham em associação as palavras amor e materno – o que significava não só a promoção de um sentimento, mas também a importância considerável que a mulher passava a assumir dentro da esfera privada familiar. A maternidade e a mãe em especial tornavam-se valorizadas e encorajadas à medida que a mulher-mãe assumia o papel de uma agente vital do biopoder e de uma biopolítica. “Tudo se passa como se a mulher e a criança, implicadas numa falência do velho código familiar, fossem encontrar, do lado da conjugalidade, os elementos de uma nova codificação propriamente social” (Deleuze, 1986, p. 4).

Com efeito, no final do século XVIII, foi possível enunciar uma diferença entre os sexos. Até então, privilegiava-se o entendimento de um sexo único<sup>17</sup> e, portanto, regulatório – qual seja, o masculino. Este modelo de sexo único foi constituído na Antigüidade e perdurou até a Revolução Francesa – período em que não conseguiu garantir legitimidade e consolidação. Os ideais de igualdade entre os cidadãos caldeados por este movimento histórico se impuseram de tal forma que se tornou insustentável a manutenção da hierarquia proposta pelo modelo do sexo único. Houve, assim, a necessidade contingente da promoção de uma diferenciação entre homens e mulheres para que essa garantia fosse retoricamente almejada.

---

<sup>17</sup> Toda esta discussão histórica sobre sexo único e/ou diferenciação entre os sexos foi baseada em Birman (1999) e Nunes (2000).

Compreende-se, pois, que a idéia de uma diferença sexual é recente. A partir dessa diferenciação fez-se possível a inserção política e o cumprimento de papéis sociais desiguais entre homens e mulheres. Diferenciados, macho e fêmea tiveram suas funções marcadas pelo determinismo natural de seus corpos. Com a devida legitimação do discurso da ciência, foram delineadas as finalidades que homens e mulheres deveriam cumprir no âmbito econômico, social, cultural da sociedade. Com isso, a garantia de que a mulher fosse condenada ao espaço privado do lar e nele desempenhasse um exercício legitimado – qual seja, sua “governabilidade” (Birman, 1999, p. 57) –, foi ampliada. Como agente importante dessa biopolítica, a mulher foi responsabilizada também pela execução desse projeto de “modernização do social” (Idem).

Pode-se perguntar: mas de que forma a instauração de uma *diferenciação* sexual pretendia promover a igualdade entre os homens e as mulheres? Fazia-se desta diferenciação sexual, marcada substancial e “naturalmente” em seus corpos, uma maneira de distribuição de tarefas, de modo que homens e mulheres deviam prestar sua funcionalidade específica ao organismo social. A sistemática de diferenciação colocava em jogo não a abdução de direitos, senão que fazia dessa diferença sua garantia equivalente. A questão constituía-se em repartir os sexos e distribuir funções sociais, de modo a legitimar uma lógica na qual cada cidadão seria igual no provimento e na ordem da nação.

A instauração dessa nova lógica punha como fator principal a questão da reprodução da espécie. Foi a partir da idéia de diferenciação sexual que a maternidade pôde ter seu sentido marcado pela ordem instintiva, de forma que se fez da prática materna “um imperativo inelutável para o ser da mulher” (Birman, 1999, p. 31). Elementos de seu corpo como, por exemplo, pélvis alargada, moleza dos tecidos, presença dos seios (dando possibilidade ao aleitamento), fragilidade dos ossos, superabundância das fibras, entre outros (Nunes, 2000, p. 39; Birman, 1999, p. 55) justificavam que a mulher tivesse a natural tendência a ser mãe. Historicamente e a partir da ciência da época, o controle, o detalhamento e a minúcia de elementos do corpo feminino fizeram com que fossem promovidas condições de possibilidade concretas para instituir a maternidade como uma finalidade biológica e fazer com que o sujeito-mulher dialogasse e interagisse com o sujeito-mãe – o que marca de

forma indelével a concepção de maternidade que perdurou durante o século XIX e que persiste até hoje.

Entregava-se também à maternidade o encargo de garantir a condição de qualidade de vida da população, já que um dos cuidados maternos deveria ser garantir “boas condições de vida e de saúde das populações” ou ainda “produzir crianças somaticamente saudáveis e bem alimentadas para que fossem acompanhadas desde o nascimento até a maturidade de maneira absoluta, para evitar desvios orgânicos e funcionais na sua formação” (Birman, 1999, p. 62). Instaure-se desde então uma normatividade das práticas maternas. Paralelamente à instauração de práticas discursivas específicas sobre o sujeito-mãe e sobre uma nova visão da maternidade, tornava-se possível o surgimento do conceito de maternagem. A maternidade organiza-se de maneira mais efetiva e funcional como sinônimo de cuidados, atenção, abnegação. “Ser mãe é padecer no paraíso: num mundo divinizado, a mulher purga suas culpas e atinge uma espécie de beatificação” (Nunes, 2000, p. 49).

Como apontado, essa diferenciação dos sexos estava relacionada à reprodução da espécie. Quaisquer práticas sexuais que pudessem interferir ou prejudicar a finalidade reprodutiva eram consideradas ameaçadoras e, portanto, perigosas para a sociedade. Prazer e desejo femininos constituiriam-se em elementos que viriam a desnortear o caminho desejável da procriação da espécie. Conseqüentemente, eram sentimentos que não poderiam estar envolvidos no ato sexual, muito menos ganhar, nele, primazia.

No conceito cristão, a idéia de gozo feminino era prejudicial aos fins reprodutivos da relação sexual. O prazer foi assim deslocado para a instância do pecado, do vício e da transgressão. No caso do sujeito-mulher, o prazer sexual foi ligado à “dissolução dos laços sociais e até mesmo à possibilidade de sua devassidão” (Birman, 1999, p. 64). A mulher que tem desejos se afasta, portanto, de seu papel funcional de mãe e, com isso, não pode mais ser considerada impoluta. Deste modo, “a mulher desejante e aquela que não assume seu papel crucial da maternidade seriam figurações da *mulher perigosa*, que deveria então ser cuidada e corrigida medicamente em nome da higiene social” (Idem, p. 66, grifos do autor). Tal mulher torna-se perigosa porque, com essas atitudes, coloca em xeque a reprodução e torna possível ser chamada de sinônimo da degeneração da espécie.

Correlação entre sujeito-mãe e sujeito-mulher, normatividade nas práticas maternas e composição de modos de subjetivação específico – o dispositivo da maternidade tem nesse conjunto de proposições biológicas e políticas algumas de suas condições de possibilidade.

A concepção de mulher até então predominante (operacionalizada pelo Cristianismo primitivo, que sobreviveu durante a Idade Média até o Renascimento), dentro dessa urgência do biopoder e da biopolítica, não encontrava mais condições de ser considerada hegemônica. Tal concepção entrelaçava feminilidade, sexo e mal (Nunes, 2000), de modo que o sujeito-mulher foi construído como associado à carne e à corrupção material: Eva. Dona de uma sexualidade desmesurada – e, portanto, mais facilmente sujeita a tentações –, a mulher era um ser incapaz de encorajar e consolidar os laços afetivos. “As mulheres seriam, portanto, consideradas como ‘mal-maléfico’”, ou seja: eram “crédulas, faladoras, coléricas, vingativas, de vontade e memória fracas, dissimuladas, vaidosas, de pouca inteligência, avarentas, invejosas, difamadoras, inconstantes, mentirosas, beberonas, tagarelas, insaciáveis, prestando-se a todas as torpezas sexuais” (Idem, p. 24). A produção de mães-maternais necessitava de uma ruptura aguda com essa discursividade.

Para tanto, a ciência médica preocupava-se em afirmar e reafirmar constantemente que a mulher deveria retirar prazer de sua prática materna. Pregava-se que ela poderia encontrar a felicidade plena no cumprimento de seu papel no interior da família. Aliado ao prazer de cuidar da casa, dos afazeres domésticos e do marido, “o filho passa a ser tratado como o objeto privilegiado de desejo materno” (Nunes, 2000, p. 74). Não era, porém, apenas a idéia de prazer que vinha reger esse novo ideal de maternidade. Vivida como um sacerdócio, a maternidade idealizada deveria também conter dores e sacrifícios. A feminilidade máxima estava aliada, entre outras coisas, às dores do parto, ao sofrimento no ato de amamentar: o padecimento da mãe significava a felicidade e a saúde do filho. “Na glória de tornar-se mártir, a mãe sofre e goza” (Idem, p. 80).

Dispositivo da maternidade e dispositivo da sexualidade encontraram, na conjugação, formas de controlar o corpo e alma da mulher. Dando suporte um ao outro, fizeram de seu entrelaçamento condição de possibilidade para sua atualização. A partir daí se efetivou uma noção específica de maternidade que perdurou por décadas e que encontra até hoje enunciados murmurantes.

A sexualidade feminina deveria ser usada para a realização de um ideal que combinava uma unidade entre sexo, casamento, amor e reprodução. Os ciclos vitais do corpo da mulher passaram a ser assunto de preocupação médica; as mulheres grávidas tornaram-se objetos de vigilância contínua, preconizada a partir de estudos de Dr. Marc, em 1816 (Nunes, 2000); a gestante aconselhava-se sair o mínimo possível de casa, de modo a evitar sua exposição. Apregoavam-se ponderações ligadas à limitação de prazeres, seja de festas, de lazer ou de leituras que pudessem causar excitação feminina. No momento em que um ideal de maternidade estava sendo implantado, os anatomistas deslocaram a visão do corpo da mulher como imperfeito para analisá-lo de maneira oposta. O corpo da mulher, agora, é visto como sexualmente funcional e organizado, de modo que o útero passa a ser tratado como um “órgão nobre” (Idem, p. 41).

O estudo da ovologia estava em ampla ascensão nessa época. A partir dele foi comprovado que não era necessário o gozo da mulher para a fecundação, sepultando a antiga e então vigente noção de que para a fecundação era necessário o prazer feminino. O ovário passou a ser visto como o “centro autônomo de controle da reprodução da fêmea animal, como a essência da feminilidade” (Idem, p. 72). Mais do que nunca, dispositivo da sexualidade e dispositivo da maternidade compuseram formas específicas de ver e dizer o sujeito-mulher e o sujeito-mãe.

A imagem da mulher-educadora, que logo depois viria tornar-se um elemento importante para a constituição da maternagem, ganhou visibilidade e enunciabilidade com a Reforma, estendendo-se até a Contra-Reforma e consolidando-se com o início da Modernidade. No século XVII, Lutero indicou que a alfabetização das mulheres era importante para a propagação de suas teorias religiosas, através das quais tentavam ganhar o espaço até então ocupado pela Igreja Católica. No âmbito do Leste europeu, escolas elementares propagavam-se, multiplicavam-se: tudo para tornar possível a leitura e a interpretação da Bíblia. Como movimento de resistência a esse implantado pelos evangélicos, o Concílio de Trento implementou, igualmente, a promoção de escolas católicas, e vendo na figura da mulher a possibilidade de conquistar, religiosa e moralmente, novos ou antigos cristãos. Assim, instaurou-se uma nova discursividade: em cada sujeito-mulher “estaria adormecida uma potencial educadora que poderia transmitir sua doutrina” (Nunes, 2000, p. 26).

Em grande medida as idéias de Rousseau, em 1762, expressas principalmente na obra *Emílio* (1999), de que “a mulher era por natureza uma criatura generosa, adorável e sacrificada viriam a compor a base de uma nova ideologia de maternidade idealizada” (Yalom, 1997, p. 103). Rousseau expôs uma maternidade idealizada que dizia respeito não só ao amor e sentimentos, mas também a uma série de cuidados e tarefas que passaram a ser impingidos às mulheres em seu exercício santificado. A mãe moderna devia cuidar da alimentação na gravidez e após o parto (em vista de uma melhor qualidade no leite), tornar-se sensível à higiene corporal do bebê<sup>18</sup>, evitar prender a criança com faixas e roupas apertadas e, quando a criança começasse a caminhar, preocupar-se em deixá-la livre, para perambular pelas salas e quartos. Todos estes aspectos, quando respeitados, indicavam sinais de cuidados e amor, pois, o apego às tarefas e cuidados minuciosos destinados à criança indicava o sentimento/nível de amor: a maternidade começa a ser associada às noções de dedicação que hoje temos como “natural”.

Como atenta Gomes (2000), também “foi nesta época que aconteceram, na Europa, as aparições da Virgem Maria para crianças proletárias e a expansão da irmandade marista” (Gomes, 2000, p. 7), popularizando, assim, o culto a Nossa Senhora e restaurando a “importância da divindade feminina como objeto de adoração” (Idem). A mulher deixava de ser relacionada exclusivamente à figura bíblica de Eva: astuta, diabólica, perversa; mas também ligava-se à de Maria: doce e sensata, de quem se espera comedimento e sacrifício. “A curiosa, a ambiciosa, a audaciosa metamorfoseia-se numa criatura modesta e ponderada, cujas ambições não ultrapassam os limites do lar” (Bandinter, 1985, p. 176).

Grande parte das mulheres de classe média e classe alta, no século XVIII, estava sendo encorajada a amamentar seus filhos e, com isso, renunciar ao hábito de envio dos bebês às amas-de-leite. Foi nesta época que Carlos Lineu “introduziu o termo ‘Mammalia’ [que significa em latim, “da mama”] na taxonomia zoológica (...) para distinguir a classe de animais dotados de pelos, três ossos no ouvido e um coração de quatro câmaras” (Schiebinger, 1998, p. 219)<sup>19</sup>. Profundamente engajado em campanhas contra a instituição das amas,

---

<sup>18</sup> Foi Rousseau também um grande influenciador do banho cotidiano no bebê, indicando inclusive as temperaturas da água (Yalom, 1997).

<sup>19</sup> É importante lembrar ainda que neste mesmo volume, Lineu introduziu também o termo *Homo sapiens*, distinguindo, assim, os homens dos demais primatas (como chimpanzés e morcegos, por exemplo) pelo “dom” da razão. Deste modo, “na terminologia de Lineu, uma característica feminina (as mamas lactentes) liga os humanos aos seres brutos, enquanto que uma característica tradicionalmente masculina (a razão) marca nossa separação deles” (Schiebinger, 1998, p. 227).

o cientista promoveu a única divisão zoológica centrada em órgãos reprodutivos e, em especial, destacando uma característica associada diretamente às fêmeas desta nova classe. Este fato marcou profundamente as formas de conceber as relações de gênero na sociedade e elegeu a figura materna como protagonista das relações de subsistência entre os seres humanos na primeira etapa de suas vidas: tornou, de fato, a amamentação “natural” desejável.

Diferenciados de muitos outros animais, os seres humanos, como mamíferos, fortaleciam uma nova política e assumiam a amamentação como um dom humano. Até então, a prática da amamentação sustentava-se entre uma característica subumana – já que semelhantes aos animais – e super humana – pois foi a única das dores e prazeres *corporais* da maternidade que Maria suportou. Ao privilegiar uma característica ligada à mulher, Lineu também rompe “com tradições há muito subsistentes, que viam o homem como a medida de todas as coisas” (Idem, p. 226).

Como indica Mary Del Priore, alguns desses elementos relativos à normalização das práticas maternas foram também encontrados na época de colonização brasileira. Na idéia de que a mãe deveria compor uma série de atributos e predicados que muito lembram as atitudes de Maria, a Igreja Católica, na conjugação com o Estado, buscava afastar a tradição de amasiamento entre homens e índias e entre homens e escravas e romper também a tradição do concubinato trazida pelos portugueses, amplamente desenvolvida na sociedade de baixa renda (Priore, 1993).

A Igreja Católica precisou utilizar diferentes e múltiplas táticas para promover a configuração de mulher-mãe, pois o sincretismo religioso, social e sexual era amplo na sociedade brasileira colonial – o que, de algum modo, dava-lhe especificidade. “Mães solteiras concubinadas, abandonadas ou prostituídas passeavam suas misérias lado a lado de mães casadas, viúvas e juntas utilizavam-se do mesmo catolicismo o tradicional para encomendarem-se na hora dos partos e para pedirem por seus filhos adoentados” (Idem, p. 107). Foi na articulação entre as vivências religiosas dessas mulheres que a Igreja pôde, gradativamente, impor um padrão de comportamento materno, já que percebia que sua capacidade de interpelação estava garantida por uma multiplicidade de adeptas. Para tanto, a Igreja Católica no Brasil podia facilmente se utilizar desses exemplos (que vão desde o amancebo com índias

e escravas até a prostituição) para impor seu ideal almejado de mulher e de mãe.

A estratégia principal utilizada foi fazer com que essas mulheres desejassem a aliança sacramentada com os homens com quem elas mantinham um relacionamento. “Casá-las e dar-lhes garantias institucionais para proteger seu casamento, fazia de cada mulher uma potencial santa-mãe que poderia azeitar a correia de transmissão desses princípios à sua descendência” (Idem). Ironicamente, as missas e, portanto, a igreja serviam também como forma de resistência a esse padrão imposto. Ao freqüentarem as tradições religiosas, as mulheres faziam desses espaços momentos de encontro entre si e de pretexto para a fuga das atividades domésticas.

Esta discussão mostra algumas diferentes formas pelas quais a Igreja Católica fazia-se presente no Brasil – principalmente na época da colonização – na tarefa de impor às mães um padrão normativo de práticas e costume. Manifesta, ainda, que, no caso específico brasileiro, “um rótulo moral mascarava desigualdades raciais, sociais e econômicas a serviço de um padrão cultural que procurava integrar todas as mulheres às necessidades específicas modernas, (...) como o Estado e a Igreja” (Pryore, 1993, p. 123).

Enfatizo que todos os fatores aqui ressaltados (que vão desde a manutenção dos Estados Nacionais às aparições da Virgem Maria e à distinção dos sexos) constituem-se efetivamente como condições de possibilidade para a existência do dispositivo da maternidade. Verifica-se que uma conjunção de fatores emergiu para a promoção da maternidade. Engendrados, eles garantiram que a maternidade ganhasse visibilidade e enunciabilidade específicas. Em um dado momento histórico foi urgente fazer com o sujeito-mãe pudesse ser pensado, articulado e produzido. No final do século XVIII e início do século XIX, novos sentidos sobre a mulher e sobre seu corpo puderam ser compostos e articulados à maternidade, puderam ser, nessa correlação contingente, efetivamente instituídos e colocados na ordem e no controle do discurso.

### **3.2 Recém-nascido**

Com a Revolução Industrial e o avanço do capitalismo, a configuração da família composta por homem, esposa e prole ganhou centralidade normativa. Em oposição ao estilo de vida da família rural – resumido ao cultivo

das plantações, ao cuidado com os animais, à feitura de pães, queijos etc., geralmente para consumo próprio –, um estilo de vida ligado à indústria e ao salário impunha uma nova configuração familiar e social. A família tornou-se uma entidade separada, devido à divisão, então explícita, do que se configurava como esfera pública e como esfera privada. Uma vez que o tempo dedicado ao trabalho na indústria superava, muitas vezes, catorze horas do dia de um trabalhador (Huberman, 1986), a ação de conciliar responsabilidades domésticas com atividades remuneradas tornava-se cada vez mais árdua. Neste novo aspecto social, a divisão dos papéis desempenhados na esfera familiar tornou-se mais nítida: o homem ficava encarregado dos ganhos fora de casa e a mulher, do cuidado com a casa e, principalmente, com os filhos.

Esta separação, que colocava em lados opostos a vida doméstica e o mundo do trabalho, concebia a família como lugar de recolhimento, um abrigo em um mundo insensível e cada vez mais impessoal como era o do trabalho. O ideal do progresso, do “desenvolvimento”, parecia nutrir cada vez mais um tipo de individualismo, deixando pouco espaço para que novas relações afetivas pudessem ser desenvolvidas e aprofundadas. Neste contexto, a casa passa a ser um lugar de “sentimentos” (Lasch, 1999). Este “culto à domesticidade” (Idem, p. 115), introduzido pela vida burguesa, girava em torno, também, da glorificação da maternidade.

Em seu texto “Mulher e família burguesa”, Maria Angela D’Incao (1997) descreve de que maneira o processo de modernização afetou não só a estruturação das cidades, como também da família no Brasil. Com a chegada da Família Real (em 1808), o Rio de Janeiro sofre uma grande transformação: se vê na obrigação de promover uma série de mudanças de cunho higienista. Antes disso, o requinte estava longe de determinar o estilo de vida da sociedade urbana: as ruas eram usadas indiscriminadamente pela população (o que incluía tarefas como o abate de animais, bem como locais para sua criação, lavagem de roupas, cortes de lenha, festas populares, mercados, encontros coletivos etc.); o uso dos espaços não estava previsto, era como se os quintais fossem extensões das casas dos moradores, pois até este período não existiam no País leis públicas que regulamentassem a limpeza e o uso das cidades (D’Incao, 1997). Neste momento, a cidade também se tornava um “objeto a medicalizar” (Foucault, 2000e, p. 201).

Consideradas como lugares públicos, as ruas passaram a ter uma nova forma de organização e deviam ser mantidas limpas (o que envolveu mudanças na própria estrutura arquitetônica das casas). A preocupação com a higiene, durante o Império, propagou novas formas de controle da população. “O desenvolvimento das cidades e da vida burguesa no século XIX influenciou na disposição do espaço no interior da residência, tornando-a mais aconchegante; deixou ainda mais claros os limites do convívio e das distâncias sociais entre a nova classe e o povo, permitindo um processo de privatização da família e marcado pela valorização da intimidade” (D’Incao, 1997, p. 228). Este fato deu origem a duas grandes oposições que passaram a ganhar destaque também na organização da sociedade brasileira: a oposição entre público (rua) e privado (casa) e a distinção entre o burguês e o povo.

Ironicamente, ainda no século XIX, abriu-se a receptividade por parte das mulheres em relação à medicina, que se introduziu no âmbito familiar para melhor aconselhar e, portanto, gerenciar este espaço privado. Com isso, a própria autoridade das mulheres foi gradativamente perdida (Lasch, 1999). O parto, por exemplo, foi retirado das mãos de parteiras, para ser assumido por médicos; as descobertas de Louis Pasteur<sup>20</sup> e Alexander Flemming<sup>21</sup> trouxeram inúmeros avanços (e com eles, prescrições) direcionados também para o cuidado das crianças. A visão de instinto materno foi relativamente deixada de lado, prevalecendo a idéia de que a infância era uma etapa com características próprias, disposta a ser cada vez mais entendida e estudada, preferencialmente, por médicos especialistas. Os papéis das mães e dos especialistas tornavam-se distintos, cada qual com suas funções: “um prepara e facilita o outro, eles se complementam, ou melhor, deveriam se completar. O médico prescreve, a mãe executa” (Donzelot, 1986, p. 23). Graças a esta aliança, foram destituídas (pelo menos, em parte) as velhas crenças das “comadres”, enfraqueceu-se, assim, a medicina popular. Como assinala Lasch

---

<sup>20</sup> Entre 1860 e 1870, Louis Pasteur possibilitou que muitos campos na área da química, principalmente naqueles ligados à alimentação e à saúde pudessem ser ampliados. Os estudos de Pasteur demonstraram que os micróbios responsáveis por importantes modificações químicas nas substâncias, poderiam ser mobilizados para evitar a causa de sérias doenças. Estudando métodos de esterilização, criou a “pasteurização”, que consiste no aquecimento a temperaturas de 70° C por alguns minutos, seguido de um resfriamento bruto. Este processo foi utilizado e evidenciado pelo próprio cientista em experimentos com bebidas alcoólicas (vinho e cerveja) com o leite, permitindo a destruição de germes patogênicos como os da tuberculose, tifo etc. In: [http://www.iqsc.usp.br/pet/louis\\_pasteur.htm](http://www.iqsc.usp.br/pet/louis_pasteur.htm), capturada em janeiro de 2002.

<sup>21</sup> Alexander Flemming, em 1928 extraiu o antibiótico penicilina a partir de pesquisas que desenvolvia sobre as bactérias estafilococos. In: <http://jmr.medstudents.com.br/penicilina.htm>, capturada em 2002.

(1999), em relação às obras de Donzelot (1986) e Foucault (1999), estabeleceu-se neste período a “vida no estado terapêutico”.

A mulher surgia como agente da higienização, emissária da disciplina dentro da família e aliada do médico. Outorgado a investigar e perscrutar os problemas da família e indicar o tratamento a seus membros, o especialista tornou-se o protagonista na tarefa de legitimar os padrões de sanidade que regulavam as normas familiares. A família fechou-se contra as negativas influências do antigo meio educativo e de cuidado (tarefas restritas aos serviços), contra todos os possíveis efeitos de imoralidade popular.

A família adquiriu “uma figura material, organiz[ou]-se como o meio mais próximo da criança; tende[u] a se tornar, para ela, um espaço imediato de sobrevivência e evolução” (Foucault, 2000e, p. 199). E, obviamente, o papel da mãe obteve um sentido maior, tornou-se um sujeito passível de valor, a ser cultivado, ensinado, domesticado na medida em que a criança passa a ser vista como um indivíduo inocente, vulnerável e merecedor de cuidados específicos. Frente a este novo investimento que se fez necessário sobre a vida, não só a infância, mas também a maternidade tornava-se um problema: precisava-se melhor instruí-la, fazer dela alvo de controle, de objeto de saber e de discursos para seu melhor gerenciamento. O biopoder entrava em jogo para a produção de uma nova sociedade que punha a mulher como responsável por seu futuro. Neste contexto, “a gravidez e, ainda mais, a lactância constituem momentos privilegiados para moralizar” (Knibiehler, 1996, p. 108). O laço que depois veio a se tornar a pedra angular da constituição social feminina era constituído pela associação das palavras maternidade e moralidade.

A sociedade, dizem os filósofos, está em plena decadência, tanto moral, como física. Sua regeneração passa pela educação de crianças sãs e felizes, posto que as crianças são a esperança e o porvir do mundo. Porém, a saúde das crianças depende, antes de tudo, de suas mães. O corpo da mulher é a matriz do corpo social: é necessário adaptá-lo perfeitamente à função reprodutiva (Knibiehler, 1996, p. 108).

Estas afirmações estavam devidamente alicerçadas no intuito de tornar o Estado “repovoado”. Uma idéia que fazia referência ao nascente interesse pela demografia e à visão Iluminista de que as raças européias corriam sérios riscos de desaparecer – motivo que, para Rousseau, era atribuído às más mães (Forna, 1999, p. 53). Fatores como a “revolução do sentimento” (Idem), propiciada pelo Iluminismo, também facilitaram o casamento destas palavras,

uma vez que elevavam valores como liberdade, natureza, “amor romântico” e direito do homem à felicidade. Estes eventos serviram como catalisadores para que o amor passasse a ser considerado (mais do que uma obrigação social) a razão principal para o casamento e os filhos tivessem o papel de fruto desta união (Forna, 1999).

Dentre os ideais da nova burguesia, a consolidação da família “estruturada” adquiria mérito. O casamento burguês previa uma participação ativa de ambas as figuras: marido e mulher, cada qual com seus encargos para garantir tanto o progresso do lar, como para obter posições sociais mais privilegiadas do que aquelas ocupadas por seus antepassados. Como forma de ascensão social, o casamento tornou-se desejável e, nele, o papel da mulher era fundamental: exercendo o papel de mãe e dona-de-casa, cabia a ela prover o cuidado e a educação de seus filhos. A mulher tornava-se efetivamente a educadora única e primeira de seus filhos (e somente a ela era atribuída esta função). A família ganhou novo *status*, adquirindo importância e diferenciação em lugar dos estranhos, dos “outros” (no caso, empregadas, serviçais) cuidarem dos herdeiros. Na figura da mulher e no seu exercício de passar valores e atitudes morais, residia em muito o prestígio social. Maria Angela D’Incao, no artigo em que analisa o contexto brasileiro do início do século XIX, chega a afirmar que as mulheres significavam “um capital simbólico importante, embora a autoridade se mantivesse em mãos masculinas, do pai ou do marido” (D’Incao, 2000, p. 229). Mais do que um sentimento de amor, são estes valores morais, religiosos e sociais que influenciaram a mulher a cumprir seus deveres como mãe<sup>22</sup>.

Se no século anterior a maternidade havia que ser “salva” dos horrores efetivados com as mortes massivas dos bebês nas mãos das amas e/ou de sua exposição à Roda dos Expostos, no século XX inaugura-se a idéia de uma mãe aliada à ciência – período plenamente propiciado pelo início, no século XIX, de uma vida em “estado terapêutico”. É no século XX, então, mais do que em que

---

<sup>22</sup> Pergunto-me sobre esta grande mudança na concepção e no papel que ganhava a mulher e a mãe; sobre as mudanças que sua função sofre em favor de uma distinção social e a torna limitada ao espaço da casa, no âmbito do privado. E hoje? Como podemos analisar a figura das mães que “não hesitam em abdicar de carreiras em ascensão para viver intensamente as pequenas descobertas diárias da maternidade?” (Mães..., 2001, p. 18). Ou seja, mães de uma classe média-alta que atualmente retornam aos lares, abandonando seu espaço profissional, para melhor atender seus filhos e sua educação. Que espécie de *status* familiar ou de qualidade materna é ressaltado no momento em que este retorno significa fazer do tempo que passam juntos (mãe e filhos) algo mais útil? Não seria essa uma característica própria dos nossos dias, uma distinção em função de uma melhor qualidade sobre o tempo nas relações afetivas?

qualquer outro, que “a maternidade se transformou em um processo rígido, carregado de normas, governado por dogmas produzidos por supostos especialistas, cuja visão é sempre formulada em termos do que é melhor para o bebê” (Forna, 1999, p. 76).

Os anos posteriores à Primeira Guerra (1914 – 1918) resultaram em mudanças inquietantes para os estados europeus: a diminuição radical das comunidades dos campos e das cidades e também a preocupação com o que fazer com os exércitos que voltavam (tendo em vista que com o recrutamento dos homens e pela necessidade de fabricação de armas, as mulheres haviam ocupado papéis nas indústrias e fábricas). O fechamento massivo das creches e escolas maternais<sup>23</sup> (que, por sua vez, teriam sido abertas durante o período de guerra com o apoio do governo) tornava-se uma solução necessária, não só pelos gastos financeiros indesejados em um período de recessão, mas também a fim de prover (ou “devolver”) emprego a milhares de soldados que retornavam às suas cidades. Neste sentido, os estudos de René Spitz<sup>24</sup> e John Bowlby<sup>25</sup>, que reforçavam a teoria do vínculo mãe-bebê e os malefícios que a presença contínua de crianças em creches traziam, fez desta tarefa senão mais “fácil”, pelo menos sustentada cientificamente.

Na década de cinqüenta, Donald Winnicott sofisticou e desenvolveu ainda mais os pressupostos de vínculo e interdependência entre mãe e bebê de John Bowlby. De certa forma, a teoria de Winnicott trouxe inexoráveis conseqüências para o exercício da maternidade, bem como o aumento na culpa daquelas mães que, por exemplo, precisavam separar-se dos seus filhos (seja para trabalhar ou para viajar). Aliado a estas afirmações, ele trazia de volta o mito da maternidade como um processo “natural” das mulheres e, como tal, elas o entendiam melhor do que ninguém. No programa que mantinha pela rede de

---

<sup>23</sup> Em 1944, havia mais de 1500 destas escolas na Inglaterra (Forna, 1999).

<sup>24</sup> Psicanalista austriaco que desenvolveu pesquisas baseadas em observações de crianças que viviam em orfanatos ou que passavam um grande período em hospitais sem a presença da mãe. A partir disso, René Spitz constatou que estas crianças não se desenvolviam “normalmente”, concluindo ser vital para elas a manutenção de uma relação “saudável” principalmente com suas mães. Em uma passagem em que Foucault fala sobre a questão da maternidade é quando ele é perguntado por H. Pelegrino sobre as importantes experiências desenvolvidas por René Spitz de que “as crianças que carecem de cuidados maternos morrem; morrem por causa da ausência de uma ‘mãe maternal’”. Foucault responde: “Isso só prova uma coisa: não que a mãe seja indispensável, senão que o hospital não é bom” (Foucault, 1999b, p. 263).

<sup>25</sup> Psicólogo americano que realizou suas pesquisas em torno da observação de crianças de dois a quatro anos antes, durante e depois que se separavam de suas mães. Tais pesquisas lhe permitiram concluir que a ligação entre mãe e filho era parte de um sistema de comportamento que servia à proteção da espécie, uma vez que os bebês humanos são indefesos e incapazes de sobreviverem sozinhos por um longo período de tempo.

televisão inglesa BBC, o psicólogo pregava a importância da dedicação total da mãe à criança; caso esta dedicação não acontecesse, a própria criança seria afetada com esta negligência, apresentando bloqueios no desenvolvimento emocional e distúrbios psicológicos (Forna, 1999). Winicott certamente merece ganhar um destaque, mas outros autores nas décadas de cinquenta e sessenta também investiram em estudos e pesquisas sobre a maternidade e no papel central da mãe na vida e no desenvolvimento dos filhos. Aminatta Forna (1999) chega a denominar este período como o “legado dos gurus”.

Em meio a este contexto, as narrativas cinematográficas hollywoodianas (que já se configuravam como potentes e sedutoras pedagogias culturais<sup>26</sup>) tornavam mais visíveis “as transformações das relações entre os gêneros, dos códigos de namoro e de casamento, bem como os novos espaços profissionais que se abriam às mulheres, mas não chega[va]m a suplantam a maternidade como o destino feminino fundamental” (Louro, 2000, p. 147). Mesmo nestes produtos midiáticos, era impossível apagar um conjunto de práticas sociais que teriam sido instituídas com a presença das mulheres nos espaços públicos de trabalho. Com isso, passaram a fazer parte destas narrativas cinematográficas os “dilemas entre carreira e casamento, entre (alguma) liberdade e uma (renovada) repressão sexual” (Louro, 2000), vivenciados por esta nova mulher. Por outro lado, apresentavam e reforçavam um modelo conservador e restrito de casamento ou mesmo de lar, uma vez que escolhiam determinadas características para referir-se às mulheres: “ao mesmo tempo que as armas da sugestão, do carinho e do ‘jeitinho’ femininos são indicadas para ‘domar’ o homem, essa mulher também capitula aos encantos do lar e dos filhos” (Louro, 2000).

Se, no período pós-guerra, médicos e especialistas atuaram de modo a criar e regular as mães, impingindo-lhes características e deveres específicos, nas décadas posteriores foi a cultura midiática, em especial, que tomou para si a tarefa de “determinar os limites do comportamento das mães, decidindo quem deve ou não ser mãe, elogiando as ‘boas’ mães e repreendendo as ‘más’” (Forna, 1999, p. 105) – sem, com isso, negligenciar os pressupostos da medicina, mas valendo-se dela também.

A cada ano os artigos que tratam de maternidade, gestão, gravidez, cuidados com os filhos multiplicam-se; novas revistas especializadas são

lançadas para o aconselhamento e detalhamentos dos procedimentos (ou “rituais”) que devem ser exercidos pela mãe; programas de televisão, muitas vezes apresentados por mães-famosas<sup>27</sup>, trazem temáticas novas, na tentativa de reconhecer as novas configurações familiares (mães-adolescentes, maternidade a distância, são algumas delas). Uma miríade de produtos midiáticos é lançada tornando cada vez mais acessível e inteligível a maternidade não só para as mães (que vêm a tarefa de educar, criar e cuidar cada vez mais aprimorada), mas também a todas nós (que cada vez mais participamos da construção de um ideal de maternidade, munidas desta gama de argumentos que nos são oferecidos).

Em especial a partir da década de oitenta, novas tecnologias e diferentes modalidades de pesquisas médicas ligadas à maternidade foram desenvolvidas (desde exames ultra-som até técnicas de fertilização *in vitro*; desde pesquisas que comprovam os malefícios do cigarro, até aquelas que alertam para os perigos da cafeína na gestação). Tais estudos permitiram a produção de um grande aparato para melhor monitorar o feto e, com isso, os procedimentos maternos. Todos estes avanços da medicina suscitaram não apenas a possibilidade de identificar riscos e problemas de uma gestação, mas principalmente a prática já quase natural de controle minucioso dos passos de uma gravidez. Certamente, estes fatores autorizaram a proliferação de conselhos, advertências e informações e, com eles, o significativo aumento da responsabilidade materna<sup>28</sup>. Ao ganhar novas formas de visibilidade e legitimidade, a medicina permitiu também que as mulheres pudessem ser julgadas e/ou condenadas pelas “transgressões” que efetuam durante a gravidez ou mesmo no cuidado/ educação de seus filhos. O fato de as mulheres terem filhos e criá-los (e de isso tornar-se quase uma obrigação, um dever feminino) significa, historicamente, que elas são invariavelmente controladas – porém, segundo critérios diferentes, próprios da época ou das práticas culturais em que estão inseridas.

---

<sup>26</sup> Esta temática é amplamente discutida em Louro (2000).

<sup>27</sup> Refiro-me, em especial, ao programa *Mãe & Cia* (transmitido pela emissora GNT) que, durante algum tempo, foi apresentado pela atriz Giulia Gam, exatamente no período em que perdera a guarda de seu filho para o pai, jornalista da Rede Globo, Pedro Bial.

<sup>28</sup> A autora Aminatta Forna (1999) chega a fazer uma analogia ao papel da mídia, em especial, como o *Big Brother* das mães, fazendo referência ao livro de George Orwell (1984), em que uma sociedade fictícia é controlada, monitorada por meio de telas instaladas em praticamente todos os lugares, as quais mostram o cotidiano da vida das pessoas. *Big Brother* refere-se ao dirigente supremo deste novo tipo de sociedade estatal.

Para exemplificar tais afirmações, ressalto uma recente campanha do Ministério da Saúde que exigiu que as companhias fumageiras trouxessem nas embalagens de cigarros imagens das “marca[s] da morte” (A marca..., 2002). Esta tentativa, baseada em campanhas semelhantes que foram realizadas no Canadá, tem como objetivo principal “tentar chocar o fumante (e os não-fumantes à sua volta) de forma a afastá-lo do vício” (Idem). Assim, foram selecionadas fotografias associadas aos malefícios do cigarro, no caso, a impotência sexual, o mau hálito, os problemas cardíacos e a prematuridade do feto.

Esta última – a de um recém-nascido aparentemente em uma cama hospitalar, monitorado por aparelhos que cobrem seu frágil corpo de fios e gazes – foi qualificada pela revista como “a mais impressionante” (Idem). A própria revista narra:



o retrato do sofrimento da criança foi feito em julho do ano passado, na UTI neonatal de um hospital público de São Paulo. Na ocasião, o recém-nascido, que é *filho de uma fumante*, tinha três semanas de vida. Nascera aos sete meses de gestação, dois antes do esperado. Pesava cerca de 1 quilo, menos de um terço do peso médio normal. Infelizmente, as demais imagens usadas não são verdadeiras como a do bebê. Ao contrário, não passa de uma encenação mal feita (A marca..., 2002, p. 76, grifo meu).

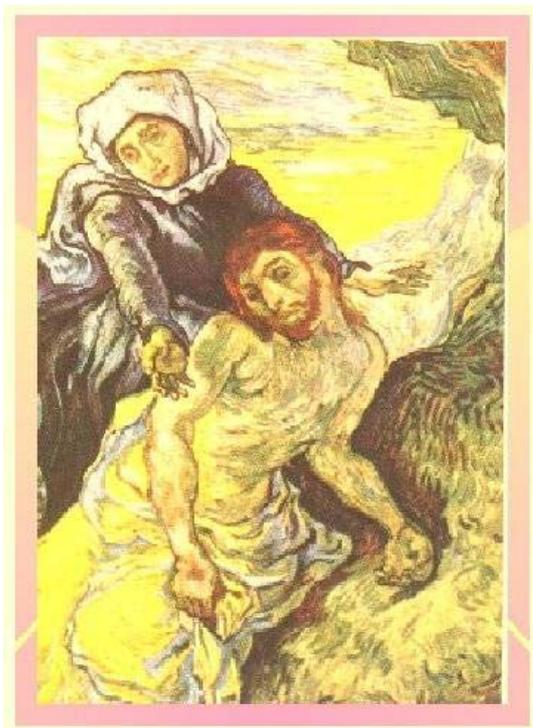
Nas carteiras de cigarros, tal imagem vem acompanhada dos seguintes dizeres: “Em gestantes, o cigarro provoca partos prematuros, o nascimento de crianças abaixo do peso normal e a facilidade de contrair asma”.

Por alguns motivos, a escolha destas temáticas torna-se relevante em nosso tempo; por outros, uma delas parece merecer uma atenção especial: parece precisar de uma foto “verdadeira”. No intuito de estabelecer uma relação linear de causa e consequência entre a mãe grávida que fuma e o filho doente, são impingidos uma série de valores e juízos sobre algumas ações maternas. De certa forma, esta imagem ilustra um importante enunciado deste dispositivo: o filho gerado é, na verdade, um *resultado*, seja das práticas maternas, seja dos cuidados (ou da falta deles) que as mães empreendem na gravidez ou durante sua vida.

O objetivo desta seção não foi levantar ou mesmo discutir a maternidade “através dos tempos”, considerando-a como um aspecto característico da figura feminina que sobreviveu às tensões e mudanças históricas dos mais diferentes períodos. Pelo contrário, a partir destas constatações, busquei (e ainda busco) compreender de que maneira, em determinados momentos, operaram-se formas específicas de ver e dizer o sujeito-mãe. Argumentei sobre a disposição histórica do conceito de maternidade, bem como sobre a produtividade discursiva quando relacionado ao sujeito-mulher. Tal operação me permitiu perguntar sobre os movimentos, as mudanças, as caracterizações e as rupturas positivadas por ordens de saber, relações de poder e modos de subjetivação que, em seu encontro, produzem um dispositivo da maternidade.

#### 4. Dispositivo da maternidade: produção agonística de experiência

A clássica cena de Maria, eternizada por Michelangelo, quando acolhe o corpo desfalecido de Jesus após a crucificação. Réplica da escultura sombria, a imagem nos mostra uma incomparável harmonia entre os traços das pernas, mãos e braços esmorecidos de Jesus e aqueles do colo envolvente de Maria. O corpo de Cristo morto é de tal modo diminuído, atenuado, que nos permite imaginar que ele repousa, como uma criança indefesa, nos braços resignados da mãe de Deus. A cabeça delicadamente curvada, o olhar prostrado e, ao mesmo tempo, enternecedor e contemplativo da Mãe evidenciam o momento doloroso e dramático de uma perda brutal. Filho morto. *Mater dolorosa*.



Com cores mais “vibrantes”, a mesma cena não deixa de expressar o sofrimento bíblico: Van Gogh retrata também sua *Pietà*. As mãos de Jesus, marcadas de sangue e debilitadas, opõem-se às de Maria, que, vigorosas e diligentes, abrigam-no de forma singela. O corpo esquelético e quase nu de Jesus contrasta com as vestimentas pesadas e com a silhueta robusta de Maria, favorecendo sentidos duais sobre fragilidade (do Filho) e amparo seguro do colo (da Mãe). Contudo, a imagem evidencia o gesto materno paradoxal que, ao acolher o homem, parece também oferecê-lo. Filho crucificado. *Mater dolorosa*.

parece também oferecê-lo. Filho crucificado. *Mater dolorosa*.



No canto esquerdo da réplica da pintura, a mãe com o filho no colo chora em desespero. A imagem de que falo é a expressão aflitiva da mãe provocada pela guerra civil espanhola, que Picasso denuncia ao pintar *Guernica*. A face da mulher, voltada para cima, opõe-se radicalmente à do filho, que, inerte, volta-se para baixo, caída. O seio materno nu, aqui, não amamenta, mas acolhe inutilmente a criança morta. As mãos de tamanhos grandes da mãe contrapõem-se às pequenas e frágeis do filho; mãos fortes, que permitem sustentar o corpo e também a dor daquela morte precoce. Filho martirizado. *Mater dolorosa*.

A artista mexicana Frida Kahlo manifesta em pintura a decepção e o flagelo de diversas tentativas fracassadas de engravidar. Os elementos que se ligam ao corpo frágil e nu (o feto; a flor, que expressa a feminilidade; o organismo repartido, fragmentado) são os mesmos responsáveis por seu aniquilamento. O céu azul, a cidade longínqua ao fundo, a simplicidade dos traços da cama hospitalar e o lençol alvo ressaltam o sangue, a hemorragia impetuosa do ventre. Filhos perdidos. *Mater dolorosa*.



A imagem, premiada no *World Press Photo*, em 1997, foi registada pelo fotógrafo Hocine no dia seguinte ao massacre em Bentalha. O olhar de



desespero acaba por escapar, esquivar-se àquele de piedade da companheira. O corpo prostrado sustenta-se na parede fria e com o auxílio daquelas mãos condescendentes: corpo materno que evidencia a condição deplorável da mulher

que perdeu seus oito filhos. Filhos massacrados. *Mater* dolorosa

Na fotografia ao lado, as “Mães da Praça de Maio” protestam e exigem esclarecimentos sobre seus filhos desaparecidos durante o período de repressão e ditadura militar argentina. Tenazes e empedernidos, o braço erguido e o punho cerrado manifestam revolta. Ao mesmo tempo, a outra mão segura, obstinadamente, o cartaz com a foto do filho. Coléricas, a cabeça erguida, coberta pelo peculiar lenço branco, e a boca clamante e austera diante da injustiça, mostram a indignação e a determinação para a luta. Filhos torturados. *Mater* dolorosa.



Faço aqui uma breve descrição de algumas imagens. Imagens de sofrimento materno: imagens da arte; imagens bíblicas; imagens de guerra; imagens de perda e de luta. Imagens que fazem circular uma mesma e insistente relação entre maternidade e agonia. As relações entre maternidade e agonia foram (e são) cada vez mais difundidas principalmente a partir do Renascimento, através da multiplicação das imagens bíblicas de Maria com seu filho crucificado.

A etimologia da palavra grega *agónia* diz respeito à “agitação da alma, angústia, aflição” ou pela etimologia latina, *agonia, ae*, “vítima sagrada, ansiedade, dor, perturbação” (Houaiss, 2001). Do radical grego *agon*, deriva-se um expressivo vocabulário: *agone*, *agoniação*, *agoniada*, *agoniar*, *agônico*, *agonista*, *agonístico*, *agonizado*, *agonizante*, *agoniza* (Idem).

Esta lógica, aqui ilustrada pelas imagens e pela expressão *mater dolorosa*, pôde ser historicamente desenvolvida e operacionalizada também a partir de um processo ligado à instauração de uma *agonia discursiva*. Assim, parto dessa espécie de simbologia secular para poder problematizar um outro entendimento ligado ao verbete *agon* (no caso, relacionado à luta, que detalharei a seguir). Acredito que esse outro entendimento oferece argumentos importantes para o desenvolvimento do conceito de dispositivo da maternidade – que busco discutir nesta seção.

Assim, afirmo que na mídia, contemporaneamente, o que se faz e o que se promove são relações *agonísticas* entre modalidades maternas. Trata-se de relações que, ao invés de saciar ou impor limites sobre os sentidos que podem ser a elas atribuídos, fazem com que se produzam outras e novas formas de pensar a maternidade. Mais do que isso, ao tornar tais modalidades maternas objetos discursivos, uma difusa e móvel *experiência materna* é produzida *agonisticamente* nos espaços midiáticos.

Mas voltemos ao outro entendimento do verbete em questão. O prefixo latino *agon(o)* tem também a seguinte acepção: “luta nos jogos, exercício em geral, combate” e o grego *agôn, ônos*: “reunião, assembléia, local onde se realizam jogos, jogos sacros, jogos de luta, luta, contenda” (Idem). Logo,

depois de ter designado sobretudo jogos que marcavam certos eventos, por *agon* se entende o debate judiciário e, em geral, a competição oratória. Esse conjunto de conotações (competição submetida diante de um público a uma arbitragem segundo

uma regra) dava o contexto da visibilidade, a partir da sofisticada, do diálogo filosófico (Auroux, 1990, p. 52).

Junto a este sentido de luta, Miguel Matilla (1999) apresenta-nos um uso comum do verbete *agonístico* utilizado na área química. Tal acepção, retirada do Dicionário de Inglês Oxford, nos indica que *agonístico* é relativo a um agonista ou algo que age como tal. Neste caso, trata-se de um elemento químico, um *ligante*, “especialmente uma droga ou hormônio que se prende a receptores e, deste modo, altera sua proporção” ou, ainda, “uma substância que desencadeia uma reação fisiológica quando combinada a um receptor” (Matilla, 1999, p. 1). Este sentido de *agonístico* (tal como utilizado por uma área das ciências exatas) está relacionado, portanto, à característica primeira do outro sentido de agonismo que busco desenvolver aqui, qual seja, a característica da mobilidade, ou melhor, de algo que conduz, que convida ao movimento.

Matilla, baseado em Nietzsche, em especial na leitura das *Reflexões Intempestivas*, discute o processo agonístico da educação e, do mesmo modo, da cultura na produção do Homem. Em sua interpretação do filósofo alemão, Matilla afirma que – no que diz respeito às suas “verdadeiras” tarefas de mudar, de transformar o Homem – a cultura e o processo educacional (e, desta forma, o próprio educador) são, por si mesmos, agonísticos. “Verdadeiras” porque, para tanto, deveriam impor a cada ser humano a questão de fomentar, de fornecer condições adequadas para a emergência do grande homem, ou seja, de lutar contra qualquer coisa que impedisse a existência humana de alcançar a plenitude. Este processo de fomento e de fornecimento diz respeito ao movimento transformador causado por processos combativos – “massa de forças que se consome em seu benefício” (Nietzsche, 1999, p. 110).

O que faz com que algo seja considerado agonístico é o fato de aumentar ou “revigorar” a atividade. Se isso acontece, a educação se dá “verdadeiramente” ou, de forma equivalente, se algo nos educa verdadeiramente é porque aumenta ou revigora nossa atividade, portanto, “age como um agonista convencional sobre nós” (Matilla, 1999, p. 2). Tal como explicado por Miguel Matilla, “tanto o adjetivo ‘agonístico’ – no sentido figurado de relativo a ou agindo como um agonista sobre nós’ –, como o substantivo agonista significam ‘tudo aquilo que aumenta nossa atividade’” (Idem).

No caso deste trabalho, entendo que as construções agonísticas realizadas pelo dispositivo da maternidade potencializam a construção incessante de objetivações maternas. Na *vontade de maternidade* que lhe é característica, este dispositivo alcança sua “plenitude” (parafrazeando a explicação acima) na medida em que produz articulações contínuas de poder, saber e subjetivação .

Explicar estas questões torna-se importante porque me permite também mostrar que o conceito de agonismo (que logo a seguir será explicitado) foi possível de ser abordado e introduzido mediante a revisão de alguns pontos do Projeto desta Dissertação (Marcello, 2001). Permite-me, igualmente, enfatizar que a incessante produção de sentidos diferenciados sobre a maternidade (e a forma como eles são instaurados) está ligada à verificação de que outros processos analíticos podem ser desenvolvidos a partir da discussão sobre a mobilidade agonística. Foi precisamente a revisão, o exame minucioso do conjunto de materiais midiáticos que fazem parte desta pesquisa, que me permitiu promover esta (nova) problematização e, talvez, enriquecer o conceito de dispositivo, tal como aqui empregado. A seguir, descrevo de que forma isso foi feito.

#### **4.1 Maternidade e agonismo: o primado da relação**

Ao trabalhar com o conjunto de materiais midiáticos, constatei que evidenciavam uma profusão de maternidades: diversos “tipos” de mães pareciam estar ali configurados e discursivamente tornados visíveis. Ao mesmo tempo, parecia também ser possível localizar algumas características comuns a todos eles. Desta forma, aparentemente fácil, cheguei à seguinte conclusão: “por mais numerosas que sejam as condições de vivenciar a maternidade e por mais que todas elas sejam expostas e faladas na mídia, elas acabam constituindo entre si uma espécie de equivalência” (Marcello, 2001, p. 43). A partir daí, as próximas tarefas pareciam claras: tratava-se de identificar uma espécie de maternidade hegemônica e o modo pelo qual ela estava (ou seria) discursivamente produzida pela mídia. De que forma isso seria feito? Mediante a caracterização das múltiplas modalidades maternas que, no caso, serviam de “fonte” para a “cadeia de equivalência” entre os sentidos que a maternidade hegemônica viria a ter.

Ao rever estes materiais evidenciei, porém, que estas considerações não davam conta da efetiva problematização ou da complexidade que merecia ser explorada. Havia, naquelas imagens, naqueles ditos e na combinação entre eles, uma relação maior que me faltava caracterizar; algo que certamente não estava oculto, muito menos plenamente visível. Mostrar as diferentes modalidades maternas que ganham visibilidade na mídia e, junto a isso, algumas características que todas elas podiam ter em comum (e, claro, os desdobramentos desta discussão) não parecia ser suficiente.

O fato de caracterizar uma maternidade normativa e enunciá-la como hegemônica (o qual antes estava me propondo realizar) era uma tarefa em si mesma perigosa e impossível. Ela era perigosa porque, ao afirmar a possibilidade de localização e definição de qualidades, atributos comuns nas mais diferentes modalidades maternas, correríamos o risco de perder, aí, uma importante discussão sobre o caráter de suposta universalidade de características que as modalidades maternas acabam ganhando. Esta maternidade hegemônica, gradativamente tornada normativa, mesmo que difusa e maleável, é nada menos do que algo específico e fruto de particularidade. Como afirma Ortega (2000), quando se refere à imposição do ideal fraterno da Revolução Francesa, “para poder afirmar a universalidade, todo discurso precisa ser primeiramente *singular e exemplar*” (Ortega, 2000, p. 62, grifos meus). No caso deste trabalho, trata-se de buscar delimitar, isso sim, como certos discursos (ou mesmo simples características) sobre a maternidade *pretendem-se* universais e de que maneira adquirem uma maior visibilidade no espaço midiático.

Tal tarefa era perigosa também porque nesta questão da universalidade está incluído um potencial discriminatório, pois, para afirmar-se como tal, necessita demarcar pontualmente um “nós” e um “eles” (Idem, p. 63). Nesse sentido, a discussão deve procurar abordar, sobretudo, os limites dessa demarcação e, deste modo, evidenciar (ou pelo menos considerar) as hierarquias e exclusões que se constituem no processo de afirmação desta suposta universalidade.

Por outro lado, a tarefa de caracterizar a maternidade hegemônica a partir das características comuns entre as modalidades maternas era impossível, uma vez que ela jamais pode ser pensada a partir de uma

igualdade universal. Pelo contrário, este aspecto hegemônico só pode ter condição de existência e ser localizado na relação *assimétrica* que tais modalidades maternas (mães-homossexuais, mães-adolescentes, mães-solteira etc) estabelecem entre si. Ainda assim, é impossível dizer que alguma mulher-mãe consegue, efetiva e exclusivamente, ser sujeito e objeto de um discurso hegemônico (pois se fosse dessa forma, estaria apontando para a unidade plena do sujeito).

Não há como afirmar – e, dentro da perspectiva com a qual trabalhamos, podemos dizer que é inaceitável – a existência de uma sujeição exclusiva de algumas mulheres-mães a um discurso puramente normativo de maternidade. Por exemplo, no caso de Xuxa, podemos certamente encontrar inúmeros parâmetros que nos fazem identificá-la como sujeito desta espécie de maternidade normativa. Ao mesmo tempo, contudo, ela é igualmente sujeito de uma outra modalidade materna, qual seja, a de mãe solteira (maternidade, esta, pois, não-normativa). Há que se compreender o caráter complexo a que cada indivíduo está subordinado para construção de uma determinada experiência materna. Pode-se dizer, então, que a maternidade hegemônica é difusa, errante e não localizável.

Com efeito, esta profusão e objetivação de maternidades, mais do que promoverem a irrupção de uma maternidade absoluta, produzem e estabelecem novas práticas. Não se trata de mostrar um grande e mais forte discurso sobre a maternidade e sua potência em relação aos demais, uma vez que “o fato de haver rarefação não significa que por abaixo deles ou para além deles [dos discursos] reine um grande discurso ilimitado, contínuo e silencioso” (Foucault, 1998b, p. 52). Trata-se de caracterizar como, na dinâmica de suas existências midiáticas, estas modalidades maternas relacionam-se entre si e constituem-se efetivamente como práticas. Enfim, creio que mais produtivo do que identificar as formas pelas quais *uma* suposta maternidade hegemônica seria criada e reforçada na mídia, interessa-me compreender, ver e dizer as formas pelas quais a mídia se ocupa em produzir *práticas de maternização* (seja de qual ordem for).

Este deslocamento teórico e metodológico envolve também a conclusão de que *a* maternidade efetivamente não existe. Aqui, não quero afirmar simplesmente que a maternidade não existe como objeto natural (embora esta

afirmação tenha sua importância). Quero dizer, principalmente, que o que quer que tomemos como “a” maternidade (seja a da mãe-solteira, a da mãe-adolescente, ...) é, na verdade, o resultado de processos de *objetivação* (nunca realizado de maneira isolada, senão na relação entre outras modalidades maternas). Desse modo, práticas são instauradas e, com elas e a partir delas, novas formas de compreensão, de apreensão de saberes e de poderes sobre o indivíduo-mãe podem ser organizadas (ou vice-versa) para a produção de uma *experiência* materna. Assim, fazer ver e dizer tais modalidades maternas de maneira *relacional* está diretamente ligado ao entendimento de que “os objetos não são senão correlatos das práticas” (Veyne, 1982, p. 159).

Ao ocupar-se da maternidade, ao promover modos de falar sobre ela, a mídia, de alguma forma, reproduz e ao mesmo tempo cria objetivações sobre esta temática, delimitando-a, circunscrevendo-a e exatificando-a. Mas, de que forma isso é feito? Ora, se “a” maternidade não existe, é possível afirmar que estas outras maternidades igualmente não existem. Não existem, porém são “algo” e são algo no momento em que colocadas em relação. Assim, qualquer que seja a modalidade materna, há que se entender que ela só pode ter visibilidade e enunciabilidade na medida em que está em relação com as demais – caso contrário, não teria sentido falar dela. Tomemos um exemplo: o fato ser mãe-solteira (ou melhor, ser sujeito deste discurso) não tem qualquer sentido isoladamente, pois os sentidos relacionados à mãe-solteira só podem ser criados quando colocados em relação aos outros discursos que objetivam, por exemplo, o sujeito-mãe-casada (mesmo que isso se dê de uma maneira nada explícita, direta). Da mesma forma, o sujeito-mãe adolescente só pode ser objetivado da forma com que é quando relacionado com o sujeito-mãe adulta<sup>29</sup>. Enfim, “a”, singular, não existe em si mesmo porque é justamente a partir de um plural anterior que ele se constitui.

Desta maneira, tal lógica hegemônica (que, muitas vezes, é uma lógica normativa) só pode ser caracterizada no momento em que colocamos a dinâmica, a *relação* (assimétrica) entre as diferentes maternidades (mães-solteiras, mães-adolescentes, mães-homossexuais etc.) em primeiro lugar. Assim, analisar as relações que elas estabelecem entre si e entre as

---

<sup>29</sup> Um desdobramento normativo disso pode ser assim ilustrado: só há sentido falar em uma espécie de maturidade necessária para o indivíduo tornar-se mãe, na medida em que se considera a existência de uma imaturidade para tanto (como nos casos midiáticos de mães-adolescentes).

características desta maternidade hegemônica (que só pode ser apreendida desta relação) é focalizar as tensões de saber-poder que sustentam os regimes de verdade que fazem com que estas modalidades maternas ganhem existência. Esta análise implica a tarefa de embrenhar-se na “lista sempre aberta de objetivações” (Veyne, 1982, p. 157), mais do que na singularidade de uma experiência; apostar que é justamente nesta lista, nesta incessante produção de práticas diversas, que o poder e o saber encontram condições de produzir-se continuamente, remanejar-se e atualizar-se. Entender a originalidade destes múltiplos processos de objetivação e também dos “acontecimentos” que os tangenciam requer percorrer e explorar os interstícios pelos quais o poder se move, transita e se recria a cada momento para se tornar copioso. A partir daí, sim, é possível caracterizar a existência de “sujeitos-mãe”: como *projeção* desse conjunto de práticas imbricadas a partir de lutas específicas, em torno da legitimação de significados.

É válido lembrar também que a pluralidade de objetivações está relacionada tanto com o sujeito individual como com as modalidades maternas que nele podem incidir e que são amplamente difundidas na mídia. O que se deve entender é que não podemos falar de uma mera coexistência de diferentes modalidades de mãe em um sujeito (como no caso de Xuxa, citado anteriormente), nem mesmo entre as modalidades maternas tantas vezes já referidas aqui. O que ocorre é uma constante *subversão* e *superdeterminação* das mesmas, aliadas às tensões e confrontos produzidos pelo jogo de forças que elas exercem entre si, de modo *agonístico*.

Neste sentido, *agonismo* não está sendo tratado aqui como mero sinônimo de luta. Certamente, este engajamento agonístico de forças envolve estratégias de lutas, mas não apenas isso. Ele presta-se, igualmente, ao entendimento sobre as relações de tensão, de disputa, de provocação permanente de e ao poder, saber e formas de produção de subjetividade, que são operadas para a constituição de determinada experiência materna. Mais do que enfatizar o caráter efetivamente corporal ou físico dos processos de luta, o agonismo, na função de adjetivo, envolve a dimensão das lutas e das relações de força que são empreendidas sobre e a partir do poder: poder de produzir sujeitos, de dar visibilidade e enunciação a eles, bem como de sistematizar modos de eles relacionarem-se consigo mesmos.

Explicando melhor: se “toda relação de poder implica, então, pelo menos de modo virtual, uma estratégia de luta, sem que para tanto venham a se superpor, a perder sua especificidade finalmente a se confundir” (Foucault, 1995, p. 248), o mesmo podemos dizer da luta na relação com o agonismo. Certamente a relação agonística de que trato envolve necessariamente embates e lutas. Porém, há que se ter clara a idéia de que são processos distintos (mas nunca opostos) de controle do discurso e da produção, manutenção ou subversão do poder. Isso se dá devido à diferença de estratégia e de dinâmica a que o agonismo conduz. A partir destas afirmações, busco dar maior visibilidade e diferenciabilidade ao conceito de poder, mostrando seu caráter produtivo e inquieto, agonístico e de pura mobilidade.

Esta explicação é relevante porque a identificação das forças agonísticas, que entram em cena para a produção de novas objetivações e de sujeitos, se dá a partir do entendimento sobre a teoria do significante vazio – desenvolvida por Laclau e Mouffe e antes empreendida neste trabalho<sup>30</sup>. Houve a necessidade de se efetuar tal movimento neste trabalho porque a teoria de tais autores, de alguma forma, não permitiu abranger a dinâmica deste dispositivo – e também porque não era esta a dinâmica a que o dispositivo respondia. Ao trabalhar com o conceito de *antagonismo*, necessariamente envolvido no conceito de significante vazio, exigia-se a necessidade de identificar um ponto limite, um sentido fixo pelo qual era promovida uma *simplificação* do social (Pinto, 1999, p.12). Deste modo, aliada à consideração de que a maternidade seria um significante vazio, caberia igualmente uma identificação muito particular sobre os sentidos a ela referidos, qual seja, a de que estes haveriam de estabelecer entre si uma relação de *equivalência*. Para Laclau e Mouffe, isso significa um movimento quase infinito de constituição discursiva, já que “uma cadeia de equivalência pode, em princípio, expandir-se indefinidamente, mas uma vez que um conjunto de conexões centrais forem estabelecidas, esta expansão é limitada” (Laclau e Mouffe *apud* Pinto, 1999, p. 12). Limitada pois há que ser estabelecido um corte, digamos, “para que ele se mantenha como significante, de outra forma, desaparece enquanto tal” (Pinto, 1999, p. 19).

Nesta discussão, o entendimento do conceito de antagonismo é

---

<sup>30</sup> Conforme dito anteriormente, trata-se Projeto desta Dissertação (Marcello, 2001).

fundamental para que se possa compreender o deslocamento que se fez a partir dele neste trabalho. Para Laclau e Mouffe esta discussão está baseada em contextos de luta política *stricto sensu*. Diferente de contradição ou de oposição, o antagonismo opera como espaço de impossibilidade do social. Se, por um lado, “a *oposição* é uma relação objetiva – ou seja, que pode ser precisa, definida; [e] a *contradição* é uma relação igualmente definível entre conceitos, [por outro] o antagonismo constitui os limites de toda objetividade – que se revela como objetivação parcial e precária” (Laclau e Mouffe, 1987, p. 145). A *contradição* funciona entre elementos de forma que, por exemplo, numa relação entre A e B temos elementos em que cada um possui objetividade própria, podendo ser, por certo, contraditórios. No caso da *oposição*, por A ser inteiramente A, diremos que não-A seria, portanto, uma contradição. Já na relação de *antagonismo*, “a presença do ‘Outro’ me impede de ser totalmente eu mesmo, a relação não surge de identidades plenas, senão da impossibilidade de constituição das mesmas” (Idem). Na medida em que há uma negação do ser, temos não um diferencial positivo, mas um negativo (uma vez que um sentido é submetido ao outro, já que antagonísticos entre si). O antagonismo não está no interior ou no exterior do sistema: ele estabelece o limite mesmo desse sistema.

Para tanto, o exemplo de Laclau sobre a figura de Deus é extremamente elucidativo: Deus só é Deus em virtude da existência do Diabo. O Diabo não é a mera oposição de Deus ou mesmo sua contradição. É justamente por ser seu antagonismo que Deus consegue ser plenamente Deus. Logo, Deus é um significante vazio por ter tanto um ponto limite que lhe permite ser ele mesmo, quanto por construir, em torno de seu nome, uma cadeia de equivalência: Deus é bondade, Deus é verdade, Deus é vida, Deus é amor. Pode-se até mesmo, contraditoriamente, em nome dele, matar e morrer, tal como afirma Saramago (2001), quando se refere às desgraças ocorridas em onze de setembro de 2001.

Outro exemplo é a afirmação de Jon Simons (1997) que a Princesa Diana era um significante vazio. Em torno de sua figura, uma cadeia de equivalência podia ser articulada: ela era “a Cinderela, a menina anoréxica, a esposa traída, a mãe solteira, a menina da cidade, a princesa do *rock’n’roll*, a educada, a vítima, a mulher forte, a estrela cercada, a adorada mãe” (Idem, p. 1). Incorporando uma série de aspectos da cultura britânica, Diana funcionava como um significante vazio também por servir de fonte para diferentes sentimentos tanto individuais, como sociais. Em seu funeral, as pessoas não

choravam apenas pela perda trágica de um ícone, mas também reorganizavam em si o sonho de uma sociedade mais compassiva que Diana havia pregado. Neste processo, o Palácio de Windsor manifestava-se como ponto antagônico das ações, dos procedimentos e dos modos de ser da princesa: hostil, atenta aos protocolos, culpada pelo sofrimento de Diana, a família real assumia perfeitamente esta posição.

Retomar a explicação sobre o conceito de *significante vazio* serve para assinalar, eticamente, que foi partindo dele (em especial da idéia de antagonismo que contém) que pôde ser pensado o conceito de *agonismo* neste trabalho. Assim, no caso do dispositivo da maternidade, não se trata de encontrar nestas modalidades maternas um ponto limite, o fator negativo de sua constituição, algo que faça parar uma suposta cadeia de equivalência que estaria sendo estabelecida entre os sentidos a respeito da maternidade. Antes disso, trata-se de analisar como os múltiplos sentidos proliferam *positivamente* em torno das diferenças mesmas entre os sujeitos e práticas do dispositivo da maternidade. Ou, ainda, de compreender como uma *cadeia de diferenças* é estabelecida entre as modalidades maternas, sem que com isso precise se estabelecer um ponto antagônico. Pelo contrário, afirmo que são estabelecidas estratégias agonísticas que visam não apenas à manutenção, mas também à *atualização* e à *reorganização* permanente desse dispositivo.

Enfim, estratégias ao invés de pontos ou limites concretamente articulados; constituição positiva de sentidos ao invés da constituição negativa; mobilidade de forças ao invés da construção fixa de pares binários; jogo agonístico de forças ao invés de uma relação antagônica entre elas. Aliado a estas considerações, é válido lembrar que, para Foucault, “mais do que um antagonismo essencial, seria melhor falar de um ‘agonismo’ - de uma relação que é, ao mesmo tempo, de incitação recíproca e de luta”, ou seja, de um processo que diz respeito “menos a uma oposição entre os termos que se bloqueiam mutuamente do que de uma provocação permanente” (Foucault, 1995, p. 245).

Da mesma forma, nas relações agonísticas entre os discursos está inserida a idéia, não de uma luta entre inimigos – tal como a questão do antagonismo vinha a evidenciar –, mas de uma luta entre *adversários*,

“alguém cujas idéias combatemos” (Mouffe, 2000, p. 102)<sup>31</sup>. Tal constatação refere-se ao entendimento de um jogo de forças plenamente envolvido para reconhecimento da legitimidade e da existência do discurso concorrente. Muito mais do que meros processos de aceitação, concordância ou anuência, reconhecimento, aqui, diz respeito à simples verificação de existência, de caracterização interessada, justamente para que novos processos de objetivação sejam concretizados. Assim, quando falo no sentido da constituição normativa dos discursos, compreendo que o que ocorre não é um processo de constituição de lógicas de equivalências, mas prioritariamente de *lógicas de diferenças* irrestritas, que nada mais fazem do que determinar fronteiras, limites entre objetividades diferenciadas de procedimentos maternos (ou, talvez, determinar diferentes modalidades maternas). Mais do que cessar a cadeia que promove formas de objetivação dos sujeitos e de seus atos, os processos agonísticos de constituição de sentidos incitam a constante produção de formas de experienciar a maternidade, organizando, assim, práticas concretas de maternização. Não há, pois, um ponto, um fim mesmo nessa cadeia, mas, sim, relações móveis e contínuas de poder que produzem diferentes modalidades maternas. Conclui-se, portanto, que a mãe, o sujeito-mãe, como efeito-projeção das modalidades maternas constituídas por este dispositivo é seguramente um dos elementos táticos e estratégicos mais importantes a ser identificado pela análise do dispositivo da maternidade.

No processo de reavaliar os envolvimento teóricos empreendidos para a compreensão deste dispositivo e de entender a “complexidade do social” (Pinto, 1999, p. 12), passa-se a conceber que os processos de constituição das práticas de maternização e, mais amplamente, de uma experiência materna, se fazem a partir da constituição discursiva de cadeias de diferenças (Laclau e Mouffe, 1987). Estes movimentos agonísticos dos quais falo, referem-se a constituições (não apenas de sentidos) positivadas no interior do dispositivo e jamais fora dele; constituem, antes de mais nada, não o limite, mas a própria mecânica do dispositivo e de sua atuação. Mais do que afirmar a equivalência

---

<sup>31</sup> Aqui, uma consideração é importante: para Mouffe (2000, 2001), o enfrentamento agonístico, a relação com o adversário promovida em detrimento à relação com o antagonismo, é condição mesma para a democracia. A democracia, como algo frágil e nunca adquirido em sua totalidade, necessita da promoção de condições de um pluralismo agonístico, “que permita reais confrontos na cena do espaço comum, com o fim de que se possam realizar verdadeiras opções comuns” (Mouffe, 2001, p. 3). Neste trabalho, porém, não está em jogo avaliar se os processos agonísticos de constituição de objetividades maternas são bons ou ruins, mas trata-se de verificar de que

entre as modalidades maternas objetivadas por uma lógica antagônica, o dispositivo ocupa-se em produzir sua diferença por relações agonísticas de força, pelo “enfrentamento belicoso das forças” (Foucault, 2000b, p. 24) sobre o discurso ou mesmo para a sua produção.

Toda esta discussão que faço aqui sobre o agonismo nada mais é do que o caráter de atravessamento do poder sobre o discurso (ou da produção do discurso pelo poder). O discurso, esta precária unidade de sentidos (já que estes são sempre cambiantes), esta engenhosa máquina produtiva, é algo sobre o qual se exercem inúmeras operações de posse e de controle. Lutar pelo seu domínio significa controlar, selecionar, organizar a sua produção ou mesmo sua circulação. Lutar pelo discurso envolve o histórico combate que tem por função “conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (Foucault, 1998b, p. 9). Falo do discurso como um bem

finito, limitado, desejável e útil - que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização; um bem que coloca, por conseguinte, desde sua existência (e não simplesmente em suas ‘aplicações práticas’), a questão do poder; um bem que é, por natureza, objeto de uma luta, e de uma luta política” (Foucault, 2000, p. 139).

É isso que sustenta e impele a dinâmica agonística das forças: o controle do discurso e a produção de verdade ou, ainda, a instituição de sua veracidade. Isso porque “o poder não pára de questionar, de nos questionar”; como alvo de luta, ele “não pára de inquirir, de registrar”; como estratégia, ele “institucionaliza a busca da verdade, ele a profissionaliza, ele a recompensa” (Foucault, 2000b, p. 29).

No interior do dispositivo que caracterizo não são as mães, como sujeitos individuais, que capturam o discurso em sua materialidade para apoderar-se dele e, então, lutar por ele. Primeiro, porque, como sujeitos individuais, elas não são capazes de tal ato. Elas, como sujeitos de ação, podem resistir ao discurso e é neste ponto que ele se vê frente à necessidade de se modificar e de se atualizar. Na medida em que a capacidade do discurso de capturar ou mesmo de produzir os sujeitos que tenta nomear torna-se

---

forma eles podem ser apreendidos discursivamente no campo midiático, no que tange à constituição de modalidades maternas.

deficiente, produzem-se novas formas de objetivação e de entendimento acerca do sujeito.

Com efeito, os processos que se constituem a partir das lutas agonísticas em torno da maternidade evidenciam cada vez mais a normatividade e a legitimidade de alguns de seus procedimentos. Nestes processos de “provocação permanente”, o alvo da luta nada mais é do que o controle que a mídia faz dos e por certos discursos, que vêm a se tornar gradativamente normativo. Mais do que isso, ao (fazer) falar e dizer sobre as mães que matam, sobre as mães-homossexuais, a mídia produz e faz circular sentidos sobre algo que deveria funcionar como padrão. É deste modo que se dá a luta pela verdade e pelo controle dos discursos: em torno do que se considera como maternidade normativa; em torno dos saberes; dos tipos de normatividade e das formas pelas quais estes indivíduos vêm a se reconhecer ou não (e aqui o acaso da resistência) como sujeitos-projeção de processos agonísticos. É disso, pois, que o dispositivo da maternidade se ocupa: da produção contínua de modalidades maternas, ou melhor, de práticas de maternização a partir das quais é possível capturar certos modos de experiência de ser sujeito.

Quando afirmo que a mídia se ocupa da produção discursiva (e não só de um sistema contínuo de circulação, proliferação ou sistematização dos discursos), baseio-me também na afirmação de Foucault, quando diz que “nenhum saber se forma sem um sistema de comunicação, de registro, de acumulação, de deslocamento, que é em si mesmo uma forma de poder, e que está ligado, em sua existência e em seu funcionamento, às outras formas de poder” (Foucault, 1997b, p. 19). Assim, qualquer que seja a forma de saber, obviamente que instituída e passível de repetição, necessita, para afirmar-se como saber, de um sistema que permita-lhe profusão, sem o qual ela (a forma de saber) não tem como manifestar existência. Assim como não se pode sustentar a existência de um objeto fora de um domínio discursivo, também não se pode sustentar a existência de um discurso sem a possibilidade de sua propagação ou repetição. É possível afirmar que a mídia ocupa-se em produzir novos discursos: na idéia de que promove a possibilidade de repeti-los e, como tal, de reorganizá-los e, a partir disso, constituir outros.

Para o entendimento deste conjunto de considerações, passemos à compreensão do conceito de dispositivo, tal como empregado por Michel

Foucault; passemos à compreensão de suas disposições, de seus elementos constituintes, seu entrelaçamento de curvas, linhas e regimes, de seu funcionamento maquínico, neste caso, para a produção agonística de práticas de maternização.

## 4.2 Dispositivo da maternidade

Como ferramenta analítica, o conceito dispositivo é desenvolvido por Foucault em sua obra *História da Sexualidade*, em especial em *A vontade de saber*. Porém, é na entrevista que presta à *International Psychoanalytical Association* (IPA), que o autor explica o que denomina por este conceito:

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (Foucault, 2000f, p. 244).

Por mais que nos pareça clara esta definição e por mais que saibamos das formas com as quais Foucault empregou o termo “dispositivo”<sup>32</sup>, é válido lembrar a complexidade e a amplitude que este conceito envolve quando operacionalizado – como já constatado por Dreyfus e Rabinow (1995). Frente a isso, tais autores propõem uma certa orientação para a leitura da conceituação de Foucault (acima referida). Partindo “destes componentes díspares, tentamos estabelecer um conjunto de relações flexíveis, reunindo-as num único aparelho, de modo a isolar um problema específico” (Dreyfus e Rabinow, 1995, p. 134). É na articulação mesma entre os elementos que o autor nos apresenta em sua afirmação e os demais conceitos trabalhados por ele em sua obra que podemos, então, nos apropriar ainda mais do termo dispositivo. Já que Foucault se refere tão explicitamente a elementos tais como discursos, organizações arquitetônicas, leis, medidas administrativas, enunciados científicos etc., podemos entender que as práticas discursivas e não-discursivas contribuem para a construção do dispositivo e, tendo estas

---

<sup>32</sup> Podemos designar “dispositivos disciplinares, dispositivos de saber e poder, dispositivo da prisão (ou do encarceramento), dispositivo de sexualidade, dispositivo da loucura, da doença mental, da neurose, da aliança, da confissão, da escuta clínica, da seleção (entre os ‘normais’ e ‘anormais’), de segurança, de verdade, de luta, de guerra, de batalha” (Corazza, 1997, p. 78).

presentes, é possível afirmar ainda que o conceito em questão reúne as instâncias do “poder e [do] saber numa grade específica de análise”. Por fim, Dreyfus e Rabinow sugerem que o dispositivo são “as práticas elas mesmas, atuando como um aparelho, uma ferramenta, constituindo sujeitos e os organizando” (Dreyfus e Rabinow, 1995, p. 135).

Frente a estas constatações mais amplas sobre a obra de Michel Foucault – que não se resumem a tratá-la somente a partir da analítica do poder – Deleuze (1999) considera o dispositivo como um conceito operatório multilinear, alicerçado em três grandes eixos que, na verdade, se referem às três dimensões que Foucault distingue sucessivamente. O primeiro eixo diz respeito à produção de saber ou, ainda, à constituição de uma rede de discursos; o segundo, ao eixo que se refere ao poder (eixo, este, que indicaria as formas pelas quais, dentro do dispositivo, é possível determinar as relações e disposições estratégicas entre seus elementos); o terceiro eixo diz respeito à produção de sujeitos.

No que se refere a esta característica multilinear, compreendo que o dispositivo é composto por conjuntos de linhas, curvas e regimes de diferentes naturezas que se mostram transitórias e efêmeras, predispostas a variações de direção e de intensidade. Não são linhas (curvas e regimes) que demarcam limites rígidos de um sistema ou de um objeto; pelo contrário, elas, na verdade, os desestabilizam (tanto o sistema, quanto o objeto), os fazem tornarem-se suscetíveis a movimentos de contínua acomodação quanto às tentativas de efetivar “processos singulares de unificação, de totalização, de verificação, de objetivação, de subjetivação” (Idem, p. 158). Essas linhas podem estar em um ou em outro dispositivo (ao mesmo tempo), tornando-os cambiantes entre si; elas são sempre tensionadas pelas enunciações, pelos objetos, pelos sujeitos e pelas forças em exercício (e suas relações manifestas) que o próprio dispositivo produz. Trata-se de linhas que se bifurcam, de curvas que tangenciam regimes de saberes móveis e entrecruzados, ligados a configurações de poder e designados a produzir modos de subjetivação específicos.

Tal como Rosa Fischer (1996b), não me coloco agora “diante de um tema a ser trabalhado teoricamente segundo tal ou qual linha de estudos, para depois submetê-los, no momento de análise empírica, a uma certa

metodologia” (Idem, p. 41). Para este trabalho, a proposta será de analisar estes múltiplos terrenos que compõem um dispositivo, mapear os caminhos que, muitas vezes, o levam a outras (e novas) direções e objetivar as operações e estratégias do dispositivo da maternidade – tarefa esta comprometida teórica e metodologicamente. A seguir, faço a descrição dos elementos que compõem o dispositivo<sup>33</sup>, ou melhor, o “itinerário” desta pesquisa .

#### **4.2.1 Curvas de visibilidade, regimes de enunciabilidade<sup>34</sup>**

Estas curvas e regimes – que fazem ver o sujeito-mãe, que têm a maternidade como ponto imaginário necessário ao dispositivo da maternidade<sup>35</sup> – permitem o nascimento do sujeito-mãe, permitem que ele ganhe formas, cores e nuances. São curvas e regimes fixados pelo próprio dispositivo que os sustentam – não como se a maternidade fosse uma característica natural e *a priori* das mulheres, mas como se agisse tal qual uma fonte de luz (semelhante a uma vela, em sua condição de luz frágil e predisposta a qualquer momento a ser apagada) que ilumina, que se difunde, que dá visibilidade e faz com que se produza o sujeito-mãe em toda sua positividade. É uma luz que incide sobre este sujeito, cuja existência não poderia manifestar-se sem ser iluminada por ela. Contudo, não se trata aqui da configuração, seja de um indivíduo pré-existente, seja de uma “realidade” pré-discursiva, mas de um sistema aberto, constituído por um jogo de forças criado e operacionalizado por tais curvas e regimes, em conjunto com as demais linhas do dispositivo da maternidade (das quais falarei mais adiante).

As curvas de visibilidade das quais falo não podem ser confundidas, no caso, com as formas palpáveis, com as figuras ou com as imagens veiculadas pelos produtos em questão. Do mesmo modo, os regimes de enunciabilidade não se referem imediatamente aos ditos, às falas proferidas ou mesmo escritas nas revistas. Podemos afirmar que as visibilidades são “relâmpagos, reverberações, cintilações” (Deleuze, 1991, p. 62), ou talvez

---

<sup>33</sup> A discussão que faço sobre as linhas, curvas e regimes como elementos que compõem o dispositivo procede dos trabalhos de Deleuze (1999) e Corazza (2000).

<sup>34</sup> Embora Deleuze (1999) denomine regimes de enunciação, preferi adotar a expressão regimes de *enunciabilidade*, pois creio que assim posso deixar mais claro que tais regimes ultrapassam a dimensão do dito em si mesmo. Ou seja, é o caráter de enunciabilidade que dá condição de existência às enunciações.

ambos – visível e enunciável – possam significar trovões que subsistem somente a partir de condições específicas de luminosidade e sonoridade positivadas tanto pelas relações de força, como por outras formas de saber que lhes são correlatas. Tais unidades (visível e enunciável) só podem ter existência a partir de uma combinação meticulosa entre palavras, frases e proposições; a partir de um entrecruzar específico que, então, lhe confere condição de existência. Como apreendê-los? Rachando, abrindo, dilacerando ou, talvez, talhando as próprias palavras, frases e proposições para extrair, extirpar delas os enunciados que lhes são correspondentes (Deleuze, 1991).

Por que esta tarefa seria importante? Porque estas curvas e regimes dos quais falo articulam o poder de nomear, de mostrar e de ser o lugar de sentido e de verdade (Foucault, 2000). A visibilidade é parte constituidora da verdade; da verdade como interpretação, da verdade como perspectivismo (Silva, 2002), ou seja, como lugar “até onde os olhos alcançam” (Houaiss, 2001), até onde eles buscam alcançar ou, ainda, até onde eles não sabem mais ir. Isso corrobora a idéia de que a ligação entre os domínios do visível e do enunciável está muito mais no âmbito da articulação e da complementaridade do que da dependência ou da obviedade de seu possível encadeamento: “há disjunção entre falar e ver, entre o visível e o enunciável” (Deleuze, 1991, p. 73). Há uma certa e relativa independência entre ambos, no sentido que o enunciável tem um objeto específico ao qual se refere, “que não é uma proposição a designar um estado de coisas ou um objeto visível”; da mesma forma que “o visível não é tampouco um sentido mudo, um significado de força que se atualiza na linguagem” (Idem).

Por regimes de enunciação, não designamos meramente aquilo que se fala sobre as mães; mas aquilo que *se torna possível e justificável* falar sobre elas. São as múltiplas e proliferantes enunciações que efetivamente encontram condições de entrar na *ordem do discurso* ou a possibilidade que elas enfrentam de ultrapassar ou mesmo serem barradas pelas leis de interdição que tangem e definem os limites do discurso. É um regime intimamente ligado com a vontade de verdade que governa nossa sociedade. É a partir deste regime que se descobre, se desvenda a maternidade para o/do sujeito-mãe.

---

<sup>35</sup> Tal como o sexo para o dispositivo da sexualidade (Foucault, 1999, p. 145) e a infância para o dispositivo da infantilidade (Corazza, 2000).

Já as curvas de visibilidade não se referem à maneira, ao modo específico de ver de um sujeito ou da forma como ele concluiu, individualmente, uma determinada coisa; afinal, “o próprio sujeito que vê é um lugar na visibilidade, uma função derivada da visibilidade” (Deleuze, 1991, p. 66). As formas de ver são, pois, anteriores à vontade individual de um sujeito que, aqui, é considerado como o objeto, como uma variável da própria visibilidade, bem como dependente de suas condições.

Trata-se, portanto, de curvas e regimes que, quando combinados no dispositivo da maternidade, estabelecem, simultaneamente, a materialidade do indivíduo-mãe como sujeito visível e a ordem das atividades maternas que, no caso, tornam-se objetos visíveis e propensos a serem diferenciados, dependendo do sujeito da enunciação. Da mesma forma, estabelecem a suposta importância que estes objetos discursivos adquirem frente ao olhar do observador (por exemplo, a leitora das revistas) sobre aquilo e para aquilo que ele deve olhar. Produzem não só as coisas a serem vistas, mas o sujeito que vê (Larrosa, 1995).

Considero aqui que tais produtos midiáticos se constituem como os locais, aparatos de visibilidade – e, em nosso tempo, “lugares específicos de enunciação” (Fischer, 2002, p. 6) – do dispositivo da maternidade; como “formas de luz que distribuem o claro e o obscuro, o opaco e o transparente, o visto e o não visto” (Deleuze, 1991, p. 66). O fato sutil de distribuir está relacionado à pertinente questão de que os locais de visibilidade de que falo são, assim, alguns locais, recortados e determinados em função da analítica que venho realizando. Entendo que estes processos de visibilidade e enunciabilidade provêm de outras e múltiplas instâncias que, obviamente, não tenho condições de problematizar em sua totalidade.

Trata-se, portanto, de discutir aqui a visibilidade e a enunciabilidade como armadilha (Foucault, 2000g, p. 166), como modos de os indivíduos tornarem-se sujeitos. Fazer das modalidades maternidades algo visível, dá-las a conhecer – principalmente em suas diferenças – diz respeito a procedimentos de objetivação, de apreensão e de investimento tático do poder sobre os corpos e sobre a forma mesma de ser sujeito-mãe. Visibilidade e enunciabilidade são procedimentos pelos quais os indivíduos se tornam alvo do poder, mas pelos quais também eles, agora na condição de sujeitos, podem manifestar resistência.

Maneiras de ver, formas de dizer, em que as revistas atuam como aparatos de visibilidade para aquelas formas de enunciabilidade que dizem respeito tanto à caracterização distinta de modalidades maternas, como aos modos específicos de fazer cada uma dessas modalidades aparecer e manifestar existência no dispositivo da maternidade. Combinação entre o visível e o enunciável, variação entre os mesmos, associação e arranjo que, em sua totalidade, produzem, principalmente, parte dos saberes que constituem a experiência materna.

As formas de visibilidade que as mulheres-mãe adquirem nos espaços midiáticos não se separam jamais dos momentos pelos quais elas tornam-se motivo para tanto. Faz sentido mostrá-las, dá-las a ver, não em qualquer fase de sua vida, de sua maternidade, mas em certos períodos: aqueles que as constituem como maternidades singulares. Atuando como força operatória, este dispositivo preocupa-se em produzir práticas bastante específicas de maternização na medida em que seleciona os momentos pelos quais estas mulheres podem e devem ser ressaltadas: no parto, no emagrecimento pós-parto (ou mesmo anterior a ele), nas festas de aniversário, nas saídas de férias, na inauguração do quarto novo do bebê. Os materiais midiáticos não cessam de se referir especificamente a estes conteúdos, bem como estes conteúdos não cessam de provocar, de incitar a visibilidade e a enunciabilidade maternas. Estas duas formas de compor a materialidade discursiva não param de entrar em contato, de sugerir-se mutuamente: cada uma delas retira da outra as provas de sua contigüidade e de complementaridade.

Há jogos de compensações, por exemplo, nas diferenciações etárias de maternidade, os quais são constituídos nos aparatos de visibilidade e enunciabilidade. Trata-se de enunciações que lutam entre si, cada qual para manter sua legitimidade. Nesse locais, podemos encontrar informações do tipo: “a mãe que ainda não tem vinte anos” enfrenta uma “crise dentro de uma crise”, já a mãe de vinte e cinco anos: “passa pelo período biológico mais indicado para engravidar”, tendo em vista que, “embora a experiência de vida seja pequena, existe uma grande vontade de aprender, e a mulher tenta sanar essa fome de informação consumindo livros sobre o assunto”; para a mãe de trinta anos: “a maternidade pode ser um trunfo para transformá-la numa profissional mais competente”, uma vez que “o fato de ter se tornado mãe a

obriga a repensar prioridades” e, ainda, “fazer um esforço extra para se concentrar e cumprir metas”; para a mãe de quarenta anos: o “relógio biológico começa a lembrar que o prazo para ser mãe está chegando ao fim”, ela pode agir de “duas formas” (Mães..., 2001, p. 147, grifo meu) – ou “apresenta enorme disposição para brincar, educar, cuidar” ou assume uma “atitude típica de avó não de mãe”, pois “apesar de o filho ser bem-vindo, ela tem dificuldade de lidar com ele e tende a ser permissiva”. Trata-se de formas específicas de ver e dizer a maternidade; de ver e dizer seu sujeito.

Tanto quanto falar moralmente, pregar ou fixar o sujeito-mãe neste ou naquele discurso que o tornou objeto, trata-se de constituir, em torno das formas de visibilidade e enunciação (dos sujeitos, das modalidades maternas), práticas sempre contínuas de maternização. Assim, o que está em jogo nesses locais de visibilidade e de enunciação de nosso tempo é o incessante produzir materno. Digamos que sua função extrínseca ou os efeitos da constituição de práticas seriam, pois, os procedimentos de diferenciação antes referidos. Ao capturar os sujeitos-mãe, ao torná-los visíveis e enunciáveis de modos específicos e bem diferenciados, os aparatos de visibilidade e enunciação tornam cada vez mais eficazes os “agenciamentos concretos” aos quais se destina o dispositivo.

Ampliando esta discussão, Rosa Fischer (2002) ressalta que a mídia hoje se apresenta como espaço de “visibilidade de visibilidades” (p. 86):

ela e suas práticas de produção e circulação de produtos culturais constituiriam uma espécie de reduplicação das visibilidades de nosso tempo. Da mesma forma, poderíamos dizer que a mídia se faz um espaço de reduplicação dos discursos, dos enunciados de uma época. Mais do que inventar ou produzir um discurso, a mídia o reduplicaria, porém, sempre a seu modo, na sua linguagem, na sua forma de tratar aquilo que ‘deve’ ser visto ou ouvido. Isso quer dizer, então, que ela também estaria simultaneamente replicando algo e produzindo seu próprio discurso, sobre a mulher, sobre a criança, sobre o trabalhador... (Idem).

A mídia, nesta perspectiva, não se ocupa apenas de emitir visibilidades, mas também, aliada ao processo incessante de repetição discursiva, ela justamente cria condições para a produção de novas discursividades. Ao reduplicar os discursos, como diz a autora, a mídia trata também de reorganizá-los, construindo, por sua vez, novos e outros discursos.

Tal conclusão está ligada a duas constatações em relação a este meio. Uma diz respeito à tal reduplicação via *edição*, cenários e personagens criados e produzidos pela própria linguagem que lhe é específica. A outra diz respeito à sua veiculação mesma, à abrangência massiva que hoje a mídia cada vez mais adquire – fato que, de certa forma, confere nova vida e materialidade distinta aos discursos.

Não se trata apenas da apreensão de sentidos através daquilo que a mídia efetivamente dá a ver – afinal por visibilidade e por enunciabilidade não se compreende somente o que diz respeito à forma e ao conteúdo. Mais do que isso, no trabalho de debruçar-se sobre os produtos midiáticos, interessa caracterizar a multiplicação dos sentidos que podem ser daí apreendidos. Trata-se da sensibilidade de compreender que a ampliação enunciativa se dá justamente por aquilo que frase ou imagem (e associação entre as mesmas) não dizem ou por aquilo que elas deixam de dizer. Sem qualquer relação com algo que supostamente estaria oculto discursivamente ou mesmo com um processo interpretativo, essa constatação permite-nos apenas problematizar a dimensão positiva daquilo que um enunciado (como produto genuíno de visibilidades e enunciabilidades) nega no tratamento dos produtos midiáticos: podemos multiplicar o seu sentido a partir dos sentidos outros que foram negados e barrados pela ordem do discurso. Como diz Deleuze (1991, p. 15), “importa o que foi formulado, ali, em dado momento, e com tais lacunas, tais brancos”.

Por fim, um importante fator produtivo das curvas de visibilidade e dos regimes de enunciabilidade diz respeito diretamente aos modos de subjetivação ligados às *tecnologias do eu* (Foucault, 1990, 1998). Conhecer a si mesmo, dar-se a conhecer, neste dispositivo, necessita que se dirija e que se empregue em direção a si próprio investimentos de visibilidade e também de enunciabilidade. A experiência do sujeito está relacionada também a um conjunto de ações que ele efetua sobre si mesmo – dentre as quais está a tarefa de voltar o olhar sobre si, tornando-se, principalmente, objeto visível (Larrosa, 1995). Uma vez tornado objeto de si mesmo, o sujeito-mãe, para falar de sua prática específica, é convidado a apreciar-se, a observar-se. Contudo, não se trata somente de um movimento empregado e inventariado por ele. No caso da mídia, por exemplo, pode se dizer que as próprias perguntas que fazem às mulheres-mãe promovem formas específicas e devidamente

orientadas de ver e falar de si mesmas. Lembremos, pois, que o procedimento da confissão é também um dos modos pelos quais o sujeito se torna visível a si mesmo (Foucault, 1999; Larrosa, 1995).

Neste dispositivo, as formas de visibilidade e enunciação, sobre si mesmo, do ser mãe fazem com que estes sujeitos se reconheçam como criadores, como fundadores e principais responsáveis por seus atos, por suas atitudes e por suas formas de praticar o exercício da maternidade: autor de seus ditos, de suas práticas, de si mesmo. Maternidade que fala incessantemente de si e que por isso mesmo faz ver.

Não se busca aqui afirmar que o sujeito do dispositivo da maternidade consegue plenamente manifestar-se, reconhecer-se e ser, então, um indivíduo capaz de auto-reflexão, mas sim que ele aprende, nesse jogo pedagógico de ser sujeito, elementos de uma experiência materna específica; aprende as regras e táticas para reconhecer-se e funcionar discursivamente como tal. O espaço deste dispositivo, porém, está direcionado ou arquitetado para a constituição de sujeitos auto-reflexivos, autônomos e independentes<sup>36</sup>. Está direcionado para a produção de seus sujeitos, quais sejam, aqueles que efetivamente instituem ou se orientam em torno de práticas de maternização. O indivíduo deste dispositivo torna-se sujeito dele na medida em que a capacidade operatória do discurso (e dos saberes e poderes que lhe são correlatos) o constitui e, principalmente, o modifica (como sujeito) ao torná-lo objeto de sua enunciação (Larrosa, 1995). Trata-se assim da produção de saberes e de saberes sobre si instituída (e constantemente modificada) por tais curvas e regimes, concomitantemente com as linhas que se seguem.

#### **4.2.2 Linhas de força**

Uma vez que este trabalho procura entender a forma pela qual o dispositivo da maternidade produz agonisticamente uma experiência materna, as linhas de força, são aquelas que mais nos “dizem” sobre a criação e a disposição estratégica de práticas discursivas. Tais linhas agem

---

<sup>36</sup> Como efeito daquilo que dá condição de existência para o sujeito moderno murmurante neste dispositivo.

agonisticamente em favor da produção de novas formas de objetivação sobre a maternidade.

Isso ocorre justamente porque as linhas de força retificam as curvas de visibilidade e os regimes de enunciabilidade, delineiam suas formas, delimitam seus trajetos, traçando os caminhos que os dois irão percorrer (e de que maneira poderão manifestar sua existência). As linhas de força atuam como “flechas que não cessam de penetrar as coisas e as palavras” (Deleuze, 1999, p. 156). Elas estão intimamente relacionadas com a dimensão do poder e, por isso, atingem todos espaços do dispositivo, naquilo que o poder tem de “onipresente” – não no sentido de agrupar tudo em uma (equivocada) unidade, mas em sua característica primeira de se produzir a cada momento, a partir da complexa e estratégica relação entre todos os pontos de um dispositivo (Foucault, 1999). Estas linhas se compõem, tal como o poder, em relação ao saber: não como causa e consequência, mas através de uma relação de mútua dependência, de articulação recíproca. São linhas que fixam os jogos de poder e as configurações de saber que nascem do dispositivo, mas que também o condicionam, ou seja, estabelecem estratégicas relações de força, sustentando tipos de saber ao mesmo tempo em que são sustentadas por ele (Foucault, 2000f).

Pode se dizer que, como objetos das linhas de força, as diferentes modalidades maternas tornadas visíveis e enunciáveis pela mídia se instauram a partir de novas edificações de regimes de verdade. Sem qualquer sentido de causa-efeito, estas modalidades recompõem e são recompostas por modulações nas esferas do poder e do saber, no sentido de solidificar estratégias de intervenção e objetivação nos e sobre corpos e práticas dos sujeitos-mãe. Se a maternidade pode ser vista como um domínio a ser conhecido e diferenciado, isto se deve a práticas e relações cada vez mais perspicazes de poder que, ao torná-la alvo, lança sobre ela (maternidade) técnicas de saber e procedimentos discursivos cada vez mais ardilosos. Nesse sentido, interessa-me identificar não que ou quão grande poder foi esse que assim fez, que assim constituiu tal ou qual forma de conceber a maternidade e os sujeitos de seus discursos, mas seus “focos-locais” (Foucault, 1999), ou seja, as relações mãe-filho, as relações entre modalidades maternas, entre sujeito-pai e sujeito-mãe, o exame de consciência etc. Investigo os procedimentos que “veiculam formas de sujeição e esquemas de

conhecimento, numa espécie de vaivém incessante” (Foucault, 1999, p. 94) e que, antes de mais nada, em sua múltipla, variada e diferenciada forma de produção discursiva, dão à maternidade (ou a algumas delas) caráter normativo. Vontade de saber, vontade de apropriação (Foucault, 1997c, p. 14).

Assim, os processos agonísticos promovidos por estas linhas de força não pretendem aprimorar ou reunir as semelhanças entre maternidades, mas fazer e dizer as diferenças entre elas. Trata-se tanto de conceber maternidade de uma determinada forma (a partir de um determinado modelo, por exemplo), como de identificar, de nomear suas outras modalidades, suas diferenças. “Tem-se a impressão de que aquilo que importa é seguir administrando e governando as fronteiras e as transposições de fronteira entre o sim e o não, o ser e o não ser, o possuir e o não possuir, o saber e o não saber, entre o mesmo e o outro” (Larrosa e Skliar, 2001, p. 12). Tal como afirma Foucault em relação ao conceito de poder, considero que a diferença, da mesma forma, é *produtiva*: produz (pre)conceitos, produz nomes, produz (novas) diferenças e singularizações; produz efeitos e formas de espetáculo. A diferença produz padrões, modelos, regras de como agir. A diferença é processo de subjetivação: ensina modos de ser e de agir. A diferença produz e é fruto de relações de poder. No caso da maternidade, o diferente é traduzido a partir da e pela exposição de mães-homossexuais, de mães-solteiras, de mães-adolescentes, enfim, de uma incessante produção de *lógicas de diferença* entre modalidades maternas. Tanto quanto fazer de uma determinada forma de vivenciar a maternidade como fato natural, originário, trata-se de administrar estas modalidades que estão fora do padrão (e produzi-las como fora do padrão), de modo que elas possam ser faladas, especuladas, inquiridas na sua diferença mesma e fazer com que isso se torne objeto de saber.

As modalidades maternas que identifico são resultados temporários e precários das tensões entre os múltiplos processos de objetivação promovidos e alterados por estas linhas de força. Não se trata, portanto, de progressos ou de evolução no pensamento cultural de uma sociedade no que diz respeito à contemplação de sujeitos-mulheres diversos, mas de efeitos de um complexo jogo de forças “que não obedecem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta” (Foucault, 2000d, p. 273) às quais, por sua vez, cabe conceder (e criar) visibilidade a estes sujeitos ao capturá-los e falar sobre eles de forma diferenciada.

Foucault é bastante claro ao afirmar que

a humanidade não progride lentamente, de combate em combate, até uma reciprocidade universal, na qual as regras substituiriam, para sempre, a guerra; ela instala cada uma dessas violências em um sistema de regras, e prossegue assim de dominação em dominação (Foucault, 2000d, p. 270).

Para o autor, combate se refere à luta efetivamente corporal entre indivíduos e, assim, manifesta sua contrariedade ao entender que os processos de constituição de emergências discursivas se dão por esta via. Por dominação, ele entende sentidos que vão além da mera violência física; trata do caráter violento que todas as relações de poder, de alguma forma, possuem em seu exercício. Dominação, neste sentido, refere-se à estrutura do poder, à forma pela qual as relações de poder, integradas às relações estratégicas de luta e seus efeitos, produzem ramificações cujas conseqüências “podemos, às vezes, encontrar até na trama mais tênue da sociedade” (Foucault, 1995, p. 249). Podemos entender que a dominação é “o universo de regras que não é de forma alguma destinado a apaziguar, mas, ao contrário, a satisfazer a violência” (Foucault, 2000d, p. 269). Uma relação de dominação “impõe obrigações e direitos, constitui cuidadosos procedimentos” (Idem); “estabelece marcas, grava lembranças nas coisas e até nos corpos” (Idem). Dominação expressa o movimento, a luta constante, o engajamento de forças que é utilizado e organizado a fim de produzir sujeitos desta ou daquela forma: movimento, jogo, luta. Promoção constante de linhas de força que visam o controle de corpos e de modos de existir.

Por dominação compreende-se um processo integrado à própria noção de relações de poder – dominação como controle. Radicalmente avesso a seu sentido clássico, de imobilidade, daquele que é ou permanece dominado pura e totalmente, entende-se por dominação a relação móvel e pungente em que o adversário (e não o inimigo) é tornado alvo e esteio desta relação. Foucault obviamente não se refere a grandes dominações ou mesmo à idéia de que, a partir dela, um dos pólos manter-se-ia calado e imune a forças, mas, antes, refere-se à dominação como algo integrado às relações de poder, na medida em que é ela (a dominação) que promove e suscita movimentos de revolta e de luta; relação móvel e pungente em que, nos vários campos de ação, os indivíduos não são nada menos do que objetivo e sustentação das ações uns dos outros.

Ainda sobre esta discussão, segue o autor:

o grande jogo da história será de quem se apossar das regras, de quem tomar o lugar daqueles que a utilizam, de quem se disfarçar para pervertê-las, utilizá-las pelo avesso e voltá-las contra aqueles que as tinham imposto; de quem, introduzindo-se no complexo aparelho, o fará funcionar de tal forma que os dominadores se encontrarão dominados por suas próprias regras. Luta-se pelas regras; luta-se, assim, também pelo controle da verdade e pelo domínio do discurso (Foucault, 2000d, p. 270).

Ora, a verdade aqui é entendida como perspectivismo, como interpretação e como violência (Silva, 2002). Não se trata de uma luta pela verdade, por aquilo que seria, em si, mais “verdadeiro” de se proferir ou de se expressar, mas em favor da verdade, em torno dela, de seu estatuto e do papel político que sua legitimidade desempenha (Foucault, 1997c, p.13). A luta de que falo se dá em torno não de uma verdade, mas de múltiplas, já que a própria verdade não existe como um ponto fixo, como uma visão integradora ou mesmo como um movimento global de ação. Tal concepção de verdade permite concluir que se luta por *verdades*, que o fato de não haver uma verdade dá à luta condição de generalidade. Portanto, existem *lutas*, e lutas contingentes por verdade, em torno de verdades: verdade como jogo; jogo de verdade.

Compreende-se, desta forma, que os dispositivos são históricos; mais do que isso, eles têm uma história. Esses processos agonísticos de constituição de objetividade podem ser tomados como os limites de atualização do próprio dispositivo. As densidades e mobilidades agonísticas produzidas pelo dispositivo da maternidade nada mais são do que os efeitos de sua necessidade primeira de refazer-se e de fazer produzir continuamente. A integração ou mesmo o confronto entre as forças não tem outra alternativa “a não ser tomando caminhos divergentes repartindo-se em dualismos, seguindo linhas de diferenciação sem as quais tudo ficaria na dispersão de uma causa não-efetuada” (Deleuze, 1991, p. 47).

As formas pelas quais esse poder age em torno deste conjunto de objetivações não é algo inteligível dentro de um contexto coerente e com objetivo fixo e plenamente definido com antecedência, já que tais processos não devem ser analisados meramente “como a tela de projeção desses mecanismos de poder” (Foucault, 1999, p. 95). Não há como se analisar uma

divisão ou mesmo uma luta entre discurso oprimido e discurso opressor ou um discurso dominante e outro submisso. No processo agonístico da produção de modalidades maternas, há uma multiplicidade discursiva (ou de elementos discursivos) que entra em cena (em diferentes cenas) para jogar com estratégias diferenciadas, com fins diferenciados (ou mesmo sem fins específicos). É preciso recompor justamente esta distribuição entrapada, turbulenta e murmurante dos discursos. Na visão de que a resistência é nada menos do que condição do poder, ela pode ser também obstáculo a ele: ponto de reação ou mesmo de partida para uma manobra oposta. O poder, ao reforçar o discurso, “também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo” (Idem, p. 96). Há que se questioná-lo em dois níveis: “o de sua produtividade tática”, isto é, das condições de aplicação e de efeitos das manobras de saber-poder e “o de sua integração estratégica” (Idem, p. 97). Esta diz respeito justamente àquilo pelo qual o poder foi barrado e pode, assim, novamente se organizar; àquilo pelo qual se resistiu e que, por isso mesmo, pode permitir ao poder e ao discurso, em dada conjuntura, organizar-se diferentemente como resultado de um confronto produzido.

Trata-se, portanto, do confronto entre as forças – uma força luta com outra força ou mesmo contra si mesma –, do jogo capcioso de forças. É exatamente por enfraquecer-se que a força reage contra si mesma: promoção de novas objetivações. “Ela reage contra sua lassidão, retirando sua força dessa própria lassidão que, no entanto, não deixa de crescer e, voltando-se contra ela para abatê-la mais ainda, vai lhe impor limites, suplícios e macerações, investi-la de um alto valor moral e, assim, por sua vez, ela recobrará vigor” (Foucault, 2000d, p. 268). Luta-se, não intencionalmente, pela emergência. A emergência, como fator de produção do novo, não está localizada no que é dito, nas palavras criadoras de um sujeito autônomo, mas no acontecimento à sua volta (Foucault, 1998b, p. 26).

Desta forma a emergência é produzida ou, pelo menos, favorecida: a partir da “entrada em cena das forças; sua irrupção, o salto pelo qual elas passam dos bastidores ao palco, cada uma com o vigor e a jovialidade que lhe é própria” (Foucault, 2000d, p. 269). A emergência se constitui na distância e na disparidade e não na contigüidade corpo a corpo, face a face daqueles que lutam em condição de igualdade. Ninguém pode se considerar dono ou responsável pela emergência, ninguém pode se atribuir a honra de tê-la

produzido ou mesmo motivado: “ela sempre se produz no interstício” (Foucault, 2000d, p. 269).

Mesmo tomada como fato e objeto histórico e contingente, a maternidade, não explica o poder; ela não é o motivo pelo qual as estratégias de força se organizam propositalmente. Mas, antes, é o seu tênue limite, o pólo integrador de um conjunto encadeado e ao mesmo tempo disperso de forças. Neste dispositivo, a maternidade torna-se discurso-prática, como resultado de uma função de maternização. A partir disso, faz-se pertinente verificar que relações de poder ela organiza e integra em torno desta função dela decorrente e, ainda, as formas pelas quais essas relações se encadeiam com os outros dispositivos para a produção de uma experiência materna. Há que se considerar que, se a maternidade ganha destaque e formas de visibilidade e enunciação tão perspicazes e recorrentes em nosso tempo, em espaços como a mídia, por exemplo, não é porque ela é “poderosa” ou porque se constitui naturalmente como fato importante, mas justamente porque articula em torno de sua função esferas de outra ordem: da criação dos filhos, do controle do corpo e da alma da mulher, da maternagem das crianças etc. A maternização supõe relações de poder, longe de tê-las como seu objetivo primeiro e intencional.

Deste modo, as características primeiras do poder (incitar, fazer ver, fazer falar etc.) em relação a esta produção de práticas de maternização não devem ser confundidas com aquelas ligadas ao saber (educar, tratar, normalizar, diferenciar, punir etc.) que lhe é correspondente (Deleuze, 1991). Ambas estão em profunda relação. Porém, é justamente o fato de serem de naturezas diferentes que torna possível todo seu caráter de atualização e integração recíproca. As características ligadas ao saber e à sua produção são provindas dos choques proporcionados pelas forças em sua relação com os âmbitos do visível e do enunciável. Disso decorre não uma conseqüência, mas um jogo de mobilidade em que toda produção de saber é ao mesmo tempo o que remaneja, redistribui e atualiza as relações de poder. Como diagrama, máquina abstrata, o dispositivo é a causa imanente que produz agenciamentos concretos (Deleuze, 1991; 1999). É isso, pois, que permite a constituição do dispositivo da maternidade: a forma complexa e relativamente estruturada pela qual se faz funcionar as relações de poder em função da

produção de práticas de maternização e, mais amplamente, da experiência materna.

Trata-se de falar em práticas de maternização como efeito dos múltiplos afetos. Não o afeto considerado no sentido do carinho, de amor, de cuidado ou de puro sentimento, mas como alvo e emissor de forças que afetam e são delas produto temporário. É falar, portanto, da sua capacidade de afetar outras forças para recriar-se ou, ainda, das forças que, em sua relação, se afetaram, se modificaram, entraram em combate para a sua produção, para que delas pudesse surgir como mero efeito, mero resultado. Trata-se de um processo sem intencionalidade alguma, sem nenhum sentido de mera repercussão, mas que diz respeito à característica que tais práticas têm de apresentar, em seus contornos e limites, campos de força, de afetos ativos e reativos.

Como “emissão de singularidades” (Deleuze, 1991, p. 85), poder é produção contínua e desordenada. O saber, ao contrário, é o que dá organicidade e sistematização a esse estado de agitação. Ao fazer ver, delimita, ao fazer falar, circunscreve. Mais uma vez, falar e ver aqui não podem ser confundidos com a mera expressão da linguagem (Idem) ou das formas, mas diz respeito àquilo que dá consistência ao discurso, sua condição primeira de possibilidade e existência. Ao encadear as linhas de força, dando-lhes sentidos específicos, o saber ajusta-as em séries, faz com que elas venham a convergir e, ao promover este arranjo, dá-lhes, então, a possibilidade efetiva de funcionar em conjunto. O saber paralisa (Silva, 2002), mesmo que momentaneamente, mas também mobiliza, já que confere ao poder a possibilidade de sua inovação. De forma alguma isso pressupõe uma contradição, uma vez que é esse também o fato que confere condicionalidade ao dispositivo.

Ao sistematizar as curvas de visibilidade e os regimes de enunciação em torno de relações agonísticas entre as linhas de forças, a mídia produz de alguma forma o que deve ser visto e como deve ser falado (e vice-versa), mesmo que, para tanto, ela se utilize de enunciados históricos e, portanto, já existentes. É justamente a característica de sua materialidade que não apenas permite, mas exige ao discurso condição de se tornar repetível. Tal afirmação não significa, obviamente, que dado discurso, ou melhor, dado enunciado, seja exatamente o mesmo, independente do período histórico em que for articulado. Neste sentido, não há que se diferenciar meramente as condições

exteriores de tal articulação ou mesmo dos elementos em meio aos quais tal discurso pode manifestar sua existência. Trata-se, antes, de considerar “a própria materialidade interna que faz da própria repetição a força característica do enunciado” (Deleuze, 1991, p. 23).

Quanto à maternidade, a questão a discutir não será por que se constituiriam tais e quais saberes que a delineiam, mas como, de que forma e a partir de quais pontos estratégicos eles se constituem na mídia? Ou ainda, de que modo, no jogo destas correlações de poder, há reforço de certos termos e ações, enfraquecimento de posições, efeitos e produtos de resistência, constituindo não uma maternidade única e estável, mas múltiplas? Tal como refere-se Foucault (2000) sobre a loucura, interrogar sobre a maternidade, sobre os discursos que a tornam um objeto de saber-poder não consiste em perguntar somente o que a ciência (preferencialmente, a medicina) diz sobre ela, mas questionar o conjunto de práticas que tornou evidente, no espaço midiático, a mãe como um sujeito a inquirir, estudar, examinar. Trata-se de capturar os efeitos de verdade que são produzidos pelos discursos; de capturar, ao lado destes ditos científicos, as outras formas de pensar e dar existência específica ao sujeito.

Assim, as relações agonísticas entre as linhas de força referem-se à produção de saberes sobre o sujeito-mãe, à constituição de um campo normativo de condutas e procedimentos, às maneiras pelas quais o indivíduo busca reconhecer-se como sujeito desta experiência. As dinâmicas ligadas aos processos de objetivação são essencialmente dinâmicas de poder: de poder ligar o indivíduo à sua individualidade, de poder (de)marcar-lhe um estatuto e uma lei de verdade, de poder torná-lo efetivamente sujeito a partir de modos específicos de subjetivação (estes promovidos, principalmente, pelas linhas de que tratarei a seguir).

#### **4.2.3 Linhas de subjetividade**

Para Foucault, o eixo que diz respeito à constituição da subjetividade é o eixo que permite aos demais (ao do saber e ao do poder) sair de um impasse entre si (Deleuze, 1991). Mais do que isso, é o que permite a estes dois eixos tornarem-se móveis e, acima de tudo, é o que lhes confere o caráter da volubilidade e contínua inovação. Ao efetuar tal deslocamento, o autor não

apenas amplia sua compreensão sobre os movimentos e funcionamento da resistência, como também afasta-se, agora radicalmente, da visão de uma sociedade estática.

O que interessa aqui é mostrar como os indivíduos transformam-se em sujeitos-mãe dentro do dispositivo da maternidade; deste aparato que organiza em torno de si estratégias de poder, formas de saber e contínuos convites para que o sujeito entre em relação de força consigo mesmo. No caso das linhas, das quais falo, interessa evidenciar como este “dispositivo pedagógico”, acionado pela mídia (Fischer, 1997), no cotejo com o dispositivo da maternidade, medeia e produz relações do sujeito consigo mesmo de modo que o indivíduo-mãe possa se reconhecer como sujeito de visibilidade e enunciação. Ou, ainda, como este indivíduo aprende e apreende, para a constituição de si, um jogo de regras, uma gramática, a qual é produzida e colocada em circulação (e à sua disposição para e partir dela efetuar um número restrito de operações sobre seus corpos, seus gestos, suas ações) no interior de certos aparatos de visibilidade que estão em movimento (os produtos midiáticos em questão).

Nesse sentido, a produção pedagógica do sujeito se dá tanto na objetivação dos sujeitos, como na subjetivação, pois “os sujeitos não são posicionados como objetos silenciosos, mas como sujeitos falantes; não como objetos examinados, mas como sujeitos confessantes”, acima de tudo, “não em relação a uma verdade sobre si mesmos que lhes é imposta de fora”, mas, ao contrário, “em relação a uma verdade sobre si mesmos que eles mesmos devem contribuir ativamente para produzir” (Larrosa, 1995, p. 55).

No trabalho de decifrar-se, de compreender-se, o sujeito do dispositivo da maternidade reconhece-se como objeto criador dos saberes que ele coloca em funcionamento e que o absorvem. Mais do que isso, reconhece-se como autor de si e de sua maternidade, uma vez que é desta forma que ele passa a se compreender quando levado a se voltar sobre si mesmo.

“Aprender a ver-se, a dizer-se, ou a julgar-se é aprender a fabricar o próprio duplo” (Larrosa, 1995, p. 80)<sup>37</sup>. Por mais que os movimentos de

---

<sup>37</sup> Duplo é aqui entendido como “a interiorização do lado de fora” (Deleuze, 1991, p. 105). Deleuze utiliza-se das expressões “fora” e “dentro”, bem como sua mútua articulação, para referir-se, respectivamente, aos domínios do saber e da subjetividade em Foucault. Nesse sentido, “o lado de fora não é um limite fixo, mas uma matéria móvel, animada, de movimentos

internalização do fora envolvam dobrar forçosamente o domínio do saber, como visibilidades e enunciabilidades, eles não dependem desse domínio. No ato de serem dobradas, visibilidades e enunciabilidades se modificam, se transformam e se tornam domínios de uma outra natureza. A relação consigo adquire também independência do poder já que se torna “um poder que se exerce sobre si mesmo *dentro* do poder que se exerce sobre os outros” (Deleuze, 1991, p. 107, grifo do autor). A relação consigo, não é mais da ordem do visível e do enunciável, nem da sistematização das forças – embora derive deles, ela é irreduzível a eles. Ela passa a ser luta agonística do sujeito consigo mesmo para a produção de si.

O trabalho de ocupar-se de si mesmo é árduo. No dispositivo da maternidade cuidado de si converge, em grande parte das vezes, para o cuidado do outro (filho/a). Esse trabalho diz respeito ao modo pelo qual o indivíduo efetua um controle, um domínio meticoloso de seus atos e um conjunto cuidadosamente elaborado de suas práticas para alcançar um certo número de objetivos (todos ligados a sentidos específicos da experiência materna do qual é sujeito). Nesse empreendimento, novos saberes são acionados e positivados, pois os processos de subjetivação necessariamente envolvem a produção de novas formas de conhecimento e de ação.

Este trabalho ocupa-se em caracterizar, principalmente, a dimensão dos processos de subjetivação em relação às *tecnologias do eu* ou *técnicas de si*, cujo sentido, Foucault foi bastante preciso em identificar. Entende-se, pois, por estes movimentos

os procedimentos, (...) pressupostos ou transcritos aos indivíduos para fixar sua identidade, mantê-la ou transformá-la em função de determinados fins, e isso graças a relações de domínio de si sobre si ou de conhecimento de si por si (Foucault, 1997, p. 109).

Ou, ainda, modos de relação do sujeito consigo mesmo que

permitem aos indivíduos, por conta própria ou com a ajuda de outros, certo número de operações sobre seu corpo e sua alma, pensamentos, condutas ou qualquer forma de ser, obtendo assim uma transformação de si mesmos, com o fim de alcançar certo estado de felicidade, pureza, sabedoria ou imortalidade (Foucault, 1990, p. 48).

---

peristálticos, de pregas e de dobras que constituem o lado de dentro: nada além do lado de fora, mas exatamente o lado de dentro *do* lado de fora” (Idem, p. 104, grifo do autor).

O domínio das *técnicas de si*, daquilo que o sujeito faz consigo mesmo, diz respeito ao modo pelo qual ele se torna objeto de sua ação e, neste dispositivo, como ele se considera único e grande responsável por isso. Trata-se aqui das linhas de subjetividade do dispositivo da maternidade, dos processos que submetem o outro pelo controle e pela dependência ou, por meio de estratégias como as de auto-conhecimento, o associa violentamente a uma identidade, assujeitando-o (Foucault, 1995, p. 235).

As narrativas maternas que analiso não representam a irrupção ou o impulso das subjetividades das quais se derivam, mas antes “a modalidade discursiva que estabelece tanto a posição do sujeito que fala, quanto as regras de sua própria inserção no interior de uma trama” (Larrosa, 1995, p. 70). Por mais que aqui, autor, personagem e narrador de si mesmo e de suas práticas estejam convergindo no mesmo indivíduo, o dispositivo da maternidade irá se ocupar da tarefa de entrelaçá-lo ao discurso e à produção de saberes por meio de estratégias de forças. As narrativas maternas em questão são um tipo de mecanismo “onde o sujeito se constitui nas próprias regras desse discurso que lhe dá identidade e lhe impõe uma direção” (Idem, p. 77-78).

Com efeito, qualquer uma destas personalidades maternas não é origem ou personagem criadora destas enunciações. Suas figuras funcionam como sujeitos efetivamente “assujeitados” e produzidos pelo dispositivo que elas mesmas põem em funcionamento. Por um lado, elas, de alguma forma, funcionam como “autoridades” enunciativas de certas “verdades” sobre a maternidade. Mas, por outro, não podemos afirmar que as mães, como sujeitos deste discurso, sejam governadas pelas falas destas artistas, mas, sim, que o são pelas relações de poder e de saber instituídas também pelas narrativas midiáticas (e não só por elas), na medida em que imersas no contexto de um dispositivo. Assim, a maternidade passa a ser relacionada a sentidos múltiplos, que indicam e produzem modos de ser mãe específicos, que ultrapassam a mera atitude de gerar uma criança. Quando acionados a outros semelhantes enunciados sobre a maternidade, tais sentidos acabam por normatizar determinadas práticas maternas, elegendo-as, efetivamente, como “normais”.

Para citar mais alguns exemplos desse constante convite a que o sujeito volte-se para si mesmo (tal como os que estão ao seu redor), lembremos

de alguns fragmentos de programas dominical de Xuxa, em que a apresentadora pede a Vanderléia para que ela fale *sobre o episódio trágico de sua vida – a perda de um filho de dois anos, que morreu afogado na piscina da casa da cantora. Vanderléia, é claro, chorou. Xuxa, mãe de uma criança da mesma idade, chorou junto*<sup>38</sup>. Em outro programa, veiculado no Dia das Mães de 2001, quando entrevistava as mães das crianças que haviam sido queimadas no incêndio do cenário de seu programa, Xuxa perguntava sobre os sentimentos daquelas mulheres ao verem suas filhas no hospital, em estado grave. As mães choravam, de cabeça baixa. Xuxa pedia perdão, pegava nas mãos daquelas mães e dizia que sabia exatamente o que estavam sentindo – afinal, também era mãe. A sonorização melancólica ao fundo e as luzes que, aos poucos, eram apagadas certamente constituíam-se como fortes elementos da composição desta cena enunciativa. De um lado, cabe promover nestas mães uma “volta sobre si mesmas”, expor estes sujeitos e fazê-los confessar publicamente a dor, a tristeza, daquilo que se elegeu e se nomeou como a maior tragédia de suas vidas. De outro lado, a apresentadora, também mãe, culpabiliza-se, pune-se e pede perdão (também publicamente) e acaba por tornar-se a personagem central naquele espaço; faz daquele espetáculo veículo de sua integridade, responsabilidade e maternidade.

Assim, há que se compreender que estas intensidades agonísticas envolvidas em grande parte das relações de força deste dispositivo se encontram presentes em sua materialidade e, talvez, em sua totalidade. Elas não são algo que permanece apenas na constituição dos saberes, mas que opera também na constituição do sujeito por si mesmo (como fator constituinte da experiência materna produzida pelo dispositivo, como também da experiência que o sujeito tem de si mesmo).

Linhas, curvas, regimes, criação de tangentes e limites... Há que se perguntar se estas afirmações não pressupõem a construção de um sistema rígido, fechado. Figuraria, então, o dispositivo um sistema deste gênero? O que permite ao sujeito, aos discursos a possibilidade de criação de espaços em que seja possível a transgressão, a subversão ou, como diria Deleuze (1999, p. 156) “passar para o outro lado”? Para Foucault, os modos de subjetivação envolvem necessariamente a produção de efeitos sobre si mesmo – que, por

---

<sup>38</sup> MARLENE Mattos S/A. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, 1670, 11 de outubro de 2000, p. 92.

sua vez, não são meras atuações passivas do sujeito; pelo contrário, os processos de subjetivação indicam também possibilidades, (des)caminhos, fugas e subversão do próprio sujeito. Não se aponta aqui para a idéia de um sujeito livre, autônomo e soberano criador de suas condições de existência, mas para a condição de escapar dos poderes e saberes de um dispositivo, para talvez um outro. Assim, podemos dizer que as linhas de subjetivação indicam também as linhas de fratura, de descontinuidade, de ruptura do próprio dispositivo, da sua possibilidade, de consecutividade, de contínua elaboração e superação (Idem).

#### **4.2.4 Linhas de fuga, de ruptura**

Uma coisa é resistir ao poder; outra é dele escapar. A resistência é o que dá à fuga condição de possibilidade. A luta agonística é necessária aos movimentos não apenas de resistência, como de fuga, justamente porque é a partir dela que são promovidas novas formas de objetivação. Aqui, a resistência não irá se definir como ruptura total das formas de subjetivação propostas por regimes de saber-poder. Pelo contrário, tais linhas permitem novas configurações desses regimes e, junto a isso, novas formas de produção de sujeitos.

Por mais que seja sabido, é válido afirmar que a resistência não existe como o outro do poder, como algo externo ou fora dele. Pelo contrário, a concepção que trago aqui sobre o agonismo vem reforçar este conceito de poder, na medida em que “qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede de poder”, na medida em que “está sempre presente e que se exerce como uma multiplicidade de relações de força” (Machado, 2000, p. XIV).

A questão do próprio conceito de resistência em Foucault é, ao meu ver, um tanto quanto elástica. Ao afirmar que o “poder só se exerce sobre homens livres” (Foucault, 1995, p. 244), o autor explica o que entende por livres: sujeitos individuais ou mesmo coletivos “que têm diante de si um campo de possibilidades onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer” (Foucault, 1995, p. 244). Acrescenta, ainda, que a escravidão não constitui uma relação de poder já

que, a princípio, trata-se de uma “relação física de coação” (Idem). Acredito, porém, que até mesmo o escravo pode manifestar formas de resistência a este poder violento que age sobre suas ações; mesmo ele pode manifestar momentos e movimentos de transgressão aos inúmeros limites que lhes são impostos. O que dizer dos paus-de-arara, das chibatadas utilizados no período de escravatura no Brasil? Estes instrumentos só puderam existir porque, na relação com os “senhores”, os escravos manifestavam resistência, eram fugidios. O fato de não permitir resistência certamente não está ligado à idéia de impossibilidade física, de subordinação corporal, mas de uma outra ordem, qual seja, a do momento em que “todas as determinações entre os sujeitos estiverem plenamente saturadas” (Idem)<sup>39</sup>.

Ainda assim, é válido pontuar que os movimentos de resistência instaurados pela luta agonística entre as modalidades maternas são compostos por pontos móveis e transitórios e não por pontos fixos. É possível evidenciar a produtividade que o conceito de agonismo encontra neste trabalho para a própria caracterização dos materiais analisados. O antagonismo, caracterizado pelo ponto limite proposto por Laclau e Mouffe, não permitia que essa noção de resistência fosse tão bem recuperada e ampliada como fez Foucault. A forma pela qual tais modalidades maternas relacionam-se entre si (também para a produção de novas e outras) é da ordem da renovação e do movimento contínuo; é de uma mecânica baseada na luta (luta por existência, legitimidade e produtividade); é, assim, agonística. Afinal, o poder é, em si, movimento (Silva, 2002), relação; como o é, da mesma forma, portanto, a resistência.

Justamente porque há movimentos de resistência, que o dispositivo da maternidade não apenas apresenta tensão entre seus ditos, como também vê a necessidade de reafirmar constantemente sua validade e legitimidade na tarefa de produzir práticas de maternização. A capacidade de promoção de linhas de fuga, de possibilidades de subversão e de produção de novas relações de força são também operadas pelos próprios sujeitos em questão. Falo, pois, de uma dupla forma de luta: a da produção de objetividades maternas e a da possibilidade de escapar delas.

---

<sup>39</sup> Com esta afirmação, e a partir deste exemplo, quero apenas destacar que a condição de resistência não está ligada ao caráter eminentemente físico de uma relação de poder.

Neste sentido, estas linhas (tais como as demais) são prioritariamente históricas porque dizem respeito a verdades e sentidos específicos de uma época e à sua condição mesma de comportar resistência em seus processos de assujeitamento. Sendo assim, “todo dispositivo se define por sua condição de novidade e criatividade” (Deleuze, 1999, p. 159), por sua capacidade de transformar-se, de romper seus próprios limites. Esta capacidade de transformação e rompimento está intimamente ligada aos desenhos traçados pelas linhas de subjetivação, na medida em que articuladas com/como pontos de resistência imanentes a todo e qualquer dispositivo – uma vez que configurado (também) a partir de relações de poder-saber. Nesta condição, são linhas que produzem novas configurações de saber-poder-subjetividade e, por isso, podem suscitar e anteciper um dispositivo futuro. Trata-se de práticas que indicam um conjunto de características ligadas ao caráter de imprevisibilidade do próprio dispositivo e àquilo que tange à sua condição de “acontecimento”. As linhas de fratura, de fissura ilustram muito bem esta afirmação na condição de introdutoras de “acaso, contingência, novidade, diferença, vontade de jogo e experimentação com formas de pensamento e sociabilidade” (Ortega, 2000, p. 35).

## **5. Exames**

Nesta seção e, mais especificamente, nas três subseções que seguem, evidencio a forma pela qual o dispositivo da maternidade é operacionalizado na mídia contemporânea. Mostro, a partir do estudo sobre os materiais que compõem o *corpus* desta pesquisa, de que maneira e por quais caminhos as linhas, curvas e regimes desse dispositivo se organizam para a produção de saber, tipos de normatividade e modos de subjetivação.

De certa forma, e por uma questão meramente didática, privilegiei a análise das curvas de visibilidade e dos regimes de enunciabilidade, das linhas de força, das linhas de subjetividade e das linhas de ruptura do dispositivo da maternidade e a forma como cada uma delas é acionada na mídia, de forma separada. Porém, justamente por não acreditar que elas se produzam e se atualizem isoladamente, procurei, em cada uma das subseções de análise, apresentar algum tipo de entrelaçamento entre as mesmas.

### **5.1 Fecundidade dos saberes**

Nesta subseção, meu objetivo é apresentar de que maneira o processo de constituição de saberes do dispositivo da maternidade se efetua para a constituição de sujeitos e de práticas específicos e diferenciados. Para tanto, mostro como as curvas de visibilidade e os regimes de enunciabilidade (aliadas principalmente às linhas de força) se organizam e tramam enunciações e enunciados e como, efetivamente, eles podem ser utilizados, divididos, articulados, compartilhados com os movimentos que as demais linhas empreendem.

Caracterizar a constituição dos saberes que compõem este dispositivo é tão importante quanto verificar de que forma as curvas de visibilidade e os

regimes de enunciabilidade operam em sua *distribuição*. Distribuir os saberes significa valorá-los, matizá-los, classificá-los. Trata-se de um processo altamente interessado na constituição de objetivações maternas. Tais curvas e esses regimes se organizam a partir destas relações de força para a produção específica do sujeito-mãe.

Como já disse anteriormente, o sujeito-mãe é um dos elementos táticos e estratégicos mais importantes deste dispositivo. Nesse sentido, evidencio que os processos de objetivação estão ligados, principalmente, à tarefa de delimitá-lo e caracterizá-lo como sujeito de seu discurso. Torna-se importante dar a ver este sujeito nas condições mais diversas: nos cuidados com o seu corpo, na forma como se relaciona com seu/sua parceiro/a e em suas atitudes individuais. Mostro que, aqui, traçar o perfil da mulher em questão significa organizar violentamente o visível e o enunciável para, posteriormente, lhe impingir um tipo específico de prática materna. Trata-se, por parte do dispositivo, de uma busca para mostrar quem o sujeito-mulher “realmente” é, para que depois se torne mais legítimo promover semelhantes formas de visibilidade e enunciabilidade sobre o mesmo sujeito-mãe. Isso não é feito, no entanto, a partir de um mecanismo proposital, anteriormente pensado pelas revistas, mas de algumas articulações promovidas pelo dispositivo (neste caso, concernente a ligar o perfil do sujeito à sua prática materna), das quais as revistas tornam-se aparatos de visibilidade e enunciabilidade ao fazer acionar tal mecanismo.

É em torno dessa apreensão dos sujeitos que se dá o processo de instauração das modalidades maternas. Ao *dar a ver* e *a dizer* quem são estas mulheres, o dispositivo se ocupa também em organizar os sentidos da maternidade que a elas podem ser atribuídos. Estes sentidos e as articulações entre eles são compostos também midiaticamente; é disso que o dispositivo (ou talvez as curvas de visibilidade e os regimes de enunciabilidade, em especial) se ocupa (ou se ocupam): diga-me quem é esta mulher, que te mostrarei que tipo de mãe ela é.

Isso retrata a característica do dispositivo em se organizar e em se atualizar continuamente. Não seria possível para o dispositivo da maternidade efetuar jogos de verdade sobre os sujeitos-mãe com tamanha competência se eles estivessem num mar de indiferenciação. A análise realizada intenta assinalar o que, aqui, efetivamente interessa saber. A perspicácia do

dispositivo da maternidade está em aumentar e organizar continuamente as forças sobre o “outro” a partir das estratégias de conhecimento sobre ele.

Trata-se, assim, de uma análise empenhada em mostrar de que forma este dispositivo contribui também para o estabelecimento e a assimetria entre as maternidades mostradas. Mostrar o perfil destas mulheres-mães famosas, bem como aquelas anônimas descritas pela revista *Crescer*, significa efetuar dois movimentos. Por um lado, trata-se de colocar as múltiplas enunciações produzidas por estes materiais midiáticos justapostas e *em relação*. De alguma forma, retiro tais enunciações (como formas de visibilidade) de seu lugar tranqüilo, isolado: dou-lhes outros sentidos. Por outro lado, faço deste movimento minha principal preocupação, já que afirmo que é justamente na *relação* que estabelecem entre si que estas modalidades maternas ganham sentidos específicos no interior do dispositivo da maternidade.

Nesta subseção, inicialmente caracterizo a articulação das curvas de visibilidade e dos regimes de enunciabilidade em favor do traçado de um perfil específico sobre os sujeitos-mulher e como isso é utilizado para se comprovar ou se argumentar em torno de práticas maternas diferenciadas. Após, evidencio como semelhantes relações entre sujeito-mulher e sujeito-mãe podem ser instauradas a partir de sua sexualidade ou da relação que cada uma delas mantém com seu corpo. Por fim, articulo tais perfis a formas pelas quais a mídia trata de produzir continuamente práticas de maternização a partir da não dissociação entre mulher e mãe.

### **Sujeito-mulher: práticas de sujeição materna**

Faço aqui a descrição das mães famosas que selecionei para analisar neste trabalho. Busco evidenciar, com base no material coletado, o perfil dessas mulheres, em especial, porque a partir de seus exemplos torna-se mais compreensível o processo de relação entre sujeito-mulher e sujeito-mãe que afirmo ser produzido por este dispositivo. Como em um jogo de quebra-cabeças, organizo os ditos e as visibilidades que tais personalidades ganham ao se tornarem sujeitos de um dispositivo que materniza.

Início pela apresentadora Xuxa, que comunicou sua gravidez em dezembro de 1997. Os meses ou mesmo os anos anteriores haviam sido

dedicados à promoção de uma espécie de campanha para comover e preparar o público para a posição bastante distinta que ela viria a ocupar: a de mãe. Novas roupas e acessórios compunham esta Xuxa, agora trajada de mãe: as mini-saias, os *tops* não foram mais usados e, em troca, a apresentadora passava a vestir-se com calças, saias longas, camisas, num estilo mais “sóbrio”. As constantes aparições em público serviam de mote para que a “Rainha dos Baixinhos” comunicasse a seus fãs o desejo que, agora, se tornava necessidade em sua vida, para sua felicidade: Xuxa queria ser mãe. Em um evento de moda, em 1996, depois de desfilarem na passarela, a apresentadora informou aos repórteres: *ano que vem, vou estar aqui com a minha filhinha*<sup>40</sup>. Xuxa costumava também trazer para seus programas amigas que estavam grávidas, tal como a atriz Leticia Spiller. Aproveitando o momento em que Leticia expunha a barriga de cinco meses, Xuxa exclamou: *é a grávida mais bonita que eu já vi. Logo, logo quero estar assim*<sup>41</sup>. A mídia assinalava que a apresentadora já constat[ava] a marca ***inexorável*** do tempo e ter[ia] de correr atrás do ***prejuízo*** para não ficar para tia<sup>42</sup>.



No dia vinte e sete de julho de mil novecentos e noventa e oito, o Jornal Nacional ocupou dez minutos de sua programação para transmitir ao Brasil o nascimento da pequena princesa, filha da Rainha dos Baixinhos, Xuxa. Pela tela da Rede Globo, milhões de telespectadores acompanhavam um vídeo com imagens do bebê e descobriam que às 8h34 daquele dia, Sasha tomou seu primeiro banho; às 8h46, teve

ed. 1443, 8 de maio de 1996, p. 108.  
 stas *Veja*, *Crescer* e *Caras* em nota de

Abril, ed. 1451, 3 de julho de 1997, p.

89.

<sup>42</sup> Idem. Grifos meus.

*suas unhas cortadas; às 8h50 ganhou no dedo do meio da mão esquerda um anel de ouro; às 8h53, espirrou*<sup>43</sup>.

Nesta mesma reportagem do Jornal Nacional, foi possível observar ainda, o gesto de Xuxa (antes do parto e já no hospital) de pedir aos cinegrafistas que, por alguns minutos, deixassem-na só, pois gostaria de refletir sobre aquele momento tão especial e desejado em sua vida.

Ironicamente, estes momentos também foram acompanhados por milhares de telespectadores. As imagens, obtidas com uma certa distância, mostravam Xuxa no quarto do bebê, sozinha, de cabeça baixa, com as mãos entrelaçadas em sinal de oração. Alguns dias após o parto, ela apresentou-se aos fotógrafos em uma sala especial do hospital. Vestida com um pijama de cetim de cor bege, Xuxa posou com a filha em um quarto repleto de bichinhos de pelúcia.



O olhar sereno para a filha, os lábios que insinuam um sorriso e o enlace dos braços para junto do colo acolhedor compõem uma imagem alusiva à Maria.

As formas de narrar os períodos que Xuxa passou antes de engravidar nos indicam também momentos comoventes: *Xuxa há anos vinha reclamando da solidão que experimentava fora dos palcos, longe da horda dos fãs. Dizia que lhe faltava (...) um filho*<sup>44</sup>, ou, ainda, quando ela mesma narra: [No Natal] *minha avó, minha irmã e minha sobrinha, estavam em uma roda, cantando. Fiquei olhando de longe e não pude deixar de pensar. A apresentadora pergunta a si mesma: 'será que um dia viverei um momento assim, me*

---

<sup>43</sup> O NOSSO Michael Jackson. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1558, 5 de agosto de 1998, p. 115.

<sup>44</sup> O MAIS NOVO Xou da Xuxa, In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1526, 17 de dezembro de 1997, p. 106.

*colocando nessa roda com meu filho ou com minha filha?’ Afinal, aconteceu*<sup>45</sup>.

A maternidade ganhava (e ganha) sentidos e contornos também através das múltiplas enunciações que a caracterizam e a determinam como uma função feminina. Ao narrar o modo como apresentadora descobriu que estava grávida, a revista *Veja* relata o momento em que Xuxa fez o teste de farmácia dentro de seu ônibus-camarim: *foram três minutos de ansiedade, até que saiu o resultado positivo. Ela chorou, riu, depois permaneceu calada. Por fim, exclamou: ‘Caramba, vou ser mãe!*<sup>46</sup>. Esta parada, este silêncio que interrompe uma atitude de euforia depositam um peso, uma força à frase “Caramba, vou ser mãe!”. Semelhante ao momento do parto, em que o médico bate na bundinha de um bebê e sentencia-o como menino ou menina, a palavra “caramba” é investida de um contexto simbólico que classifica e reforça enunciados de responsabilidade e zelo que constituem um discurso sobre a maternidade.

As curvas de visibilidade e os regimes de enunciação do sujeito-mulher, evidenciadas pela figura de Xuxa, são traçados de modo a descrever um passado triste, monótono, quase vazio. Justamente no ato de reescrever certos momentos deste passado, as mesmas curvas e regimes constroem os momentos de rupturas, de descontinuidades, fazendo do presente um local mais seguro, o triunfo último de equilíbrio. Não se trata apenas de comunicar a gravidez de uma personagem, mas de tornar visíveis e enunciáveis os motivos pelos quais ela (Xuxa) foi levada a engravidar: o sentimento de solidão, de falta, a idade já avançada etc. Sentimentos de uma mulher que poderiam (podem) ser rompidos pela possibilidade de ela tornar-se mãe.

Em relação à atriz Vera Fischer, responsabilidade e zelo, por exemplo, são palavras que não pertencem ao vocabulário escolhido pelas revistas para falar de sua maternidade. Pelo contrário, tais revistas compõem outras formas de visibilidade e enunciabilidade para ela. Vera Fischer é a mulher que *quando bebe uns tragos a mais costuma sair do sério e torna-se perigosa*<sup>47</sup>; tem em seu currículo episódios de *arregalar os olhos dos incautos*<sup>48</sup> e *na cocaína e no álcool*

---

<sup>45</sup> O NOVO look de Xuxa. In: **Caras**. São Paulo (SP): Caras, ed. 341, 19 de maio de 2000. A Revista *Caras* não é paginada. Por este motivo, nas referências que faço a ela no texto, apresentarei apenas o título, a edição e o ano de publicação da matéria em questão.

<sup>46</sup> O MAIS NOVO Xou da Xuxa, In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1526, 17 de dezembro de 1997, p. 111.

<sup>47</sup> BELÍSSIMA! In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1653, 14 de junho, 2000, p. 151.

<sup>48</sup> MACIA como ela só. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1589, 17 de março, 1999, p. 106.

duas de suas predileções<sup>49</sup>. Graças a isso, às vezes interpreta seu triste papel – Vera Doida Demais<sup>50</sup>; seu estilo de vida *desregrado e escandaloso*<sup>51</sup> lhe permite ser chamada de *heroína da transgressão*<sup>52</sup>. Por estas atitudes, afirma-se que por ela ter comportamentos *pontuados por escândalos*<sup>53</sup>, *Gabriel levava uma vida desregrada ao lado da mãe. Dormia de madrugada, almoçava no fim da tarde e até sua vacinação estava atrasada*<sup>54</sup> – tais fatos fizeram com que a atriz perdesse a guarda do filho para o pai do menino, Felipe Camargo. Ela também é descrita como a mulher *de corpo perfeito, constantemente retocado por cirurgias plásticas*<sup>55</sup>, dona de uma *beleza fulgurante*<sup>56</sup>. É comum



mostrarem Vera Fischer em festas *enfiada num justíssimo vestido (...) com o decote até o infinito*<sup>57</sup>. Em uma destas festas, a atriz foi flagrada com uma das alças de sua blusa caída, o que fez com que seu seio direito ficasse à mostra. Tal fotografia, que mereceu destaque na edição de aniversário de seis anos da revista *Caras*, mostrava Vera Fischer sorrindo, com um copo de *champagne* na mão. Na composição da imagem, uma mão masculina parece estar encostando naquele seio exposto.

Nesse processo de descrever a atriz, as revistas efetivamente fazem-se aparatos de visibilidade e enunciação; constituem Vera Fischer como um exemplo claro daquilo que Bornay (1998) chama de *femme fatale*: “em seus aspectos físicos, há de encarnar todos os vícios, todas as voluptuosidades e todas as seduções (p.115)”. Descrita como tal, as revistas não cessam de mostrar,

<sup>49</sup> CAPÍTULO médico. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1512, 10 de setembro, 1997, p. 102.

<sup>50</sup> FÚRIA loura. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1456, 07 de agosto, 1996, p. 58.

<sup>51</sup> LAÇOS rompidos. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1677, 29 de novembro, 2000, p. 158.

<sup>52</sup> DECISÃO corajosa . In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1514, 24 de setembro, 1997, p. 1001.

<sup>53</sup> FÚRIA loura. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1456, 07 de agosto, 1996, p. 58.

<sup>54</sup> Idem. Grifos meus.

<sup>55</sup> CHEGA de rugas. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1728, 28 de novembro, 2001, p. 159.

<sup>56</sup> BELÍSSIMA! In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1653, 14 de junho, 2000, p. 151.

<sup>57</sup> MENOS quilos, mais decote. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1567, 07 de outubro, 1998, p. 145.

detalhadamente, o corpo da atriz<sup>58</sup>; não cansam de elogiar os retornos à telinha e de mostrar *sua força de vontade indômita na hora de recuperar a boa forma*<sup>59</sup> (adjetivo que nunca é referido nas tentativas de a atriz de superar a dependência química).

A vida escandalosa de Vera Fischer, o fato de ela ser uma dependente das drogas e do álcool, por exemplo, parecem traçar sentidos de uma maternidade-desregrada, portanto, não-desejável. O dispositivo da maternidade, quando operacionalizado pela mídia, institui conseqüências entre o perfil da mulher e o perfil da mãe. Torna inteligível que, no caso, a atriz não tenha a guarda de seu filho Gabriel. O dispositivo, aqui, institui uma conexão avessa ao merecimento da convivência da atriz com seu filho. Não discuto esta questão (se a atriz merece ou não merece), apenas a *lógica* que se instaura para tanto.

No caso de Luciana Gimenez, a modelo é caracterizada como *de índole independente*<sup>60</sup>, *nunca escondeu que é namoradeira e gosta de flertar com celebridades internacionais*<sup>61</sup>, pois tem *notória atração por famosos*<sup>62</sup>. Antes de engravidar, ela morava em Londres. Quando estava no Brasil, *costuma[va] ser notícia por circular com astros internacionais*<sup>63</sup>. A revista *Caras* detalha: *ela teve um affair com o bailarino espanhol, Joaquín Cortez, foi cortejada pelo ator e lutador Jean-Claude Van Damme e agradou aos olhos do cineasta Francis Ford Coppolla*<sup>64</sup>. Porém, com o cantor Mick Jagger, pai de seu filho, manteve apenas uma *pretensa história de amor*<sup>65</sup>. As suspeitas de que ela poderia estar grávida do cantor inglês iniciaram quando, em uma festa, *os convidados estranharam o fato de a modelo não ter bebido **nenhuma gota** de álcool na ocasião*<sup>66</sup>. Luciana Gimenez, a *rainha do biquíni*<sup>67</sup>, é também *uma das apresentadoras*

---

<sup>58</sup> Por exemplo, quando a Revista **Veja** afirma que, certa vez, ela perdeu 14 quilos e estava com 60 distribuídos pelo seu 1,72 metro. Com este regime e a ajuda da lipoaspiração ela diminuiu seu manequim de 42 para 38; o sutiã aumentou de 44 para 46 graças aos 225 ml de silicone implantados e, para manter a cor, a atriz fazia duas sessões de bronzeamento artificial por semana. Dados minuciosos como estes são facilmente encontrados nas revistas as quais me refiro. Estes fragmentos foram retirados da matéria intitulada “Belíssima!”, in: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1636, 16 de fevereiro, 2000, p. 99.

<sup>59</sup> Idem.

<sup>60</sup> AFFAIR Luciana Gimenez. In: **Caras**. São Paulo (SP): Caras, ed. 265, n.º 49, ano 6, 4 de dezembro, 1998.

<sup>61</sup> Idem.

<sup>62</sup> SERÁ QUE ela está. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1575, 02 de dezembro, 1998, p. 140.

<sup>63</sup> AFFAIR Luciana Gimenez. In: **Caras**. São Paulo (SP): Caras, ed. 265, n.º 49, ano 6, 4 de dezembro, 1998.

<sup>64</sup> Idem.

<sup>65</sup> Idem.

<sup>66</sup> Idem. Grifo meu.

<sup>67</sup> UMA TIRA, outra veste. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1661, 09 de agosto, 2000, p. 114.

*mais abiloladas que a televisão já viu*<sup>68</sup>. É conhecida por *sustentar uma guerrilha com a Língua Portuguesa*<sup>69</sup>. Certa vez disse em seu programa: *‘estou aqui para **entretener** vocês!’*, deixando claro que *além de assassinar o idioma, faz questão de mostrar o tempo todo sua sintonia com o peculiar universo das amebas*<sup>70</sup>. Hoje em dia, porém, *todo mundo só quer saber quantos milhões de dólares são necessários para tornar ainda mais completa a felicidade da mamãe de Lucas Morad Jagger*<sup>71</sup>.

Principalmente em relação a Vera Fischer e Luciana Gimenez, há um apelo a reiteração, há uma freqüência nos ditos que, semelhantes, consistem em afirmar o quanto Vera é viciada, quando foi a última vez em que esteve internada em clínicas de recuperação, quantas vezes recorreu e, conseqüentemente, perdeu a guarda de seu filho na Justiça ou quais os altos e baixos de seus casos amorosos. Em relação a Luciana Gimenez, a insistência está em afirmar que de fato, para ela, *gerar e criar um filho de Mick Jagger é um **grande negócio***<sup>72</sup>, afinal, *se tivesse uma profissão convencional, como a de balconista de butique, cujo salário mensal equivale a cerca de 830 dólares, Luciana demoraria 1000 anos para ganhar os 10 milhões de verdinhas previstos pela advogada americana [que opinou, na matéria, em quanto seria estipulada a pensão que o menino deveria receber do pai]*<sup>73</sup>. Talvez a revista esteja se referindo a profissões aparentemente compatíveis com a sintonia da apresentadora com o universo das amebas, como já descrito. É esse o universo que é, pois, freqüentemente reiterado. A partir das enunciações, retomadas praticamente em cada reportagem referente a estas mulheres, a mídia mostra sua característica de *repetição*.

Já abordada e discutida por outras autoras (Sarlo, 1997; Fischer, 1997), em relação ao espaço televisivo, a repetição pode ser descrita como uma marca específica deste tipo de comunicação pedagógica. Ela funciona como uma espécie de efeito que tranqüiliza e, ao mesmo tempo, dá certo prazer ao telespectador, uma vez que é a partir da repetição que ele consegue se reconhecer no montante desordenado de imagens e sons que a televisão produz por minuto. A repetição funciona como uma espécie de saída para um

---

<sup>68</sup> AO PÉ DO OUVIDO. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1756, 19 de junho, p. 124.

<sup>69</sup> Idem.

<sup>70</sup> Idem. Grifo da revista.

<sup>71</sup> VAI CUSTAR caro. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1609, 04 de agosto, 1999, p. 110.

<sup>72</sup> Idem. Grifo meu.

<sup>73</sup> Idem.

impasse em que, invariavelmente, a televisão se encontraria, afinal, “centenas de horas de televisão semanais (...) seriam inviáveis se cada unidade de programa pretendesse ter um formato próprio” (Sarlo, 1997, p. 64). Assim, as estruturas televisivas se repetem, seja na novela – “com a trama de amores proibidos, envolvendo os dois núcleos básicos de ricos e pobres” (Fischer, 1997, p. 70); nos programas humorísticos – com as imprescindíveis imitações de políticos, homossexuais ou nordestinos; no *show* de variedades dominicais – com seus personagens “exóticos” ou com suas dançarinas frenéticas e sacolejantes; ou até mesmo no mais singelo especial de Natal com o rei Roberto Carlos anualmente produzido.

No dispositivo da maternidade, já que ligado ao dispositivo pedagógico da mídia, a repetição funciona efetivamente como estratégia de demarcação constante dos sujeitos e de suas individualidades, que são tornados objetos discursivos. Atuando como uma estratégia, como uma espécie de tática das linhas de força, a repetição constante de características específicas das mulheres fixa as formas pelas quais elas se tornam visíveis e enunciáveis. A repetição age como uma espécie de atualização, como um mecanismo constante de lembrança, de verificação. Transformados em sujeitos “reais”, podemos ficar um mês, seis meses, um ano sem nada ler sobre estas mães-famosas (Vera Fischer e Luciana Gimenez) e, mesmo assim, saber o que se passa em suas vidas – de forma semelhante ao que acontece na ficção mais prosaica da novela das oito. Isso se deve ao fato de que a forma de dar visibilidade e enunciabilidade a estas mulheres envolve também tramar saberes e imagens recorrentes, sempre semelhantes. Deste modo, a repetição evocada e sistematizada por estes aparatos discursivos joga agonisticamente com as objetivações maternas na medida em que trabalha com uma espécie de memória que lhes é correlata. Há, porém, algo específico: não se trata de uma memória vinculada ao fato de, aleatoriamente, *lembrar* de assuntos e características destas mulheres ou sobre elas; trata-se sim de produzir uma memória ligada a mecanismos que fazem com que *nunca sejam esquecidos* certos assuntos e características dessas mulheres. Desta forma, marcam-se características e relações entre sujeitos-mulher e sujeitos-mãe.

Em oposição às personagens feminilizadas pela mídia, como Xuxa, Vera Fischer e Luciana Gimenez, a cantora Cássia Eller, *homossexual*

*declarada, que raspa o cabelo, não se maquia e não liga para roupas*<sup>74</sup>, não deixa de garantir formas diferenciadas de visibilidade e enunciabilidade. Pelo contrário, ao descrevê-la, faz-se da masculinização desta mulher alvo de destaque: *irriquieta e desbocada por natureza*<sup>75</sup>, a cantora *gosta de arrotar e, volta e meia, bolina uma certa parte inexistente de sua anatomia feminina*<sup>76</sup>. Certa vez, em um evento de moda, ela *cuspiu no chão, gritou palavrões para a platéia e exibiu o dedo médio em riste o tempo todo*<sup>77</sup>. Em outra ocasião, em um de seus *shows*, na Bahia, Cássia Eller *selecionou ‘a dedo’ algumas ‘vítimas’ para mostrar-lhes os seios*<sup>78</sup>. Logo depois, a *endiabrada (...) ainda foi vista (...) tomando umas e outras num bar do Pelourinho*<sup>79</sup>. Às vezes, ela se maquiava, como num gesto de tentar *encontrar a delicadeza perdida*<sup>80</sup>. Mas foi o *desejo de ser mãe, por exemplo, que fez com que a cantora Cássia Eller, uma rara homossexual assumida, tivesse um filho. Mesmo casada com uma mulher há dez anos, ela engravidou e hoje é mãe de Francisco de quatro anos*<sup>81</sup>.

Uma suposta feminilidade nas atitudes parece estar, neste dispositivo, relacionada à maternidade. É isso, pois, o que causa a surpresa no fato de Cássia Eller engravidar. Não há qualquer menção sobre o fato de que uma mulher com características culturalmente tidas como “masculinas” não possa ser mãe. Antes disso, é esta constatação que dá ao dispositivo a capacidade de atualizar-se, ou seja, há um outro tipo de sujeito a ser aí capturado pelo discurso. Ao fazer de si mesma objeto visível deste dispositivo, a cantora afirma: *não foi por causa de Chicão que eu parei [com as drogas], meu corpo não estava mais agüentando. Durante a gravidez, parei porque, milagrosamente, enjoei de cigarro, café, maconha, de tudo. Aí o Chicão nasceu, amamenteei e depois caí na farra de novo*<sup>82</sup>. As curvas de visibilidade e os regimes de enunciação tramam os sentidos entre a mulher-masculinizada e aquela que deixa as drogas, mas por causa de seu filho. Fazem com que estes dois fatos ganhem sentido entre si, dão a eles uma inteligibilidade mútua.

---

<sup>74</sup> PERSONAGEM diferente. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1604, 30 de junho, 1999, p. 125

<sup>75</sup> BANQUINHO e vozeirão. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1698, 02 de maio, 2001, p. 133.

<sup>76</sup> Idem.

<sup>77</sup> CUSPE, palavrão e seios de fora. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1640, 15 de março, 2000, p. 113.

<sup>78</sup> BANQUINHO e vozeirão. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1698, 02 de maio, 2001, p. 132.

<sup>79</sup> CUSPE, palavrão e seios de fora. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1640, 15 de março, 2000, p. 113.

<sup>80</sup> VEJA essa. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1507, 06 de agosto, 1997, p. 16.

<sup>81</sup> ELA e ela, não! In: **Veja**, ed. 1554, 08 de julho, 1998, p. 105. Grifos meus.

<sup>82</sup> DROGAS e agonia no auge da vida. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1733, 09 de janeiro, 2002, p. 80.

Porém, não é apenas nas atitudes que as mães têm que ser femininas: mas também no culto a seus corpos e na relação com o parceiro.

### **Visibilidade e enunciabilidade da maternidade: práticas do corpo e da sexualidade**

Certamente, estamos distante do tempo em que as Vênus do Paleolítico, por exemplo, eram simbolizadas por estatuetas. Nelas, “os seios, as nádegas e os ventres protuberantes destacavam-se, em contraste com os contornos quase indefinidos da cabeça, dos braços e das pernas” (Husain, 2001, p. 10). Estas imagens não apenas sacralizavam a maternidade, mas, igualmente, a fertilidade, o triunfo da agricultura, na medida em que a “ênfase simbólica era dada às fontes primordiais do alimento e de vida” (Idem, p. 12).



Atualmente, no dispositivo da maternidade, tal como operacionalizado na mídia, os seios protuberantes (mas nem tanto) – e de forma alguma flácidos como naqueles da imagem –, dão visibilidade ao avanço da medicina estética (ou até mesmo ao próprio “amor materno”). Xuxa, por exemplo, implantou silicone porque achou que, na época em que estava grávida, seus seios eram mais bonitos. Já o ventre é logo “trabalhado” para que os sinais da gravidez desapareçam o quanto antes, talvez para dar lugar ao *piercing*<sup>83</sup>. O rosto, não mais indefinido como nas estatuetas de pedra, há que dar visibilidade à imensa felicidade das mães, como, por exemplo, quando Xuxa foi surpreendida pela filha (que, singelamente, carregava um imenso buquê de flores) em seu antigo programa dominical, no especial do Dia das Mães. Mais do que definir os contornos da cabeça, aqui o rosto que há também de ser mostrado com traços de tristeza e evidenciar claramente sinais de abatimento, como o da atriz Vera Fischer logo após a saída de uma das sentenças que

---

<sup>83</sup> Aqui, refiro-me especialmente à reportagem intitulada “Barriguinhas de luxo”, em que Luciana Gimenez, adepta ao modismo das pedrinhas que adornam o umbigo, afirma: *mesmo depois da gravidez, minha barriga é linda. Adoro exibi-la*, In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1689, 28 de fevereiro, 2001, p. 63.

davam ao pai a guarda do filho Gabriel. O rosto materno precisa ser mostrado, ser falado e caracterizado também como jovem, ou melhor, sempre jovem (no caso de Vera Fischer), mesmo que, mais adiante, se afirme: *aumenta a idade, diminui a saia*<sup>84</sup>, num sinal de resgate a enunciados (quase) ultrapassados de um discurso machista e conservador.

Trata-se de marcas, partes do corpo que de alguma forma também vão caracterizar ou, mais do que isso, dar visibilidade e enunciabilidade à maternidade destas mulheres famosas às quais me refiro. Não se trata de um efeito de causa e conseqüência (como se um belo corpo correspondesse a uma bela maternidade). A partir das distintas formas de descrever o corpo são constituídos certos saberes sobre as práticas maternas das mulheres, bem como sobre a relação que elas mantêm com seus filhos. No caso de Vera Fischer, o excesso de cuidados consigo mesma (especialmente com seu corpo) pode significar um descaso para com os filhos. O cuidado atencioso de Xuxa em relação ao seu corpo pode lembrar que ela, por sua vez, apenas busca resgatar a beleza da gravidez de Sasha. As linhas de força deste dispositivo buscam – ao fazer incidir o visível sobre o enunciável – ligar ou forjar uma ligação entre um corpo feminino e uma identidade materna.

As revistas descrevem que os “momentos ótimos” da vida da atriz Vera Fischer estão relacionados ao seu corpo, esbelto e magro, o mesmo acontecendo com Xuxa. Porém, no caso desta, há uma combinação específica entre os bons momentos evidenciados: belo corpo mais maternidade plena (o que já não acontece com Vera Fischer). Certa vez, quando inaugurava (sic) uma nova fase (sic) – *que combina[va] maternidade e sensualidade* – Xuxa recupera e mostra um corpo mais sensual<sup>85</sup>. A revista *Caras*<sup>86</sup> trazia uma foto da Rainha de biquíni na capa, acompanhada da manchete a nova Xuxa. A reportagem que mostrava este novo corpo é seguida de outra, intitulada “Xuxa e Sasha: cenas de amor e carinho”. Em relação a Cássia Eller, os chamados bons momentos são fixados ao seu aspecto mais feminino. Uma pequena matéria ilustra esta afirmação: *Sensualmente enrolada em uma colcha branca, maquiagem leve, apliques na cabeça, flores e pose delicada, Cássia Eller está,*

---

<sup>84</sup> A IDADE aumenta, a saia diminui. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1728, 28 de novembro, 2001, p. 125.

<sup>85</sup> O NOVO look de Xuxa. In: **Caras**. São Paulo (SP): Caras, ed. 341, n.º 20, ano 7, 19 de maio, 2000.

<sup>86</sup> Idem.

digamos, diferente na capa de seu último disco<sup>87</sup>. A mesma reportagem termina, sutilmente, com uma frase da própria cantora, que diz ‘estou num momento ótimo da vida’<sup>88</sup>. Estes discursos, associados a inúmeros outros, que promovem um “imperativo da beleza feminina (Fischer, 1996, p. 207), elegem e enfatizam atributos e características essenciais” à mulher – como a sensualidade – que não podem ser descuidados “mesmo” quando ela é mãe.

No caso de Luciana Gimenez, porém, o corpo é descrito como lugar de abrigo financeiro, de maneira que a partir dele as curvas de visibilidade e os regimes de enunciabilidade se organizam e traçam elementos relacionados à maternidade-negócio (como já explicitado em uma matéria da *Veja*, antes referida). Alguns fragmentos de reportagens são úteis para explicar esta questão: *Luciana tratou de **proteger o patrimônio acomodado na barriga de seis meses levando um medidor de frequência cardíaca no sutiã***<sup>89</sup>; quando ainda não estava confirmada a paternidade de Mick Jagger e Luciana era vista com sua *barriguinha saliente*<sup>90</sup> – *o que não deix[ava] dúvidas de que **algo** lá exist[ia]*<sup>91</sup> –, as revistas indagavam se esse algo seria mesmo uma *pequena pedra rolante que [ela] traz[ia] no forno*<sup>92</sup>.

A relação que Luciana Gimenez tem com o seu parceiro é o que dá condição de enunciação desta maternidade-negócio. As linhas de força do dispositivo da maternidade tratam de fixar tal relação em dois níveis: no da ausência na criação do filho e no do interesse da modelo pela pensão alimentícia. Por exemplo: *nunca se soube que Luciana Gimenez fosse de suar muito o biquíni com trabalho. Mas, desde que virou mãe de Lucas, ela dá duro para arrancar do papai Mick Jagger a maior bolada possível*<sup>93</sup>. As revistas mostram-se irônicas ao falar de sua relação com o cantor inglês, certa vez, *mamãe compareceu a uma exposição de fotos de artistas dos anos 70 – papai, inclusive, que no entanto não deu o ar da graça*<sup>94</sup>, e segue, *Jagger não conhece o bochechudo rebento, nem deve conhecer tão cedo*<sup>95</sup>. Por fim, a revista faz-se

---

<sup>87</sup> PERSONAGEM diferente. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1604, 30 de junho, 1999, p. 125

<sup>88</sup> PERSONAGEM diferente. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1604, 30 de junho, 1999, p. 125.

<sup>89</sup> ERGUEI as mãos e chacoalhei os pandeiros. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1586, 24 de fevereiro, 1999, p. 93. Grifo meu.

<sup>90</sup> BARRIGA à mostra. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1581, 20 de janeiro, p. 80.

<sup>91</sup> Idem. Grifo meu.

<sup>92</sup> Idem.

<sup>93</sup> ENQUANTO a grana não vem. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1646, 26 de junho, 2000, p. 140.

<sup>94</sup> MILHAGEM acumulada. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1616, 22 de setembro, p. 110.

<sup>95</sup> Idem.

sarcástica ao utilizar uma fala da modelo para concluir a matéria: *não se sabe quando o roqueiro – ‘pai amoroso’, segundo ela – conhecerá o filho de 2 meses*<sup>96</sup>.

A relação que Xuxa mantinha com seu companheiro (no período em que a filha foi concebida) é descrita de forma semelhante. Embora não haja qualquer interesse em uma pensão alimentícia, a semelhança se dá no momento em que os aparatos enunciativos pretendem mostrar que, na verdade, a relação entre Xuxa e Luciano Szafir não passou de um *modorrento romance*<sup>97</sup>. Há também interesse em mostrar a bela e (quase) solitária Xuxa. A apresentadora orgulhosamente afirmou em uma entrevista que *a maternidade preenche tudo, não se precisa de mais nada*<sup>98</sup>. Contraditoriamente, nos últimos tempos, Xuxa tem recorrido à mídia para expor seu desejo de encontrar, *não mais um príncipe encantado, mas um companheiro*<sup>99</sup>. A revista *Veja* chega a afirmar que **não se pode dizer** que [ela] *seja uma mulher integralmente feliz. Falta-lhe um companheiro com quem possa compartilhar a vida*<sup>100</sup>. Sim, ela é mulher e, como tal precisa ser mãe, bela e ter um homem ao seu lado! Devidamente produzidas, as visibilidades e enunciações em torno (ou no contorno) da figura de Xuxa parecem colocar em funcionamento estas regras que também fazem parte do dispositivo da maternidade. A apresentadora busca afirmar-se como uma mãe cuidadosa e zelosa, como uma mulher bela, sensual e, claro, à procura de um parceiro. Mais uma vez, é possível mostrar o engajamento das curvas e dos regimes em fixar uma relação entre sujeito-mulher e o sujeito-mãe.

O modelo e ator Luciano Szafir, *pai da filha de Xuxa*<sup>101</sup>, parece ter ocupado, temporariamente, este papel de companheiro. Na época, a mídia destacou a escolha de Xuxa de ser mãe-solteira mas, ironicamente, Luciano era chamado de *maridão*<sup>102</sup> da apresentadora. Ao mesmo tempo, a revista *Veja* assinalava a relação estranha (sic) que os dois mantinham, enfatizando que, ali, não se constituía uma relação amorosa. Isso porque, *ao referir-se ao rapaz, a apresentadora não mostra aquele ar de bobo que caracteriza os apaixonados*.

---

<sup>96</sup> SENHORES, o caçula Jagger. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1610, 11 de agosto, 1999, p. 97.

<sup>97</sup> EM PÉ de guerra. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1547, 20 de maio, 1998, p. 117.

<sup>98</sup> O NOVO look de Xuxa. In: **Caras**, ed. 341, 19 de maio de 2000.

<sup>99</sup> XUXA DIVERTE-SE na Ilha de **Caras**. In: **Caras**. São Paulo (SP): Caras, ed. 434, 2 de março de 2002.

<sup>100</sup> A LOIRAÇA de 250 milhões. In: **Veja**, ed. 1744, 27 de março, 2002, p. 100. Grifos meus.

<sup>101</sup> ELE É liiiiindo! In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1543, 22 de abril de 1998, p. 56.

<sup>102</sup> O MAIS NOVO Xou da Xuxa, In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1526, 17 de dezembro de 1997, p. 108 e 109.

*Em público, Xuxa jamais conjuga o verbo ‘amar’ em relação ao companheiro e prefere apontar as diferenças entre os dois, em vez de enfatizar os pontos em comum*<sup>103</sup>. Os regimes que enunciam a responsabilidade materna de Xuxa parecem também julgá-la por não estar escolhendo como pai para sua filha alguém que ela (Xuxa) realmente ame.

Interessadamente, a mídia esquece do chamado “instinto materno” ao afirmar e até julgar a apresentadora porque ela *resolveu ter um bebê antes de ter-se decidido pelo pai*<sup>104</sup>. Além da constituição prioritariamente heterossexual, são descritos, assim, modos específicos e desejáveis de relacionamento amoroso para o sujeito-mãe. O dispositivo da maternidade, com a predominância de um certo tipo de relação entre pai e mãe, queira talvez se mostrar igualmente preocupado com o “futuro” da infância, acreditando que as crianças cresceriam, assim, mais “saudáveis”.

### **Relações entre sujeito-mulher e sujeito-mãe: práticas de maternização**

Como referido anteriormente, falar do perfil da mulher, nestes casos midiáticos, significa ao menos apontar para os tipos de modalidade materna que elas irão exercer. De maneira nenhuma afirmo que as revistas tratam mulher e mãe como identidades iguais, mas sim que as revistas estabelecem algumas relações entre uma identidade e outra. O que estes aparatos enunciativos fazem é, portanto, forjar sentidos entre o que é chamado de “personalidade” e a “maternagem” que estas mulheres vêm a estabelecer sobre seus filhos. Um dos exemplos dessa relação é a preocupação demonstrada por algumas mães com a educação das crianças (e não só de seus filhos).

A revista *Caras* afirma em relação a Xuxa que *a completa sintonia entre mãe e filha explica a crescente dedicação da apresentadora aos seus projetos infantis*<sup>105</sup>, talvez porque *a maternidade aguçou seu instinto para lidar*

---

<sup>103</sup> Idem, p. 109.

<sup>104</sup> O NOSSO Michael Jackson. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1558, 5 de agosto de 1998, p. 115.

<sup>105</sup> XUXA: mãe cuidadosa, elegante e sensual. In: **Caras**. São Paulo (SP): Caras, ed. 420, n.º 47, 23 de novembro, 2001.

com crianças<sup>106</sup>. Entre os projetos realizados, estão o CD de músicas infantis, chamado *Xuxa só para baixinhos*<sup>107</sup> e também um filme sobre duendes. Este filme foi produzido devido ao interesse da apresentadora em mostrar às crianças as pequenas entidades que ela diz conhecer pessoalmente. Afinal, em 2000, ela veio a público dizer que não apenas acreditava [em duendes] de chapéu pontudo, mas que tinha sido visitada por um deles em seu quarto<sup>108</sup>. Um outro fato curioso, porque literalmente relaciona a apresentadora ao mundo infantil, é que até pouco tempo atrás, Xuxa ainda tinha dois caninos de sua arcada infantil a brilhar no sorriso. Um deles resistiu até 1997, quando foi extraído. Agora o segundo ‘está mole’<sup>109</sup>.

No caso de Luciana Gimenez, o bom-mocismo foi por água abaixo<sup>110</sup>: seu programa inclui popozudas e a novidade como o ‘Teste do Viagra’<sup>111</sup>. Trata-se de uma brincadeira em que dois homens tomam a pílula antiimpotência diante das câmeras, trancam-se no quarto (felizmente, havia um para cada casal) com sua namorada e em seguida, só de roupão, respondem a perguntas do tipo: ‘Foi bom para você?’<sup>112</sup>. A matéria é irônica: mais família, impossível<sup>113</sup>.

As curvas de visibilidade e os regimes de enunciabilidade traçam, assim, o (des)comprometimento com a então importante questão da (preservação da) infância. No exemplo de Xuxa, a profunda ligação entre mãe e filha, o aparente respeito e preocupação com as crianças e a potencialidade educadora são apresentados como elementos traçados e envolvidos em torno de sua prática materna. Mais do que isso, é possível reconhecer uma ligação intensa da mulher, agora mãe, com o mundo infantil, com o mundo da fantasia. No exemplo de Luciana Gimenez, ela de algum modo escapa a esta caracterização, é julgada por promover um programa ironicamente chamado de “muito família”. Um processo de diferenciação é efetuado, na medida em que estas maternidades são colocadas em relação e confrontadas; agonisticamente, produzem (ou reforçam) sentidos sobre a boa maternidade de uma e a não-desejável maternidade de outra.

---

<sup>106</sup> A LOIRAÇA de 250 milhões. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1744, 27 de março, 2002, p. 100.

<sup>107</sup> O filme *Xuxa e os duendes* rendeu cerca de 2,6 milhões de reais e as duas primeiras edições do CD já venderam, juntas, mais 1,5 milhões de cópias (Idem, p. 103).

<sup>108</sup> A LOIRAÇA de 250 milhões. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1744, 27 de março, 2002, p. 100.

<sup>109</sup> Idem, p. 101.

<sup>110</sup> MUITO FAMÍLIA. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1699, 09 de maio, 2001, p. 136.

<sup>111</sup> Idem.

<sup>112</sup> Idem.

Embora Xuxa seja caracterizada como mãe-educadora, em outros tempos sua identificação estava (e ainda está) articulada com a precoce sexualização que sua figura induzia nas crianças. Neste dispositivo, tais identificações em hipótese alguma se excluem, mas convivem, sobreposicionam-se e lutam entre si, justamente para a produção agonística de diferentes objetivações maternas. Este fenômeno de erotização infantil pôde ser encontrado nos materiais analisados, em dois momentos em especial: um, em torno da própria figura de Xuxa e o outro na revista *Crescer*, em uma reportagem especial sobre mães adolescentes. Afirma-se que Xuxa é *considerada um símbolo de permissividade* e que, acima de tudo, *detém a palma do pioneirismo* nesta questão, *exerce uma influência nociva sobre as meninas*, pois por muito tempo, deu a elas *aulas de sedução*<sup>114</sup>. *Grávida e, depois, jovem mãe*<sup>115</sup>, a revista *Veja* afirma que *realmente ninguém tem nada a ver com uma produção independente quando a produtora*, no caso Xuxa, é [uma] *pessoa adulta e capaz de sustentar o produto*<sup>116</sup>. Mas, afirma também que *o problema é expor essa opção na vitrina e revesti-la de glamour*<sup>117</sup>. O mesmo argumento foi utilizado pelo então Ministro da Saúde, José Serra, em seu pronunciamento de abertura da campanha de prevenção à maternidade na adolescência, em 1999. Neste evento, o Ministro afirmou que *Xuxa faz apologia da produção independente* e ponderou: *imaginem como fica a cabeça de milhares de crianças e adolescentes que seguem seus exemplo?*<sup>118</sup>.

A maternidade precoce efetivamente é considerada como um problema pelo dispositivo da maternidade. A revista *Crescer* indica que, de forma semelhante aos ditos já referidos, *essa 'pressa' de transar, que parece acometer as meninas, pode ser resultado, para alguns especialistas, da erotização que permeia toda a sociedade*<sup>119</sup>. O especialista convidado por tal revista (o médico Abner Lobão Neto, obstetra e chefe do setor pré-natal personalizado da Escola Paulista de Medicina/Unifesp), constata que a *menina-adolescente está sendo empurrada para o exercício **inconseqüente** da sexualidade pelos apelos eróticos veiculados maciçamente através dos meios de*

---

<sup>113</sup> Idem.

<sup>114</sup> GLAMOUR e miséria no país que tudo pode. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1611, 18 de agosto, 1999, p. 154.

<sup>115</sup> A mesma "jovem" mãe que antes constava a marca inexorável do tempo e que corria o risco de ficar para tia.

<sup>116</sup> Idem.

<sup>117</sup> Idem.

<sup>118</sup> AMIGÃO. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1611, 18 de agosto, 1999, p. 32.

<sup>119</sup> MENINAS que viram mães. In: **Crescer**. São Paulo (SP): Globo, n.º 88, março, 2001, p. 21.

*comunicação, que vivem mostrando mulheres nuas, da forma mais hedonista possível*<sup>120</sup>.

A partir dos depoimentos de especialistas nos assuntos, são indicados outros motivos pelos quais estas crianças (sic) acabam *gerando outras crianças*<sup>121</sup>. O primeiro deles não está ligado à falta de conhecimento dos métodos anticoncepcionais, por parte das meninas, mas sim *ao estilo adolescente de ‘ser’ ou não se preocupar em usar os métodos anticoncepcionais que conhecem*<sup>122</sup>. Os médicos afirmam que *o descaso com a prevenção pode ser resultado, também, da onipotência juvenil, que faz **as meninas** acharem que com elas não vai acontecer*<sup>123</sup>. O segundo motivo para a gravidez destas meninas, como informa a revista, é que *como a maioria [delas] transa sem a mãe saber, não têm dinheiro para comprar a pílula ou receiam que ela sirva de alerta para os pais, caso a encontrem guardada em casa ou na bolsa*<sup>124</sup>. Há ainda aquelas **até** *buscam orientação sobre métodos contraceptivos quando começam a transar (...). Mas aí, brigam com o namorado e param. Daí voltam e transam, e ela já está sem proteção*<sup>125</sup>. Um agravante dessa situação é que as adolescentes *não se preocupam com a possibilidade de adquirir alguma doença sexualmente transmissível*<sup>126</sup>. Inconseqüentes, irresponsáveis, imprudentes, precocemente sexualizadas: afinal, que tipo de mães serão estas?

Dispositivo da maternidade, da sexualidade, da infantilidade e dispositivo pedagógico da mídia encontram-se aqui em intensa relação e, de certa forma, competindo ou articulando sentidos entre si. Trata-se de mostrar a intrusão desmesurada da sexualidade adulta no singelo e inocente universo infantil e o quanto é prejudicial o movimento ou deslocamento da criança para a mulher ou, ainda, do bem para o mal.

Como refere Walkerdine (1999), este processo de denúncia e, ao mesmo tempo, indignação sobre a “erotização das garotinhas” (Idem, p. 75), estão ligados ao fato que a infância é discursivamente articulada e pensada em nossa cultura como se fosse do gênero masculino – “ativo, criativo, desobediente, contestador de regras, racional” (Idem, p. 77). A menina seria aquela que “trabalha enquanto o menino é brincalhão, ela segue regras

---

<sup>120</sup> Idem. Grifo meu.

<sup>121</sup> MENINAS que viram mães. In: **Crescer**. São Paulo (SP): Globo, n.º 88, março, 2001, p. 20.

<sup>122</sup> Idem., p. 21

<sup>123</sup> Idem. Grifo meu.

<sup>124</sup> Idem, p. 21-22.

<sup>125</sup> Idem, p. 22. Grifo meu.

enquanto ele trata de quebrá-las, ela é boa, bem comportada, não racional” (Idem) é uma espécie de patologia, uma espécie de “Outro da infância racional” (Idem, p. 78). Este é um modelo altamente desejável na cultura, mesmo que “patologizado” (Idem, p. 76), pois “a menina boa e esforçada, que segue as regras, prefigura a imagem da mãe atenciosa, que usa sua irracionalidade para salvaguardar a racionalidade, para permitir que sua racionalidade de desenvolva” (Walkerdine, 1999, p. 78).

A maternidade precoce é tida como o oposto da infância feminina cultuada, é um tipo de resultado da “ameaça à criança natural que advém da criança erotizada, da pequena Lolita, da garota que se apresenta como uma pequena mulher, mas não do tipo que proporciona cuidados, nutrição, proteção, mas da sedutora, da prostituta, em oposição à boa garota virgem” (Idem, p. 78). As revistas cumprem o papel de defender esta infância que, para elas, está prestes a desaparecer; de dar a esta infância seus direitos e assim proteger, garantir seu futuro “saudável”. Afinal, o que estas meninas estavam fazendo, que não estavam na escola? Neste processo de denúncia, não apenas se mostra uma infância perdida, mas igualmente o que deveria funcionar como geral ou “natural” na prática da maternidade. A partir desses casos, abre-se a possibilidade de acessar e conhecer melhor a essência da “verdadeira” mãe. Por uma espécie de paralelismo, é a partir da construção de subjetividades como estas que se determina e se fixa a maternidade normativa<sup>127</sup>.

O dispositivo da maternidade, já que ligado ao dispositivo da infantilidade, também chora a infância perdida, denuncia o abuso e a perigosa erotização precoce de meninas, porque a partir disso é que ambos vão garantir e assegurar identidades normais: seja a de Adulto (Corazza, 2002), seja a de maternidade normativa. O dispositivo da infantilidade precisa infatilar seus sujeitos, da mesma forma que o dispositivo da maternidade necessita maternizar os seus. Imbricados, restauram e revigoram tanto sua vontade de infantil, quanto sua vontade de maternidade.

---

<sup>126</sup> Idem.

<sup>127</sup> Este argumento foi baseado em Corazza (2002), ao referir-se à infância como afirmação da Mesmidade do adulto, como “documento vivo, mina de ouro de informações para o Sujeito Verdadeiro” (Idem, p. 200).

Há outra importante constatação a ser feita. Na referida matéria<sup>128</sup>, parece ser dada às meninas a responsabilidade total pelo fato de engravidarem. É a mulher quem deve ter o controle sobre seu corpo e, portanto, a ela cabe qualquer tipo de prevenção. Por este motivo, torna-se importante *desenvolver campanhas de prevenção dirigidas às adolescentes*<sup>129</sup> afinal, são elas que escondem das mães o fato de estarem transando, que não são assíduas nos tratamentos ou consultas médicas ou pensam a si mesmas como onipotentes. Assim, *além de incentivar o uso de preservativos*, [est]as *campanhas poderiam induzir a adolescente a refletir sobre a **inadequação** da maternidade precoce*<sup>130</sup>. Dirige-se a disciplinarização dos corpos e dos tempos somente às meninas, pois parece serem elas as principais culpadas pelo fracasso em fazer seus corpos dóceis ou úteis. Já que as adolescentes resistem ao controle das operações de seu corpo-sexo, que isso se faça então na forma de corpo-maternidade: necessitam, nessa condição, de um atendimento (duplamente) especializado, *de preferência multidisciplinar (ginecologia, psicologia, nutrição, pré-natal)*<sup>131</sup>.

Há aqui também um cruzamento, um entrelaçamento do dispositivo da maternidade com o dispositivo pedagógico da mídia, principalmente no que diz respeito à predominância da mulher como ser falante e falado nos espaços comunicacionais. Para Fischer (2001), trata-se de uma característica peculiar da mídia (mas talvez não só dela), no sentido de tornar o sexo feminino protagonista das mais diferentes matérias, reportagens, programas etc. Constituem-se, assim, modos específicos de enunciar a mulher, de torná-la visível e enunciável e, paralelamente, torna-se legítimo elas serem incessantemente descritas e narradas. De modo semelhante, as linhas de subjetivação destes dois dispositivos, ao privilegiar as mulheres no convite a falar de si (ou de constituírem-se em um tema a ser falado e explicado), de se confessarem publicamente, fazem-nas visíveis e enunciáveis como sujeitos que devem ser constantemente educados, ensinados, informados, como “sujeitos cada vez mais necessitados de normas e procedimentos para permanentemente ‘cuidarem de si’” (Fischer, 2001, p. 588).

---

<sup>128</sup> MENINAS que viram mães. In: **Crescer**. São Paulo (SP): Globo, n.º 88, março, 2001.

<sup>129</sup> Idem, p. 25.

<sup>130</sup> MENINAS que viram mães. In: **Crescer**. São Paulo (SP): Globo, n.º 88, março, 2001, p. 21. Grifo meu.

<sup>131</sup> Idem, p. 24.

Este “cuidado de si” também pode ser usado como um motivo para as mulheres expressarem sua maternidade. Por exemplo, Vera Fischer em uma de suas tentativas de se recuperar da dependência química, internou-se em uma clínica especializada. Sobre esta questão, é dito que *apesar de corajosa, no entanto, sua atitude não foi espontânea*<sup>132</sup>, devido ao fato de que a atriz só foi à clínica em busca de ajuda por causa da perda da guarda de seu filho, Gabriel. O que poderia ser louvável em outras situações, com outras mulheres, ganha aqui um tom de fraqueza da atriz. Paradoxalmente, a revista se mostra irônica nas formas de enunciar as tentativas de recuperação da atriz em outros locais, como em festas: *Vera só tomou água. Foi uma noitada de freira. (...) Tudo pelo filho*<sup>133</sup>. Os erros de Vera Fischer são narrados de modo um tanto quanto cruel, ao afirmar-se, por exemplo, que *a atriz deu um tempo na fase monja*<sup>134</sup>. Aqui, a reportagem refere-se a uma noite em que *ao lado do namorado Floriano Peixoto, dançou até às 5 da manhã e, segundo olheiros, bebeu duas doses de uísque. É uma gota perto do que costumava ingerir, mas um rombo oceânico na regra dos abstinentes dos Alcoólicos Anônimos*<sup>135</sup>.

Com isso, torna-se possível e inteligível falar sobre sua maternidade de determinada maneira: *na novela Laços de Família, a personagem de Vera Fischer vive uma mãe exemplar. Na vida real, entretanto, o exercício da maternidade é mais difícil para ela*<sup>136</sup>. Por mais que a mídia seja incansável em exaltar a beleza física, parece também culpá-la – justamente por este notável atributo – pelo sofrimento da filha. Por exemplo: [a filha] *Rafaela falou, com inusitada sinceridade, sobre o terrível problema de auto-estima que a persegue desde criança. ‘Queria ser parecida com ela porque toda menina tem na mãe um espelho. Mas o meu era muito cruel*<sup>137</sup>, ou seja, o sofrimento da filha estava ligado a essa beleza exuberante. Mas, há outro problema: *em uma das internações da atriz em clínicas de dependentes químicos e, no caso, durante as terapias de grupo para familiares de dependentes, Rafaela percebeu que tinha trocado de papel com a mãe: aos 18 anos, agia como se tivesse 46*<sup>138</sup>. Neste dispositivo, em alguma vez, os papéis devem ser claramente marcados: mãe

---

<sup>132</sup> DECISÃO corajosa. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1514, 24 de setembro, 1997, p. 1001.

<sup>133</sup> NOITADA sem barulho. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1576, 09 de dezembro, 1998, p. 150.

<sup>134</sup> PAUSA na reabilitação. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1548, 27 de maio, 1998, p. 128.

<sup>135</sup> *Idem*.

<sup>136</sup> LAÇOS rompidos. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1677, 29 de novembro, 2000, p. 158.

<sup>137</sup> CAPÍTULO médico. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1512, 10 de setembro, 1997, p. 102.

<sup>138</sup> *Idem*.

é mãe, filha/o é filha/o, assim como pai é pai. Para comprovar a maternidade não-desejável da atriz, as curvas de visibilidade e os regimes de enunciabilidade compõem sentidos em que o sujeito principal (a mãe) abdica de sua função discursiva (sujeito-mãe) – paradoxalmente, sem deixar de sê-lo. Da mesma forma, afirma-se que *não pode ser considerado um exemplo de equilíbrio para uma mãe com uma filha saindo da adolescência e um garoto de 4 anos para criar, a entrevista que Vera concedeu a José Maurício Machline, na televisão, em que atacou a apresentadora Xuxa e assumiu ter mantido relações homossexuais*<sup>139</sup>.

Na situação acima descrita, a questão da relação homossexual torna-se um problema, um comportamento indigno de uma mulher que é mãe. Porém, em relação a Cássia Eller, e, mais amplamente, sobre os pais/mães que são homossexuais, a revista parece caracterizar a questão de uma outra maneira. Os filhas/os de pais e mães homossexuais são apresentados como um fato cada vez mais comum em nosso tempos e nem por isso prejudicial. Pelo contrário, há uma espécie de respeito e de conclusão de que *muitas lésbicas [mas nem todas] têm instinto materno e querem ser mães, constata Gilda Fucs, psiquiatra e sexóloga baiana*<sup>140</sup>.

Conforme esta matéria, Cássia Eller, aparentemente não se “encaixa” em nenhum dos três tipos de configuração dados às famílias compostas por casais homossexuais. São eles: *os que saíram do armário depois de um casamento heterossexual e criam os rebentos do relacionamento anterior ao lado de seus novos companheiros; (...) os homossexuais que adotam [crianças] e, por último, há as lésbicas que se submetem a inseminação artificial*<sup>141</sup>. Mesmo assim, *Veja* se utilizou do exemplo da cantora para expor as “histórias chatas” que seu filho, Francisco, trazia da escola. Uma delas, contada pela própria cantora, é quando alguém grita para o menino ‘sua mãe é sapatão!’ e ele, responde ‘É daí?’. A maternidade objetivada, recortada e devidamente articulada, criada por este dispositivo dá condição à mãe famosa de concluir que ‘*o amor supera estas coisas*’<sup>142</sup>.

---

<sup>139</sup> CAPÍTULO médico. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1512, 10 de setembro, 1997, p. 102

<sup>140</sup> ELA e ela, não! In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1554, 08 de julho, 1998, p. 70.

<sup>141</sup> MEU PAI é gay. Minha mãe é lésbica. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1708, 11 de julho, p. 70.

<sup>142</sup> Idem.

Mesmo assim, *não é raro que filhos de casais homossexuais enfrentem problemas de ordem emocional, principalmente quando se encontram na adolescência*. Talvez por este motivo a revista *Veja* aconselhe que os filhos de homossexuais *devem conviver o máximo possível com uma figura do sexo oposto ao dos pais*. Para os pequenos que vivem com gays, *é importante ter uma referência feminina*. Para os que moram com lésbicas, *uma masculina*<sup>143</sup>. Trata-se aqui de um aconselhamento ligado, por um lado, ao perfil do sujeito-mulher e, por outro, implicado na ideia de não perder de vista referências “masculinas” necessárias a uma determinada prática materna. Mais uma vez, as curvas de visibilidade e os regimes de enunciabilidade compõem sentidos que instauram uma proeminente ligação entre sujeito-mulher e sujeito-mãe; evidencia-se que a maternidade normativa exige seu correlato heterossexual.

Tornada objeto, a maternidade-homossexual ganha contornos quase diferenciados, ganha novas qualidades e novos modos de agir com os filhos. Aconselha-se, então, que as mães *falem abertamente de sua orientação sexual – sem entrar em minúcias, é claro*<sup>144</sup>, pois *quanto mais cedo a criança souber, mais fácil será para ela assimilar a notícia e encarar as manifestações preconceituosas*<sup>145</sup>. Porém, um cuidado: *não há motivo para espalhar a notícia*<sup>146</sup>. De fato, a maternidade-homossexual é até positiva, pois como diz a revista, *a convivência de crianças com homossexuais é uma forma de aprender a lidar com as diferenças, uma vez que uma criança tolerante tende a ser um adulto tolerante*<sup>147</sup>. Faz-se também um alerta: *é importante que **estes homossexuais** estejam cientes destas questões e, se for preciso, não hesitem em procurar ajuda, como recomenda a psicóloga Edwiges Silveiras, da Universidade de São Paulo*<sup>148</sup>.

Se no caso de Vera Fischer (na referida entrevista que prestou a Maurício Machline), julga-se o fato de enunciar uma homossexualidade pelo fato de ela ser mãe de uma adolescente, no outro exemplo, incita-se a fala sobre a maternidade-homossexual e organizam-se formas pelas quais ela deve ser desenvolvida. As curvas de visibilidade e os regimes de enunciabilidade traçam e, ao mesmo tempo, tensionam sentidos quase opostos em torno da

---

<sup>143</sup> Idem.

<sup>144</sup> MEU PAI é gay. Minha mãe é lésbica. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1708, 11 de julho, p. 67.

<sup>145</sup> Idem.

<sup>146</sup> Idem, p. 70.

<sup>147</sup> Idem.

homossexualidade (que ora é julgada, ora é legitimada). Ao fazer uma mesma atitude parte constituinte de objetivações maternas distintas, torna-se possível estabelecer formas específicas, e igualmente distintas, de fazer do indivíduo um sujeito-mãe. Esse, pois, é o movimento agonístico do dispositivo; movimento de luta e embate entre sentidos, por sua validade e por sua veracidade dentro de cada uma das modalidades maternas tornadas objeto. Seja julgada, seja legitimada, a prática homossexual do sujeito-mulher permite que sujeitos-mãe possam ser constituídos diferentemente e que o modo como eles se relacionam com seus filhos possa ser assim especificado.

## **Considerações**

Nesta subseção, busquei discutir os movimentos promovidos pelas revistas na tentativa de fixar sentidos entre o perfil do sujeito-mulher e sua forma de exercer a maternidade. Trata-se de uma estratégia pela qual o dispositivo da maternidade consegue articular, para a produção de práticas de maternização, diferentes e múltiplos saberes acerca do sujeito que enuncia. Efetuar essa junção é o que permite a esse dispositivo efetuar contínuas práticas de maternização e, ao mesmo tempo, atualizar-se.

Não se trata de assujeitar indivíduos apenas a partir do modo pelo qual eles se relacionam com seus filhos, mas, igualmente, dar visibilidade e enunciabilidade à relação que este estabelece com o corpo, com sua sexualidade e, no conjunto, com suas atitudes e modos de agir. Ao traçar o que chamei de perfil do sujeito-mulher e relacioná-lo à sua prática materna, faz-se possível efetuar um maior controle sobre os sujeitos. Outros elementos também são tornados visíveis, enunciáveis e, portanto, alvo das relações de força que lhes são correlatas. É, pois, este conjunto maior de saberes que dá sustentação ao dispositivo e condição de possibilidade.

Ao produzir tais correlações, sentidos de “anormalidade” e de “normalidade” também podem ser compostos. Há atitudes e modos de agir do sujeito-mulher a serem valorizadas e hierarquizadas; há um corpo e uma forma de feminilidade que podem ser controlados e especulados; há uma sexualidade, uma relação com o parceiro que pode ser alvo e objeto do discurso. Promovida uma lógica quase de dependência entre o que é ser

---

<sup>148</sup> Idem. Grifos meus.

mulher e o que é ser mãe, produzem-se igualmente novas relações de força sobre o feminino (seja como mulher, seja como mãe, seja na relação que se estabelece entre elas). Ou seja, ampliam-se assim as formas de sujeição e de subjetivação. Ampliam-se os elementos que farão parte da composição normativa das práticas maternas – tema este que será tratado a seguir.

## **5.2 Gestação da normatividade**

A caracterização da norma é um dos grandes objetivos do dispositivo da maternidade. Pode-se dizer que a instauração de uma normatividade materna é o que lhe garante condição de possibilidade e existência. Para que efetivamente os saberes que o constituem possam ser passíveis de (re)produção e propensos a serem reiterados, há que existir um caráter normativo aí envolvido. Para que a produção de sujeitos possa ser efetivada desta ou daquela forma, há que ser estabelecido um caráter normativo que, no caso, oriente o modo como os sujeitos devem compreender-se, ver-se e dizer-se (ao mesmo tempo serem compreendidos, vistos e ditos) neste dispositivo.

É a partir da instauração constante e reiterada da norma – operada por este dispositivo – que se pode afirmar a existência de processos concretos de resistência. Se os sujeitos tivessem sido assujeitados às normas de maneira efetiva não haveria a necessidade de um dispositivo que tivesse como uma de suas funções principais a produção contínua de práticas de maternização. Somente porque há resistência de sujeitos-mãe é que o dispositivo vê a necessidade de reafirmar-se continuamente e, mais do que isso, de atualizar-se. Este é um movimento de constante atualização das relações de força, uma vez que a geração de resistência faz com que elas se cruzem com a necessidade de gerar novas formas de controle (geralmente normativo) que, por sua vez, geram novas formas de resistência, numa dinâmica incessante e circular.

Produzir continuamente práticas de maternização é uma das estratégias que este dispositivo encontra para conservar-se e legitimar-se como

meio de composição da norma. As práticas de maternização estão relacionadas a formas pelas quais o poder encontra condições para recriar-se, pois é a partir delas que novos sentidos podem ser articulados e com isso novos sujeitos podem ser capturados. Propor incessantemente novos modos de objetivação significa cada vez mais esquadrihar o sujeito, reduzi-lo a mínimas diferenças e produzir exemplos e contra-exemplos normativos. É válido lembrar que a norma, como tal, não é algo fixo, mas móvel e fragmentado. A produção constante de práticas de maternização é importante, pois, a partir delas, a norma também se vê alterada e ampliada nas suas formas de controlar os sujeitos que enuncia.

Nesta subseção, proponho-me a mostrar que a instauração da norma neste dispositivo é promovida, principalmente, de duas maneiras: uma, na relação agonística que as modalidades maternas tornadas objeto estabelecem entre si, e outra, a partir da forma pela qual a figura paterna ganha visibilidade e enunciabilidade. Primeiramente, explico um conjunto de elementos normativos que são construídos por este dispositivo, a partir do momento em que tais modalidades maternas podem ser efetivamente comparadas, confrontadas entre si. Trata-se, assim, da caracterização de todo um vocabulário empregado para dar visibilidade e enunciação diferenciada a elas, de forma a fazer hierarquizações e valorizações. A normatividade materna é estabelecida na medida em que, na relação *entre* os sujeitos-mãe, são expostos e valorizados de formas distintas certos comportamentos e atitudes que cada um deles exerce com seu filho ou sua filha.

A seguir, indico como a figura do pai (ou da companheira, no caso específico da cantora Cássia Eller) é essencial para a construção da normatividade materna. Busco destacar, assim, que antes de promover um apagamento da figura paterna, o dispositivo da maternidade vale-se dela para articular de modo comparativo práticas tidas como saudáveis, boas, aconselháveis e propícias à maternidade.

### **Relações agonísticas entre modalidades maternas: produção da norma, atualização do dispositivo**

No conjunto de materiais analisados, foi possível evidenciar que uma das formas de dar visibilidade e enunciabilidade à anormalidade da maternidade é em relação aos sujeitos mães-adolescentes. Considerado como um dos elementos centrais para a produtividade da norma no dispositivo da maternidade, o sujeito-mulher adolescente, da forma como enunciado, evidencia características não condizentes com o padrão demandado e buscado. Esta questão já foi abordada na subseção anterior, no que diz respeito à forma pela qual as curvas de visibilidade e os regimes de enunciabilidade insinuam atitudes correlatas de ser sujeito-mãe. É válido compreender sua produtividade também em relação à colocação em discurso de aspectos normativos da maternidade. Trata-se de caracterizar a dinâmica que o dispositivo suscita ao fazer destas peculiaridades do sujeito-mulher a sua condição de produção um sujeito-mãe “anormal”.

Para tais afirmações, valho-me principalmente dos apontamentos feitos sobre o corpo da adolescente grávida. A revista *Crescer* assegura que, *em termos biológicos, uma gravidez na adolescência é considerada, pelos obstetras, como uma condição de risco aumentado*<sup>149</sup>. Dessa gestação, podem decorrer várias patologias (sic), entre elas *a necessidade de cesárea porque a bacia – em vista da imaturidade óssea – não abre espaço para a passagem do bebê*<sup>150</sup>. Quanto aos recém-nascidos, *correm o risco de ser prematuros e apresentar baixo peso*<sup>151</sup> e também *pode acontecer de não serem amamentados no peito porque as glândulas mamárias da mãe ainda não se desenvolveram completamente, comprometendo a produção do leite*<sup>152</sup>.

É interessante também apontar que, de um modo sutil, se renovam e se atualizam estratégias semelhantes àquelas usadas por enunciados médicos – oriundos do século XVII – que evidenciavam a vocação “natural” da mulher à maternidade. Tais enunciados vinham compor e tramar discursos sobre a anatomia feminina, para comprovar a tendência da mulher a tornar-se mãe. Tratava-se de confirmar, cientificamente, a natureza da maternidade a partir da idéia de que “essência se define por funções orgânicas específicas” (Nunes, 2000, p. 39). Naquela época, considerava-se que a mulher, por ter, entre outras características, uma “bacia alongada” (Idem), tinha como vocação

---

<sup>149</sup> MENINAS que viram mães, In: **Crescer**. São Paulo (SP): Globo, n.º 88, março, 2001, p. 24

<sup>150</sup> Idem.

<sup>151</sup> Idem.

<sup>152</sup> Idem.

imperativa a maternidade. Porém, aqui, a bacia imatura, menor, mostra a tendência “natural” a não poder ser mãe na adolescência. Estes sentidos, evidenciados pelas curvas de visibilidade e os regimes de enunciabilidade, entram em choque com outros (deste mesmo dispositivo) ligados à forma igualmente “natural” com que o corpo da mulher se adapta à gravidez e ao parto.

Em um processo de replicação de saberes médicos, legitima-se um certo caráter normativo. Demonstra-se, através da ciência, que a mulher-adolescente, preferencialmente, não deve ser mãe, pois sua imaturidade não é apenas de ordem psicológica, mas também relativa a seus ossos, a seu corpo, a suas células. Como é característico das estratégias de funcionamento da norma, procuram-se as marcas da anormalidade “em cada corpo” (Veiga-Neto, 2001, p. 107), justamente para que posteriormente “cada corpo se atribua um lugar nas intrincadas grades de classificação dos desvios, das patologias, das deficiências, das qualidades, das virtudes, dos vícios” (Idem). O que interessa é a forma como são atribuídas tais marcas aos corpos maternos, que critérios são selecionados para tanto e que efeitos de poder-saber são constituídos a partir disso. Mães que parem seus filhos por meio de cesáreas, que expõem as crianças à possibilidade de nascerem com um baixo peso e que não são capazes, muitas vezes, de amamentá-las – esse dispositivo pergunta: afinal, que tipo de mães são estas?

Pode-se anunciar também que as linhas de subjetividade encontram-se delineadas por estas estratégias de poder-saber, na medida em que compõem trajetos os quais evidenciam para o sujeito-mãe que cuidar de si é, pois, cuidar do outro<sup>153</sup>. Trata-se, portanto, de assinalar, de fixar normativamente tais marcas aos corpos (seja a bacia, sejam as glândulas mamárias) porque elas indicam a possibilidade de prejudicar o bebê. Instituída assim a norma, cabe à mãe discernir e concluir sua anormalidade porque isso está ligado ao prejuízo que ela (e seu corpo anormal) podem causar ao filho. Na sua condição de anormal, tais sujeitos-mãe “impedem a satisfação de ser totalmente satisfatória, (...), poluem a alegria [neste caso, da maternidade normativa] com angústia” (Bauman, 1998, p. 27).

---

<sup>153</sup> Digo “anunciar” porque esta discussão sobre o cuidado de *como* cuidado do outro será desenvolvida na subseção seguinte, *Concepção dos modos de subjetivação*.

Ao tornar estas modalidades maternas alvo e controle dos discursos que as enunciam, um jogo de forças é acionado por este dispositivo para tirar tais modalidades de uma espécie de exterioridade. Controlar pelo discurso é isso: é fazer destas modalidades maternas algo inteligível, acessível, familiar; visível e enunciável pelo discurso e pelo jogo de forças que lhe é correlato. “Ao fazer de um desconhecido um conhecido anormal, a norma faz desse anormal mais um caso seu” (Veiga Neto, 2001, p. 115). Assim, é possível dizer que o anormal faz parte da norma, ele a constitui; o anormal está, prioritariamente, sob a égide da norma (dem).

A luta agonística para a produção discursiva de diferentes modalidades maternas é ávida na condição de ordenar – no sentido de ajustar cada coisa em seu lugar, em atribuir-lhe uma localização concreta para que, a partir daí, se possa efetuar sua “natural” distinção. De maneira alguma esta condição é “negativa” ao dispositivo, uma vez que esse processo não se caracteriza pelo isolamento, repulsão ou expulsão de seus elementos. Pelo contrário, ordenar é um movimento “positivo”, que envolve lutas em torno dos sentidos, em torno de sua veracidade e da forma como eles se pretendem legítimos. Estabelecer uma ordem é a operação estratégica pela qual as curvas de visibilidade e os regimes de enunciabilidade encontram condições de fabricar sentidos ou mesmo de atualizá-los.

Se a maternidade adolescente pode ser aqui ressaltada por sua característica de imaturidade, por outro lado, há certas práticas maternas pré-adolescentes que evidenciam o contrário. Refiro-me especialmente a brincadeiras de faz-de-conta, nas quais meninas entre seis e oito anos investem em *treino para o desempenho de funções que a criança exercerá na vida adulta, como comandante ou comandada*<sup>154</sup>. A partir do destaque dado a essas brincadeiras de meninas (sic), evidencia-se como o dispositivo da maternidade aplica-se na tarefa de compor a normatividade.

*Sissi [a menina] e Larissa [a boneca] reproduzem de fato a maternidade com incrível realidade. A pequena mamãe conversa amorosamente com sua filhinha, repetindo seus choramingos e balbucios, faz a boneca coçar os olhinhos quando está com sono e, quando sai para um passeio e encontra outro bebê no colo por perto, apresenta-o para Larissa. Na rotina desse faz-de-conta, entram todos os cuidados que as mães de verdade costumam dispensar aos seus bebês: trocas de fralda, limpeza no bumbum,*

---

<sup>154</sup> NA BRINCADEIRA de casinha. In: **Crescer**. São Paulo (SP): Globo, n.º 90, maio, 2001, p. 77.

*banho, roupa limpa, comidinhas, hora de arrotar, canções para dormir*<sup>155</sup>.

É importante dar a ver essa maternidade-de-mentirinha, porque com ela são traçadas formas de cumprir a norma ou de colocá-la em funcionamento. Nada imatura, a menina mostra uma espécie de seriedade, de rigor ao representar-se como mãe. Mostra que, desde pequena, o sujeito-mulher sabe, efetivamente, como tratar os filhos, como cuidar deles e o quanto isso lhe é motivo de prazer, orgulho e *naturalidade*<sup>156</sup>. A menina que assume mesmo o papel de mãe inclusive demonstra o *amor incondicional*<sup>157</sup> – característico da maternidade normativa – à pequena filha de plástico. Os adjetivos e expressões empregados são ilustrativos: incrível realidade (sic), mães de verdade (sic), conversas amorosas (sic). Ao retratar o *jogo saudável*<sup>158</sup> de brincar de mãe, a norma vai encontrando cada vez mais espaços para sua afirmação. Ironicamente, a prosaica brincadeira infantil serve de suporte para uma normatividade materna ligada a questões de responsabilidade e maturidade (precoce): a mesma norma, pois, que irá afirmar patologia da maternidade-adolescente.

Neste dispositivo, há a necessidade de expor a maternidade em suas diferenças, porque, mesmo minimamente, algumas delas poderão ser consideradas como anômalas ou talvez distorcidas em relação a um padrão. Daí a afirmar que nem todas as modalidades maternas são objetivadas como patológicas ou como não-desejáveis, justamente porque têm suas visibilidade e enunciabilidade ligadas à capacidade ou à probabilidade de incorporarem-se ao tal padrão. Nestes casos, a instauração de uma normatividade materna envolve a objetivação e a conseqüente organização de sentidos considerados como temporários e móveis, passíveis, portanto, de transformações.

Partindo dessa idéia, afirmo que algumas das objetivações podem ser caracterizadas quase como *estados* anormais de maternidade; algo que o sujeito do discurso pode enfrentar, ultrapassar, para que dada maternidade possa ser plenamente vivenciada (porém, agora, na condição de normativa). As diferenças tornam-se, assim, *estados* de diferença. Refiro-me, em especial, a casos que não dizem respeito a modalidades maternas problemáticas, mas a modalidades que podem *tornar-se* problemáticas, dependendo de seu exercício

---

<sup>155</sup> Idem, p. 76. Grifos meus.

<sup>156</sup> Idem.

<sup>157</sup> NA BRINCADEIRA de casinha. In: **Crescer**. São Paulo (SP): Globo, n.º 90, maio, 2001, p. 77.

<sup>158</sup> Idem.

e da maneira como forem conduzidas. Por este motivo – para não se tornar uma patologia ou uma doença –, muitas das modalidades maternas se constituem como objetos a inquirir, a detalhar e a administrar neste dispositivo. A partir das dicas, dos conselhos e do conjunto maior de saberes produzidos por estas objetivações, se busca normatizar práticas ou sujeitos maternos, tendo em vista que tais dicas e conselhos servem para afastar a hipótese de anormalidade. É aí que o dispositivo que materniza encontra condições favoráveis à sua atualização e antecipação, na medida em que as linhas de força tornam-se mais hábeis em sua tarefa de capturar os sujeitos, inclusive aqueles que podem se tornar, eventualmente, anormais.

Um exemplo pode ser útil para ilustrar esta afirmação. A revista *Crescer* afirma que *por mais preparada que esteja para enfrentar tudo em duplicata, mãe de filhos gêmeos deve saber que terá pela frente uma maratona sem trégua*<sup>159</sup>. Para esta modalidade materna, será exigida uma rigorosa disciplina: *é preciso organizar as mamadas em dose dupla, atender a choros dobrados, trocar fraldas em duplicata. Nada grave. É na prática que a mãe vai aprendendo, relaxando [!] e descobrindo que pode, sim, dar conta do recado*<sup>160</sup>. Porém, *passado o sufoco inicial, só é preciso paciência, confiança e bom senso para, então, desfrutar dessa surpreendente experiência de ser mãe de dois filhos que nascem ao mesmo tempo*<sup>161</sup> ou, talvez, *para poder aproveitar o máximo a alegria de ser maternidade em dobro*<sup>162</sup>.

Em um outro caso: *a futura mamãe que chega ao consultório [médico] pesando mais do que seria desejado para sua altura e constituição física terá, em primeiro lugar, de enfrentar o desafio de engordar o mínimo necessário para suprir suas necessidades calóricas e fornecer os nutrientes que o bebê precisa para se desenvolver*<sup>163</sup>. Esta mulher estará, ainda, *mais propensa a sentir o impacto dos desconfortos típicos da gestação, poderá enfrentar problemas na hora do parto e na sua recuperação e, conforme o caso, colocar em risco a saúde do filho*<sup>164</sup>.

Estes saberes, ciosamente articulados, provocam a avaliação dos sujeitos, bem como calculam o risco de se tornarem anormais (algo muito mais

---

<sup>159</sup> ALEGRIA em dose dupla. In: **Crescer**. São Paulo (SP): Globo, n. 94, setembro, 2001, p. 48.

<sup>160</sup> Idem.

<sup>161</sup> Idem, p. 50.

<sup>162</sup> Idem, p. 48.

<sup>163</sup> O DESAFIO do excesso do peso. In: **Crescer**. São Paulo (SP): Globo, n.º 89, abril, 2001, p. 20

<sup>164</sup> Idem.

perigoso do que um estado de anormalidade). É assinalada a importância da cautela, da precaução, pois é imprescindível tornar visível e enunciável o que vai ou o que pode acontecer (como no exemplo da gestante acima do peso). O controle, seja do corpo, seja das atitudes do sujeito-mãe, não é, pois, perdido de vista, já que dele vai depender a condição normativa de dada modalidade. Interessa saber, ainda, de que maneira se consegue controlar os passos do sujeito-mãe e dizer-lhe que a diferença até pode ser bem-vinda (como no caso da mãe-de-gêmeos), desde que sejam antecipadas as formas de administrá-la. Tais considerações apontam para o fato que “o anormal está na norma” (Ewald, 1996, p. 87), tal como referido anteriormente, também porque ele pôde ser, de algum modo, antecipado, previsto, circunscrito. É, portanto, a possibilidade de torna-se um anormal que indica os limites que compõem a norma.

Com isso, faz-se a organização das linhas de força pelas curvas de visibilidade e pelos regimes de enunciabilidade deste dispositivo. Entrelaçados, os três elementos (linhas, curvas e regimes) estabelecem objetivações minuciosas, já que dão condição de existência ao sujeito, ao prever suas ações e o modo como devem conduzir-se. Ou seja, as elementos, aos quais me refiro, movem-se no sentido da atualização permanente do dispositivo da maternidade, ao estabelecer a ordem entre estas práticas. Ordenar significa, aqui, compor “um meio regular e estável”; um meio “em que as probabilidades dos acontecimentos não sejam distribuídas ao acaso, mas arrumadas numa hierarquia estrita – de modo que certos acontecimentos sejam altamente prováveis, outros menos prováveis, alguns virtualmente impossíveis” (Bauman, 1998, p. 15).

Trata-se de um processo agonístico de constituição de objetivações também porque sujeitos-mãe se confrontam e insistem em se esquivar ao controle do discurso (daí a necessidade de produzir tais objetivações por movimentos circulares contínuos). Por exemplo, se há retificação sobre os perigos de uma obesidade na gestação, é porque há sujeitos-mãe que não foram subjetivados suficientemente por discursos de uma gravidez “saudável”. Assim, as reportagens e matérias que reafirmam a importância da organização, da paciência, do bom senso (para a mãe-de-gêmeos, por exemplo) só têm sua condição de existência discursiva na medida em que há sujeitos que resistem a este dispositivo (ou talvez porque o próprio dispositivo precise dessa repetição para garantir-se). A operação agonística está, portanto,

intensamente comprometida com a subversão de sentidos dos discursos e com a sujeição, para que se possa colocar ambos (sujeitos e discursos), no interior e nos limites da norma.

O modo pelo qual estas enunciações pretendem-se “verdadeiras” está ligado às inferências feitas sobre a possibilidade de serem elementos que podem potencializar a prática materna. Na medida em que vão sendo ordenadas, as modalidades maternas delimitam, fixam o que pode acontecer em cada um de seus casos, elas igualmente estendem e dilatam sentidos sobre as práticas maternas. Por garantir que a maternidade é algo que pode ser sempre melhorado e aprimorado, as linhas de força incitam que tais modalidades ganhem existência e tornem-se objetos do saber.

Paradoxalmente, o dispositivo também se vale da desorganização de suas enunciações para impor novas formas de normatividade. Em especial num campo como o midiático, muitas das enunciações podem ser contraditórias, podem entrar em tensão dependendo dos fins que desejam alcançar. Em se tratando de uma reportagem que evidencia as “deformidades” (sic) causadas pela gravidez, a revista *Veja* informa: *Xuxa viveu linda, malhada e feliz até nascer a filha, Sasha*<sup>165</sup>. Em uma outra reportagem sobre o leite materno, a mesma revista afirma que *inspiradas no ‘corpaço’ de beldades como Xuxa e Luiza Brunet – que apareceram lindíssimas ao lado de seus recém-nascidos*<sup>166</sup> –, muitas mulheres *exageram na ginástica e fazem dietas à base de ‘folhinhas de alface’*. *‘Mãe desnutrida tem leite de pior qualidade’, alerta o médico Carlos Eduardo Czeresnia, do Hospital Albert Einstein, de São Paulo*<sup>167</sup>. Para promover uma determinada estética corporal da mulher (magra, em forma, esbelta), a mídia se vale das tais deformações provocadas pela gravidez a fim de ressaltar a importância do cuidado com o corpo (e como isso está intimamente ligado a enunciados sobre a saúde). A mídia se vale, igualmente, de informações sobre mulheres como Xuxa – que apareceu “lindíssima” logo após o parto – para alertar sobre a necessidade de manter uma boa qualidade do leite materno. Desta forma, as linhas de força deste dispositivo traçam pontos de resistência específicos neste espaço entre o afirmar e o negar a beleza estética da maternidade; entre favorecer ou não o valor nutricional

---

<sup>165</sup> SUCESSO faz milagre. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1585, 17 de fevereiro de 1999, p. 80.

<sup>166</sup> O CORPO de antes. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1623, 10 de novembro de 1999, p. 212.

adequado do leite materno. Os sentidos desorganizados, em confronto, agem agonisticamente para que seja possível a promoção de novas “verdades” sobre a maternidade, mesmo que discordantes.

Ainda sobre a questão da amamentação – tema bastante recorrente na edificação normativa deste dispositivo –, o *ginecologista Daniel Klotzel, do Grupo de Apoio à Maternidade e Paternidade, de São Paulo* informa que ‘*mantendo uma alimentação balanceada perde-se peso só com a amamentação*’<sup>168</sup>. Eis a necessidade de atualização do dispositivo: não se trata apenas de mostrar os benefícios do leite materno para o bebê, mas também capturar o sujeito-mãe que não se submete apenas a essa informação. O dispositivo da maternidade, entrelaçado ao dispositivo pedagógico da mídia – a partir da legitimação do dito pelo especialista que lhe é característica –, produz novos elementos acerca de uma constituição normativa da maternidade ligada à amamentação. Para esta produção, a qual eu chamaria de movimento de renovação, o dispositivo da maternidade vale-se do imperativo da beleza feminina, ressaltado anteriormente. Nesse sentido, as forças e as relações de poder, aqui em questão, são ardilosas, porque encontram e promovem formas sempre fugazes de capturar os sujeitos-mãe. Para os sujeitos-mãe mais “relapsos”, *que deixaram de amamentar só para poder malhar pesado* [para que o corpo voltasse ao normal mais rapidamente], *a professora de Educação Física Helena Mangini afirma que ‘para estas mulheres, a melhor recomendação é não ter filho*’<sup>169</sup>. Mais uma vez, trata-se da ameaça, baseada em uma previsão, sustentando a garantia de não ter que se conviver com um anormal.

Não são as revistas, isoladamente, como aparatos de visibilidade, que efetuem a atualização do dispositivo. Há, pela mídia, uma apropriação discursiva de diversos campos que produzem saberes (como a medicina, por exemplo), mas não apenas isso. No caso desta matéria, podemos dizer que sua condição de existência é garantida por outros sentidos, ao apropriar-se de ditos que remetem a enunciados do campo da Medicina, ao entrelaçá-los a outros (que, por sua vez, remetem a enunciados do campo da Educação Física) e, por fim, ao articulá-los a personalidades famosas. Mesmo que frágeis, há

---

<sup>167</sup> Idem.

<sup>168</sup> O CORPO de antes. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1623, 10 de novembro de 1999, p. 212.

<sup>169</sup> Idem. Grifos meus.

nestas reportagens um "encaixe", uma econômica e produtiva articulação de informações e imagens. Não se trata de uma replicação discursiva isolada e única, mas de múltiplas, que, quando concatenadas, acabam favorecendo a constituição de novas discursividades maternas. Esse movimento só é possível de ser realizado porque há sujeitos que insistem em escapar do dispositivo da maternidade (por isso, ele há de se valer de saberes de outros dispositivos). Se fosse possível afirmar a existência de um dispositivo da feminilidade<sup>170</sup> em nossa época, talvez fosse para suas estratégias de saber-poder-subjetivação que estes sujeitos escapariam; eventualmente, estes dois dispositivos (o último, hipotético) estariam competindo e tensionando sentidos entre si.

Outra maneira de produzir a normatividade materna envolve necessariamente o entrelaçamento das linhas de força com as curvas de visibilidade e os regimes de enunciabilidade, no que diz respeito à instituição da linguagem e à sua disposição. Isso significa afirmar que o fato de incitar, de fazer ver e fazer falar estão ligados ao empreendimento da constituição de saberes deste dispositivo que geralmente lhe são correlatos. Mais do que isso, organizar sentidos, selecionar palavras ou expressões sobre uma maternidade ou outra envolve qualificar, ajuizar e fazer-lhes atribuições específicas. Pode-se dizer que a norma, como efeito das relações de força, institui a linguagem, da mesma forma que a linguagem institui a norma.

Vejamos algumas destas articulações. No caso da *mãe que tem um bebê nos braços e outro a caminho*<sup>171</sup>, há problemas a enfrentar, mas *no balanço geral, ao que tudo indica, é bom, sim, ter um filho seguidinho do outro, ou seja, a mulher não precisa se **desesperar***<sup>172</sup>. Já para aquela mãe que *começa a gestação já em briga com a balança, vai precisar fazer um pré-natal **supercuidadoso**, manter uma alimentação muito bem equilibrada e praticar exercícios com regularidade*<sup>173</sup>. Em relação à mãe que amamenta sem seguir um horário estipulado, ela dá ao seu bebê a possibilidade de *se alimenta[r] quando **realmente** tem vontade e [ele] não precisa **amargar** um período de*

---

<sup>170</sup> Aqui, trata-se apenas de uma simples especulação sobre a aleatória existência de um dispositivo que colocaria em questão, em nosso tempo, modos de produzir corpos femininos e uma estética específica a eles relacionada, entre outras coisas.

<sup>171</sup> UM BEBÊ nos braços e outro a caminho. In: **Crescer**. São Paulo (SP): Globo, n.º 87, fevereiro, 2001, p. 30.

<sup>172</sup> Idem. Grifo meu.

<sup>173</sup> O DESAFIO do excesso do peso. In: **Crescer**. São Paulo (SP): Globo, n.º 89, abril, 2001, p. 20. Grifo meu.

fome **apenas** porque ainda não chegou a hora estipulada<sup>174</sup>. Até mesmo porque um bebê mais calmo na hora de mamar, sem aquela **voracidade** dos famintos, irá sugar com **mais tranquilidade** o seio<sup>175</sup>. A mãe que adota esta rotina afirma: *deixei que meus filhos estabelecessem a rotina das mamadas. A gente fica meio em função do bebê, mas acho que é **melhor** para ele*<sup>176</sup>. Em relação à mãe de gêmeos: *o colo é um momento de **exclusividade**. Nada de dividi-lo*<sup>177</sup>.

Enfim, nesse conjunto atribulado, anárquico e desorganizado de informações – que consistem em adjetivar práticas e criar sentidos a partir disso – a norma é estabelecida. Mais do que isso, é tornada visível sutilmente nas páginas das revistas. Combinadas, as enunciações relacionam-se a uma normatividade que significa o cuidado acentuado de uma gestação, a aversão ao sofrimento da criança e o resguardo mítico do colo materno acolhedor.

No caso especial entre maternidade e vida profissional, para a mãe que gera um filho quando o outro ainda é pequeno, *o melhor a fazer é ‘abrir um parênteses’ – **sem culpa** – para se dedicar aos filhos, pelo menos, nos seus primeiros anos de vida*<sup>178</sup>. As linhas de força, devidamente organizadas e distribuídas pelas curvas de visibilidade e pelos regimes de enunciabilidade, permitem que estes ditos individuais transformem-se agonisticamente em práticas normativas – afinal, é também esse é o objetivo da norma: tornar o particular universal. A relação entre maternidade e trabalho, transformada em norma, é legitimada com esta explicação: *quem tem dois bebês **geralmente sai de cena por três anos**. Os dois primeiros, para adaptar o primeiro filho à rotina e último, para adaptar o segundo [filho]*<sup>179</sup>. Ou seja, não basta dizer que a mãe deve dispensar sua vida profissional em favor dos filhos: há que ser feita uma explicação plausível, lógica, para tanto.

Neste caso, em especial (de mães que geram um filho quando o outro ainda é pequeno), a revista *Crescer* mostra que há algumas desvantagens para a mãe. Ela *precisará se preparar para enfrentar uma **brutal redução de vida intelectual e profissional, e aceitar que 99% de sua energia estará***

---

<sup>174</sup> MAMÃE, eu quero mamar. In: **Crescer**. São Paulo (SP): Globo, n.º 99, fevereiro, 2002, p. 28. Grifo meu.

<sup>175</sup> Idem. Grifo meu.

<sup>176</sup> UM BEBÊ nos braços e outro a caminho. In: **Crescer**. São Paulo (SP): Globo, n.º 87, fevereiro, 2001, p. 29. Grifo meu.

<sup>177</sup> ALEGRIA em dose dupla. In: **Crescer**. São Paulo (SP): Globo, n. 94, setembro, 2001, p. 48.

<sup>178</sup> UM BEBÊ nos braços e outro a caminho. In: **Crescer**. São Paulo (SP): Globo, n.º 87, fevereiro, 2001, p. 33. Grifo meu.

<sup>179</sup> Idem. Grifo meu.

**comprometida com os cuidados maternos**<sup>180</sup>. Porém, as vantagens parecem ser muitas: *a mãe estará menos ansiosa e mais bem preparada para receber o bebê*; ela também vai poder *aproveitar a infra-estrutura já montada, o que acaba sendo mais econômico*; o filho mais velho, por exemplo, *vai poder escapar da superproteção materna, já que, com dois filhos pequenos, a mulher e vê **forçada** a dividir atenções*; e, quanto ao marido, *findo o período de trabalho braçal mais duro, os irmãos fazem companhia um ao outro e a mulher fica **liberada para lhe dar atenção de novo***<sup>181</sup>.

Esta discursividade sobre a vida profissional da mulher e o conseqüente conflito na forma como ela desenvolve sua maternidade são, aqui, amplamente assinalados. Neste caso, a vida profissional está comprometida com a produção de novos sentidos sobre as qualidades maternas, que dizem respeito ao caráter de predisposição à abdicação. A luta agonística desse dispositivo promove a subversão de sentidos que ligam a realização da mulher ao seu trabalho (neste caso, em favor da realização da maternidade ou no sacrifício que é necessário para seu exercício).

A revista *Veja* ilustra, de maneira clara, esta atitude em Xuxa, destacando os cuidados da apresentadora com sua filha Sasha, na época, recém-nascida; dedicação que se expressa em números: *a presença constante de Xuxa ao lado da menina significou 5 milhões de reais a menos no [seu] faturamento*<sup>182</sup>. Tal esforço mostra que o bebê vale (sic) isso, pois *Xuxa ainda avisou seus agentes que só vai aceitar compromissos que não **afetem** suas funções de mãe*<sup>183</sup>.

Não se pode negar que a atitude de resignação é valorizada a partir de uma dimensão numérica. E é exatamente esta relação de grandeza (tanto aparentemente do gesto, como do dinheiro envolvido nele) que promove a constituição de parâmetros normativos rigorosos entre as práticas maternas. Ao mesmo tempo, as curvas de visibilidade e os regimes de enunciabilidade forçosamente investem na questão da proporcionalidade financeira, partindo da atitude da apresentadora. Não interessa para o sujeito-mãe, portanto, deixar de ganhar cinco milhões de reais em três meses, pois o mais importante

---

<sup>180</sup> Idem, p. 32. Grifos meus.

<sup>181</sup> UM BEBÊ nos braços e outro a caminho. In: **Crescer**. São Paulo (SP): Globo, n.º 87, fevereiro, 2001, p. 33. Grifo meu.

<sup>182</sup> VALE quanto pesa. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1572, 11 de novembro, 1998, p. 46.

<sup>183</sup> Idem. Grifo meu.

é abdicar do campo profissional para que suas funções de mãe não sejam alteradas ou prejudicadas.

Há que se considerar, para tanto, as questões profundamente discriminatórias que aí estão envolvidas e que podem ser entendidas a partir do exemplo da apresentadora e das mães anônimas já referidas. É deste modo que a norma consegue se estabelecer. Como afirma Ewald (1996, p. 86), a norma é “uma medida que simultaneamente individualiza, permite individualizar e ao mesmo tempo torna comparável”. De alguma forma, na relação entre particular e universal, a composição de forças da constituição normativa se organiza, neste dispositivo, de modo a fazer com que a norma aja (ou pareça agir) sobre o sujeito individual, de maneira óbvia, lógica.

É na relação com o coletivo, mais precisamente com a generalização que se faz a partir disso, que se garante o sentido e a possibilidade de verificação desta maternidade à qual a norma se refere. Encontra-se, aí, a possibilidade de se unificar essas individualidades. Seja pela figura de Xuxa, seja pelas mães anônimas trazidas pela revista *Crescer*, fala-se ou murmura-se uma legitimidade em torno da importância e da concreta possibilidade de a norma ser efetuada. Nestes casos, a norma está vinculada à capacidade de sacrifício do sujeito-mãe: renunciando à sua vida profissional, a mãe garante a felicidade dos filhos. Mais uma vez, podem ser aqui caracterizadas as linhas de subjetividade deste dispositivo: cuidado de si como cuidado do outro.

### **Relações entre maternidade e paternidade: produção da norma, instauração de práticas de maternização**

Outra maneira de se estabelecer uma normatividade materna entre os sujeitos-mãe é aquela promovida na relação que os pais estabelecem com as crianças, na maneira pela qual cada um deles (mãe e pai) se relaciona com seus filhos, portanto, o processo comparativo que pode ser operado a partir daí. Na medida em que são postas lado a lado, práticas maternas e práticas paternas ganham visibilidades diferenciadas na mídia e, interessadamente, dessa relação instituem-se ou reiteram-se, assimetricamente, normatividades do dispositivo da maternidade.

Os exemplos de Xuxa e Vera Fischer são, aqui, ilustrativos. Em uma mesma edição, a revista *Caras* mostra duas festas: uma de Xuxa, que celebrava o final do ano (1997) e outra de Luciano Szafir, que comemorava o seu aniversário. A primeira reportagem exibia a festividade da apresentadora e, logo após (na página seguinte, para ser mais exata), a revista mostrava a cobertura feita do aniversário de Luciano Szafir. O engajamento das curvas de visibilidade e dos regimes de enunciabilidade (que, de modo algum pode ser dito que é de autoria exclusiva da revista em questão) é facilmente entendido: se a festa de Xuxa foi oferecida apenas a *amigos e membros da sua equipe de trabalho*, evidenciando uma *comemoração íntima e informal*<sup>184</sup>, a de Luciano contava com *1000 convidados*<sup>185</sup>; se na de Xuxa *as lembranças [da gravidez] foram o ponto alto da festa*<sup>186</sup>, a de Luciano serviu, na verdade, como *laboratório para a discoteca que Luciano vai inaugurar (...) na badalada região dos Jardins [em São Paulo]*<sup>187</sup>. Se, *sem Sasha, Xuxa acabou ficando na festa menos de três horas – o intervalo entre uma mamada e outra da filha*<sup>188</sup>; Luciano *deve ter dançado até o amanhecer*<sup>189</sup>. Se na festa de Xuxa seus convidados, *Marlene Mattos e membros da equipe, usaram camiseta com fotos da apresentadora grávida*<sup>190</sup>, na festa de Luciano, o *uniforme* era visto em *garotas usando vestidos estampados com a marca de uma vodca*<sup>191</sup>.

Ainda mesma edição da revista *Caras*, acima referida, mostrava-se duas outras festas. Porém, agora, referia-se a do aniversário de Gabriel, filho de Vera Fischer e Felipe Camargo (no caso, uma promovida pela atriz e a outra pelo ator). As frases que dão destaque aos eventos são distintas: **Paizão em tempo integral, o ator participou das brincadeiras propostas pelo animador** [da festa]. *Felipe não apenas se transformou em palhaço (...), como ajudou Gabriel*

---

<sup>184</sup> UM GRANDE ano para Xuxa. In: **Caras**. São Paulo (SP): Caras, ed. 268, ano 7, n.º 1, 1 de janeiro, 1999.

<sup>185</sup> LUCIANO comemora 30 anos. In: **Caras**. São Paulo (SP): Caras, ed. 268, ano 7, n.º 1, 1 de janeiro, 1999.

<sup>186</sup> UM GRANDE ano para Xuxa. In: **Caras**. São Paulo (SP): Caras, ed. 268, ano 7, n.º 1, 1 de janeiro, 1999.

<sup>187</sup> LUCIANO comemora 30 anos. In: **Caras**. São Paulo (SP): Caras, ed. 268, ano 7, n.º 1, 1 de janeiro, 1999.

<sup>188</sup> UM GRANDE ano para Xuxa. In: **Caras**. São Paulo (SP): Caras, ed. 268, ano 7, n.º 1, 1 de janeiro, 1999.

<sup>189</sup> LUCIANO comemora 30 anos. In: **Caras**. São Paulo (SP): Caras, ed. 268, ano 7, n.º 1, 1 de janeiro, 1999.

<sup>190</sup> UM GRANDE ano para Xuxa. In: **Caras**. São Paulo (SP): Caras, ed. 268, ano 7, n.º 1, 1 de janeiro, 1999.

<sup>191</sup> LUCIANO comemora 30 anos. In: **Caras**. São Paulo (SP): Caras, ed. 268, ano 7, n.º 1, 1 de janeiro, 1999.

na brincadeira do cabo-de-guerra<sup>192</sup>. Em relação à atriz, privilegia-se o fato de que *ela usou um conjunto de calças com franjinhas e colete marrons e um chapéu de caubói. Contente com o sucesso de sua última tatuagem removível, no seio direito, Vera Fischer decalcou um novo desenho no braço esquerdo*<sup>193</sup>. Na festa promovida pelo pai, este ocupou-se em dispensar os *tradicionais fotógrafos de festinhas infantis para ter o prazer de registrar todo o evento*<sup>194</sup>. Já na festa promovida pela mãe, diz-se que ela *bailou com as amigas num grupo que ela chamou de Las Muchachas. Juntas dançaram axé music e, animadíssimas, encararam até o hit 'carrinho de mão'*<sup>195</sup>. Tal comportamento é registrado também pela revista *Veja*, ao pontuar que *os amigos ficaram chocados com o comportamento da atriz, que julgaram impróprio para a ocasião*<sup>196</sup>.

Se, no caso de Xuxa a figura do pai serve para reforçar sua maternidade responsável, comprometida e afetuosa, no de Vera Fischer, a figura de Felipe Camargo serve para caracterizá-la como desajustada, para transformá-la em sujeito-mãe inadequado, não-desejável. A questão afetiva é privilegiada na festa de Xuxa, na exaltação de sua filha que se faz durante todo o tempo. Na de Vera Fischer, porém, destaca-se o caráter festivo, despreocupado, que, semelhantemente, marca também aquelas matérias que falam de sua dependência química. Neste dispositivo, não há, portanto, um completo apagamento da figura paterna. Antes disso, trata-se de dar visibilidade e enunciabilidade a esta figura, na medida em que seu comportamento pode ser usado para pôr em funcionamento a normatividade materna.

Há que se considerar que sobre o sujeito-mãe é direcionada uma carga maior de responsabilidade e afeto para com os filhos – comparativamente à figura do pai. Esta constatação adquire visibilidade e enunciação como pertencente ao campo normativo deste dispositivo, como constitutiva de um padrão de maternidade. Nem por isso, a figura paterna deixa de ganhar destaque ou mesmo é apagada. Pelo contrário, sua presença é exigida em

---

<sup>192</sup> FELIPE Camargo celebra Gabriel. In: **Caras**. São Paulo (SP): Caras, ed. 268, ano 7, n.º 1, 1 de janeiro, 1999. Grifo meu.

<sup>193</sup> A ALEGRIA de Vera Fischer. In: **Caras**. São Paulo (SP): Caras, ed. 268, ano 7, n.º 1, 1 de janeiro, 1999.

<sup>194</sup> FELIPE Camargo celebra Gabriel. In: **Caras**. São Paulo (SP): Caras, ed. 268, ano 7, n.º 1, 1 de janeiro, 1999.

<sup>195</sup> A ALEGRIA de Vera Fischer. In: **Caras**. São Paulo (SP): Caras, ed. 268, ano 7, n.º 1, 1 de janeiro, 1999.

certos momentos para que se possa constantemente atualizar a normatividade materna. A partir da busca por objetivações – característica do dispositivo da maternidade –, só há sentido em mostrar a dedicação do ator Felipe Camargo porque, assim, o dispositivo traça e captura o sujeito individual Vera Fischer, enquadrando-a como uma maternidade fora do padrão. É, pois, no confronto entre maternidade e paternidade (ou das responsabilidades que são cabíveis a cada um) que a norma pode também encontrar meios de garantir sua legitimidade, bem como se mostrar volátil e elástica para se afirmar.

Em comparação com o sujeito-pai, há um privilégio sobre o sujeito-mãe no que diz respeito às características de responsabilidade, zelo, cuidado e afeto intenso em relação a seus filhos (privilégio que é insistentemente produzido pelo próprio dispositivo). É este, pois, um dos objetivos da norma neste dispositivo: assegurar e manter a relação assimétrica entre as funções dirigidas aos indivíduos-mães e àquelas dirigidas aos indivíduos-pai. No exemplo de Vera Fischer, o ato de mostrar a amorosidade do pai com o filho, os cuidados dispensados por ele à criança, faz com que esta maternidade da qual Vera Fischer torna-se sujeito seja, de algum modo, desmerecida, desconsiderada e julgada (na medida em que, assim, ela é enfatizada como desajustada e irresponsável). Aqui, faz-se da atitude paterna a anormalidade materna. Pelo mesmo motivo, no caso de Xuxa, Luciano Szafir é que é marcado por esta lógica produzida pelo dispositivo. Ou seja, de maneira oposta, faz-se da atitude paterna, a normalidade materna (da apresentadora).

A ausência da figura paterna pode dizer respeito a uma forma de o sujeito-mãe reforçar e revigorar as características que lhes são atribuídas por este dispositivo. Semelhante estratégia pôde ser analisada na questão dos estados de anormalidade antes referidos. Ao fazer ver e dizer a ausência do pai na criação dos filhos, esse dispositivo coloca em funcionamento outras maneiras pela quais o sujeito-mãe pode ter sua maternidade potencializada. Assim, as mães-de-filhos-sem-pai são enunciadas como *provedoras, educadoras, fonte única de afeto para seus filhos e além de enfrentarem um certo preconceito social, encaram uma jornada pesada, econômica e emocional, na batalha para dar um futuro digno para os filhos*<sup>197</sup>. O tom quase épico, grandioso do gesto e da atitude da mãe, restaura e fortalece sentidos sobre

---

<sup>196</sup> CAPÍTULO médico. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1512, 10 de setembro, 1997, p. 102.

<sup>197</sup> MÃES de filhos sem pais. In: **Crescer**. São Paulo (SP): Globo, n.º 93, agosto, 2001, p. 34.

abnegação, esforço e diligência de atitudes maternas. A ausência paterna marca, paradoxalmente, uma presença, seja porque acionada pelas linhas de força, seja porque colocada em discurso para que, deste modo, o sujeito-mãe ganhe formas diferenciadas de visibilidade e enunciabilidade.

Mães-de-filhos-sem-pai correspondem também a sujeitos que são enunciados como mulheres *chefes de família que ficaram viúvas, separaram-se dos maridos, desconstruíram-se de seus parceiros ou que resolveram ceder ao apelo da maternidade e partiram para a criação de uma 'produção independente'*<sup>198</sup>. Aliadas às linhas de subjetividade deste dispositivo, as linhas de força incitam, produzem a fala de tais mulheres. Uma destas mães diz: *percorri um longo caminho até parar de sofrer com dúvidas em relação à educação das crianças e outras coisas*<sup>199</sup>. Ademais, as linhas de subjetividade permitem ainda que elas se voltem para si mesmas e tornem *suas mágoas e dores alavancas para o seu crescimento e desenvolvimento*<sup>200</sup>.

Tais enunciações mostram a engajamento e o envolvimento do dispositivo da maternidade em fazer com que esta ausência do pai possa efetivamente tornar-se algo quase desejável. Constituídas como objetos a serem vistos e falados, as modalidades maternas tratam de caracterizar a ausência do pai com um certo otimismo. Afinal, deste modo, são promovidas formas pelas quais o sujeito-mãe pode encontrar condições de tornar-se melhor. Nesse sentido, sim, há um apagamento da figura paterna: no que diz respeito às responsabilidades para com os filhos/as e, mais importante, esse apagamento torna preciso o modo através do qual o discurso se encarrega de construir uma lógica de conveniência e consolação para isso.

Por mais que a ausência paterna venha reforçar enunciados da normatividade materna, ela pode servir também como elemento de composição para uma anormalidade das práticas do sujeito-mãe. No caso da modelo Luciana Gimenez, a figura do pai não age sobre sua maternidade numa relação comparativa, mas instaura-se a normatividade a partir da forma como ela escolheu ter, com ele, seu filho Lucas.

Esses aparatos de visibilidade são incansáveis ao buscar caracterizar Luciana Gimenez como “anormal”, colocando em dúvida a maneira como ela

---

<sup>198</sup> MÃES de filhos sem pais. In: **Crescer**. São Paulo (SP): Globo, n.º 93, agosto, 2001, p. 34.

<sup>199</sup> Idem. Fragmento da fala de Diana Kinch, mãe adotiva de Paul, de 11 anos; Daniel, de 10; Joseph, de 6; Simon, de 3 e; Beatrice, de 3.

<sup>200</sup> Idem, p. 36.

exerce a prática materna, partindo da relação que ela (Luciana) e seu filho (Lucas) estabelecem com o cantor inglês Mick Jagger. Há, assim, uma espécie de tensão constante nas entrevistas que a apresentadora presta às revistas. A modelo parece buscar enfatizar o seu caráter de boa mãe e, ainda, mostrar o quanto o cantor é presente em sua vida e na do filho. Ao mesmo tempo, as revistas sutilmente parecem querer colocá-la à prova, fazendo-lhe perguntas irônicas.

Alguns diálogos podem ser ressaltados. Ao ser questionada sobre *como funciona sua rotina de mãe*, Luciana responde: *fico o máximo de tempo possível com Lucas. Procuo estar com ele no café da manhã, jogar bola, brinco na pracinha, leio historinhas para ele, assisto a vídeos, dou banho, limpo, troco. Sou mãezona mesmo*<sup>201</sup>. A revista indaga: *Mick dá opinião na educação dele? E Luciana diz: é lógico! É pai*. Quando perguntada sobre o que ela fala a Lucas quando este pergunta pelo pai, a modelo responde buscando marcar o caráter de normalidade em suas relações: *[Lucas] não pergunta muito. Mick já fala na possibilidade de ir ao Brasil. Eu me desdobro para ir a Londres, então ele terá de ceder um dia. Ele [Mick Jagger] até já está pedindo para ficar temporadas com o Lucas. Rapidamente desconverso. Mas sei que ele tem o direito*. Busca-se, ainda, deslindar a relação entre pai, filho, família: *você gostaria que ele freqüentasse a casa dos irmãos?* A modelo responde: *isso já está acontecendo. É lógico que, quando crescer, vou ouvir ‘Mãe, estou indo para a casa do meu pai.’ Ou ‘Vou viajar com meus irmãos’*. Insistentemente, pergunta-se: *então Lucas conhece os irmãos? Sim e é querido por todos*. Por fim, a revista pergunta se Luciana Gimenez acredita em casamento. A apresentadora responde afirmativamente e ao completar sua resposta diz que ainda pensa em encontrar uma pessoa bacana (sic) para casar. A entrevista é finalizada com a seguinte questão: *e essa pessoa tem que ser famosa e rica?*

O princípio básico da norma é ordenar os sujeitos e suas práticas, enunciá-los de uma forma ou de outra para que se possa efetuar o enquadramento de cada um deles. Deste modo, há um constante apelo à hierarquização das práticas maternas, à afirmação do que “vale mais” e do que “vale menos”. Isso não se dá, porém, de uma forma tranqüila e ordenada. Afirmando que se produzem agonisticamente objetivações de práticas maternas

---

<sup>201</sup> ‘TENHO um Mick Jagger só para mim’, diz Luciana Gimenez. In: **Caras**. São Paulo (SP): Caras, ed. 412, ano 9, 2001. As citações seguintes deste parágrafo correspondem à mesma matéria.

também porque no espaço do dispositivo da maternidade há movimentos de luta e resistência incessantes para a afirmação de sentidos fixos. Há lutas e combates dos sujeitos contra (ou a favor) da sua colocação em discurso, da sua ligação a esta ou àquela identidade. Se Luciana Gimenez faz questão de demarcar o quanto é boa mãe, as curvas de visibilidade e os regimes de enunciação deste dispositivo organizam-se de modo que fique eminente o quanto sua qualidade materna é afetada pelo modo como ela escolheu conceber o filho, isto é, pelo insistente destaque que é dado à sua maternidade-negócio.

Em outro caso, se Xuxa é capaz de tornar-se sujeito de uma maternidade normativa, promove-se sua colocação em discurso também como algo não plenamente desejável. Xuxa também se torna exemplar de uma anormalidade materna pelo fato de ter escolhido o pai de sua filha como um *mero reprodutor*<sup>202</sup>. De forma semelhante, em sua condição de mãe famosa e extremada, de algum modo ela é sujeito de um discurso fora do padrão, desordenado à normatividade materna, já que a norma é constituída a partir de uma média (Ewald, 1996), não se podendo atingir os extremos. O que excede à norma será, aqui, instaurado e diagnosticado a partir da tensão promovida com a normatividade de um dispositivo da infantilidade. Ao sujeito-mãe são exigidos cuidados em relação a seus filhos, porém estes cuidados não podem colidir com uma normalidade desejável ao infantil. Assim, em relação à filha de Xuxa afirma-se:

*Sasha é constantemente exposta à curiosidade pública, em programas de televisão e fotos de revistas. No dia-a-dia, porém, vive **isolada**. Ela **raramente sai de casa e nunca frequenta praças ou parques**, nem mesmo em companhia das babás e dos dois seguranças encarregados de seu bem-estar. Às vezes outras crianças, em geral filhos de artistas, vão brincar com ela. Quando precisa de médico, a consulta é em domicílio. Idem com as aulas de natação, feitas na piscina aquecida que Xuxa mandou construir no quarto de 130 metros quadrados que abriga a filha. (...) Sasha acumula no armário 180 pares de sapatos, embora não use mais do que vinte deles. Tem fogão de seis bocas,*

---

<sup>202</sup> O MAIS NOVO Xou da Xuxa. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1526, 17 de dezembro, 1997, p. 108.

*geladeira e máquina de lavar especialmente para seu uso*<sup>203</sup>.

De um modo ou de outro, as linhas de força capturam as tensões para continuamente produzir um discurso normativo sobre maternidade. As enunciações, constantemente tensionadas por diferentes dispositivos, entram em disputa para garantirem-se como verdadeiras, como legítimas. Os sujeitos, porém, não são capazes de se assujeitarem a discursos únicos, mas, sim, a múltiplos. A mãe inteiramente sujeitada à norma é, pois, fictícia. É justamente a fragmentação do sujeito que garante condição de possibilidade para que a prática agonística de objetivação deste dispositivo não pare, não cesse de tentar capturar os sujeitos que enuncia.

Ainda sobre o caso de Luciana Gimenez e da forma como sua maternidade é enunciada nas revistas, resalto dois fragmentos de duas diferentes reportagens: *quem diria que Mick Jagger, com mais de três décadas de tarimba nas estradas da vida fosse se enrolar numa **encrenca** dessas? Experiente, escaldado, malandro, nada disso **adiantou***<sup>204</sup>. O outro fragmento é relativo ao anúncio do emprego da modelo na *Rede TV!* como apresentadora: *a verdade é que, com um salário de 50.000 reais, ela bem que poderia **desistir** de pedir um aumento de pensão a Jagger*<sup>205</sup>. Junto a esta objetivação da maternidade-negócio, há uma outra questão de ordem política que gostaria de apontar. Sem qualquer juízo sobre a relação específica de Luciana Gimenez (apenas parto dela), pode-se compreender que estas questões sobre pensão alimentícia, *da forma como são enunciadas*, parecem dizer que os valores são calculados *a partir* da mãe e não do filho (e, por isso, maternidade-negócio). Torna-se possível, portanto, colocar igualmente em funcionamento uma lógica segundo a qual o fato de uma mulher receber altos salários a impediria de solicitar ao pai o aumento da pensão *do filho*.

Com efeito, no dispositivo da maternidade, a normatividade materna não é estabelecida somente a partir da relação entre as mães e os pais das crianças, mas, igualmente, a partir da relação homossexual que estas mães podem vir a ter. Este é o caso de Cássia Eller e de sua companheira Maria Eugênia Vieira Martins. Depois da morte da cantora, em 2001, a questão de

---

<sup>203</sup> O REINO de Sasha. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1609, 04 de agosto, 1999, p. 115. Grifos meus.

<sup>204</sup> ELE TENTA, ele tenta. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1582, 27 de janeiro, 1999, p. 114. Grifos meus.

quem ficaria com a guarda judicial da criança entrou em debate. Obviamente, em certos espaços de visibilidade, há enunciações explícitas que atualmente não têm mais condições de efetivamente entrarem na ordem do discurso. Não há como a revista *Veja*, por exemplo, promover afirmações acerca da impossibilidade ou imoralidade de a companheira homossexual da cantora criar o menino. Isso porque há sentidos que entram aí em lutas muito concretas (sentidos, por exemplo, relacionados a discursos feministas, que cada vez mais vêm ganhando legitimidade)<sup>206</sup>.

Contudo, as mesmas revistas resistem em afirmar que Maria Eugênia também é mãe do menino Francisco Eller (Chicão). Por exemplo, assinalam que *Chicão vai ser criado pela **companheira de sua mãe***<sup>207</sup>; que *tal situação [a do pedido de guarda feito por Maria Eugênia] foi recebida com naturalidade, afinal nenhum padrego de periferia ou dona-de-casa puritana ousou manifestar-se contra a **entrega do filho de Cássia Eller a sua companheira lésbica***<sup>208</sup>. Por mais que haja, nesse dispositivo, enunciações que afirmam que mãe não é apenas a biológica, nem todos os indivíduos-mãe podem ser sujeitos dessa lógica. Trata-se, portanto, de enunciações que remetem a enunciados que marcam lugares específicos; lugares que, mesmo sendo vazios<sup>209</sup>, não podem ser ocupados por qualquer sujeito. Maria Eugênia não é chamada de mãe nos textos da revista, mesmo que Cássia Eller, antes de morrer tenha informado: *a guarda do meu filho tem que ser dela, é **ela a mãe***<sup>210</sup>. Da mesma forma, ela não é chamada de mãe da criança embora o menino, certa vez, tenha dito: *eu quero ficar com Eugênia. Já perdi um pai e uma mãe, não quero perder minha outra mãe*<sup>211</sup>.

Se por um lado a revista resiste em chamar a companheira de Cássia Eller de mãe, por outro, ela mesma apresenta as falas do menino e da própria

---

<sup>205</sup> COMO UMA VIRGEM. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1675, 15 de novembro, 2000, p. 156. Grifo meu.

<sup>206</sup> Embora, ainda assim, fosse possível afirmar *que o pai de Cássia Eller tinha **toda a legitimidade** para pleitear a guarda do neto*. Fragmento retirado da reportagem UM PAÍS de diletantes. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1737, 06 de fevereiro, 2002, p. 107.

<sup>207</sup> SEM DISCUSSÃO. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1734, 16 de janeiro, 2002, p. 88. Grifos meus.

<sup>208</sup> UM PAÍS de diletantes. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1737, 06 de fevereiro, 2002, p. 107. Grifos meus.

<sup>209</sup> Refiro-me à afirmação de Foucault (2000) sobre o “lugar vazio” do enunciado, que pode ser ocupado por qualquer indivíduo, desde que se possa, desta forma, afirmar proposições em questão.

<sup>210</sup> DROGAS e agonia no auge da vida. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1733, 09 de janeiro, 2002, p. 81. Grifos meus.

<sup>211</sup> Idem.

cantora referidas acima. A mesma revista dá condição enunciativa à maternidade de Maria Eugênia e também à sua negação. Esta discussão, contudo, não deve ser resumida meramente à questão de autoria da revista, pois não é ela, isoladamente, que suscita essa contradição. O que pode ser evidenciado, sim, é que estes lugares de visibilidade e de enunciação refratam a própria contradição paradoxal do dispositivo. Mais do que isso, mostram a recalitrância do dispositivo: ora resiste a certos enunciados, ora os promove. A partir dessa aparente contradição, o dispositivo da maternidade efetua práticas contínuas de maternização e de normatividades, seja pela negação de ditos, seja pela sua produção.

## **Considerações**

Nesta subseção, procurei argumentar em favor da caracterização do dispositivo da maternidade no que diz respeito à promoção e à instauração da norma sobre as modalidades maternas que ele torna objeto discursivo. Assim, compreendo que há uma constante inter-relação – tal como no caso da constituição de saberes – entre as curvas de visibilidade e os regimes de enunciabilidade e as linhas de força deste dispositivo. Isso ocorre pois dar visibilidade aos sujeitos implica organizá-los e valorá-los e, de algum modo, hierarquizá-los.

Os indivíduos-mãe só podem entrar na ordem do discurso porque se defrontaram com um poder normativo ou tentaram a ele resistir. Tais sujeitos só ganham visibilidade e só podem daí ser enunciados, porque há limites a serem estabelecidos entre as modalidades maternas com as quais eles, invariavelmente, se relacionam. Por exemplo, só tem sentido falar de uma imaturidade da maternidade-adolescente porque há sentidos outros (normativos) que garantem sua anormalidade. Tensionados, os saberes

encontram condições de ora lutar por sua legitimação, ora fragmentar-se para a constituição de novos.

No caso deste dispositivo, discuti que a norma é estabelecida tanto na relação entre as modalidades maternas, como na relação que os sujeitos-mãe estabelecem com seus/suas parceiros/as. Certamente isso é realizado de modo mais amplo – como pôde ser apresentado – porque há elementos menores (micro-elementos) que estão aí envolvidos. Há uma normatividade sobre o corpo feminino, sobre sua predisposição (ou não) à abdicação, à renúncia em favor do filho e até sobre o próprio perfil da mãe. Há inúmeros elementos que efetivamente são capturados pelo dispositivo para que se possa, a partir deles, garantir a normatividade materna.

É esta constituição da norma, pois, que também vai permitir que os sujeitos se coloquem como objetos visíveis. Os sujeitos-mãe constantemente são convidados a falarem de si, mas a falarem preferencialmente de sua busca pela normatividade materna ou sobre a resistência a ela. Evidencia-se, desse modo, que a instauração da normatividade por este dispositivo, de alguma forma, também se relaciona com as linhas de subjetividade e ruptura.

### **5.3 Concepção dos modos de subjetivação**

Nessa subseção, busco discutir de que maneira o dispositivo da maternidade se organiza para promover modos de subjetivação específicos nos sujeitos que enuncia. Caracterizo as *tecnologias do eu* instituídas e organizadas por este dispositivo de modo a possibilitar dois movimentos. Primeiro, o de criar uma lógica na qual o indivíduo-mãe é convidado a voltar-se para si mesmo e considerar que cuidar de si é, pois, cuidar do outro (seu/sua filho/a). O segundo movimento é aquele pelo qual os indivíduos-mãe são levados a se reconhecerem como objetos visíveis a si mesmos e, portanto, a se enunciarem como sujeitos transformados e amadurecidos pela prática materna.

Trata-se de um dispositivo que promove em seus sujeitos uma volta sobre si mesmos, empreendendo procedimentos geralmente para atingir uma certa normatividade materna (ou para mostrar que tal sujeito se afasta dela). Privilegio, para esta discussão, três dessas técnicas. A primeira está relacionada ao modo pelo qual o sujeito-mãe é convidado a controlar-se em suas atitudes. Há que se exigir do sujeito-mãe, portanto, o controle de seus

atos (aquilo que pode falar e em relação a quem pode falar) também sobre seu corpo (sobre os alimentos que pode comer e a quantidade e hora em que deve fazê-lo). Ironicamente, esse processo de autocontrole muitas vezes é gerenciado, vigiado por outra pessoa, geralmente o parceiro.

Após, passo a argumentar em favor da técnica de auto-organização, a qual é sugerida pelo dispositivo. Falo principalmente em relação ao tempo e à sua distribuição. Evidencia-se, aqui, um processo pelo qual a maternidade só poderá ser plena e realizada de maneira eficaz na medida em que o sujeito-mãe se organize para tanto. Para exercer a função que lhe é designada por este dispositivo, é necessário que o sujeito-mãe enuncie a si mesmo como um ser organizado e preparado para enfrentar as inúmeras tarefas que lhes são dirigidas.

Por fim, discuto as formas pelas quais este dispositivo se organiza de modo a promover movimentos em que o sujeito-mãe é conduzido a olhar-se para si mesmo. Constituindo-se como objetos visíveis para si, discuto de que maneiras as mães se enunciam como autoras de seus ditos e de sua maternidade e o quanto tal tarefa está ligada à atualização do próprio dispositivo em questão. Acredito ser esta uma *técnica de si* bastante característica dos aparatos midiáticos, tendo em vista que as formas de visibilidade e enunciação dos sujeitos-mãe exigem que esses se voltem para si e possam enunciar-se, muitas vezes, como exemplos de maternidade. Cabe, então, ao indivíduo-mãe falar sobre si mesmo como sujeito agora modificado, metamorfoseado, *potencializado* pela possibilidade de ser um sujeito-mãe.

As três *tecnologias de si* (controlar-se, organizar-se, enunciar-se) apontam também para o caráter de resistência do dispositivo da maternidade produzido. Há a necessidade de reforçar tais procedimentos com o corpo, assim como dar visibilidade aos ditos criados pelos sujeitos, porque há outros sujeitos-mãe não assujeitados por tais lógicas ou que pretendem delas escapar. Há ainda a necessidade de reiterar a importância de controlar-se, organizar-se e enunciar-se como sujeito transformado nas mais diferentes modalidades maternas, pois assim é possível ao dispositivo capturar outros sujeitos, apesar das mais diversas estratégias de fuga que eles possam encontrar.

## Controlar-se

No dispositivo da maternidade, as linhas de subjetivação traçam e promovem técnicas diversas através das quais o sujeito-mãe é convidado a pensar sobre si mesmo para exercer de forma satisfatória sua prática materna. Nos aparatos de visibilidade em questão, não se trata apenas de evidenciar a importância de desenvolver tais técnicas, mas também de pontuar aquilo que pode, eventualmente, acontecer quando elas não são exercidas. Isso ocorre porque só faz sentido mostrar como essas técnicas são empreendidas por esta ou aquela modalidade materna, à medida que, paralelamente, mostra-se o quanto elas podem ser saudáveis ou prejudiciais ao desenvolvimento da criança. Dar visibilidade e enunciabilidade a estes modos específicos de ser sujeito-mãe é uma das formas que o dispositivo encontra de produzir práticas de maternização.

Dentre estas técnicas das quais falo, o autocontrole nos atos, nas atitudes e no modo de se conduzir é plenamente invocado; mais do que isso, é plenamente aconselhável, para que se possa almejar uma prática materna normativa. Gradativamente, o autocontrole do sujeito-mãe significará uma qualificação da maternidade. O dispositivo da maternidade, por suas linhas de subjetivação, cria uma lógica na qual relaciona a técnica do autocontrole ao cuidado com o outro (o filho).

Até mesmo os pensamentos do sujeito-mãe são alvo de controle. Mesmo grávida, a mulher-mãe é convidada a exercer sobre si um domínio constante em relação àquilo que lhe passa pela cabeça, já que, de alguma forma, isso pode interferir no desenvolvimento do feto. Quando grávida de cinco meses, Xuxa disse: *fico com medo de pensar coisas ruins, de arquear a sobancelha ou ter aquele impulso de gritar. Quando se tem um novo ser dentro da gente, há que se exigir mais responsabilidade, há de se pensar coisas boas*<sup>212</sup>. Tais atitudes evidenciam qualidades de uma prática materna. Este autocontrole aí descrito sobre os pensamentos envolve a subversão de outros que, a princípio, poderiam prejudicar um ideal de maternidade. Ao voltar-se para si mesma e reconhecer-se como sujeito de uma maternidade específica, Xuxa enfatiza a relação entre maternidade e certos valores, certos conceitos

socialmente construídos como bons. Promove-se, assim, a duplicação de uma lógica na qual estes bons pensamentos correspondem a uma prática materna responsável. Tal fato está intimamente ligado a uma visão de infância que deve ser protegida – infância constantemente invocada por este dispositivo.

Torna-se aconselhável que o indivíduo, quando na condição de sujeito-mãe, meça também suas palavras (expressadas em voz alta) e seus gestos. Como presente nessa ordem do discurso, tal sujeito não pode falar qualquer coisa, em qualquer lugar, a qualquer momento. Para falar de um possível relacionamento amoroso, há que se ter uma certa prudência nos ditos. Xuxa afirmava há algum tempo, sobre a especulação em torno de um possível caso amoroso: *Não é um caso, como chegaram a falar e sim um namoro (...) Mas tenho uma filha, não quero ficar falando em público*<sup>213</sup>.

Quando a revista *Crescer* entrevista mulheres de diferentes idades (de dezoito, vinte e um, vinte e cinco, trinta e trinta e nove anos), em que *todas elas contam como a maternidade mudou suas vidas (...) diante de um novo amor: o filho*<sup>214</sup>. A mãe de 25 anos informa: *tive que alterar totalmente a minha maneira de vestir e de falar – risquei os palavrões do vocabulário. E ensino conceitos religiosos para as crianças*<sup>215</sup>. Trata-se então do empreendimento de uma outra gramática, uma outra forma de se conduzir e de se comportar positivada pela maternidade. No ato de ter que medir as palavras, os sujeitos deste dispositivo indicam, paralelamente, a necessidade de um certo comedimento como fator de transformação de si. Os sujeitos, agora transformados pela prática materna e comedidos em suas atitudes, são evidenciados como sujeitos melhores, mais tranquilos, serenos e responsáveis. A mãe em questão diz ainda que considera tais mudanças como os *pontos positivos*<sup>216</sup> da maternidade.

Não é apenas em relação ao vocabulário que há de se ter um autocontrole, por exemplo, o sujeito-mãe também deve saber controlar sua ansiedade. Para a mãe-de-gêmeos é necessário um domínio sobre os sentimentos, pois isso intervirá no cuidado com as crianças. A revista *Crescer*

---

<sup>212</sup> XUXA MENEGHEL vai às compras. In: **Caras**. São Paulo (SP): Caras, ed. 221, ano 5, n.º 5, 30 de janeiro, 1998.

<sup>213</sup> XUXA: 'eu estou namorando'. In: **Caras**. São Paulo (SP): Caras, ed. 450, ano 0, n.º 25, 21 de junho, 2002.

<sup>214</sup> **MÃES: histórias que a vida conta. In: Crescer. São Paulo (SP): Globo, n.º 86, janeiro, 2001, p. 40.**

<sup>215</sup> **Idem.**

<sup>216</sup> **Idem.**

indica que, neste caso, *o importante é saber administrar a ansiedade de querer fazer tudo ao mesmo tempo*, e adverte: *Vamos falar com franqueza: é impossível*<sup>217</sup>. O autocontrole é o que permite com que as tarefas saiam bem-feitas. Quando isso não acontece, ou seja, quando o autocontrole não é realizado, não apenas o sujeito-mãe ou a criança saem prejudicados, mas também a prática materna fica comprometida – e isso é sempre importante de ser assinalado. Por exemplo, logo que Sasha nasceu e foi para casa, *a menina chora[va] sem parar, de cólicas*<sup>218</sup>. *A reação de Xuxa era de chorar junto, de desespero*<sup>219</sup>. O que aconteceu? *O abatimento reduziu a quantidade de leite materno*<sup>220</sup>. A falta do autocontrole prejudicou o cuidado com a amamentação e, conseqüentemente, o cuidado com a filha.

Mesmo antes de engravidar, o sujeito-mãe deve ter o domínio sobre si. A revista *Crescer* adverte: *Se você pretende ficar grávida em breve e está com alguns quilinhos acima do seu peso, avalie com seu médico a necessidade de emagrecer antes de encomendar o bebê*<sup>221</sup>. Afirmo ainda a revista que *esta é a atitude mais sensata, pois infelizmente muitas [mulheres] só despertam para os problemas ligados aos maus hábitos alimentares quando o bebê já está a caminho*<sup>222</sup>. Assim, as linhas de subjetivação buscam capturar o sujeito no sentido da prudência, da previsão e, claro, do controle que ele deve exercer sobre seu corpo mesmo antes de engravidar, para ser um sujeito-mãe normativo deste dispositivo: controle que, neste caso, circula através da mera possibilidade de a mulher vir a se tornar mãe. O dispositivo da maternidade compõe, assim, um sentido em que o sujeito há que se reconhecer como fonte manifesta de problemas e riscos.

É possível entender o quanto o corpo é alvo das linhas de subjetivação que o constroem como efeito de um conjunto de técnicas de si. É sobre o corpo que se organizam sentidos pelos quais o sujeito-mãe é capaz de transformá-lo, modificá-lo, atuar sobre si mesmo em virtude de uma prática materna normativa. Há uma ligação profunda entre corpo feminino, corpo materno e maternidade. Seja como fonte de alimento, seja como subsistência do feto,

---

<sup>217</sup> ALEGRIA em dose dupla. In: **Crescer**. São Paulo (SP): Globo, n. 94, setembro, 2001, p. 48.

<sup>218</sup> CHORO daqui, choro de lá. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1566, 30 de setembro, 1998, p. 121.

<sup>219</sup> Idem.

<sup>220</sup> Idem.

<sup>221</sup> O DESAFIO do excesso do peso. In: **Crescer**. São Paulo (SP): Globo, n.º 89, abril, 2001, p. 20.

<sup>222</sup> Idem.

inúmeras prescrições são feitas à mãe para que ela efetivamente entenda que esse corpo não é só seu, tendo em vista que é do controle desse corpo que vai depender a saúde de seu filho.

*A quantidade de calorias ingeridas não deve ser a única preocupação da gestante. A qualidade de sua alimentação é fundamental para garantir ao bebê um desenvolvimento adequado*<sup>223</sup>. Isso significa *dar preferência aos alimentos in natura, montar pratos coloridos, já que a cor dos alimentos está relacionada com os nutrientes que eles possuem*<sup>224</sup>, ou seja, *comer várias vezes ao dia em pequenas quantidades, beber bastante água e começar as refeições com as saladas, o que sacia a fome antes de chegar aos pratos mais calóricos*<sup>225</sup>. *Vitaminas não engordam e sua carência pode ser prejudicial ao bebê*<sup>226</sup>. Trata-se de enunciações que certamente poderiam ser perfeitamente deslocados para qualquer revista de cuidados com o corpo feminino. Aqui, porém, esses cuidados são propostos em nome de uma qualidade nutricional ligada ao feto e a seu desenvolvimento.

Pode acontecer de esta informação (da dependência de um corpo que não é só seu) não ser suficiente. Para tanto, o dispositivo organiza sentidos nos quais o controle do corpo deve ser realmente efetuado, seja em nome do filho, seja em nome de uma feminilidade exigida. Recomenda-se que, na gravidez, a mãe faça exercícios físicos, pois eles seriam *ótimos aliados no combate aos quilinhos extras*<sup>227</sup>, eles também *queimam a gordura e aumentam a massa muscular*<sup>228</sup> e *de quebra contribuem para relaxar, diminuem a ansiedade e trabalham a consciência corporal*<sup>229</sup>. Há que se exigir o controle, primeiro em nome do filho e depois em nome de si mesma.

Outra modalidade materna, que talvez possa ser chamada de finalmente-mães, corresponde àquelas mulheres que depois de longas tentativas fracassadas, resolveram *dar uma ajuda à natureza*<sup>230</sup> e efetuar a fertilização *in vitro*; também esta modalidade mostra o cuidado de si como cuidado do outro. Uma dessas mães, Jussara Fleury, de 37 anos, afirma: *a*

---

<sup>223</sup> Idem, p. 23.

<sup>224</sup> Idem. Grifo da revista.

<sup>225</sup> Idem.

<sup>226</sup> Idem.

<sup>227</sup> O DESAFIO do excesso do peso. In: **Crescer**. São Paulo (SP): Globo, n.º 89, abril, 2001, p. 20.

<sup>228</sup> Idem.

<sup>229</sup> Idem.

<sup>230</sup> FINALMENTE mães. In: **Crescer**. São Paulo (SP): Globo, n.º 90, maio, 2001, p. 52.

*expectativa era enorme, mas a notícia de uma dupla gravidez foi maior ainda. Eu tinha perdido um bebê e ganharia dois. Tratei de segurá-los, seguindo com o maior cuidado todas as recomendações médicas*<sup>231</sup>. Ela informa quais eram tais recomendações: *não subir escadas, evitar caminhadas longas, ficar de repouso nos últimos quatro meses*<sup>232</sup>. E finaliza: *não importava, eu só pensava no prazer [que ela ainda não conhecia] de ser mãe*<sup>233</sup>. Ainda assim, uma das outras mães afirma que, mesmo ansiosa para o parto, nos últimos dias de gravidez teve que se acalmar pois sabia que *um dia a mais no útero* [significava para seu filho] *um dia a menos na incubadora*<sup>234</sup>. Natural e artificial aqui entram em tensão, em luta, para a produção de práticas de maternização. Se, por um lado, o fato de realizar uma fecundação em laboratório pode servir como argumento para comprovar a tendência da mulher a ser mãe; por outro, a incubadora é encarada como uma possibilidade artificial (em detrimento do útero, abrigo natural do bebê) de subsistência do feto e, portanto, não desejável. Ao reconhecer o corpo materno como *locus* acolhedor natural de um feto, a mãe é tida e vista por si mesma como responsável por “segurar” os filhos em seu ventre.

Interessa também propor a forma determinada de um corpo: um corpo saudável, dependente do modo como o sujeito-mãe o conduz. Se, durante a gravidez, aquilo que a mãe faz com o corpo é importante para o bom desenvolvimento do feto ou para sua subsistência, no caso das mães que já pariram seus filhos, aquilo que elas fazem com seu corpo pode estar relacionado com o desenvolvimento saudável da infância de suas crianças.

No caso da atriz Vera Fischer, o autocontrole de seus atos está referido, principalmente, ao problema da dependência química. A revista que mostra um dos momentos em que a atriz se enclausurou em uma clínica para dependentes, destaca em letras sobressalentes: *Para não perder o direito de visitaçao do filho Gabriel, ela não brinca o carnaval e retoma o tratamento na clínica*<sup>235</sup>. A atriz informa: *é importante estar aqui esta época do ano. O Carnaval é muito tentador e na clínica não tenho contato com esta festança*<sup>236</sup>.

---

<sup>231</sup> Idem. Grifos meus.

<sup>232</sup> Idem.

<sup>233</sup> Idem.

<sup>234</sup> Idem, p. 53.

<sup>235</sup> O RETIRO de Vera Fischer. In: **Caras**. São Paulo (SP): Caras, ed. 225, ano 5, n.º 9, 27 de fevereiro, 1998.

<sup>236</sup> Idem.

Foi por *livre e espontânea vontade*<sup>237</sup> que a atriz aportou na clínica de reabilitação, *desistindo de todos os planos*<sup>238</sup> daquele carnaval. Tal espaço foi dedicado também a uma espécie de reforço para suas aulas de ‘*acertividade*’, *que consistem em ‘aprender a dizer ‘não’ aos prazeres proibidos*<sup>239</sup>. Acrescenta, ainda, a diretora da clínica, a respeito de Vera: *ela é muito corajosa e tem predisposição para mudanças, acho que em pouco tempo estará definitivamente equilibrada e pronta para uma nova luta* [no caso, para um outro pedido de guarda judicial de seu filho]<sup>240</sup>. O cuidado de si significa o dizer não às tentações, às drogas, pois isso significará que a atriz está disposta a viver uma vida mais regrada e tranqüila e, igualmente, que ela agora pode vir a ter condições de cuidar de seu filho: maternidade e drogas; cuidado de si como cuidado do outro.

Trata-se aqui também de uma relação agonística consigo mesmo (instaurada a partir das linhas de força), em que se deve lutar ativamente contra os prazeres proibidos. Em relação aos gregos, Foucault afirma que “somente instaurando, em relação aos prazeres, uma atitude de combate, é que se pode conduzir-se moralmente” (Foucault, 1998, p. 62). De fato, nesse dispositivo, há um entrelaçamento entre técnicas de si e um código moral que, então, lhe dá sustentação. Mais do que isso, certas técnicas de si vêm a constituir-se elementos do código moral desse dispositivo, de forma que a maneira como os sujeitos-mãe conduzem a si mesmos irá afirmar ou não uma “moralidade em seus comportamentos” (Idem).

A cantora Cássia Eller perguntada se havia parado com as drogas por causa do filho, responde:

*Eu cheirava muita cocaína. Parei total, graças a Deus. Fiquei um tempo sem beber também, e isso me fez bem. Não foi nem exatamente por causa de Chicão que eu parei, meu corpo não estava mais agüentando. Durante a gravidez, parei porque, milagrosamente, enjoei de cigarro, café, maconha, de tudo. Aí o Chicão nasceu, amamenteei e depois caí na farra de novo*<sup>241</sup>.

Pressupõe-se que seria por causa da criança que ela teria parado com as drogas. Tendo em vista que isso não foi evidenciado, busca-se assinalar que o motivo pelo qual o sujeito-mãe temporariamente tornou-se saudável não está

---

<sup>237</sup> Idem.

<sup>238</sup> Idem.

<sup>239</sup> Idem.

<sup>240</sup> Idem.

relacionado com o seu filho ou com o fato de estar grávida. É necessário tal movimento, operado pelo sujeito que enuncia a si mesmo, já que a gravidez é um campo no qual o dispositivo da maternidade articula inúmeros saberes, inúmeros cuidados. Porém, é possível que o sujeito-mãe resista, escape, fuja dessa forma de dominar seus comportamentos e seu corpo em nome do filho, desde que evidencie, enuncie que assim o faz. Já que é importante para este dispositivo que o sujeito seja capaz de enunciar-se, as curvas de visibilidade e os regimes de enunciabilidade mostram o caminho e os critérios pelos quais ele deve ver-se, dizer-se e julgar-se. Ao enunciar que “não foi exatamente por Chicão” que ela parou com as drogas, Cássia Eller faz de si mesma objeto visível, avalia o que já foi avaliado, julga o que já foi julgado, externalizando uma atribuição de valor em seus atos que foi antecipadamente composta pelas linhas de força deste dispositivo (principalmente aquelas ligadas à composição da norma).

Ironicamente, há momentos em que mesmo o autocontrole do sujeito-mãe deve ser controlado. Ao parceiro ou pai da criança, cabe esta tarefa. Em um evento de Carnaval que levava o seu nome (“Carnaxuxa”), a apresentadora, *após consultar a pediatra*<sup>242</sup>, comandou um baile de carnaval. Xuxa, então grávida de quatro meses, revelava-se uma gestante que *não demonstra[va] cansaço, nem indisposição, sintomas comuns ao início de uma gestação*<sup>243</sup>. Assistindo à *performance da mulher*<sup>244</sup>, Luciano Szafir avisa aos repórteres: *Não acho que ela está pulando muito. Está comportada. De qualquer maneira, fico por aqui, regulando*<sup>245</sup>.

A propósito de Vera Fischer e da internação que fez para manter a guarda de seu filho, o ex-marido Felipe Camargo dá uma entrevista exatamente na mesma edição da revista *Veja*, dizendo: *é claro que se ela estivesse ótima, se tratando, não pediria a suspensão da visita. Poderíamos entrar em um acordo mais brando. Ela, porém, só entende as coisas desta maneira*<sup>246</sup>. O sujeito-pai é um dos que tem legitimidade para controlar e vigiar se o autocontrole da mulher está efetivamente sendo realizado. É ainda o

---

<sup>241</sup> DROGAS e agonia no auge da vida. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1733, 09 de janeiro, 2002, p. 80.

<sup>242</sup> XUXA comanda baile dos baixinhos. In: **Caras**. São Paulo (SP): Caras, ed. 225, ano 5, n.º 9, 27 de fevereiro, 1998.

<sup>243</sup> Idem.

<sup>244</sup> Idem.

<sup>245</sup> Idem. Grifo meu.

sujeito-pai que insiste em domesticar a mulher e contribuir para que ela compreenda que somente desta forma sua prática materna pode ser desenvolvida plenamente. Felipe Camargo acrescenta: *desde que ganhei a guarda de Gabriel só consegui coisas positivas para todas as nossas vidas. O Gabriel está ótimo, saudável, virou uma criança mais serena, (...) e a Vera deu o primeiro passo para curar a dependência química*<sup>247</sup>. O fato de a criança ter se afastado da mãe drogada permitiu que o menino tivesse se tornado mais sereno, tranqüilo. Do mesmo modo, ao buscar “conscientizar” a mãe da importância desse equilíbrio, o sujeito-pai instaura sentidos que a conduzem a uma melhoria. Há que se promover assim uma suposta “conscientização” dos sujeitos, de que aquilo que ele faz com seu corpo interfere na sua prática materna, seja positiva, seja negativamente. O importante é assinalar, constantemente, o quanto práticas do corpo feminino continuam em relação com práticas do corpo materno.

## **Organizar-se**

No processo de organizar-se estão envolvidas estratégias nas quais cria-se o sentido de que, assim procedendo, o sujeito-mãe terá uma capacidade maior de desenvolver uma prática materna normativa. A faculdade de organizar-se, quando plenamente desenvolvida e desempenhada, faz com que a prática materna se torne potencializada. Tal fato é encarado positivamente por este dispositivo, na medida em que suas linhas de subjetivação desenvolvem os meios para que o sujeito-mãe se volte para si mesmo, olhe ao seu redor e perceba o quanto as ações vinculadas ao ato de estar plenamente organizado no tempo e nas atividades podem ser benéficas para o crescimento de seu filho/a.

Nessa discussão, um tema que ganha centralidade é a organização entre atividades maternas e trabalho. Há uma constante tensão enunciada pelo sujeito que avalia a si próprio em relação às atividades que deve desenvolver como mãe e como profissional. Xuxa diz: *Depois do parto, achei que conseguiria fazer tudo, regime, ginástica, trabalhar e ainda ser mãe*

---

<sup>246</sup> FELIPE CAMARGO em luta pelo filho. In: **Caras**. São Paulo (SP): Caras, ed. 225, ano 5, n.º 9, 27 de fevereiro, 1998.

*dedicada. Não dá para conciliar trabalho e amamentação ou passar as noites dando atenção para a minha filha e, no dia seguinte, acordar bem-disposta*<sup>248</sup>. A mãe-de-29-anos afirma: *Antes de engravidar, eu trabalhava na loja de uma amiga, mas quando Diogo nasceu, parei para cuidar dele. Vou recomeçar agora, em outra loja, mas das 16horas às 22horas. Não quero mexer na vidinha deles*<sup>249</sup>. Há alguns prejuízos nesta mudança: *Não vou poder mais jantar com o meu marido, mas prefiro abrir mão disso para poder continuar mais perto dos meus filhos*<sup>250</sup>. Trata-se da busca por fixar sentidos entre prática materna e trabalho e a incongruência entre as duas. Assim, ao constantemente ser colocada em questão por estas mulheres, a relação entre trabalho e a maternidade – evidenciada através de seus exemplos individuais (pertencentes à classe média e alta) – está implicada muitas vezes de modo negativo ou prejudicial à prática materna. O fato é que se colocam lado a lado duas práticas de ordens diferentes e cria-se um valor correspondente entre elas.

A mãe-de-39-anos afirma: *Acho muito difícil conciliar filho e trabalho quando se prioriza o primeiro*<sup>251</sup>. Tais enunciações permitem que o sujeito-mãe possa afirmar: *se eu tivesse que escolher entre marido e filho, não teria dúvida: ficaria com o segundo. O homem percebe isso, não deve ser agradável ficar em segundo plano*<sup>252</sup>. Como é possível estabelecer uma relação comparativa entre maternidade e trabalho e, posteriormente, entre maternidade e casamento?

O que fazer nos horários livres é também tema e motivo para invocar a auto-organização do sujeito-mãe. Trata-se de mostrar não apenas o sujeito que se auto-organiza em função do filho, mas o quanto tal técnica se torna importante para si mesma e para as suas possibilidades de tornar-se um indivíduo melhor. Mostrar, dar a ver as mudanças pelas quais esse sujeito passou é evidenciar a proximidade com uma prática materna normativa. *Parei de pensar em mim, agora só me preocupo com o Pedro. Antes de ter filho, eu usava todo o meu tempo livre para malhar. Agora, não, só quero voltar correndo para casa para ficar com ele*<sup>253</sup>. A mãe ainda reflete: *estou sempre preocupada,*

---

<sup>247</sup> Idem.

<sup>248</sup> A MELHOR tacada de Xuxa. In: **Caras**. São Paulo (SP): Caras, ed. 265, n.º 49, ano 6, 04 de dezembro, 1998.

<sup>249</sup> MÃES: histórias que a vida conta. In: **Crescer**. São Paulo (SP): Globo, n.º 86, janeiro, 2001, p. 40-41.

<sup>250</sup> Idem.

<sup>251</sup> MÃES: histórias que a vida conta. In: **Crescer**. São Paulo (SP): Globo, n.º 86, janeiro, 2001, p. 40-41.

<sup>252</sup> Idem.

<sup>253</sup> Idem, p. 41.

*pensando se estou fazendo as coisas certas*<sup>254</sup>. Há aqui, nessa enunciação, uma evidente subversão e uma fuga em relação ao imperativo de um cuidado temporário e específico com o corpo. Ao buscar fazer “a coisa certa” o dispositivo captura o sujeito-mãe a partir das relações de força que conjugam normatividade e tempo dedicado ao seu filho. O dispositivo da maternidade organiza sentidos de forma a evidenciar que esta conjugação não implica a ausência de um cuidado de si. Ao contrário, o cuidado de si é apenas transferido, deslocado do cuidado com o corpo para o cuidado com o filho.

Para determinadas modalidades maternas, a tarefa de auto-organização exige uma série de cuidados e atenções paralelas. Para que isso possa ser efetuado, é necessário que se aplique um olhar atento sobre o outro, sobre as qualidades e individualidades deste outro, que é o filho. Para organizar-se é preciso despender um tempo sobre o filho, conhecer minuciosamente todas as suas características. Para as mães-de-gêmeos, por exemplo, é exigido *conhecer as diferenças entre os gêmeos, aprender a perceber cada detalhe nos cuidados com eles, mudar a rotina quando necessário, organizar-se para atender às novas exigências: tudo isso as mães que conversaram com a CRESCER aprenderam na prática*<sup>255</sup>. Ou seja, *atender um de cada vez é a melhor forma de controlar a situação e é bom para os bebês também*<sup>256</sup>. É importante apontar o quanto estas técnicas são envolvidas por sentidos que comprovam a legitimidade de tal exercício. Ao trazer outras mães que passaram por práticas e obstáculos semelhantes, busca-se uma espécie de relação entre os sujeitos, fazendo-os entender que se, de fato, algo não dá certo, é porque talvez não tenha havido organização suficiente ou satisfatória para isso. As linhas de subjetivação traçam certas lógicas, segundo as quais aos sujeitos-mãe cabe a responsabilidade do controle das situações e do bem-estar do filho, graças às maneiras pelas quais eles devem efetivamente organizar-se.

O sujeito-mãe auto-organizado possibilita enunciar-se como criador de um sem número de procedimentos denominados adequados. *Preocupada em evitar a ciúmeira entre os irmãos, (...) Simone Leyser, (...), adotou desde cedo, uma atitude **muito prática**: entre uma mamada e outra procurava estabelecer um intervalo de meia hora para curtir o colo com cada uma [das filhas gêmeas]*

---

<sup>254</sup> Idem.

<sup>255</sup> ALEGRIA em dose dupla. In: **CRESCER**. São Paulo (SP): Globo, n. 94, setembro, 2001, p. 48.

<sup>256</sup> Idem.

*em separado*<sup>257</sup>. Outra dica da mãe Simone: *‘quando quero ninar as duas ao mesmo tempo, faço diferente: levo as meninas para a minha cama, deito entre elas e ficamos abraçadas e juntinhas até que adormeçam*<sup>258</sup>. Trata-se de evidenciar a maneira pela qual os sujeitos-mãe são convidados a refletirem sobre si mesmos, sobre suas práticas maternas e sobre quanto isso pode acarretar como resultados positivos para seus filhos. Convocados a se auto-organizar, como sujeitos assujeitados por este dispositivo, os sujeitos-mãe parecem querer descobrir mais e mais estratégias para driblar sofrimentos, angústias e tristezas do filho. Produzem-se e enunciam-se como criadores de seus ditos, de suas estratégias e de sua maternidade.

Organizar-se diz respeito também a um aumento no contato entre mãe e filho; diz respeito à escolha, à distribuição ordenada das atividades, às formas específicas de agir e de se comportar, de modo que o cuidado de si é articulado como cuidado do outro. No caso de Xuxa, *ela mesma se surpreendeu ao descer com a filha no colo para tomar o café da manhã no restaurante à beira da piscina do Hotel Acapulco Princess*<sup>259</sup>. Ela diz: *‘Desde que era modelo não fazia isso. Entre dormir e comer, preferia dormir. Agora é diferente. Não vou ficar trancada com a Sasha dentro de um quarto de hotel. Quero curtir todos os momentos com ela*<sup>260</sup>. A mãe prefere acordar cedo e passar mais tempo com sua filha: olhando para si mesma, organizando seus gestos, o sujeito-mãe deste dispositivo evidencia que ela e sua filha têm mais a ganhar com o tempo em que passam juntas.

No caso de Luciana Gimenez, cuidado de si e cuidado do outro compõem uma outra lógica. As linhas de força traçam sentidos relacionados à idéia de que o cuidado por ela dispensado a seu filho é um “cuidado de si” ligado ao lado financeiro. Enunciar, pelas revistas, a maternidade-negócio é dizer que ela efetivamente representa algo não valorizado. É essa outra forma de relacionar o cuidado que faz de tal maternidade-negócio algo menos valorizado e passível de julgamento. As revistas buscam compor sentidos específicos a partir da narração da maternidade de Luciana Gimenez. Aliadas a enunciações já referidas aqui, como a de que a apresentadora tenta proteger o “patrimônio acomodado na barriga de seis meses”; ou sobre quantos milhões

---

<sup>257</sup> Idem. Grifos meus.

<sup>258</sup> Idem.

<sup>259</sup> XUXA supera ansiedades e revela seus sonhos em Acapulco. In: **Caras**. São Paulo (SP): Caras, ed. 291, ano 6, n.º 23, 4 de junho, 1999.

<sup>260</sup> Idem.

de dólares (adquiridos da pensão alimentícia paga a seu filho) são necessários para completar sua felicidade, somam-se outras: [Luciana] *continua no papel de mãe extremada de Lucas, que lhe garante uma pensão de 10000 dólares por mês*<sup>261</sup>; ou de que, confirmada a paternidade de Mick Jagger, a apresentadora poderia, então, dar *uma garfada*<sup>262</sup> no patrimônio do cantor. Ironiza-se uma maternidade que resiste a incorporar-se a um padrão. Se geralmente o cuidado de si como cuidado do outro é articulado neste dispositivo da maternidade para mostrar as qualidades de abdicção, zelo, amor e preocupação necessários para a constituição de uma maternidade normativa, aqui cuidado do outro como cuidado de si tem valor e enunciação diferenciados. O dispositivo assim efetiva-se na tarefa de constituir práticas de maternização, na medida em que faz questão de diferenciá-la de uma lógica específica que ele mesmo (dispositivo da maternidade) coloca em funcionamento.

### **Enunciar-se**

A técnica de si ligada ao fato de enunciar-se é uma das mais privilegiadas nas revistas que analisei. Nesses espaços midiáticos, a maternidade ganha visibilidade e enunciabilidade à medida que pode, paralelamente, ser comprovada pelos sujeitos-mãe envolvidos. O sujeito-mãe pode ser convidado a expressar-se, a falar sobre si e, reconhecido como criador de seus ditos, demonstrar as transformações que a prática materna individual acarretou em sua vida.

Uma vez que o sujeito-mãe considera-se como efetivamente autor desses ditos e de sua maternidade, age como se aquilo que pronuncia fosse mero resultado, mero efeito de uma prática individual. A maternidade é apresentada como um franco e gratuito falar, que apenas “expressa” certas vivências maternas específicas. Há que se compreender que esses ditos refratam as linhas de força do dispositivo, que, aliadas às linhas de subjetivação, promovem novos saberes e novas “verdades” sobre o sujeito-mãe e sobre a prática materna. Há que se considerar que, para serem pronunciadas, tais falas e tais saberes, tais voltas para si mesmos, precisam de condições de possibilidade, as quais são dadas pelo dispositivo da

---

<sup>261</sup> COMO UMA VIRGEM. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1675, 15 de novembro, 2000, p. 156.

<sup>262</sup> ELE TENTA, ele tenta. In: **Veja**. São Paulo (SP): Abril, ed. 1582, 27 de janeiro, 1999, p. 115.

maternidade. Neste sentido, as enunciações que Xuxa promove sobre seu amor infinito de mãe são profundamente esclarecedoras:

*Minha mãe vive falando que só quando se tem um filho se entende o que é saber **dar sem receber nada em troca**. Não é que a gente se anule, mas esse amor preenche tudo, não precisa de mais nada. Se eu conseguir ser metade de tudo o que ela é, vou alcançar todo o **equilíbrio** e a **sabedoria** que preciso para cuidar da Sasha<sup>263</sup>; a maternidade mudou a minha vida. Hoje sou muito mais feliz. **Se as mães amarem mais seus filhos**, poderemos fazer um mundo bem melhor<sup>264</sup>; “e, quanto a mim... Me tornei uma pessoa **melhor** depois que Sasha nasceu”<sup>265</sup>; “não entendo como consegui viver antes de ter a Sasha<sup>266</sup>; me divirto ainda **mais** quando vejo minha filha alegre<sup>267</sup>.*

Estes pressupostos e enunciações individuais, pronunciados pela apresentadora, adquirem um estatuto de verdade, constituem-se efetivamente como saberes acerca da maternidade. Ao mesmo tempo, tais enunciações tornam-se totalizadoras, na medida em que ilustram (e são tomadas como) parte de uma mesma maternidade. Aqui, universal e particular articulam-se dentro dos discursos, de forma a evidenciar diferentes significações em torno de uma determinada representação materna que se torna, então, desejável. Uma representação que só pode ser pensada e articulada, na medida em que é colocada em discurso e, poderíamos dizer, na medida em que é vista no âmbito de um dispositivo.

O que o sujeito enuncia de si mesmo é nada menos do que aquilo que as curvas de visibilidade e os regimes de enunciabilidade do dispositivo da maternidade permitiram que ele fizesse. Há que se considerar, para tanto, que a qualificação entre melhor ou pior que o sujeito é convidado a fazer, se dá no sentido de que tal qualificação está anteriormente articulada aos enunciados que este dispositivo coloca em funcionamento. O que o sujeito conhece e sabe de si mesmo não vem, pois, comprovar que os saberes são naturais e produzidos a partir da relação particular, individual, que cada sujeito-mãe estabelece com seu/sua filho/a (afinal, os sujeitos-mãe enunciam-se efetivamente como pessoas melhores por causa de sua prática materna). Eles vêm evidenciar que são saberes-efeito de uma combinação de elementos,

---

<sup>263</sup> O NOVO look de Xuxa. In: **Caras**. São Paulo (SP): Caras, ed. 341, 19 de maio de 2000. Grifos meus.

<sup>264</sup> SASHA INVADE palco e faz surpresa à mamãe Xuxa. In: **Caras**. São Paulo (SP): Caras, ed. 392, 11 de maio de 2001. Grifos meus.

<sup>265</sup> SHOW de Sasha em Angra. In: **Caras**. São Paulo (SP): Caras, ed. 330, 3 de março de 2000. Grifos meus.

<sup>266</sup> Idem. Grifo meu.

análoga àqueles produzidos pelas curvas de visibilidade e pelos regimes de enunciabilidade do dispositivo. “Para que o autoconhecimento seja possível, então, se requer uma certa exteriorização da própria imagem, um algo exterior, convertido em objeto, no qual a pessoa *possa ver a si mesma*” (Larrosa, 1994, p. 59, grifo meu)

Xuxa ainda acrescenta: *Me vejo como uma pessoa mais forte, sei o que eu quero. Antes, ficava na dúvida, achava que deveriam tomar as decisões por mim. Agora estou mais firme. A palavra ‘acho’ quase não uso mais. O futuro de Sasha está nas minhas mãos. Depois do nascimento dela, passei a pensar no hoje e no amanhã. Antes vivia o momento*<sup>268</sup>. Não é o sujeito-mãe individual o autor dessa maternidade, mas efeito da combinação entre as curvas de visibilidade e as linhas de subjetivação que, de fato, orientam seu olhar sobre si mesmo. A mídia, portanto, não se constitui como um mero espaço em que as mães conseguem dar visibilidade e enunciabilidade aos saberes e à normatividade, mas como um espaço que igualmente produz, por suas linhas de subjetivação, formas pelas quais elas se reconhecem nesses saberes, reconhecem-se nessa normatividade e podem efetivamente enunciar-se (e serem enunciadas) como sujeitos desse dispositivo.

Sobre as modalidades maternas que precisaram de auxílios médicos para engravidar, uma das mães fala de sua persistência e, ainda, dos motivos de tal persistência: *passeando pelas ruas, eu observava **jovens, pobres, grávidas, sem condições de cuidar do filho que viria, e eu, que podia dar tudo, não conseguia engravidar**. Isso me incomodava profundamente e, ao mesmo tempo, era um dos motivos para não desistir*<sup>269</sup>. A manchete desse depoimento vem escrita em letras maiores, em vermelho *de olho na barriga alheia*<sup>270</sup>. A partir de enunciações como estas o processo agonístico de construção das modalidades maternas pode ser evidenciado. Com a instauração dessa *cadeia de diferenças* que se afirma (jovens, pobres, grávidas, sem condições de cuidar do filho que virá), a mãe dada a si mesmo como objeto visível encontra condições de se enunciar como um sujeito-mãe mais legítimo e mais merecedor da maternidade. Assim, novos sentidos são

---

<sup>267</sup> Idem. Grifo meu.

<sup>268</sup> XUXA supera ansiedades e revela seus sonhos em Acapulco. In: **Caras**. São Paulo (SP): Caras, ed. 291, ano 6, n.º 23, 4 de junho, 1999.

<sup>269</sup> FINALMENTE mães. In: **Crescer**. São Paulo (SP): Globo, n.º 90, maio, 2001, p. 53. Grifos meus.

<sup>270</sup> Idem.

compostos a partir da fala comovedora da mulher que muito quer mas não consegue engravidar e vê naquele “outro” (sujeito-mãe-adolescente-pobre) a sua afirmação; mais do que isso, vê a licitude de sua maternidade. Modalidades maternas são postas lado a lado, permitindo facilmente um processo de hierarquização entre elas.

Sobre esta modalidade materna – de mães com dificuldades de engravidar – há uma delas que enuncia: *engravidei na primeira tentativa, fiquei eufórica, só que logo depois sofri um aborto espontâneo, um choque. Mas aí, eu já tinha experimentado a sensação de estar grávida – um presente de Deus!*<sup>271</sup>. O interessante é problematizar que para esta modalidade materna mais vale uma gravidez falha do que o fato de não engravidar. Parece que é com essa gravidez interrompida que determinados aspectos de sua feminilidade podem ser comprovados. O que está em jogo, contudo, não é efetivamente ser mãe ou não, mas ter a *possibilidade* de ser mãe. O prazer, aqui, não está na maternidade em si, mas no fato de poder torna-se mãe; vir a ser mãe.

Estas mulheres contam suas histórias, falam dos muitos anos em que tentaram engravidar, algumas durante cinco, onze e até treze anos. *A ajudinha que a medicina deu à natureza*<sup>272</sup> permite que estas mulheres “sedentas” por maternidade não tenham apenas um filho (como acontece em grande parte nos casos de reprodução convencional), mas duas, três e até quatro crianças de uma só vez. Em suas falas, assinalam os movimentos que fizeram para *tornar esse sonho realidade*<sup>273</sup>. Muitas iam freqüentemente a consultas fora de suas cidades e até de seus estados, sofreram abortos espontâneos, mas mesmo assim persistiram.

Os textos bíblicos propunham que a infertilidade da mulher (Sara, Rebeca e Raquel) era um castigo divino e, nessa condição era necessário “pedir” o filho à imagem hierárquica do patriarca (Goldman-Amirav, 1996). Nos casos descritos, as mulheres, reconhecendo-se como corpos em falta, “pedem” seus filhos ao saber médico; recorrem a este para poderem enunciarem-se mulheres mais felizes, mais completas. São estes saberes médicos, marcados em seus corpos, que lhes permite descobrir, olhando-se

---

<sup>271</sup> FINALMENTE mães. In: **Crescer**. São Paulo (SP): Globo, n.º 90, maio, 2001, p. 53.

<sup>272</sup> Idem.

<sup>273</sup> Idem.

como objetos do dispositivo, que *a realização máxima de uma mulher é ser mãe*<sup>274</sup> ou que o parto é *um momento sublime*<sup>275</sup>.

Da mesma forma, embora estas mulheres enfatizem os períodos de profundas tristezas, comoções, dores pelos quais passaram a cada vez que perdiam um filho, elas nos mostram também que tais momentos puderam ser superados pela possibilidade de tentar mais uma vez. Trata-se, portanto, de sentidos que impelem, convidam à emoção e, junto a isso, tramam e engendram outros saberes específicos sobre o que é a maternidade, sobre o que é ser mãe, sobre a medicina e sobre, até mesmo, o filho desejado. No processo de voltar-se para si, constitui-se ou possibilita-se a construção de novos saberes normativos.

As técnicas médicas referidas propiciam o reforço a um tipo de ordem social na qual o recurso à “solução médica é mais adequado do que a consideração de soluções sociais alternativas” (Barbosa, 2000, p. 224). Busca-se romper com a dualidade natureza-artificialidade. Como objetos discursivos, as mulheres afirmam que sua gravidez não foi totalmente artificial, mas apenas precisaram de uma ajuda médica para o fato “natural” de ser mãe. Tais fatores reforçam ainda mais o vínculo entre mulher e reprodução, como função e como característica incontestável de seu ser.

Nesse sentido, o dispositivo da maternidade e o dispositivo pedagógico da mídia se entrelaçam para a veiculação de procedimentos que colocam o sujeito-mulher como protagonista de suas falas. Mais do que isso, o que interessa discutir aqui é a constituição de um sujeito que aprende a ver-se e a dizer-se a partir de um dispositivo que produz, por suas linhas de subjetivação, práticas que medeiam a relação do sujeito-mãe consigo mesmo<sup>276</sup>. Falamos, portanto, da produção de dispositivos que atuam de forma ativa na fabricação de indivíduos, do seu assujeitamento. Há que se considerar que tais falas não apenas refratam o trabalho das linhas, mas também as atualizam; atualizam o próprio dispositivo. Positivadas pelas linhas de subjetivação, elas fazem com que o sujeito fale de si mesmo e, com isso, ele não apenas se dê a ver, mas modifique e reorganize o objeto que é.

---

<sup>274</sup> Idem, p. 55.

<sup>275</sup> Idem, p. 53.

<sup>276</sup> Esta discussão sobre a constituição do sujeito pedagógico e da forma como ele aprende por um dispositivo é discutida em Larrosa (1994, p. 36) e Fischer (2000, p. 12).

## Considerações

Nesta subseção, busquei argumentar como um dispositivo se organiza, como produz e como incita o aprendizado de um conjunto de conhecimentos, de uma gama de saberes para a prática materna. Tentei caracterizar, especialmente, como este dispositivo promove, incita e engendra suas linhas de subjetivação, de modo que o sujeito-mãe seja convidado a falar de si e a estabelecer uma relação reflexiva consigo mesmo. As linhas de subjetividade tecem estratégias pelas quais o sujeito pode efetuar um processo de objetivação de si mesmo e de sua modalidade materna, a partir da visibilidade que tem de si e de sua modalidade materna.

Contudo, não desconsidere o fato de que, para efetuar essa volta para si mesmo, o sujeito-mãe se utiliza, inúmeras vezes, dos saberes e da normatividade elaborados e historicamente construídos pelo dispositivo da maternidade. Há, portanto, a instituição de uma gramática, de uma sintaxe específica que aos sujeitos-mãe cabe usar, aprimorar e atualizar. Considero que, assim como os saberes e a normatividade articulada por esse dispositivo são históricos, o mesmo se pode dizer dos modos de subjetivação por ele propostos. Afirmando, portanto, que os modos de comportar-se, de ver-se e dizer-se do sujeito-mãe são contingentes: o modo de ser mãe é histórico.

Tornar-se objeto de si mesmo só tem sentido na medida em que uma determinada modalidade normativa adquiriu certo *status* e certa legitimidade no interior do dispositivo. É em relação a essa objetivação que as linhas de subjetivação constituem seus sujeitos. É sobre esta normatividade que eles são convidados a falarem de si – seja para comprová-la, seja para adequar-se a ela, seja para dela escapar. Trata-se de um movimento que, ao mesmo tempo em que produz uma verdade sobre a normatividade, ajuda a dar sentido a ela, contribuindo para que certos sentidos sejam legitimados, propagados e atualizados em diferentes modalidades maternas.

## **6. Experiência adotada**

Neste trabalho, meu objetivo foi o de caracterizar a forma pela qual o dispositivo da maternidade é operacionalizado na mídia, de modo a constituir, agonisticamente, uma experiência materna. Tratou-se, portanto, de problematizar os modos através dos quais o campo midiático vale-se de um dispositivo para constituir modos específicos de vivenciar a maternidade e de ser sujeito-mãe. Afirmo que, na tarefa de instituir esta experiência, a mídia não apenas reproduz tal dispositivo, mas também favorece sua atualização, na medida em que opera e articula saberes específicos, tipos de normatividade materna e de produção de modos de subjetivação.

Discutir a questão da maternidade e a maneira como ela é tratada em outros trabalhos foi fundamental para esta pesquisa. O fato de dialogar com outros estudos que têm a maternidade como temática principal permitiu-me pontuar as diferenças e as peculiaridades de minha investigação e também ampliar as discussões aqui desenvolvidas. Ao realizar a revisão desses trabalhos, pude pontuar a maneira como a maternidade e o sujeito-mãe são

discutidos e problematizados em diferentes campos de conhecimento. Na medida em que tais trabalhos são alicerçados, geralmente, em discussões que não se restringem àquelas relacionadas ao campo midiático, tratei de assinalar o caráter de instituição de uma rede (direcionada à produção de saber, relações de poder e modos de constituir sujeitos na cultura) a qual um dispositivo é capaz de sustentar.

Uma vez que afirmo a existência de um dispositivo, fez-se indispensável evidenciar a urgência histórica que permitiu com que ele ganhasse condições de possibilidade. Caracterizei, então, alguns dos fatos sociais, políticos e econômicos que, quando articulados, tornaram legítima a existência do sujeito-mãe e de práticas maternas específicas. Alguns fatos ocorridos entre o final do século XVIII e o século XIX, foram destacados: a formação e consolidação dos estados nacionais no âmbito europeu – em que houve a necessidade de manter e permitir que as crianças sobrevivessem, como modo de garantir a riqueza do Estado; a diferenciação dos sexos – que punha cientificamente em evidência a mulher como responsável pela criação e o cuidados dos filhos; a introdução do termo ‘mammalia’ na taxonomia zoológica – fato que veio a diferenciar principalmente os seres humanos pela característica serem amamentados; as aparições da Virgem Maria na Europa; entre outros. Todos estes fatores, engendrados, tornaram possível a existência de um dispositivo que opera para a produção de práticas maternas e sujeitos-mãe, até então improváveis na cultura ocidental.

Foi a partir desta discussão história que destaquei também o quanto a urgência do dispositivo da maternidade esteve articulada com outros dois dispositivos: o da sexualidade e o da infantilidade. Tal fato permitiu-me compreender, ver e dizer as formas pelas quais essa articulação é atualizada e reorganizada na mídia contemporânea. Essa evidência histórica favoreceu, posteriormente, a conclusão que atualmente o dispositivo da maternidade se articula também e paralelamente a um outro dispositivo – o pedagógico da mídia.

Baseada nas discussões realizadas neste trabalho, pretendo agora suscitar uma certa sistematização dos dados e das problemáticas abordadas, no sentido de poder caracterizar que tipo de experiência materna é produzida pelo dispositivo da maternidade. Intento mostrar que este amplo conjunto de saberes, que a instituição de uma normatividade e que os modos de

subjetivação propostos se relacionam e se entrelaçam para a produção de uma peculiar experiência materna.

Creio que uma importante questão a ser levantada é em relação ao caráter móvel, fragmentado e, ao mesmo tempo, extenso desta experiência. No dispositivo da maternidade e na forma como ele está operacionalizado midiaticamente, compreendo que, muito mais do que promover uma (única) experiência materna, ele se ocupa em alargar, em dilatar elementos que vêm a constituir tal experiência. Daí a conseqüente afirmação de seu caráter formador de práticas contínuas de maternização, tantas vezes aqui referido.

No que se refere à organização dos saberes, o dispositivo da maternidade não busca somente capturar os sujeitos apenas a partir do modo pelo qual eles se relacionam com seus filhos. Antes disso, esse dispositivo preocupa-se em promover, em dar visibilidade e enunciabilidade à relação que o sujeito-mãe estabelece com seu corpo, com sua sexualidade e, no conjunto, com suas atitudes e seus modos de agir. Em decorrência disso, há um perfil do sujeito-mulher que é necessário produzir e detalhar para que seja possível compreender ou reafirmar determinadas modalidades maternas. Deste modo, uma série de outros elementos é articulada discursivamente e, portanto, torna-se alvo das relações de força sustentadas por este dispositivo para a composição dos sujeitos que enuncia.

Isso possibilita que se efetue um maior controle sobre os sujeitos-mãe, tendo em vista que outros fatores são articulados para a sua produção, que não só a relação mãe e filho. É este conjunto maior de saberes que permite que se instituem discursivamente diferentes modalidades maternas.

Esta primeira dimensão da experiência – que no caso diz respeito à constituição específica de saberes da maternidade e do sujeito-mãe – também está intimamente relacionada com os modos de subjetivação propostos pelo dispositivo da maternidade. O processo agonístico efetuado no estabelecimento de relações entre as modalidades maternas intenta ligar, prender, amarrar o sujeito-mãe a si mesmo; processos, portanto, que mostram a “forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos” (Foucault, 1995, p. 235).

Ao enfatizar a discussão sobre a relação entre sujeito-mãe e sujeito-mulher promovida por este dispositivo, minha tentativa foi a de justamente problematizar essa questão. Ao fazer visível e enunciável em meu trabalho a relação promovida entre sujeito-mulher e sujeito-mãe, busco pontuar o quanto

ela é conflituosa. Conflituosa porque, de diferentes formas, pretende-se assinalar uma articulação, uma ligação específica entre certas unidades de sujeito e, ao mesmo tempo, hierarquizar as formas de exercer a prática materna a partir de um determinado perfil feminino; tarefa a qual entende-se estar ligada à instauração da norma dentro do dispositivo da maternidade.

Instituir uma prática materna normativa é também um dos itens que compõe a experiência produzida por este dispositivo. Diferente do que se possa pensar, tal dispositivo não está empenhado apenas em buscar estratégias para a normalização seja dos sujeitos, seja das práticas maternas. Trata-se também de colocar os indivíduos-mãe e suas respectivas modalidades maternas na ordem do discurso, fazer desse indivíduos *sujeitos* e fazer também dessas modalidades *práticas* de um dispositivo que materniza. A vontade de maternização característica deste dispositivo não é apenas uma vontade de maternização normativa. Dividir, separar, hierarquizar os indivíduos seja em relação a si mesmo, seja em relação aos demais é também um dos objetivos a que ele se propõe. Evidencia-se, assim, a disposição de um duplo movimento de produção de “práticas divisoras” (Foucault, 1995, p. 231): do sujeito em si mesmo e do sujeito em relação aos outros.

O fato de dividir o sujeito em si mesmo está relacionado com a idéia de fragmentação do sujeito, bem como com a sua possibilidade de manifestar resistência. O dispositivo produz uma unidade ficcional de um sujeito-mãe normativo e, com isso, faz com que os sujeitos-mãe jamais consigam ser unificados em uma única prática, em um único discurso. Deslizantes, estes sujeitos ora são objetos de uma modalidade materna, ora de outra e, assim, ora necessitam de um número de prescrições, ora de um processo de normalização.

O procedimento de dividir os sujeitos em relação aos outros evidencia-se pela instauração da prática normativa através do confronto agonístico entre as modalidades maternas. É nesse confronto que a normatividade do dispositivo encontra suas condições primeiras (e talvez únicas) de possibilidade. Na relação que se estabelece entre tais modalidades, os saberes do dispositivo da maternidade encontram formas de subverterem-se ou de fragmentarem-se em favor de novas constituições de saberes e, conseqüentemente, da atualização do mesmo dispositivo que os coloca em funcionamento.

A experiência materna se constitui a partir de modos de subjetivação específicos nos sujeitos que enuncia. Partindo do insistente convite a que o sujeito exerça um conjunto de *tecnologias do eu*, o dispositivo da maternidade promove dois movimentos. O primeiro cria uma lógica na qual o indivíduo-mãe deve voltar-se para si mesmo e considerar que cuidar de si é, pois, cuidar do outro (seu/sua filho/a). Pelo segundo movimento, os indivíduos-mãe são levados a se reconhecerem como objetos visíveis a si mesmos e, portanto, enunciarem-se como sujeitos transformados e amadurecidos pela prática materna.

As técnicas do eu caracterizadas neste trabalho podem ser assim compreendidas: ao sujeito-mãe cabe *controlar-se* em função da qualificação de sua prática materna – na medida em que, dessa forma, ele terá um maior domínio sobre si e sobre seus atos; a ele cabe também *organizar-se*, uma vez que tal técnica, promovida pelas linhas de subjetivação do dispositivo da maternidade, permite que o sujeito-mãe se volte para si mesmo, analise suas atividades e perceba o quanto suas ações, devidamente organizadas em relação ao tempo e ao espaço, podem tornar-se benéficas para o crescimento de seu filho/a; por fim, *enunciar-se*, tarefa esta ligada ao fato de o sujeito-mãe considerar-se efetivamente como criador de seus ditos e de sua maternidade, agindo, portanto, como se aquilo que pronunciasse fosse mero resultado, mera decorrência de uma prática individual.

Afirmo, portanto, que a experiência materna produzida por este dispositivo está alicerçada em três grandes práticas: na fixação entre sujeito-mãe e sujeito-mulher; na relação agonística entre as modalidades maternas tornadas objetos para a colocação dos sujeitos na ordem do discurso; na evidência de que cuidar de si é cuidar do outro. A partir dessa multiplicidade de práticas os saberes são, efetivamente, produzidos, a normatividade materna é promovida pelas relações de poder estratégicas e os modos de subjetivação são acionados no dispositivo da maternidade, quando operacionalizado na mídia.

Junto a esta caracterização da experiência materna promovida pelo dispositivo da maternidade, a análise dos materiais midiáticos permitiu-me compreender também outras questões importantes da cultura contemporânea. Impulsionada pela investigação sobre estas personalidades maternas, questiono a forma como os espaços efetivamente públicos de nosso tempo

estão transformados e reorganizados, na medida em que “deixa[m] de desempenhar sua antiga função de lugar de encontro e diálogo” (Bauman, 2001, p. 50). Ao invés disso, “os indivíduos estão sendo não gradual mas consistentemente despidos da armadura protetora da cidadania e expropriados de suas capacidades e interesses de cidadãos” (idem). O resultado deste movimento, ao qual assistimos cotidianamente pela mídia, dos dramas e sucessos privados passarem para a arena pública (seja de uma determinada condição materna, seja da vida profissional/pessoal destas e de outros/as famosos/as), de certa forma indica uma exclusão dos problemas de cunho efetivamente social/político da agenda pública; daquilo que indica condições de pensar e refletir sobre a coletividade; o que se perde é justamente a tradução dos problemas privados em questões efetivamente públicas (Idem).

As discussões mais amplas efetivadas com relação à caracterização do dispositivo da maternidade na mídia intentaram apontar para a possibilidade de resistência. Uma possibilidade que se verifica e que pode ser traçada também na medida em que conseguimos entender as lógicas que ele se empenha em construir. Creio que o fato de poder destacar as lógicas que operam na produção de sujeitos e de práticas específicas, aponta também para a sua desconstrução e para a possibilidade de lutar “contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, objeto e o instrumento: na ordem do saber, da ‘verdade’, da ‘consciência’, do discurso” (Foucault, 2000h, p. 71).

## Referências bibliográficas

A MARCA da morte nos cigarros. In: **Veja**. São Paulo (SP): Ed. Abril, ed. 1435, janeiro de 2002, p. 76.

BANDINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro (RJ): Nova Fronteira, 1985.

BARBOSA, Rosana Machin. Relações de gênero, infertilidade e novas tecnologias reprodutivas. In: Revista **Estudos Feministas**. Florianópolis (SC): CFHC/CCE/UFSC, vol. 8, n.º 1, 2000, p. 212 – 228.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 1998.

\_\_\_\_\_. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 2001.

BERLIM tem portinhola para mãe deixar bebê. In: **Folha de S. Paulo**. São Paulo (SP): 7 de julho, 2002, p. A19.

BIRMAN, Joel. **Gramáticas do erotismo**: a feminilidade e suas formas de subjetivação em Psicanálise. Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira, 1999.

BORNAY, Erika. **Las hijas de Lilith**. Madrid: Cátedra, 1998.

CARVALHO, Marília Pinto; VIANNA, Cláudia Pereira. Educadoras e mães de alunos: um (des)encontro. In: BRUSCHINI, Cristina; SORJ, Bila (orgs.). **Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil**. São Paulo (SP): Fundação Carlos Chagas/Marco Zero, 1994, p. 133 – 158.

CHORODOW, Nancy. **Psicanálise da maternidade**: uma crítica a Freud a partir da mulher. Rio de Janeiro (RJ): Rosa dos Tempos, 1990.

COM O CORAÇÃO dividido. In: **Zero Hora**, Caderno *Donna*. Porto Alegre (RS): 10 de março de 2002, p. 12 – 14.

CORAZZA, Sandra Mara. **Dispositivo da infantilidade** – construtivismo@infância.criança.escola.br. Porto Alegre (RS): PPGEDU/UFRGS, 1997. Projeto de Tese de Doutorado. Cópia digitada.

\_\_\_\_\_. **A história da infância sem fim**. Ijuí (RS): Ed. Unijuí: 2000.

\_\_\_\_\_. Currículo como modo de subjetivação do infantil. In: \_\_\_\_\_. **O que quer um currículo?** Pesquisas pós-críticas em Educação. Petrópolis (RJ): Vozes, 2001, p. 56 – 76.

\_\_\_\_\_. **Infância & Educação** – Era uma vez... Quer que conte outra vez? Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.

DELEUZE, Gilles. Prefácio – A ascensão do social. In: DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro (RJ), 1986, p. 01 – 08.

\_\_\_\_\_. **Foucault**. São Paulo (SP): Brasiliense, 1991.

\_\_\_\_\_. Que és un dispositivo? In: BALIBAR, Etienne, DREYFUS e Hubert; DELEUZE, Gilles et al. **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1999, p. 155 – 163.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo (SP): Contexto, 1997, p. 223 – 240.

**DONZELOT, Jacques**. A polícia das famílias. Rio de Janeiro (RJ), 1986.

DREYFUS, Hubert; RABINOW. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro (RJ): Forense Universitária, 1995.

ELA É MESMO uma amiga do peito. In: **Viva!**. São Paulo (SP): Ed. Abril, ed. 149, 2 de agosto, 2002, p. 14.

EWALD, François. **Foucault, a norma e o Direito**. Lisboa: Vega, 2000.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Adolescência em discurso**: mídia e produção de subjetividade. Porto Alegre (RS): PPGEDU/UFRGS, 1996. Tese de Doutorado.

\_\_\_\_\_. A 'paixão' de *trabalhar* com Foucault. In: COSTA, Marisa Worraber. **Caminhos investigativos**: novos olhares na pesquisa em Educação. Porto Alegre (RS): Mediação, 1996b, p. 37 – 60.

\_\_\_\_\_. O estatuto pedagógico da mídia: questões de análise. In: Revista **Educação & Realidade**. Porto Alegre (RS), UFRGS/FACED, vol. 22, n.º 2, jul./dez., 1997, p. 59 – 79.

\_\_\_\_\_. **O dispositivo pedagógico da mídia**. Porto Alegre (RS): PPGEDU/UFRGS, 2000. Relatório final de pesquisa. Texto digitado.

\_\_\_\_\_. Mídia e educação da mulher: uma discussão teórica sobre modos de enunciar o feminino na TV. In: Revista **Estudos Feministas**, Florianópolis (SC): CFHC/CCE/UFSC, vol. 9, n.º 2, 2001, p. 586 – 599.

\_\_\_\_\_. **Televisão e Educação: pensar e fruir a TV**. Belo Horizonte (MG): Autêntica, 2001b.

\_\_\_\_\_. Problematizações sobre o exercício de ver: mídia e pesquisa em educação. In: **Revista Brasileira de Educação**, n.º 20. Campinas (SP): Editores Associados/ANPEd, maio/jun./jul./ago., 2002, p. 83 – 94.

FONSECA, Cláudia. **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. Porto Alegre (RS): Editora da Universidade – UFRGS, 2000.

\_\_\_\_\_. A vingança de Capitu: DNA, escolha e destino na família brasileira contemporânea. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUN, Sandra G. (orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo (SP): Fundação Carlos Chagas: Ed. 34, 2002, p. 267 – 294.

FORNA, Aminatta. **Mãe de todos os mitos: como a sociedade modela e reprime as mães**. Rio de Janeiro (RJ): Ediouro, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Tecnologias del yo y otros textos afines**. Barcelona: Paidós, 1990.

\_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)**. Rio de Janeiro (RJ): Forense Universitária, 1995, p. 231 – 249.

\_\_\_\_\_. Subjetividade e verdade. In: **Resumo dos cursos do Collège de France (1970 – 1982)**. Rio de Janeiro (RJ): Jorge Zahaar, 1997, p. 107 – 115.

\_\_\_\_\_. Teoria e instituições penais. In: **Resumo dos cursos do Collège de France (1970 – 1982)**. Rio de Janeiro (RJ): Jorge Zahaar, 1997b, p. 17 – 24.

\_\_\_\_\_. A vontade de saber. In: **Resumo dos cursos do Collège de France (1970 – 1982)**. Rio de Janeiro (RJ): Jorge Zahaar, 1997c, p. 9 – 16.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade II – o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro (RJ): Graal, 1998.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. São Paulo (SP): Loyola, 1998b.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro (RJ): Graal, 1999.

\_\_\_\_\_. La verdad y las formas jurídicas. In: \_\_\_\_\_. **Estrategias de poder**. Barcelona: Paidós, 1999b, p. 169 – 282.

\_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro (RJ): Forense Universitária, 2000.

\_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade**. São Paulo (SP): Martins Fontes, 2000b.

\_\_\_\_\_. **O nascimento da medicina social**. In: \_\_\_\_\_. Microfísica do poder. Rio de Janeiro (RJ): Graal, 2000c, p. 79 – 98.

\_\_\_\_\_. Nietzsche, a Genealogia, a História. In: **Ditos e escritos II – Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Rio de Janeiro (RJ): Forense Universitária, 2000d, p. 260 – 281.

\_\_\_\_\_. **A política da saúde no século XVIII**. In: \_\_\_\_\_. Microfísica do poder. Rio de Janeiro (RJ): Graal, 2000e, p. 193 – 208

\_\_\_\_\_. **Sobre a História da Sexualidade**. In: \_\_\_\_\_. Microfísica do poder. Rio de Janeiro (RJ): Graal, 2000f, p. 243 – 27.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**. Rio de Janeiro (RJ): Vozes, 2000g.

GOLDMAN-AMIRAV, Anna. 'Mira, Yahveh me ha hecho estéril'. In: TUBERT, Silvia (ed.). **Figuras de la madre**. Madrid: Ed. Cátedra, 1996, p. 41 – 51.

GOLLNER, Silvana. Mulheres em movimento: imagens femininas na Revista *Educação Física*. In: Revista **Educação & Realidade**. Porto Alegre (RS), UFRGS/FACED, v. 5, n.o 2, jul./dez., 2000, p. 77 – 94.

GOMES, Paola Basso Menna Barreto. **Princesas: produção de subjetividade feminina de consumo**. Porto Alegre (RS), PPGEDU/UFRGS, 2000. Dissertação de Mestrado.

\_\_\_\_\_. O cuidado feminino. **Porto Alegre (RJ): PPGEDU/UFRGS, 2000. Cópia digitada**.

HOUAISS. **Dicionário eletrônico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro (RJ): Objetiva, 2001.

HUSAIN, Shahrukh. **Divindades femininas**. Porto: Evergreen/Taschen, 2001.

HUBERMAN, Leo. **A história da riqueza do homem**. Rio de Janeiro (RJ): Guanabara, 1986.

KLEIN, Carin. '**Às mães dos estudantes brasileiros**': o Programa Bolsa-Escola e a produção de maternidade. Porto Alegre (RS): PPGEDU/UFRGS, 2001. Projeto de Dissertação de Mestrado.

KNIBIEHLER, Yvonne. Madres y Nodrizas. In: TUBERT, Silvia (ed.). **Figuras de la madre**. Madrid: Ed. Cátedra, 1996.

LACLAU, Ernesto. A política e os limites da modernidade. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pós-modernismo e política**. 1991, p. 127 – 149.

LACLAU, Ernesto e MOUFFE, Chantal. **Hegemonia y estrategia socialista**. México: Siglo XXI, 1987.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu e Educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1995, p. 35 – 86.

LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos. Babilônio somos. A modo de apresentação. In: **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença**. Belo Horizonte (MG): Autêntica, 2001, p. 07 – 30.

LASCH, Christopher. **A mulher e a vida cotidiana: amor, casamento e feminismo**. Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira, 1999.

LOURO, G. O cinema como pedagogia. In: LOPES, Eliane, MENDES, Luciano e GREIVE, Cynthia (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte (MG): Autêntica, 2000.

LUKE, Carmen. La infancia y la maternidad y paternidad en la cultura popular infantil y en las revistas de cuidados infantiles. In: LUKE, Carmen (comp.). **Feminismo e pedagogías en la vida cotidiana**. Madrid: Morata, 1999, p. 160 – 168.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro (RJ): Graal, 2000, p. VII – XXIII.

MÃE BIOLÓGIA diz esperar filho. In: **Folha de S. Paulo**, 23 de novembro, 2002, p. C3.

MÃES 24 HORAS. In: **Zero Hora**, caderno *Donna*. Porto Alegre (RS): 18 de março de 2001, p. 18 – 19.

MARCELLO, Fabiana de Amorim. **Relatório de estágio em Educação Infantil**. Porto Alegre (RS): UFRGS/FACED, 1999. Cópia digitada.

\_\_\_\_\_. **Das configurações de um dispositivo: a maternidade como significante vazio**. Porto Alegre (RS): PPGEDU/UFRGS, 2001. Projeto de Dissertação de Mestrado.

MATILLA, Miguel. **An agonistic education: a commentary on the conception of education in Nietzsche's early work**. Capturado em <http://aparterei.com/ap194.htm>, 1999.

MEYER, Dagmar Estermann. As mamas como constituintes da maternidade: uma história do passado? In: Revista **Educação & Realidade**. Porto Alegre (RS), UFRGS/FACED, v. 25, n.º 2, jul./dez., 2000, p. 117 – 133.

\_\_\_\_\_. **Educação, saúde e modos de inscrever uma forma de maternidade nos corpos femininos**. Porto Alegre (RS): PPGEDU/UFRGS, 2002. Cópia digitada.

MORTOS pela própria mãe. In: **Veja**. São Paulo (SP): Ed. Abril, ed. 1706, 27 de junho, 2001, p. 54.

**MOUFFE, Chantal**. The democratic paradox. **London: Verso, 2000**.

\_\_\_\_\_. **La nueva lucha por el poder**. Capturado em <http://www.cholonautas.edu.pe/pdf/LA%20NUEVA%20LUCHA%20POR%20EL%20PODER.pdf>, 2001.

NIETZSCHE, Friedrich. **Schopenhauer como educador**. Madrid: El Club Diógenes/Valdemar, 1999.

NUNES, Silvia Alexim. **O corpo do diabo entre a cruz e a caldeirinha**: um estudo sobre a mulher, o masoquismo e a feminilidade. Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira, 2000.

O DIREITO de ser mãe. In: **Pais & Filhos**. Rio de Janeiro (RJ): Nova Bloch, ed. 387, julho, 2001, p. 51.

ORTEGA, Francisco. **Para uma política da amizade**: Arendt, Derrida, Foucault. Rio de Janeiro (RJ): Relume-Dumará, 2000

PINTO, Céli Regina Jardim. **A democracia como significante vazio**: a propósito das teses de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Porto Alegre (RS): PPGCP/UFRGS, 1999. Cópia digitada.

PRIORE, Mary Del. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidades, mentalidades no Brasil Colônia. São Paulo (SP): José Olympo/EDUNB, 1993.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio** – ou da educação. São Paulo (SP): Martins Fontes, 1999.

SANT'ANNA, Denise. Descobrir o corpo: uma história sem fim. In: Revista **Educação & Realidade**. Porto Alegre (RS), UFRGS/FACED, v. 25, n.º 2, jul./dez. 2000, p. 49 – 58.

SARAMAGO, José. O fator Deus. In: **Folha de S. Paulo**, Caderno Especial, 19 de setembro, 2001, p. 09.

SARLO, Beatriz. **Cenas da vida pós-moderna**: intelectuais, arte e vídeo-cultura na Argentina. Rio de Janeiro (RJ): Editora da Universidade – UFRJ, 1997.

SCHIEBINGER, Londa, Mamíferos, primatologia e sexologia. In: PORTER, Roy; TEICH, Mikulás (org.). **Conhecimento sexual, ciência sexual**: a história das atitudes em relação à sexualidade. São Paulo (SP): UNESP/ Cambridge, 1998, p. 219 – 246.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Dr. Nietzsche curriculista – com uma pequena ajuda do professor Deleuze. In: MOREIRA, Antonio Flavio. **Currículo, práticas pedagógicas e identidades**. Porto: Porto Editora, 2002, p. 35 – 52.

SIMONS, Jon. **The dialectics of Diana as empty signifier**. Capturado em [http://muse.jhu.edu/journals/theory\\_&\\_event/v001/1.4simons.html](http://muse.jhu.edu/journals/theory_&_event/v001/1.4simons.html), em maio de 2001.

- SKLIAR, Carlos. A invenção e a exclusão da alteridade “deficiente” a partir dos significados da anormalidade. In: Revista **Educação & Realidade**. Porto Alegre (RS), UFRGS/FACED, vol. 24, n.º 2, 1999, p. 15 – 32.
- SOUZA, Paulo Renato de. Mais educação, menos pobreza. In: **Folha de S. Paulo**. São Paulo (SP): 28 de fevereiro de 2002, p. 03.
- TRONTO, Joan. Mulheres e cuidados: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso? In: BORDO, Susan; JAGUAR, Alison (ed.). **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro (RJ): Rosa dos Tempos, 1997.
- TUDO por um filho. In: **Veja**. Rio de Janeiro (RJ): Abril, ed. 1699, 9 de maio, 2001, p. 108 – 115.
- VEIGA-NETO, Alfredo. Currículo e história: uma conexão radical. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). **O currículo nos limiões do contemporâneo**. Rio de Janeiro (RJ): DP&A, 1998, p. 93 – 104.
- \_\_\_\_\_. Incluir para excluir. In: **Habitantes de Babel**: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte (MG): Autêntica, 2001, p. 105 – 118.
- \_\_\_\_\_. De geometrias, currículo e diferenças. In: Revista **Educação & Sociedade**. São Paulo (SP): , n.º 79, ago., 2002, p. 163 – 186.
- VENÂNCIO, Renato Pinto. Maternidade negada. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo (SP): Contexto, 1997, p. 198 – 222.
- VEYNE, Paul. Foucault revoluciona a história. In: \_\_\_\_\_. **Como se escreve a história**; Foucault revoluciona a história. Brasília (DF): Ed. UNB, 1982, p. 151 – 198.
- WALKERDINE, Valerie. A cultura popular e a erotização das garotinhas. In: Revista **Educação & Realidade**. Porto Alegre (RS), UFRGS/FACED, v. 24, n.º 2, jul./dez., 1999.
- WOODWARD, Kathryn. Motherhood: identities, meanings and myths. In: \_\_\_\_\_. (ed.). **Identity and Difference**. London: Sage & Open University, 1997, p. 239 – 297.
- WOOLLETT, Anne; PHOENIX, Ann. La maternidad como pedagogía: la psicología evolutiva y los relatos de madres de niños pequeños. In: LUKE, Carmen (comp.). **Feminismo e pedagogías en la vida cotidiana**. Madrid: Morata, 1999, p. 87 – 105.
- YALOM, Marilyn. **A história do seio**. Lisboa: Teorema, 1997.
- ZIZEK, Slavoj. Violência emancipadora. In: **Folha de S. Paulo**, Caderno Mais!. São Paulo (SP): 19 de agosto, 2001, p. 14.

